

Características Econômicas e Sociais de Santa Catarina no limiar do século **XXI**

Organizadores

Silvio Antonio Ferraz Cario
José Antonio Nicolau
Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Norton Flores Boppré

2019 ©Copyright UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário – C.P. 3167 – 88806-000 –
Criciúma – SC

Fone: +55 (48) 3431-2500 – Fax: +55 (48) 3431-2750

Reitora

Luciane Bisognin Ceretta

Vice-Reitor

Daniel Ribeiro Preve

Conselho Editorial

Dimas de Oliveira Estevam (Presidente)

Angela Cristina Di Palma Back

Fabiane Ferraz

Marco Antônio da Silva

Melissa Watanabe

Merisandra Côrtes de Mattos Garcia

Miguelangelo Gianezini

Nilzo Ivo Ladwig

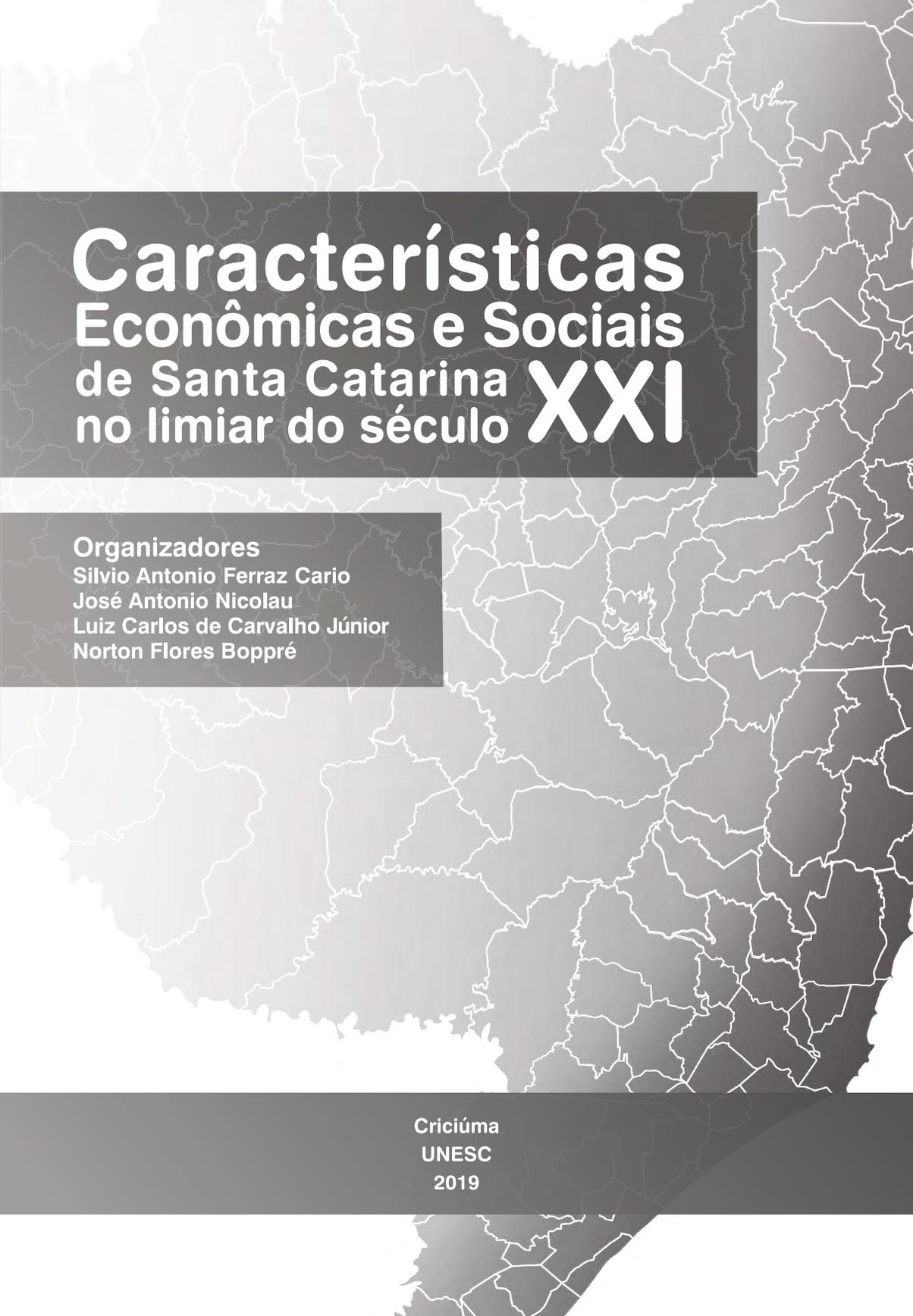
Reginaldo de Souza Vieira

Ricardo Luiz de Bittencourt

Richarles Souza de Carvalho

Samira da Silva Valvassori

Vilson Menegon Bristot



Características Econômicas e Sociais de Santa Catarina no limiar do século **XXI**

Organizadores

Silvio Antonio Ferraz Cario

José Antonio Nicolau

Luiz Carlos de Carvalho Júnior

Norton Flores Boppré

Criciúma
UNESC
2019

Editora da UNESC
Editor-Chefe: **Dimas de Oliveira Estevam**

Revisão ortográfica e gramatical: **Margareth Maria Kanarek**

Projeto gráfico, diagramação e capa: **Victor Felipe Buratto Machado**

Revisão final: **Silvio Antonio Ferraz Cario**



As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores e de seus organizadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C257 Características econômicas e sociais de Santa Catarina no limiar do século XXI [recurso eletrônico] / Silvio A. F. Cario ... [et al.] (Organizadores). – Criciúma, SC : UNESC, 2019. 337 p. : il.

Modo de acesso: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/300/5886/>>.

ISBN: 978-85-8410-102-3

1. Santa Catarina – Aspectos econômicos. 2. Planejamento regional – Santa Catarina. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Agricultura – Santa Catarina. 5. Esportes e turismo – Santa Catarina. 6. Educação – Santa Catarina. 7. Saúde – Santa Catarina. 8. Vulnerabilidade social – Santa Catarina. 9. Urbanização – Santa Catarina I. Título.

CDD – 22.ed. 338.98164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida, por qualquer meio ou forma, sem prévia permissão por escrito da Editora da Unesc.

PREFÁCIO I

Santa Catarina: nossa história tem você!

Santa Catarina é um Estado privilegiado e de excelência não apenas pela localização geográfica, pelo clima com estações bem definidas, pelo cenário exuberante de rara beleza natural, tampouco por ser o primeiro, o segundo ou o terceiro melhor colocado em praticamente todas as medições que avaliam potenciais e níveis de desenvolvimento: escolaridade média, alfabetização, longevidade, mortalidade infantil, emprego, renda *per capita*, matrículas nas universidades, acesso à internet, inovação e produtividade.

Nosso Estado é sinônimo de sucesso, terra de oportunidades e com extraordinário potencial de crescimento econômico porque é, especialmente, composto por uma multiplicidade de cidadãos, imigrantes e nativos de diferentes e convergentes tradições e momentos históricos, que se unem, abraçam ideais e, sobretudo, batalham, vencem desafios, vibram e fazem acontecer.

Estamos longe da perfeição, todavia seguimos firmes, inspirados e motivados a fazer a diferença e a transpirar cada vez mais com cada cidadão, inovando com sustentabilidade para garantir políticas e ações focadas em resultados e que fomentem o desenvolvimento econômico do Estado, propósito não só da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que trabalha em diversas frentes, mas, sem dúvida, de todo o Governo Carlos Moisés: construindo um Estado cada vez mais “para e pelos” cidadãos, com transparência, inovação e eficiência.

O futuro? Não há fronteiras ou desafios intransponíveis para esse pluralismo vivo catarinense, cujas vocações, regiões e especificidades se juntam em objetivos comuns.

Este livro reflete um pouco desses esforços, laços, oportunidades e do dinamismo dos cidadãos catarinenses, resultado da pesquisa intitulada *Estado, Economia e Sociedade: uma estratégia de desenvolvimento para Santa Catarina*, realizada por docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e por técnicos da Secretaria de Estado do Planejamento



(SPG) do Governo de Santa Catarina, gente que pensa, sabe o que faz e, especialmente, tem orgulho de viver e conviver na nossa “Santa e Bela Catarina”.

Lucas Esmeraldino

*Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
Governo de Santa Catarina*

PREFÁCIO II

A presente obra, organizada por professores e servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Governo do Estado de Santa Catarina, apresenta um panorama das características socioeconômicas do Estado. Descreve a ampla maioria dos componentes que determinam o bem-estar da população, abordando sobre os mais diversos assuntos, como indústria, agricultura, turismo, cultura e esporte, educação, saúde, segurança, infraestrutura, mobilidade urbana, vulnerabilidade social e desequilíbrio regional.

Trata-se de uma compilação de estudos relevantes para o processo de planejamento das ações governamentais destinadas à superação das diferenças regionais e à melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

Do ponto de vista da academia, os estudos apresentados são uma rica fonte de inspiração para a realização de pesquisas destinadas ao entendimento dos fenômenos que afetam o desenvolvimento regional e dos métodos e técnicas aplicáveis à superação dos desafios que possam mitigar os efeitos das desigualdades.

Registro, aqui, meus agradecimentos aos idealizadores desta obra por terem tratado de temas essenciais para que o desenvolvimento institucional possa ser promovido com base em informações sólidas e relevantes.

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Silvio Antonio Ferraz Cario
José Antonio Nicolau
Luiz Carlos de Carvalho Júnior
Norton Flores Boppré

12

CAPÍTULO 1 | Desenvolvimento e Desequilíbrio Regional na Economia Catarinense: indústria e serviços no período recente

20

Marcelo Arend
Pablo Felipe Bittencourt
Janaína Führ
Adilson Giovanini

CAPÍTULO 2 | A Agricultura Catarinense: diagnóstico e desafios contemporâneos

Marcelo Arend
Luiz Carlos Mior
Janaína Führ
Adilson Giovanini

40

CAPÍTULO 3 | Turismo, Cultura e Esporte: características e desafios recentes

60

Pablo Felipe Bittencourt
Daniele Neuberger
Janaína Führ
Eugênio Pascele Lacerda

CAPÍTULO 4 | Dinâmica Demográfica Recente do Estado de Santa Catarina

79

José Antonio Nicolau

CAPÍTULO 5 | Educação em Santa Catarina: uma avaliação do ensino médio estadual e macrorregional

*Silvio Antonio Ferraz Cario
Michele Dreger Vasconcelos Silva
Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves*

97

CAPÍTULO 6 | Indicadores do Sistema de Saúde em Santa Catarina

117

José Antonio Nicolau

CAPÍTULO 7 | A Criminalidade Recente em Desarmonia com a Santa e “Bela” Catarina

*Pablo Felipe Bittencourt
Carolina Silvestre Cândido Rocha*

139

CAPÍTULO 8 | Vulnerabilidade Social em Santa Catarina: avaliação de indicadores selecionados nos níveis estadual, macrorregional e municipal

161

Silvio Antonio Ferraz Cario

Paloma Mariuci

Henrique Pereira Campos

Daniele Neuberger

CAPÍTULO 9 | O Desempenho da Infraestrutura em Santa Catarina

Fernando Seabra

Carolina Silvestre Cândido Rocha

Carla Acordi

184

CAPÍTULO 10 | Mobilidade Urbana e a Dinâmica Recente de Urbanização em Santa Catarina

200

Samuel Steiner dos Santos

CAPÍTULO 11 | Gerenciamento de Projetos no Governo do Estado de Santa Catarina

Djeovana Dias Scoz

Giuliano da Silveira Martins

225



**CAPÍTULO 12 | Programa de Desenvolvimento
e Redução das Desigualdades Regionais:
“Crescendo Juntos”**

247

*Sandra da Silva Bertoncini
Tânia Regina Santiago
Vicente Sandrini Pereira*

**CAPÍTULO 13 | Desenvolvimento: um novo
foco para a região da Faixa de Fronteira
Catarinense**

Norton Flores Boppré

262

**CAPÍTULO 14 | Uma Estratégia de
Desenvolvimento para o Estado de Santa
Catarina**

285

*Silvio Antonio Ferraz Cario
José Antonio Nicolau
Fernando Seabra
Marcelo Arend
Pablo Felipe Bittencourt
Samuel Steiner Santos*

SOBRE OS AUTORES

331

APRESENTAÇÃO

O estado de Santa Catarina figurou entre as principais unidades federativas do País em termos de indicadores de desenvolvimento socioeconômico nos anos 2000. A economia catarinense ocupava a sexta posição no *ranking* da produção da riqueza nacional, vista pela ótica do Produto Interno Bruto (PIB), dentre os 26 estados federativos e um Distrito Federal. Tal posição decorreu da presença de características econômicas, dentre as quais a estrutura industrial consolidada, expressa pela maior participação relativa desse setor entre os estados da região sul; a liderança na produção de vários alimentos de origens animal e vegetal; a forte relação agricultura-indústria em determinados segmentos produtivos; a diversificação produtiva com especialização produtiva regional; e a expansão do setor de serviços intensivos em conhecimento e tecnologia, associado à formação de sistemas locais de inovação.

No âmbito social, Santa Catarina possuía um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), expresso pelo indicador 0,774, que levou em conta a educação, a renda e a longevidade da população, sendo superado apenas por São Paulo, com 0,783, e o Distrito Federal, com 0,824, em 2010. A esperança de vida do catarinense ao nascer alcançou 78,7 anos, considerada maior que a do País (75,4 anos), aproximando-se da registrada pelo Chile (81,2 anos) e por Portugal (81,2 anos) em 2015. No tocante à distribuição de renda, registrou o menor perfil concentrador do Brasil, expresso pelo índice de Gini (0,421), ou seja, ficou bem inferior à média nacional (0,518) em 2014. Também registrou o menor Índice de Vulnerabilidade Social (0,192) contra a média brasileira de 0,326 em 2010, além de posicionar-se como segundo estado com menor taxa de homicídio (14,24) por 100 mil habitantes, ficando bem abaixo da média nacional de 30,3 por 100 mil habitantes em 2016.

Outras variáveis e números podem ser listados para posicionar Santa Catarina no quadro de desenvolvimento nacional. Podem ser citados indicadores que exigem da sociedade, em geral, e do governo, em particular, ações corretivas para mitigar os problemas econômicos e sociais decorrentes, dentre os quais: mais de meio milhão de pessoas vivendo na linha da pobreza; elevado percentual de domicílios sem tratamento de es-

goto; percentual não desprezível de reprovação e abandono da escola por estudantes do ensino médio; processo de esvaziamento populacional em certas regiões; desequilíbrio econômico regional; forte concentração populacional e de atividade econômica na faixa litorânea; movimento contínuo de concentração da terra no campo; dispersão de atividades, bens, serviços e infraestruturas em território alargado, pouco coeso e articulado; baixo nível de qualidade e eficiência nos modais de transportes; e o aumento da criminalidade nas regiões de maior densidade populacional e mais pobres.

Tais considerações e outras se encontram nos capítulos deste livro, que faz uma radiografia socioeconômica de Santa Catarina, com informações que abarcam a primeira década e meia dos anos 2000. Este trabalho é resultado da pesquisa intitulada “Estado, Economia e Sociedade: uma estratégia de desenvolvimento para Santa Catarina”, realizada pelos professores dos departamentos de Economia e Relações Internacionais e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) do Governo de Santa Catarina. Também contém capítulos elaborados pelos técnicos dessa Secretaria acerca de projetos e programas em desenvolvimento nessa pasta. A seguir, descrevem-se o objetivo geral e os aspectos do conteúdo de cada capítulo.

O primeiro deles, “Desenvolvimento e Desequilíbrio Regional na Economia Catarinense: indústria e serviços no período recente”, de autoria de Marcelo Arend, Pablo Felipe Bittencourt, Janaína Führ e Adilson Giovanini, insere-se no debate sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira. Nesse contexto, o capítulo tem como objetivo mostrar o movimento de mudança estrutural que está ocorrendo na economia estadual, em demonstração de que tal processo não segue em linha com o padrão constatado na economia brasileira, mas sim de acordo com o movimento que está ocorrendo nos países desenvolvidos. Demonstra a queda de participação do setor industrial, do emprego e da renda catarinense, concomitante com as mudanças na sua estrutura, em favor de segmentos industriais e de serviços com maior sofisticação tecnológica. Expressa que tal movimento é heterogêneo e ocorre de forma regionalmente localizada, trazendo como consequência o aprofundamento do desequilíbrio econômico regional.

O segundo capítulo, “A Agricultura Catarinense: diagnóstico e desafios contemporâneos”, de Marcelo Arend, Luiz Carlos Mior, Janaína Führ e Adilson Giovanini, enfatiza a importância do setor primário estadual por meio de vários indicadores técnicos, produtivos e socioeconômicos que permitem ao Estado assumir a liderança em diversas cadeias produtivas nacionais. Sob essa relevância, o texto tem como objetivo apresentar as principais atividades em termos de estrutura agrária, valor da produção, produtos em destaque e inserção nacional e internacional, bem como apontar as transformações econômicas em curso no tocante às ocorrências da diminuição da mão de obra, do aumento da área média dos estabelecimentos, da mudança de ocupação do solo e da elevação da produtividade. Procura apontar também os principais desafios para as políticas públicas na promoção do desenvolvimento da agricultura estadual, visando manter Santa Catarina como protagonista importante nesse setor em nível nacional.

O terceiro capítulo, “Turismo, Cultura e Esporte: características e desafios recentes”, de autoria de Pablo Felipe Bittencourt, Daniele Neuberger, Janaína Führ e Eugênio Pascele Lacerda, tem o propósito de apresentar as particularidades e os enfrentamentos dos referidos segmentos no estado de Santa Catarina. Para tanto, no tocante ao Turismo, realiza um diagnóstico dos tipos existentes, mas com destaque para o lazer no segmento de sol e praia, fortemente localizado na região litorânea. Nesse sentido, ressalta o turismo fundado no segmento de eventos e negócios, de maior representatividade em Florianópolis, e sinaliza para a necessidade de se criarem condições para explorar outras formas desse segmento. Na área da Cultura, ressalta a ocorrência, nos âmbitos municipal e macrorregional, e a existência de estrutura institucional – conselhos, fundos e políticas – de apoio existente. E, no que concerne ao Esporte, demonstra o engajamento público – Estado e municípios – na realização dessa prática em diversas modalidades e eventos, que leva o Estado a um posicionamento de destaque em nível nacional.

O quarto capítulo, “Dinâmica Demográfica Recente do Estado de Santa Catarina”, de José Antonio Nicolau, tem como centro de análise a estrutura demográfica estadual. Nesse contexto, apresenta o propósito de evidenciar as características demográficas, com ênfase para os fenômenos

mais recentes. Para tanto, apresenta números que mostram o aumento do crescimento demográfico, a concentração populacional nos centros urbanos de maior porte, o crescimento da população idosa e a concentração populacional nas regiões litorâneas. Além da discussão sobre esses fenômenos, realiza uma projeção populacional por idade, sexo e razão de dependência nos níveis estadual e macrorregional. Particular destaque é dado ao fenômeno demográfico que ocorre na região litorânea, denominado litoralização, cuja concentração populacional nessa faixa territorial decorre de consideráveis fluxos migratórios interno e externo, tendo como base as mudanças nas estruturas econômica e social.

O quinto capítulo, “Educação em Santa Catarina: uma avaliação do ensino médio estadual e macrorregional”, de autoria de Silvio Antonio Ferraz Cario, Michele Dreger Vasconcelos Silva e Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves, parte da concepção de que a educação é fundamental para o desenvolvimento humano, econômico e social e de que o Estado tem papel fundamental na promoção de condições para tal ocorrência, estruturando e regulamentando o sistema educacional do País. A partir desse contexto, aponta que, dos níveis de ensino existentes em Santa Catarina, o ensino médio é considerado fundamental, pois dentre as funções que exerce figuram a qualificação do estudante para adentrar o mercado de trabalho e a obtenção do passaporte para tentar o ingresso no ensino universitário. Assim sendo, o objetivo do estudo é apontar as características do ensino médio de Santa Catarina, dando a conhecer a quantidade de jovens matriculados; as taxas de aprovação, a reprovação, o abandono e a distorção idade-série; o desempenho obtido pelas redes de ensino público e privado; bem como a posição do desempenho em nível nacional. Além disso, cita as principais políticas públicas para o desenvolvimento do ensino médio catarinense.

O sexto capítulo, “Indicadores do Sistema de Saúde em Santa Catarina”, de José Antonio Nicolau, parte da constatação de que a saúde humana deve ser saudável para que as pessoas possam ter bom convívio na sociedade onde vivem. Considera, para tanto, que o País deve pautar-se pelo atendimento das metas do desenvolvimento sustentável na área da saúde, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como meio importante para atingir tal objetivo. Santa Catarina possui indicadores do

sistema de saúde que o coloca acima da média nacional, como a expectativa de vida, contudo tal virtuosidade não o isenta de tratar com atenção as causas das mortes. Para tanto, o capítulo tem como objetivo apresentar os indicadores do sistema de saúde estadual em várias dimensões, dentre as quais os relacionados à saúde materno-infantil, às doenças crônicas não transmissíveis, às mortes por causas externas e às doenças infecciosas e parasitárias. Também apresenta a estrutura do sistema de saúde no atendimento da atenção primária, dos serviços de média e de alta complexidades e do padrão de financiamento.

O sétimo capítulo, “A Criminalidade Recente em Desarmonia com a Santa e “Bela” Catarina”, de autoria de Pablo Felipe Bittencourt e Carolina Silvestre Cândido Rocha, insere-se no debate sobre a segurança das pessoas na sociedade, que no curso do cotidiano se deparam com a contínua elevação da criminalidade no território nacional, bem como se encontram em permanente estado de sensação de insegurança. Nesse quadro, o objetivo proposto é discutir sobre as características da evolução recente da criminalidade no estado de Santa Catarina e, a despeito dele, figurar entre os estados federativos aqueles com baixa taxa de homicídios. Nessa perspectiva, apresenta indicadores de violência, tais como os tipos de vítimas, as regiões de maior ocorrência e a população carcerária, assim como discute sobre as causas da criminalidade. Por considerar a criminalidade um processo multicausal, sugere a necessidade de desenvolver inovação institucional no âmbito das políticas públicas para mitigar tal ocorrência.

O oitavo capítulo, “Vulnerabilidade Social em Santa Catarina: avaliação de indicadores selecionados nos níveis estadual, macrorregional e municipal”, de Silvio Antonio Ferraz Cário, Paloma Mariuci, Henrique Pereira Campos e Daniele Neuberger, realça que avaliar o nível de pobreza de uma sociedade vai além da insuficiência de recursos monetários para viver, dado que indicadores socioinfraestruturais devem ser considerados, dentre os quais o índice de vulnerabilidade social. Tal indicador congrega as condições de vida das pessoas em termos de habitação, saúde, saneamento, educação, trabalho e renda. Desse ponto de partida, o estudo tem como objetivo fazer um diagnóstico da vulnerabilidade social em Santa Catarina em distintos espaços territoriais. Destaca que o Estado registra o menor indicador de vulnerabilidade social do Brasil, porém tal constatação

não o isenta de apresentar características marcantes de pobreza. Realça, em números, o nível de pobreza em macrorregiões e municípios catarinenses, bem como aponta as principais ações colocadas em prática e as planejadas para mitigar tal quadro.

O nono capítulo, “O Desempenho da Infraestrutura em Santa Catarina”, de autoria de Fernando Seabra, Carolina Silvestre Cândido Rocha e Carla Acordi, aborda o tema relacionado à infraestrutura pública para o desenvolvimento, considerando que essa tem a função de proporcionar condições materiais para que a população tenha melhor qualidade de vida e fornecer apoio à produção econômica de setores, regiões e países. Nesse contexto, o capítulo tem como objetivo avaliar o desempenho dos segmentos que compõem a infraestrutura em Santa Catarina. Para tanto, avalia o desempenho dos subsegmentos de transportes – rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário – e aponta características relacionadas aos subsegmentos de saneamento e de energia. Realça a importância do planejamento do setor infraestrutural para o desenvolvimento, bem como apresenta os objetivos para esse setor, apontados no Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030.

O décimo capítulo, “Mobilidade Urbana e a Dinâmica Recente de Urbanização em Santa Catarina”, de autoria de Samuel Steiner Santos, tem o propósito de realizar uma reflexão sobre a mobilidade urbana estadual. Parte da premissa de que a mobilidade é resultado da interação entre dinâmicas externas, conjunturais e estruturantes, com especificidades domésticas próprias e locais do processo de estruturação socioespacial do território estadual. Demonstra que em Santa Catarina as transformações recentes na dinâmica urbana ocorrem de forma heterogênea e longe de ser equilibrada, gerando, por seu turno, um padrão de urbanização distinto. No espaço urbano, figuram manchas com boa infraestrutura, serviços e equipamentos, e outras com baixa qualidade do ponto de vista urbanístico. Agrega-se a esse quadro a ocorrência de expansão urbana em velocidade e intensidade, sobretudo na faixa litorânea, combinando, de um lado, a concentração populacional e, de outro, o desequilíbrio entre os espaços urbanos, trazendo, em consequência, o deslocamento da população em movimentos pendulares. Desafios se manifestam em escala e complexidade crescentes, requerendo maior enfrentamento pela gestão pública.

O décimo primeiro capítulo, “Gerenciamento de Projetos no Governo do Estado de Santa Catarina”, de Djeovana Dias Scoz e Giuliano da Silveira Martins, insere-se no tema da gestão pública de projetos de investimentos em linha com os princípios da governança pública de tornar a gestão eficiente, proativa, informativa e transparente. Nessa perspectiva, tem como objetivo demonstrar as ações desenvolvidas pelo Escritório de Gestão de Projetos, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento do Governo de Santa Catarina, no monitoramento de projetos. Dentre as ações atribuídas, encontram-se a de acompanhar, analisar, monitorar e avaliar a execução de projetos, bem como a de promover a visibilidade e a transparência das informações sobre os projetos em andamento. Para atender ao propósito definido, os autores detalham as atribuições, a função da equipe gestora, a metodologia empregada na gestão dos projetos, o acompanhamento por fases dos projetos, os resultados alcançados e o funcionamento do sistema de informação relacionado aos projetos gerenciados.

O décimo segundo capítulo, “Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais: ‘Crescendo Juntos’”, de autoria de Sandra da Silva Bertoncini, Tânia Regina Santiago, Vicente Sandrini Pereira e Luiz Carlos Mior, insere-se no tema sobre desigualdade social, dado que o desenvolvimento econômico regional ocorre de forma desigual nas áreas da educação, da saúde, de renda, de segurança, de habitação, dentre outras. Nessa perspectiva, tem como objetivo contextualizar a concepção, a elaboração e os resultados alcançados pelo Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, denominado “Crescendo Juntos”, que foi levado a cabo pelo governo estadual. Para tanto, discute sobre a construção e as ações contidas em 12 Agendas Regionais de Desenvolvimento, que foram elaboradas com a participação dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada das regiões com baixos indicadores de desenvolvimento. Demonstra que os resultados até aqui alcançados decorreram das parcerias formadas nos consensos construídos, na busca de sinergia e na operacionalização e efetividade das ações realizadas.

O décimo terceiro capítulo, “Desenvolvimento: um novo foco para a região da Faixa de Fronteira Catarinense”, de Norton Flores Boppré, insere-se no âmbito da preocupação com a segurança nacional e o desenvolvimento econômico da área fronteira brasileira. Para tanto,

o governo brasileiro criou núcleos estaduais ligados à política nacional de desenvolvimento regional, estabelecendo planos de desenvolvimento e integração fronteiriços. Considerando esse contexto, seu propósito é apresentar as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo Estadual da Região Fronteira, desenhadas a partir do Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina. No espaço de 150 quilômetros de largura da linha de fronteira com a Argentina, existem 82 municípios catarinenses com população da ordem de 900 mil habitantes. Para tanto, aponta as ações desenvolvidas nas áreas da educação, da saúde, de infraestrutura e logística, de controle e segurança, de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento socioambiental e de fortalecimento da gestão da área de fronteira.

Por fim, o décimo quarto capítulo, “Uma Estratégia de Desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina”, de autoria de Silvio Antonio Ferraz Cario, José Antonio Nicolau, Fernando Seabra, Marcelo Arend, Pablo Felipe Bittencourt e Samuel Steiner Santos, aborda, de forma sintética, sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (Plano SC 2030). Como um plano de desenvolvimento de longo prazo, traz para conhecimento a Visão de Futuro desejada para a sociedade catarinense, bem como expressa a necessidade de se ter transversalidade nas áreas de atuação do setor público para que referida visão possa ser alcançada. Da mesma forma, aponta os requerimentos necessários para que a travessia até 2030 seja obtida com êxito, dentre os quais a necessidade de se ter um sistema de inovação, a infraestrutura econômica de apoio, a equidade social e regional e a gestão pública segundo os princípios hodiernos da governança pública. Também destaca os objetivos e as ações estratégicas a serem desenvolvidos para alcançar o desejo expresso na Visão de Futuro para Santa Catarina.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura!

Os organizadores

CAPÍTULO 1

Desenvolvimento e Desequilíbrio Regional na Economia Catarinense: indústria e serviços no período recente

*Marcelo Arend
Pablo Felipe Bittencourt
Janaína Führ
Adilson Giovanini*

Introdução

O presente capítulo procura evidenciar o processo recente de mudança estrutural da economia catarinense. A partir de informações atualizadas da dinâmica econômica regional, procura-se mostrar que a trajetória contemporânea do estado de Santa Catarina ocorre com sofisticação tecnológica, na contramão do movimento ocorrido na economia brasileira.

As evidências encontradas no presente estudo sugerem uma hipótese preliminar a ser aprofundada em pesquisas futuras: o processo de mudança estrutural da economia catarinense não se assemelha ao processo de desindustrialização precoce enfrentado pelo Brasil nas últimas décadas, marcado por regressão industrial associada à reprimarização produtiva. Portanto, não se entende o processo de desindustrialização catarinense como patológico, ao contrário, ele mostra-se mais similar ao padrão de mudança estrutural observado em economias desenvolvidas: a queda do setor industrial na geração de emprego e renda ocorre com maior sofisticação produtiva, tanto no setor industrial como no de serviços. A hipótese adicional é a de que a mudança estrutural catarinense tem amplificado o desequilíbrio regional, pois os setores produtivos que mais crescem no território regional, mais intensivos em tecnologia e conhecimento, estão espacialmente concentrados em poucas regiões, fenômeno denominado “litoralização”.

Aspectos gerais da evolução da estrutura produtiva catarinense

A economia catarinense historicamente estruturou-se a partir da indústria tradicional, em forte conexão com a agricultura. Desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus, no século XIX, as atividades manufatureiras foram se consolidando em núcleos coloniais, materializando, desde então, trajetórias particulares de desenvolvimento, marcadas por distintas especializações produtivas. Em meados do século XX, a indústria catarinense experimentou notável crescimento e se consolidou no Estado com o surgimento das indústrias eletrometalmecânicas, cerâmicas, de móveis, de papel e celulose e de plásticos, além da expansão das indústrias já existentes e de sua inserção no mercado internacional. Dessa forma, a base produtiva catarinense foi se autorreforçando ao longo do século XX, sob a forma de distintos arranjos produtivos locais.

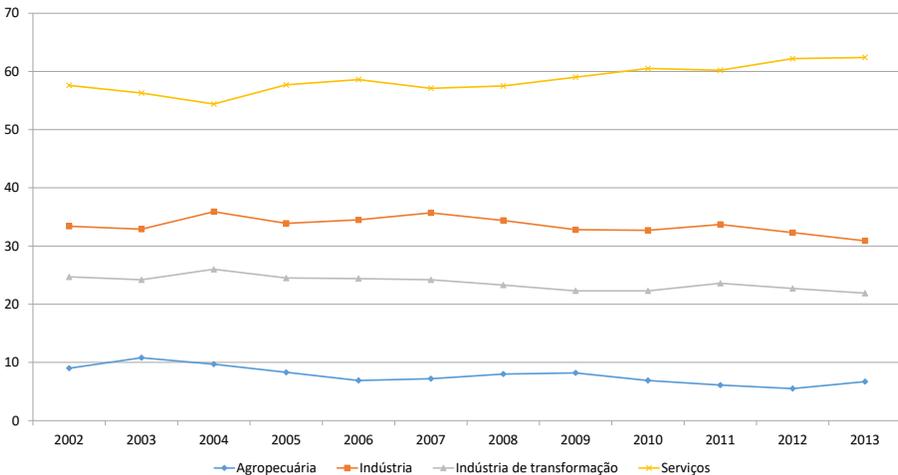
Na década de 1990, em razão das inúmeras mudanças institucionais pelas quais passou a economia brasileira, tais como abertura de mercado, desregulamentação econômica e processos de privatização, vários segmentos industriais catarinenses sofreram impactos em seus resultados econômicos, forçando empresas locais a reestruturarem-se em termos patrimoniais, organizacionais e tecnoprodutivos¹.

Tal processo de reestruturação produtiva nos anos de 1990 acabou por ampliar o grau de internacionalização das empresas catarinenses. Algumas delas aumentaram sua participação nas exportações (WEG), abriram o capital para receber sócio forâneo em sua composição ou foram adquiridas integralmente por empresas multinacionais (EMBRACO). Outras

¹ Alguns destaques são citados: Tupy (metalurgia) realizou a reestruturação patrimonial, desfazendo-se de parte do capital; a Douat (têxtil e confecção) e a Akros (plásticos) foram adquiridas pela Franke e Amanco, respectivamente; a Hering, a Tekka e a Renaux (têxtil e confecção) fizeram mudanças organizacionais e tecnoprodutivas, reduzindo linhas de produção e o quadro de pessoal; a Sadia, a Perdigão e a Aurora (alimentos) diminuíram sensivelmente o número de produtores rurais integrados, etc. (GOULART FILHO, 2010). As empresas cerâmicas adquiriram bens de capital da Itália; as de móveis, da Alemanha; e as têxteis e de confecções, dos Estados Unidos e da Itália. Empreenderam, também, mudanças organizacionais por meio da desverticalização produtiva, da adoção de técnicas modernas – *just in time*, *kanban*, *setup*, entre outras. Em alguns segmentos, como o eletrometalmecânico, a desverticalização possibilitou a formação de redes de fornecedores de empresas, e em outros aproximou setores, como deste último com o setor de plástico industrial (CAMPOS *et al.*, 2002).

iniciaram suas atividades em Santa Catarina (USINOR). No curso desse processo, algumas empresas se tornaram fornecedoras globais, como as de motores elétricos e de compressores; enquanto outras vincularam parte da produção a cadeias globais de valor varejista, como as dos segmentos têxtil, móveis e calçados; e algumas estabeleceram unidades produtivas no exterior, como as de motores elétricos e de plásticos industriais.

Gráfico 1 - Participação percentual no PIB dos setores produtivos da economia catarinense



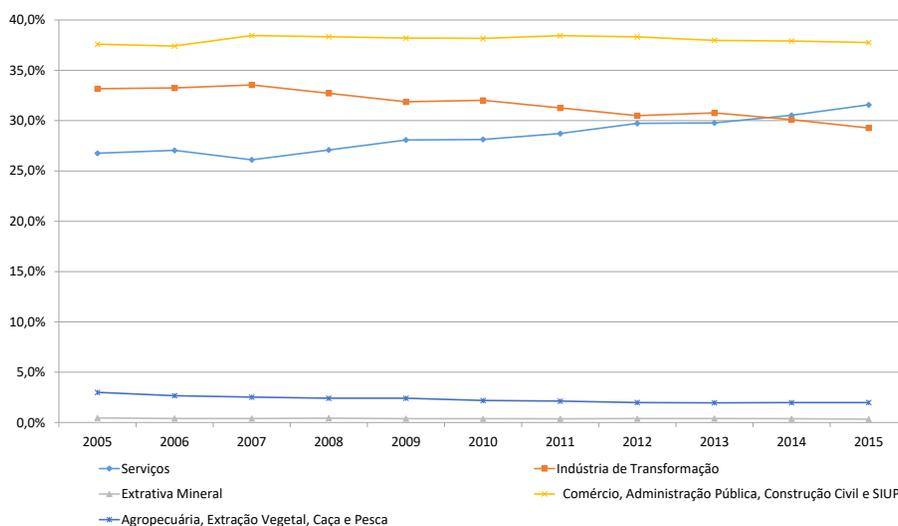
Fonte: Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2015); Cândido, Pereira e Cario (2016).

Conforme mostra o gráfico 1, o setor de serviços constitui o segmento da economia catarinense que mais mostrou evolução na geração de riqueza nos anos 2000. A participação, no início da década, de 57,6% elevou-se para 62,4%. Em contrapartida, a agricultura demonstrou queda próxima de 1/3 percentual, uma vez que em 2002 registrou 9% e, depois, passados 12 anos, alcançou 6,7%. Trajetória semelhante à seguida pela indústria, que perdeu participação no PIB estadual, visto que, em 2002, representava 33,4% e em 2013 alcançou 30,9%. Dentre os segmentos participantes, a indústria de transformação reduziu de 24,7% para 21,9%, demonstrando um processo evidente de desindustrialização em nível estadual.

O mesmo movimento de mudança estrutural na economia catarinense pode ser verificado no gráfico 2, que mostra a evolução da participação

percentual no emprego dos principais setores produtivos. Percebe-se uma estabilidade na participação do emprego, ao redor de 38% no período de 2005-2015, do grande setor que compreende o Comércio, a Administração Pública, a Construção Civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública. Os ganhos de participação no emprego do setor de serviços, ao longo de todo o período, ocorreram sobretudo em detrimento da queda do emprego na indústria de transformação, evidenciando-se novamente o fenômeno da desindustrialização na economia catarinense.

Gráfico 2 - Participação percentual no total do emprego dos setores produtivos da economia catarinense



Fonte: Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2015).

Apesar de o fenômeno da desindustrialização impactar também a geração de emprego, segundo dados da RAIS para o ano de 2015 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, s.d., *online*), ainda se verificou uma elevada diversificação industrial. Segmentos voltados ao consumo final, como vestuário, móveis e alimentos, figuraram conjuntamente com setores ao montante das cadeias de produção, sendo os que mais absorveram empregos industriais, como de têxteis, de máquinas e equipamentos, de materiais elétricos, entre outros. Essa diversidade revelou uma

maior capacidade da estrutura produtiva catarinense de responder ao ciclo do *boom* de *commodities* da primeira década do século XXI, assim como de gerar ciclos longos de crescimento, engendrados pelos encadeamentos industriais. Também demonstrou a alta capacidade de absorção de mão de obra da estrutura catarinense pela forte presença de setores que demandam muitos trabalhadores na produção. São exemplos os setores têxtil, de vestuário e de alimentos.

Em certa medida, o bom desempenho dessa diversificada estrutura produtiva pode ser visto em sua pauta exportadora. Notadamente marcada pela força do setor de alimentos, por concentrar mais de 40% das vendas para fora do Brasil em 2016, as exportações catarinenses também foram compostas por produtos tecnologicamente mais complexos, como as máquinas, os equipamentos e os materiais elétricos, conforme representado no gráfico 3. Como se sabe, duas regiões respondem pela maior parte das exportações desses dois conjuntos de bens: a região Oeste pelas exportações de alimentos e o Litoral Norte pela eletrometalmecânica.

Gráfico 3 - Exportações por setor – Santa Catarina, 2016 (%)



Fonte: SECEX (MDIC, s.d., *online*).

Afinal, Santa Catarina enfrenta um processo de desindustrialização precoce?

Um dos fenômenos mais notáveis da economia mundial das últimas décadas é o ganho de participação relativa do setor de serviços nas estruturas produtivas. Tal fenômeno foi, de certa forma, generalizado, pois ocorreu simultaneamente em países desenvolvidos e em países em desenvolvimento. Todavia, esse aumento da participação do setor de serviços nas estruturas produtivas não ocasionou em todos os países elevações sustentadas na renda *per capita* (PALMA, 2005; AREND, 2014) nem resultou necessariamente em estímulos para o crescimento da produtividade (FAGERBERG, 2000; MCMILLAN; RODRIK, 2011). Tal processo de mudança estrutural diferenciado entre os países ocorre porque o setor de serviços é dramaticamente heterogêneo (CASTALDI, 2009; ARBACHE, 2015) e suas atividades mais dinâmicas não se encontram distribuídas uniformemente entre os países.

As análises sobre processos de desindustrialização procuram descrever o fato estilizado da queda persistente da participação da indústria tanto no emprego quanto no produto interno bruto, conforme os países se desenvolvem e atingem a maturidade industrial (ROWTHORN; WELLS, 1987; ROWTHORN; RAMASWAMY, 1997; TREGENNA, 2009). Em relação à indústria brasileira, as informações estatísticas indicam que tanto a participação do emprego industrial quanto a participação da indústria no PIB apresentaram queda permanente desde os anos de 1980, confirmando a ocorrência do fenômeno da desindustrialização no Brasil (OREIRO; FEIJÓ, 2010; MARCONI; ROCHA, 2012; AREND, 2014).

Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1997), a desindustrialização dos países avançados está relacionada, principalmente, ao aumento da produtividade do trabalho, sendo o fenômeno percebido como natural nas economias maduras. Em relação à economia brasileira, não é possível afirmar que o País enfrenta um processo de desindustrialização com elevado dinamismo da produtividade. Os autores (1999) também indicam que a desindustrialização natural, em geral, ocorre com o aumento do emprego em setores tecnologicamente avançados. Segundo Arend (2014), novamente, esse comportamento associado à mudança estrutural não se

verifica na indústria brasileira. A maior concentração do emprego ocorre na indústria tradicional intensiva em mão de obra, que responde por mais da metade do pessoal ocupado na indústria brasileira. O grupo de setores industriais característico do paradigma microeletrônico registrou apenas aproximadamente 2% do total do pessoal ocupado, com tendência à queda de participação.

A desindustrialização brasileira é caracterizada como “prematura” por vários pesquisadores, dado seu nível de renda *per capita* no início do processo e atualmente, vis-à-vis com as demais economias desenvolvidas que enfrentaram o fenômeno. Observa-se que, atualmente, o grau de industrialização da economia brasileira se aproxima mais das economias desenvolvidas, cuja renda *per capita* é, em média, sete vezes superior à brasileira. Essa seria uma forte evidência de que a estrutura industrial brasileira pode estar em desacordo com o seu estágio de desenvolvimento econômico. Ou seja, o movimento em direção à desindustrialização foi muito mais agudo do que o apresentado até mesmo pelas economias avançadas (AREND, 2014; MARCONI; ROCHA, 2012).

Em relação à Santa Catarina, as transformações, tanto quantitativa como qualitativamente, verificadas na participação da indústria e dos serviços são de particular interesse para a evolução futura da economia catarinense. O olhar atento revela uma tendência de queda na participação na indústria, compensada por outra de crescimento do setor de serviços: a indústria perdeu 4% e os serviços elevaram sua participação no PIB em 5% entre 2005 e 2015. Isso é especialmente relevante quando se tem em consideração que esses setores possuem diferentes potenciais de agregação de valor à produção.

Na contramão do movimento geral ocorrido no Brasil, na economia catarinense há serviços novos que têm imprimido desafios à avaliação da manutenção das tradicionais vantagens da indústria, notadamente os serviços associados às tecnologias da informação e comunicação. Adicionalmente, a literatura recente tem apontado o crescimento do papel dos Serviços Intensivos em Conhecimentos Científicos e Tecnológicos (T-KIBS). Tais setores servem como facilitadores do processo de inovação na economia, inclusive em outros setores que não o de serviços. Assim como os serviços de informação e comunicação, os T-KIBS contribuem

significativamente para o incremento da produtividade das economias (HERTOG, 2000; MILES *et al.*, 1995).

Tendo essa característica especial dos KIBS em consideração, mas também que alguns setores industriais apresentam capacidade diferenciada de gerar valor agregado pelo aumento da atividade inovativa, optou-se por realizar uma breve investigação sobre o comportamento da atividade industrial e desses serviços na estrutura catarinense.

A subdivisão setorial da indústria seguiu critérios de intensidade dos conhecimentos² embutidos em seus processos de inovação, usualmente seguidos em estudos da OCDE, conforme quadro 1. O outro indicador usado pela OCDE é o gasto em P&D mais o gasto em tecnologia incorporada em bens intermediários e de investimento. No caso dos serviços, foram considerados apenas os Serviços Intensivos em Conhecimentos Científicos e Tecnológicos, os chamados T-KIBS. Para isso, seguiram-se Miles *et al.* (1995), os quais destacaram que as modalidades de conhecimento elaboradas pelos KIBS não dispõem de natureza exclusivamente tecnológica, distinguindo os T-KIBS (*Tecnologic KIBS*) dos P-KIBS (*Professional KIBS*). Os primeiros possuem maior conteúdo técnico-científico, abrangendo as áreas de engenharia, informática, tecnologia de informação ou biotecnologia, enquanto o segundo grupo relaciona-se a competências técnicas e organizacionais, etc. (MILES *et al.* 1995).

Quadro 1 - Classificação de setores industriais segundo a intensidade tecnológica

INDÚSTRIA DE BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA - Madeira, papel e celulose - Alimentos, bebidas e tabaco - Têxteis, couro e calçados	INDÚSTRIA DE MÉDIA-BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA - Borracha e Plásticos - Cerâmicas - Metalurgia
INDÚSTRIA DE MÉDIA-ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA - Químicos - Máquinas, Equipamentos e Materiais Elétricos - Veículos	INDÚSTRIA DE ALTA TECNOLOGIA - Farmoquímicos e Farmacêuticos - Equipamentos de Informática, Eletrônicos, Ópticos e de Automação
T-KIBS (SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO)	
- Desenvolvimento de programas de informática - Processamento de dados - Banco de dados e hospedagem na Internet - P&D em Ciências Físicas, Naturais - Manutenção de Equipamentos de Informática e Comunicação	

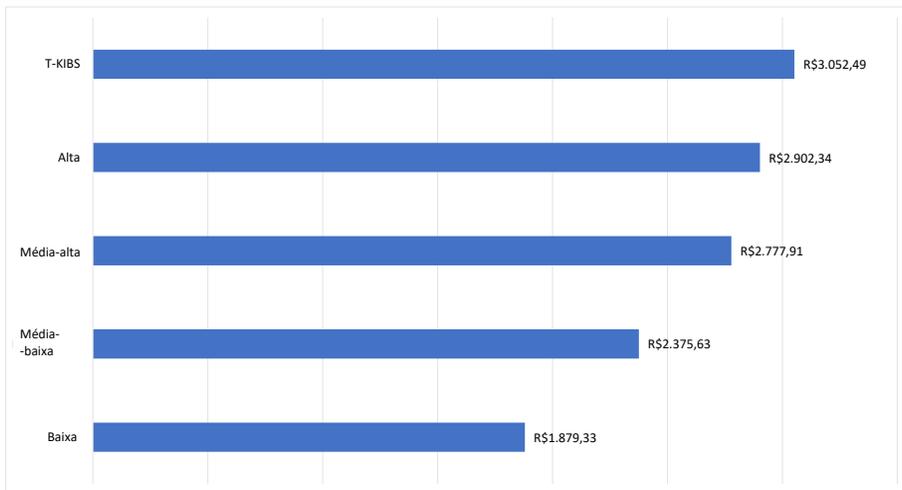
Fonte: Miles *et al.* (1995).

² Essa divisão foi realizada nos estudos da OCDE, cuja intensidade de P&D é o mais importante indicador para a classificação setorial da indústria.

Uma vez que as tentativas de realizar subdivisões de T-KIBS e P-KIBS a partir da Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE) são bastante recentes e discutíveis, para este trabalho optou-se por avaliar apenas os T-KIBS, na forma apresentada.

O gráfico 4 mostra que o salário médio pago cresce conforme a intensidade tecnológica da indústria, sendo o salário pago aos KIBS comparável ao pago na indústria de alta tecnologia. Daí se deriva que o aumento da participação desses setores em uma economia é algo desejável, exatamente por estimular empregos de maior qualidade e remuneração.

Gráfico 4 - Remuneração média do trabalho na indústria segundo a intensidade tecnológica e nos T-KIBS – Santa Catarina, 2015 (R\$)

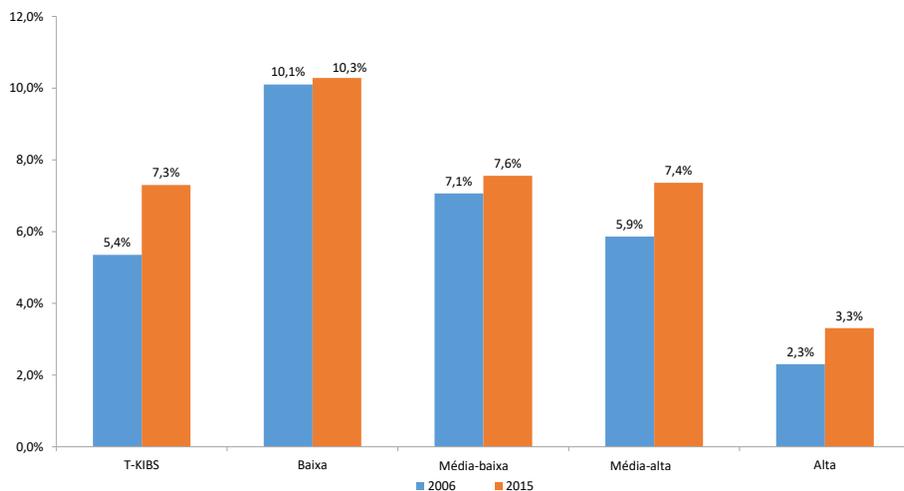


Fonte: RAIS (MTE, s.d., *online*).

Um movimento importante da economia catarinense no período recente pode ser identificado na direção oposta ao comportamento geral da economia brasileira, que é o da reprimarização produtiva e regressão industrial. Considerando a participação no emprego total gerado nos setores industriais e T-KIBS no Brasil, o gráfico 5 revela o crescimento da participação da indústria catarinense nos setores intensivos em conhecimento e tecnologia. Mais do que isso, nota-se que a indústria catarinense tem ampliado sua participação nos segmentos mais intensivos em conhe-

cimento e tecnologia, sem que tenha perdido participação nos de menor intensidade tecnológica: a) os setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica mantiveram sua participação relativa em torno de 10% e 7,5%, respectivamente; b) o setor de média-alta intensidade catarinense ampliou continuamente sua representatividade na economia brasileira, saindo de 5,9% para 7,4%; c) o setor de alta intensidade tecnológica saiu de 2,3% para 3,3%; e, finalmente, d) o setor de T-KIBS revelou o crescimento mais expressivo, saindo 5,3% do total do emprego brasileiro para 7,3%.

Gráfico 5 - Evolução da participação catarinense no total de empregos – Brasil, 2006-2015

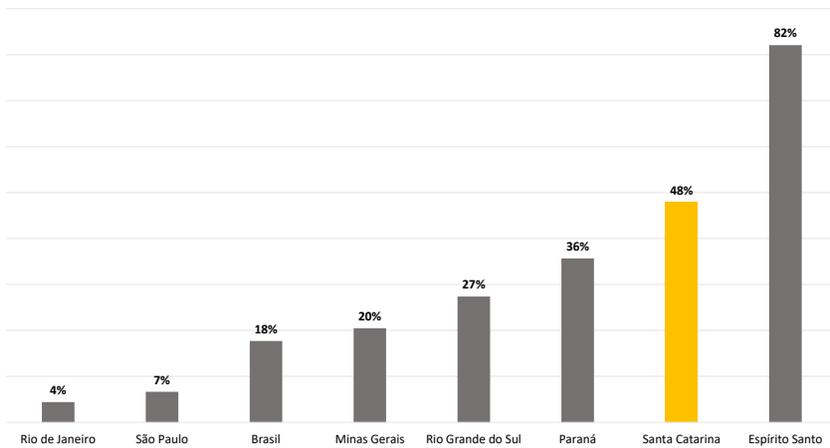


Fonte: RAIS (MTE, s.d., *online*).

Os próximos três gráficos mostram o desempenho catarinense na geração de emprego nos setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento, analisado comparativamente com o dos outros estados da região Sul e Sudeste e com o desempenho da média do Brasil. O gráfico 6 mostra que houve aumento de 48% do volume de emprego gerado no estado de Santa Catarina nos setores de média-alta intensidade tecnológica entre

2006 e 2015³. Apesar de ainda representar apenas 3,3% do emprego gerado no Brasil, o conjunto de setores de alta intensidade tecnológica catarinense apresentou crescimento superior ao dos outros estados da região Sul e Sudeste. Como mostra o gráfico 7, o volume total de emprego aumentou em 54% em Santa Catarina⁴. O crescimento dos Serviços Intensivos em Conhecimentos Científicos e Tecnológicos foi o mais expressivo. Em uma década, mais do que duplicou, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 6 - *Ranking* de crescimento do emprego na indústria de média-alta intensidade tecnológica – Unidades da Federação do Brasil selecionadas e Brasil – de 2006 a 2015 (%)

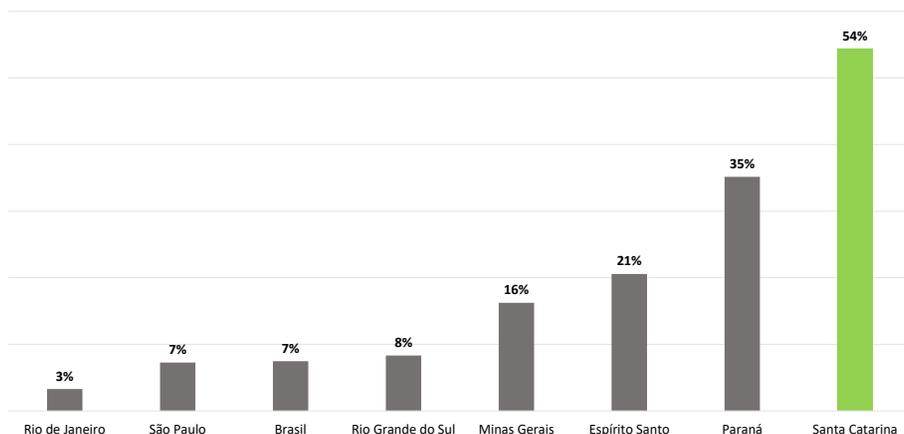


Fonte: RAIS (MTE, s.d., *online*).

³ O bom desempenho catarinense, inferior apenas ao do Espírito Santo, pode ser creditado, em alguma medida, ao início das operações das fábricas automobilísticas da General Motors (2013) e da BMW (2014), ambas em Joinville, tanto pelos empregos diretos como pelos indiretos que possam ter gerado em setores como de equipamentos para automóveis. De fato, mais da metade (52%) de todo o emprego gerado pelo Estado concentrou-se na região Litoral Norte, que abriga os tradicionais centros industriais de Joinville, Blumenau e municípios contíguos.

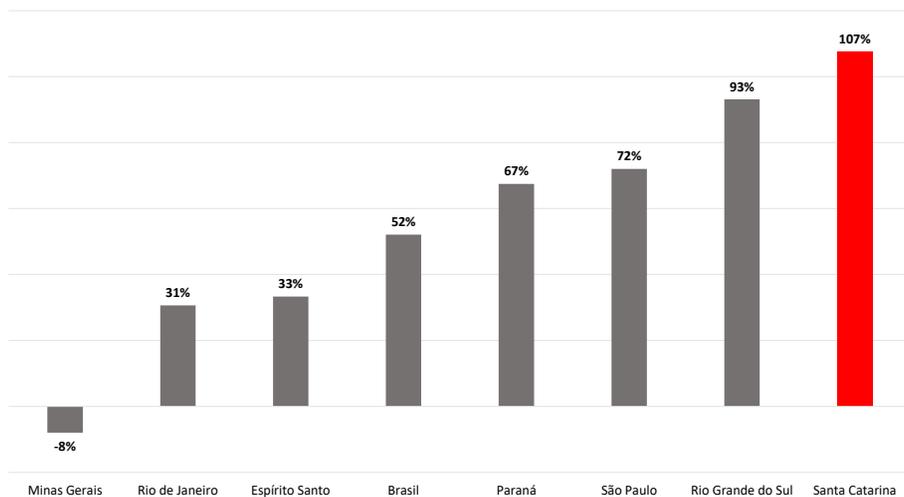
⁴ Também, nesse caso, a concentração regional pode ser verificada. Novamente em prol da macrorregião Litoral Norte, que concentrou 61% de todo o emprego gerado por esse setor entre 2006 e 2015.

Gráfico 7 - Ranking de crescimento do emprego na Indústria de Alta Intensidade Tecnológica – Unidades da Federação do Brasil selecionadas e Brasil – de 2006 a 2015 (%)



Fonte: RAIS (MTE, s.d., *online*).

Gráfico 8 - Ranking de crescimento do emprego dos T-KIBS – Unidades da Federação do Brasil selecionadas e Brasil – de 2006 a 2015



Fonte: RAIS (MTE, s.d., *online*).

O bom desempenho do estado de Santa Catarina nos serviços intensivos em tecnologia está diretamente associado à formação de sistemas

locais de inovação, conforme Bittencourt e Cario (2017), e do segmento de TICs nas cidades de Florianópolis, Joinville e Blumenau. De fato, os sistemas de inovação são compostos por mais do que um conjunto de empresas (DOLOREUX; PARTO, 2005). Fazem parte a estrutura institucional, educacional e de representatividade, assim como as relações dessas com a estrutura produtiva, por apoiarem o processo de crescimento dos sistemas. Análises da ACATE (2016) relativas ao faturamento médio das principais aglomerações produtivas brasileiras mostram que, no ano de 2015, as três aglomerações catarinenses estiveram entre as de maior crescimento no Brasil. O sucesso do sistema costuma traduzir-se em elevação dos salários, que, por sua vez, atraem novos talentos, ao mesmo tempo que influenciam positivamente a economia local pelo consumo.

Nordås (2010) mostrou que indústrias que possuem elevado conteúdo tecnológico são mais intensivas em serviços do que as demais. O aumento na participação do setor de serviços como insumo utilizado pela indústria faz com que esse setor se transforme no principal vetor de dinamismo econômico. O seu crescimento determina o crescimento da produtividade industrial e do PIB (LINDEN *et al.*, 2011; KENDRICK, 1985; NORDÅS; KIM, 2013). Os ganhos de produtividade obtidos pelo setor de serviços também se tornam cada vez mais importantes para garantir a geração de empregos e o pagamento de salários elevados. Por outro lado, o não desenvolvimento desse setor pode criar entraves que restringem a capacidade de crescimento econômico dos países (KENDRICK, 1985).

Portanto, a análise aqui realizada indica que o processo de desindustrialização enfrentado pela economia catarinense difere substancialmente do movimento mais geral que ocorre no Brasil nas últimas décadas. Os ganhos de participação no PIB e no emprego do setor de serviços, na economia catarinense, devem-se, sobretudo, ao desenvolvimento de serviços avançados, intensivos em tecnologia e conhecimento. Também não se percebe um movimento de regressão da estrutura produtiva catarinense, como ocorre no Brasil, no sentido da reprimarização.

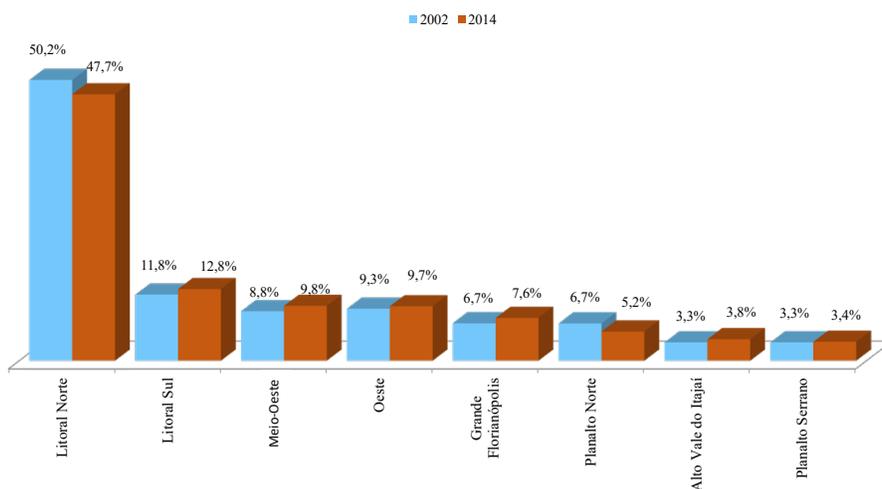
O processo de mudança estrutural, portanto, que ocorre em Santa Catarina não pode ser considerado patológico. Nesse sentido, o processo de desindustrialização catarinense não é essencialmente precoce ou prematuro, pois se dá mediante a sofisticação produtiva. É um processo de mu-

dança estrutural mais próximo ao que ocorreu nas economias avançadas do que nas latino-americanas.

Indústria e serviços tecnológicos mal distribuídos? A problemática do desequilíbrio regional catarinense

A presente seção procura mostrar que o processo de mudança produtiva rumo à maior sofisticação tecnológica não ocorre de forma equilibrada no estado catarinense. O gráfico 9 mostra a participação de cada macrorregião no Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria catarinense. O Litoral Norte concentrava 45% do PIB estadual em 2014. Isso ocorreu pela concentração industrial nessa macrorregião, onde se localiza praticamente metade do parque manufatureiro de Santa Catarina. Outras três macrorregiões – Litoral Sul, Meio-Oeste e Oeste – contribuíram, respectivamente, com 12,8%, 9,8% e 9,7% do Valor Adicionado Bruto industrial do Estado.

Gráfico 9 - Participação das macrorregiões no Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria – Santa Catarina, 2002 e 2014 (em %)

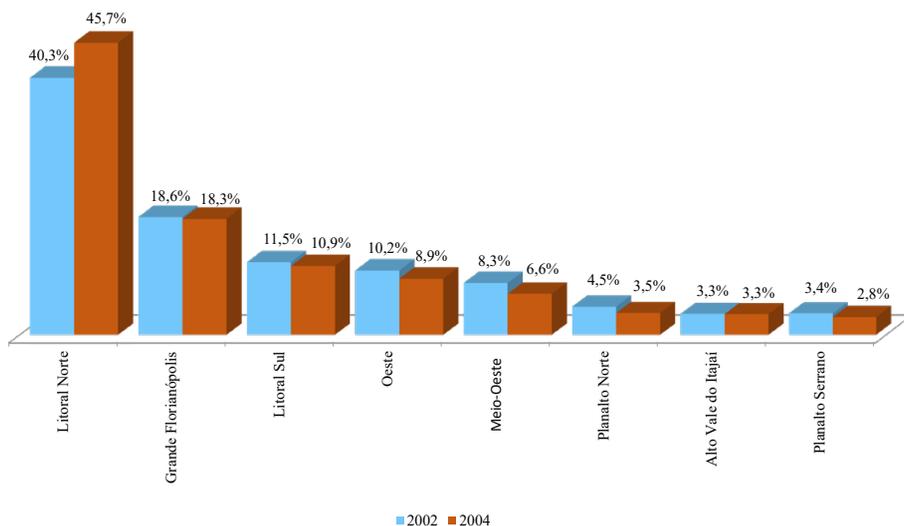


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2015).

As três regiões com menor participação no PIB estadual – Planalto Norte, Alto Vale do Itajaí e Planalto Serrano – foram também as macrorregiões com a menor participação na indústria de Santa Catarina, com pouco mais de 3% cada. A macrorregião da Grande Florianópolis apresentou elevada participação no PIB estadual, todavia isso não ocorreu somente com a sua especialização industrial.

A distribuição espacial desequilibrada do setor de serviços pelo território catarinense também contribuiu para o fenômeno da desigualdade regional. Conforme mostra o gráfico 10, apenas três macrorregiões – Litoral Norte, Grande Florianópolis e Litoral Sul – concentraram praticamente 75% do VAB do setor de serviços catarinense. Percebe-se também que, novamente, as três macrorregiões com as menores participações na renda estadual – Planalto Serrano, Alto Vale do Itajaí e Planalto Norte – foram também as que apresentaram menor participação estadual no setor de serviços. Juntas, essas três macrorregiões corresponderam a menos de 10% do VAB do setor de serviços catarinense.

Gráfico 10 - Participação das macrorregiões no Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor de serviços – Santa Catarina, 2002 e 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2015).

Pela análise apresentada, fica evidente que o padrão de especialização, bem como a dimensão da estrutura produtiva, contribui para a dinâmica de geração de emprego e renda das macrorregiões, ditando trajetórias de desenvolvimento diferenciadas. A análise da participação dos setores Indústria e Serviços nas macrorregiões de Santa Catarina revela a importância da economia do conhecimento para a dinamização do emprego e renda em regiões mais atrasadas. Santa Catarina vem apresentando, nos últimos anos, um processo claro de desequilíbrio regional, fenômeno denominado “litoralização”.

Considerações finais

O presente capítulo procurou caracterizar o processo recente de mudança estrutural da economia catarinense. Inicialmente, demonstrou-se que historicamente a economia estadual consolidou-se pela forte presença da indústria na formação do PIB, estruturada em setores tradicionais encadeados com a agropecuária e a produção florestal. Em seguida, enfatizou-se o fenômeno da desindustrialização, que ocorre em paralelo ao crescimento do setor de serviços na geração de emprego e renda. Tal processo vem ocorrendo com o aumento da participação, no total brasileiro, da indústria de Santa Catarina de média e alta intensidade tecnológica e também dos serviços intensivos em conhecimento.

Nossa análise constatou que a indústria catarinense é composta por setores tradicionais, de baixa intensidade tecnológica (alimentos, confecções, têxtil, produtos de madeira e mobiliário), muitos deles diretamente encadeados com a atividade agropecuária, contando também com a presença expressiva dos setores metalmeccânico e material elétrico e das indústrias de processo (papel e celulose, produtos de plásticos e de minerais não metálicos). Talvez mais importante seja o fato de que apesar de a indústria de transformação ter perdido participação na composição do produto, em seu lugar ganharam espaço as atividades de serviços associadas ao conhecimento e à tecnologia.

Essa dinâmica diferencia Santa Catarina do panorama geral da economia brasileira. Na economia catarinense, o processo de desindustrialização ocorre em consonância com uma trajetória de crescimento da

participação nos empregos formais de maior intensidade tecnológica do Estado no quadro nacional. Esse fenômeno tem ocorrido tanto nas indústrias de média-alta e de alta intensidade tecnológica quanto nos serviços intensivos em conhecimento tecnológico. Essa dinâmica diferencia o estado catarinense da média brasileira, permitindo afirmar que o processo de desindustrialização catarinense não é patológico, assemelhando-se ao ocorrido nas economias avançadas. Porém, como destacado na introdução, essa é uma hipótese preliminar, que demanda uma série de análises mais densas, sobretudo de setores industriais e de serviços.

Um primeiro esforço nessa direção foi realizado por Cario *et al.* (2012). Nessa pesquisa, os autores ressaltam que setores industriais tradicionais que marcaram o desenvolvimento catarinense por décadas parecem estar desandando pela perda de elos tecnologicamente relevantes, o que inclui o setor têxtil, mas também outros relevantes, como o de máquinas e equipamentos. Nos dois casos (e também para muitos dos outros), a taxa de câmbio combinada com a emergência econômica chinesa gerou desadensamento (no caso das máquinas, por exemplo, muito do processo produtivo foi transferido para a China), restando pouco além da assistência técnica e da manutenção em Santa Catarina.

Por outro lado, o aumento da participação de setores industriais intensivos em tecnologia indica um movimento que sugere semelhança com o que aconteceu em países desenvolvidos outrora, uma vez que no Estado ele é muito incipiente. Nesses países desenvolvidos, a transformação estrutural em prol desses segmentos ocorreu duas ou três décadas antes, revelando que apesar de Santa Catarina reestruturar-se em bases mais dinâmicas do que a economia brasileira, seguramente ela também se mantém atrasada em relação aos países desenvolvidos.

Por fim, ressalta-se que o processo de mudança estrutural contemporâneo na economia catarinense é extremamente heterogêneo, localizado sobretudo em apenas três regiões, fenômeno recentemente denominado “litoralização”. Uma política estadual importante seria fomentar e promover de forma mais acelerada novas atividades econômicas intensivas em tecnologias nas macrorregiões mais deprimidas de Santa Catarina.

Referências

- ARBACHE, J. Por que serviços? *In*: BARBOSA, N. *et al.* (Orgs.). **Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. São Paulo: Editora Elsevier, 2015. 712 p.
- AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. *In*: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TECNOLOGIA – ACATE. **ACATE Tech Report 2015**: panorama de inovação e tecnologia de SC. Florianópolis, SC: ACATE, 2016.
- BITTENCOURT, P. F.; CARIO, S. A. F. O conceito de sistema nacional de inovações: das raízes históricas à análise global contemporânea. *In*: RAPINI, M. S.; SILVA, L.; ALBUQUERQUE, E. (Orgs.). **Economia da Ciência, Tecnologia e Inovação: Fundamentos Teóricos e a Economia Global**. Curitiba, PR: Ed. Prismas, 2017.
- CAMPOS, R. *et al.* Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. *In*: VIEIRA, P. F. V. (Org.) **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p. 113-170.
- CÂNDIDO, C. S.; PEREIRA, W.; CARIO, S. A. F. Resposta da indústria catarinense à crise econômica mundial pós 2008: avaliação por intensidade tecnológica. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 10., Blumenau, 2016. **Anais...** Blumenau, SC: APEC, 2016. 16 p.
- CARIO, S. A. F. *et al.* **Avaliação do processo de desindustrialização em Santa Catarina – 1996 a 2011**: Relatório Técnico. Florianópolis, SC: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 2012. 198 p.
- CARTER, A. P. **Structural change in the American Economy**. Cambridge: Harvard University Press, 1970.
- CASTALDI, C. The relative weight of manufacturing and services in Europe: An innovation perspective. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 76, n. 6, p. 709-722, 2009.
- DOLOREUX, D.; PARTO, S. Regional innovation systems: current discourse and unresolved issues. **Technology in Society**, v. 27, p. 133-153, 2005.
- FAGERBERG, J. Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 11, n. 4, dec. 2000.
- GOULART FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. *In*: MATTEI, L.; HOYEDO, N. L. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó, SC: Argos, 2010, p. 29-62.

HERTOG, P. D. Knowledge-intensive business services as co-producers of innovation. **International Journal of Innovation Management**, v. 4, n. 04, p. 491-528, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sistemas de contas regionais**. Publicado em 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

KENDRICK, J. W. Measurement of output and productivity in the service sector. In: INMAN, R. P. (Ed.). **Managing the service economy: prospects and problems**, 1985, p. 111-133.

LINDEN, G. *et al.* Who captures value in a global innovation network? The case of Apple's iPod. **Communications of the ACM**, v. 52, n. 3, p. 140-144, 2011.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 853-888, dez. 2012.

MCMILLAN, M.; RODRIK, D. Globalization, structural change and productivity growth. **NBER Working Paper**, n. 17143, jun. 2011.

MILES, I. *et al.* **Knowledge-intensive business services: users, carriers and sources of innovation**. Manchester: The University Manchester, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). Secretaria do Comércio Exterior. **Estatísticas do comércio exterior**. Sem data de publicação [online]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Relação anual de informações sociais (RAIS)**. Sem data de publicação [online]. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

NORDÅS, H. K. Trade in goods and services: Two sides of the same coin? **Economic Modelling**, v. 27, n. 2, p. 496-506, 2010.

NORDÅS, H. K.; KIM, Y. The role of services for competitiveness in manufacturing. **OECD Trade Policy Papers**, Paris, n. 148, p. 1-57, 2013.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, abr./jun. 2010.

PALMA, J. G. De-industrialization, “premature” de-industrialization and the dutch-disease. Four Sources of ‘de-industrialization’ and a new concept of the dutch disease. In: OCAMPO, J. A. (Org.). **Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic**

vulnerability. Palo Alto, CA: Stanford University Press; Washington, DC: The World Bank, 2005.

PEREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financiero**: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México: Siglo XXI, 2004.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialization**: Its Causes and Implications. Washington, DC: International Monetary Fund, 1997.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, trade and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, p. 1-28, 1999.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, 2009.

CAPÍTULO 2

A agricultura catarinense: diagnóstico e desafios contemporâneos

*Marcelo Arend
Luiz Carlos Mior
Janaína Führ
Adilson Giovanini*

Introdução

O presente capítulo procura apresentar um panorama das principais atividades e transformações econômicas em curso na agropecuária catarinense. Preocupa-se em retratar, com informações atuais, a performance recente da agricultura catarinense, ressaltando aspectos gerais de seu meio agrário, de sua estrutura produtiva, de sua inserção internacional e também seus principais desafios contemporâneos, com vistas a mitigar problemas econômicos e sociais presentes no meio rural.

A importância da agricultura no desenvolvimento do Estado pode ser vista em vários indicadores técnicos, produtivos e socioeconômicos que o colocam na liderança de diversas cadeias produtivas no âmbito nacional e na participação das exportações. Com uma extensão territorial pequena, o estado de Santa Catarina, no ano de 2017, teve um valor bruto da produção agropecuária de cerca 29 bilhões de reais (EPAGRI/CEPA, 2017). Com esse valor, ocupa a oitava posição na participação do VBP da produção agropecuária brasileira (MAPA, 2018).

A estrutura agrária e produtiva da agricultura de Santa Catarina

O meio rural catarinense se caracteriza pela predominância de pequenas propriedades sob a identidade da agricultura familiar. Ao todo,

segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), são 183.065 estabelecimentos agropecuários que ocupam 6,446 milhões de hectares de terra no Estado, com uma área média de 35,2 hectares. A predominância de pequenas propriedades pode ser vista na existência de 37% dos estabelecimentos com menos de 10, 64,8% com menos de 20 e 88,8% com menos de 50 hectares de terra. Estes últimos, 88,8%, têm apenas 36,5% da área total, enquanto no outro extremo apenas 1.447 estabelecimentos possuem 30% da área ocupada no Estado, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1- Estrutura agrária catarinense por grupos de área total – 2017

Grupos de área total (ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	% acumulado	Hectares	% acumulado
Menos de 10	67.706	37,0	325.018	5,0
De 10 a menos de 20	50.828	64,8	713.474	16,1
De 20 a menos de 50	43.969	88,8	1.316.611	36,5
De 50 a menos de 100	11.510	95,1	767.663	48,4
De 100 a menos de 200	4.430	97,5	596.235	57,7
De 200 a menos de 500	2.596	98,9	779.468	69,8
De 500 e mais	1.447	99,7	1.947.685	100,0
Outros (1)	559	100,0	-	-
Total	183.045 *		6.446.154	

Nota: (1) Produtor sem área ou declaração.

*A diferença para o total de 183.065 estabelecimentos no Estado pode estar relacionada ao caráter preliminar da divulgação.

Fonte: IBGE (2017). Elaboração: EPAGRI/CEPA.

Os dados do Censo também refletem mudanças multidimensionais nos estabelecimentos agropecuários das quais podem ser destacados: a) Envelhecimento dos produtores rurais, já que aproximadamente 60 mil deles têm mais de 60 anos; b) Diminuição da mão de obra ocupada nos estabelecimentos, que passou de 571 mil para 497 mil pessoas; c) Aumento da área média dos estabelecimentos, que passou de 31,2 para 35,2 hectares, o que mostra um processo de concentração de terra em Santa Catarina; d)

Mudança da ocupação do solo, com destaque para a substituição da área de milho pela de soja. Enquanto a área de milho passou de 886 mil para 396 mil hectares entre 2006 e 2017, a área de soja aumentou de 264 para 564 mil hectares no mesmo período; e) Aumento da produtividade das culturas e criações, que pode ser visto na produção de leite por vaca ordenhada, que passou de 2,4 mil litros, em 2006, para 4,0 mil, em 2017.

Dessa forma, a análise do Censo Agropecuário de 2017 evidencia certa reconfiguração do meio rural, no qual produções agrícolas e pecuárias são intensificadas com a ampliação da mecanização e automação e a consequente diminuição da mão de obra ocupada. Como um dos desdobramentos desse processo, agricultores constroem no meio rural novas alternativas econômicas, como a agregação de valor por meio da agroindustrialização na agricultura familiar, o turismo rural e outras atividades não agrícolas. Essa situação gera implicações para a formulação de políticas de desenvolvimento rural, principalmente a busca de maior agregação de valor de atividades rurais em regiões com menores níveis de renda, como veremos mais adiante.

Parte importante da estrutura econômica da agricultura catarinense está assentada na organização dos sistemas produtivos da agricultura familiar, que buscam se integrar nas cadeias de produção, processamento e comercialização, coordenadas por cooperativas e agroindústrias vinculadas, sobretudo, aos mercados externos, como no caso das cadeias produtivas de carnes suínas e de aves, fumo e soja, que estão voltadas à produção de itens vinculados, sobretudo, à dinâmica do mercado externo. Ainda, segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 (IBGE, 2017), foram registrados 23 mil produtores de fumo e 16 mil produtores de soja. Já o número de produtores que comercializou suínos em 2017 foi de 7.712, enquanto o de aves foi de 6.684 (GIEHL *et al.*, 2018).

Outra parte importante da estrutura produtiva da agricultura catarinense está associada ao desenvolvimento de cadeias produtivas voltadas ao abastecimento do mercado interno, com maior presença do setor cooperativo. São exemplos os casos do leite, com 71 mil produtores; do arroz, com 5,9 mil produtores; e da banana, com 4 mil produtores.

Contudo, em parte considerável das cadeias produtivas acima citadas, a agricultura catarinense teve, nas últimas décadas, um intenso processo de seleção, concentração e exclusão de produtores. Nesse contexto, muitos produtores familiares tiveram dificuldade de acompanhar as imposições de ampliação da escala produtiva de suas culturas e criações. Na suinocultura catarinense, por exemplo, até a década de 1980, existiam cerca de 60 mil suinocultores. Em meados dos anos de 1990, eram menos de 20 mil e, em 2017, menos de 8 mil produtores. No segmento de aves, cujo registro apontava mais de 12 mil produtores nos anos de 1990, chegou-se, em 2017, a menos de 7 mil avicultores. Entretanto, segundo Giehl *et al.* (2018), mais de 75% dos produtores de suínos e aves eram agricultores familiares, o que evidencia a importância dessas cadeias e sua inserção econômica.

Parte considerável dos agricultores familiares catarinenses vem reagindo, ao longo das últimas décadas, aos processos de transformação produtiva da agricultura, que afetam suas condições de produção e trabalho. Na busca por maior autonomia em relação às grandes cadeias alimentares de produção e comercialização, criam seus próprios empreendimentos e formas inovadoras de inserção nos diversos mercados, sobretudo de cadeias curtas, por meio de organizações associativas e em cooperativas descentralizadas (ESTEVAM; MIOR, 2014). Em levantamento realizado pela EPAGRI em 2010, foram encontradas cerca de 1.800 agroindústrias familiares processando produtos de origem animal e vegetal. Destaque para a existência de 394 agroindústrias que processavam frutas e derivados, 377 cana-de-açúcar, 318 massas e panificação, 258 leite e derivados, 188 mandioca, 176 hortaliças, entre outros produtos (MARCONDES *et al.*, 2012).

No levantamento citado, também foram identificados os empreendimentos individuais e coletivos dos agricultores familiares na área de turismo rural, artesanato e prestação de serviços, seguindo os critérios estabelecidos. Do total de empreendimentos levantados no referido ano (488), destacavam-se as atividades ligadas ao turismo rural, com 274 empreendimentos, e ao artesanato, com 178 empreendimentos no Estado. Os empreendimentos de agregação de valor e os de turismo rural e artesanato foram potencializados com a organização de redes de cooperação na forma de condomínios, associações e cooperativas. No total, foram le-

vantadas 496 redes envolvendo 21.122 agricultores familiares associados (MARCONDES *et al.*, 2012).

Nesse contexto, a sociedade catarinense está testemunhando um profundo processo de transformação multidimensional no desenvolvimento da agricultura e no meio rural. De um lado, temos a intensificação da produção de *commodities*, notadamente na produção de carnes, soja e tabaco, em que predominam a ampliação das escalas de produção e a dependência dos mercados externos como determinantes da dinâmica econômica. Nessas cadeias internacionalizadas, o papel do estado de Santa Catarina continua importante para apoiar a continuidade das políticas de garantia da sanidade e de conformidade ambiental, mas passa a diminuir seu papel no financiamento do setor.

Paralelo a esse processo, há outras cadeias produtivas que estão se desenvolvendo, sobretudo a partir da dinâmica do mercado interno, e que buscam ampliar a modernização e a organização da produção, o processamento e a distribuição de alimentos. Como exemplos, podem ser citadas as cadeias de leite, frutas, hortaliças e de arroz, que estão em desenvolvimento e são estratégicas para a inserção de milhares de agricultores no mercado. Em parte considerável dessas cadeias produtivas, evidencia-se a possibilidade de incorporar inovações técnicas e organizacionais e de valorização dos produtos com selos de qualidade.

Nesse contexto, destacam-se as oportunidades que poderão advir da construção de selos de qualidade diferenciada na produção de orgânicos e de indicação geográfica (IG). A agricultura estadual já possui casos de indicações geográficas construídas – como é o caso da Uva Goethe – e em construção – como é o caso do queijo serrano, do vinho de altitude, da erva-mate, do mel de melato de Bracatinga, entre outros.

De acordo com Sakr e Dallabrida (2015), a figura 1 apresenta 27 produtos que possuem especificidade territorial e que poderão contribuir para o reconhecimento de futuras experiências de IG em Santa Catarina, agregando maior valor às atividades típicas da agricultura familiar.

Figura 1- Mapeamento das potencialidades de Indicação Geográfica de Santa Catarina



Fonte: Sakr e Dallabrida (2015, p. 111).

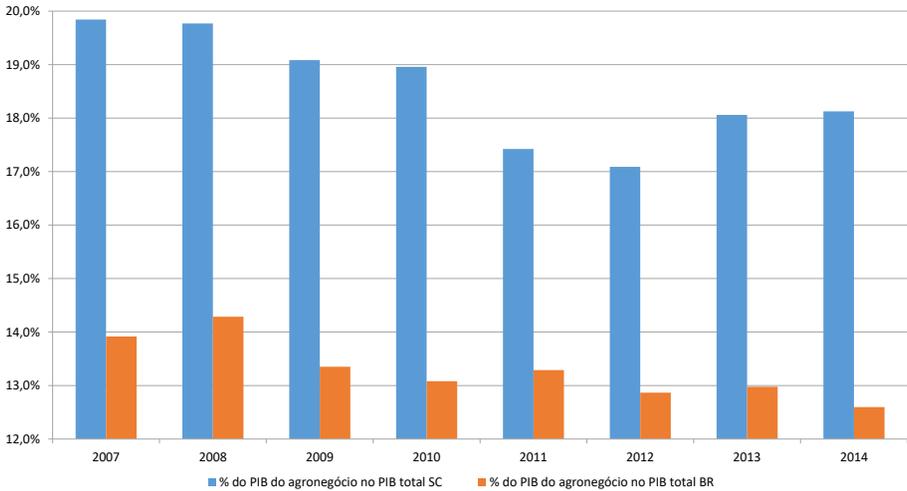
Há também as cadeias curtas, que envolvem a produção de alimentos comercializados nos mercados locais, produtos resultantes dos processos de agregação de valor (agroindústrias familiares), destacando-se os hortifrutigranjeiros, os grãos e outros que têm sido valorizados pelos consumidores, como embutidos, conservas, doces e sucos.

O agronegócio catarinense e sua inserção nacional e internacional

O agronegócio possui elevada participação na geração de renda e emprego na economia catarinense. A partir da reunião das atividades agropecuárias, da agroindústria e de insumos, o gráfico 1 mostra a participação do agronegócio no PIB para o Brasil e Santa Catarina no período de 2007 a 2014. Como sabido, o Brasil é reconhecido internacionalmente pela sua elevada especialização e competitividade no agronegócio, tendo participação destacada de produtos de origens animal e vegetal nas cadeias globais de valor.

Já o agronegócio de Santa Catarina representa maior participação no PIB estadual, revelando a elevada especialização e competitividade catarinense na agricultura e pesca. Enquanto que na economia brasileira o agronegócio representava 12% do PIB em 2014, na economia catarinense a participação chegava a surpreendentes 18%. O ano de 2007 representou o período de maior participação do agronegócio no PIB catarinense, 20%, quando a mesma participação na economia brasileira foi de 14%.

Gráfico 1 - Participação do agronegócio no PIB, Brasil e Santa Catarina – 2007-2014¹



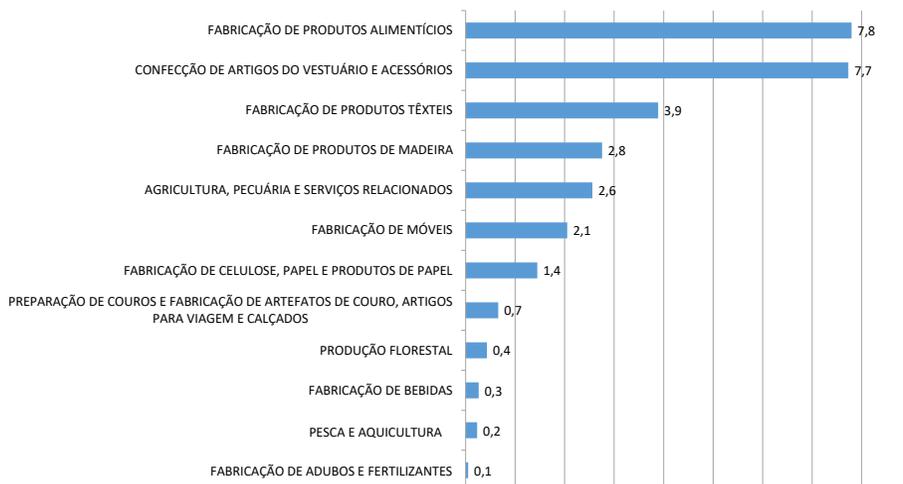
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017).

O gráfico 2 apresenta outra informação relevante de que o agronegócio representava, no ano de 2015, aproximadamente 30% do emprego total do estado de Santa Catarina. Produção de alimentos, vestuário, têxteis, produção florestal, produtos derivados da madeira, móveis, papel e ce-

¹ A *proxy* do PIB e do emprego do agronegócio foi construída com base na metodologia empregada pela CEPEA (2014) para a construção do PIB do agronegócio do Brasil, de Minas Gerais e de São Paulo. Foram empregados segmentos da agropecuária, da agroindústria e de insumos. Para o caso do PIB, foram empregados dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária do sistema de contas nacionais do IBGE e para os demais segmentos foram empregados dados do Valor da Transformação Industrial (VTI) da Pesquisa Industrial Anual (PIA) das empresas do IBGE. Empregaram-se dados da PIA pelo fato de os dados do Sistema de Contas Nacionais não apresentarem a desagregação necessária para a construção da *proxy*. Já para a *proxy* do emprego formal do agronegócio, foram empregados os dados da RAIS, ressaltando que essa base permite um nível maior de desagregação dos dados.

lulose, pesca e aquicultura são atividades econômicas que contribuem para a geração de emprego na economia catarinense, bem como se encontram territorialmente distribuídas em regiões de especialização.

Gráfico 2 - Participação da atividade no emprego total de Santa Catarina – 2015



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAIS (MTE, 2018) e do IBGE (2017).

O elevado peso do agronegócio reside em que, apesar de a agropecuária ter participação minoritária no PIB, ela ocupa posição fundamental na matriz produtiva estadual, pois fornece matéria-prima para as indústrias de alimentos, papel e celulose, móveis e outros produtos de madeira, pescados, entre outras. Além disso, o desempenho da agricultura catarinense não está restrito à grande indústria, pois, conforme mostra a tabela 2, diversas culturas agrícolas específicas do território catarinense apresentam elevado desempenho no mercado nacional. Importante ressaltar que esse desempenho funciona como contrapeso à tendência à litoralização da atividade econômica, já que seu impacto é significativo para a sustentabilidade do emprego e da renda nos municípios de pequeno porte do Estado.

Tabela 2 - Produtos da agropecuária catarinense que são destaque em *rankings* nacionais – 2015 e 2016

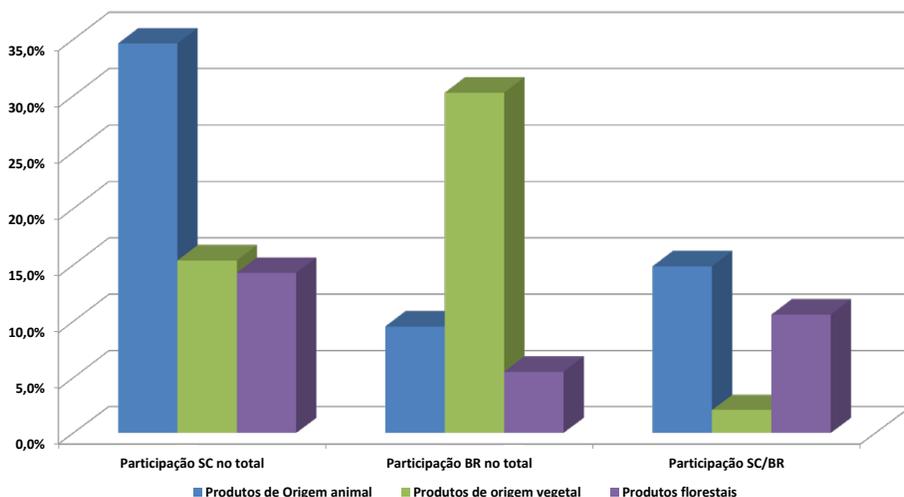
Produto	Posição no <i>ranking</i> nacional	Ano da pesquisa
Maçã	1º	2016*
Cebola	1º	2016*
Ostras e mexilhões	1º	2015
Sementes de moluscos	1º	2015
Abate de suínos	1º	2015
Arroz	2º	2016*
Carpa	2º	2015
Truta	2º	2015
Abate de frangos	2º	2015
Alho	3º	2016*
Fumo	4º	2016*

*Safrá.

Fonte: IBGE (2017).

Segundo informações da EPAGRI/CEPA (2018), as exportações do agronegócio de Santa Catarina, em termos de participação das exportações do agronegócio brasileiro no ano de 2016, foram destacadas. Alguns produtos exportados pelo Estado, como banana e móveis de madeira, chegaram a aproximadamente 50% do total exportado pelo Brasil. Carnes de suínos e de frangos também se destacaram nacionalmente, representando importantes atividades do agronegócio catarinense na geração de emprego, renda e divisas para a economia brasileira. Cabe destacar as exportações de maçãs e suco de maçã, produtos derivados da pesca e mate e erva-mate. Muitas dessas atividades foram/são fortemente alicerçadas na produção da agricultura familiar.

Gráfico 3 - Participação dos produtos do agronegócio no total exportado por Santa Catarina e pelo Brasil e participação das exportações do produto de Santa Catarina nas exportações do produto do Brasil – 2016



Fonte: EPAGRI/CEPA (2018).

O agronegócio catarinense insere-se no mercado internacional de maneira específica, apresentando algumas diferenças quando comparado ao padrão de inserção externa da economia brasileira. Conforme pode ser visto no gráfico 3, a participação nas exportações de produtos de origem animal é muito maior na economia catarinense (35%) que na do Brasil (9,5%). Por outro lado, a participação nas exportações de produtos de origem vegetal é menor em Santa Catarina (15%) que na economia brasileira (30%). Produtos florestais também são mais relevantes nas exportações catarinenses que nas do Brasil.

Tabela 3 - Crescente dependência por demanda da Ásia: destino das exportações de Santa Catarina – 2000 e 2016 (%)

Regiões	2000	2016
América do Norte	32,00	22,0
Europa	28,0	20,0
América do Sul	21,0	19,0
Ásia	16,0	35,0

Continua...

Regiões	Continuação...	
	2000	2016
África	2,0	4,0
Oceania	1,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: DATAVIVA (S.d.).

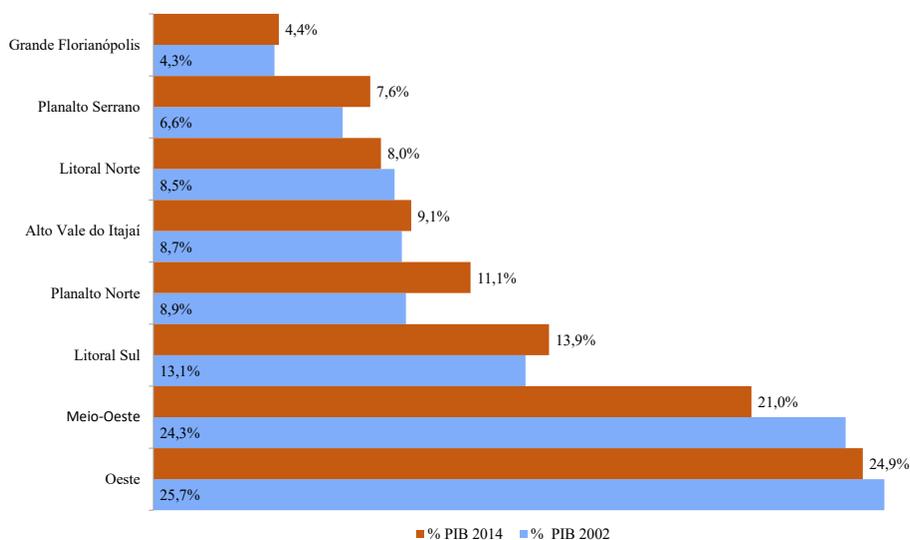
Por fim, cabe destacar que o sucesso e a competitividade do agonegócio catarinense vêm alterando estruturalmente o destino das exportações totais do Estado. Conforme mostra a tabela 3, no ano de 2000, o principal destino das exportações de Santa Catarina era para os EUA (32%) e para os países europeus (28%). Já no ano de 2016, o principal destino das exportações catarinenses foi a Ásia (35%), com reduções significativas, em termos percentuais, das economias desenvolvidas. Essa mudança estrutural no destino dessas exportações revela a crescente dependência da demanda chinesa pelos principais produtos comercializados pelo agonegócio catarinense.

Desafios da política pública para o desenvolvimento da agricultura catarinense

Um grande desafio que as políticas públicas do estado catarinense deverá enfrentar nos próximos anos diz respeito à necessidade de uma maior diversificação produtiva. Essa problemática reside em que poucas atividades econômicas representam alta participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária, evidenciando uma elevada concentração econômica na agricultura catarinense. Em 2017, a produção de carnes suínas e de aves representou mais de 38% do VBP da agropecuária catarinense, ocupando a primeira e a segunda posição no Estado. Na terceira posição, encontra-se a produção leiteira que, somada às demais produções pecuárias (de carnes suínas, de aves e bovina e demais produções animais), alcança aproximadamente 60% do VBP da agricultura catarinense. Na quarta posição, temos a produção de tabaco e, na quinta, a produção de soja (EPAGRI/CEPA, 2017). Portanto, praticamente 2/3 da produção agropecuária catarinense residem em apenas cinco atividades.

Outro grande desafio é a profunda desigualdade no desenvolvimento das cadeias produtivas entre as regiões catarinenses. O gráfico 4 mostra a participação de cada uma das oito macrorregiões no Valor Agropecuário Bruto (VAB) da agropecuária de Santa Catarina nos anos de 2002 e 2014. Verifica-se que as macrorregiões Oeste e Meio-Oeste representavam mais de 45% do VAB agropecuário catarinense no ano de 2014. As macrorregiões do Alto Vale do Itajaí e do Planalto Serrano, de menor participação na renda estadual, também apresentaram reduzida concentração do VAB agropecuário.

Gráfico 4 - Participação das macrorregiões no VAB da agropecuária (Santa Catarina – 2002 e 2014)



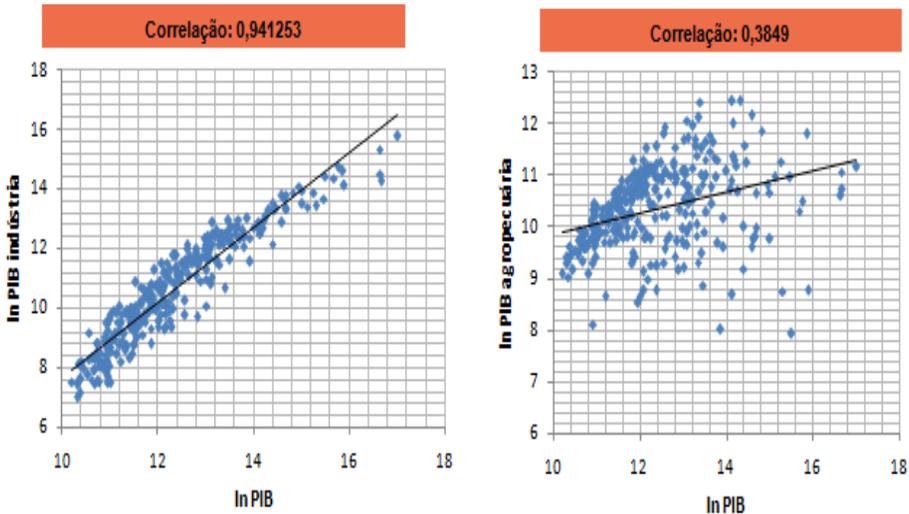
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017).

Aprofundando a problemática do desequilíbrio regional e considerando os setores da agropecuária e da indústria, o gráfico 5 mostra a correlação entre os PIBs municipais e os PIBs da indústria e da agropecuária para o ano de 2014. Percebe-se uma elevada correlação, de 94%, entre o PIB municipal e o PIB industrial, considerando todos os 295 municípios catarinenses. A elevada correlação sugere que os municípios com maior participação na renda estadual são também os que apresentam maior es-

estrutura produtiva industrial. A correlação entre o PIB municipal e o PIB agropecuário é de apenas 38%, indicando que a especialização agropecuária não necessariamente garante níveis mais elevados de renda municipal.

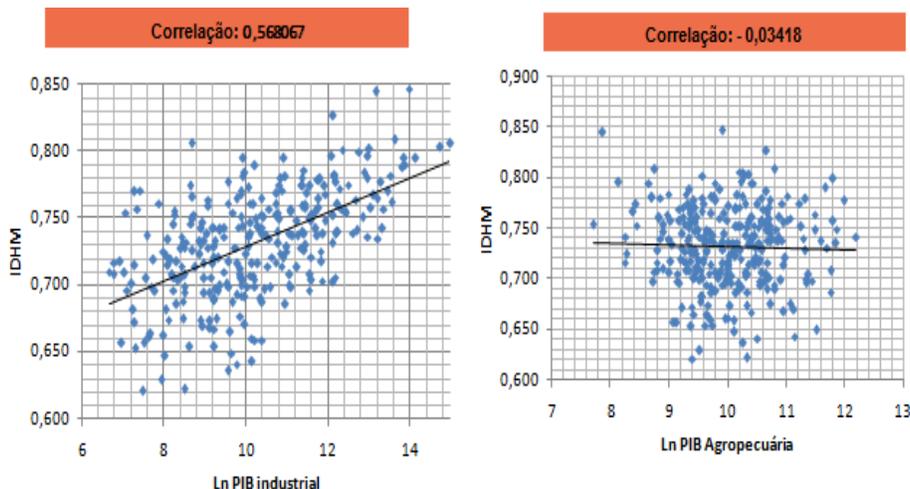
Na mesma direção, o gráfico 6 apresenta a correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) geral e os PIBs municipais da indústria e da agropecuária para o ano de 2010. Surpreende a correlação negativa entre o IDHM e o PIB agropecuário, a qual evidencia que os municípios catarinenses com maior especialização no setor primário apresentam os menores indicadores de desenvolvimento humano relativos à renda, à longevidade e à educação. A correlação entre o IDHM e o PIB municipal industrial foi de 56%. Não é uma correlação elevada entre indústria e desenvolvimento humano, porém sinaliza que indicadores mais elevados de renda, longevidade e educação estão mais presentes em municípios manufatureiros que nos agropecuários. Tais dados evidenciam o enorme desafio que as políticas públicas enfrentam para mitigar a problemática relativa ao desequilíbrio regional, principalmente visando agregar valor às atividades produtivas do meio rural catarinense.

Gráfico 5 - Correlação entre o logaritmo natural (ln) do PIB municipal e o ln dos PIBs municipais da indústria e da agropecuária – Santa Catarina, 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017).

Gráfico 6 - Correlação entre o ln do IDHM e o ln dos PIBs municipais da indústria e da agropecuária – Santa Catarina, 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2017) e do PNUD (S.d.).

As regiões com menor dinamismo econômico, como o Planalto Norte, o Planalto Serrano e o Alto Vale do Itajaí, nas últimas décadas, não demonstram forças endógenas necessárias para o desenvolvimento de novas atividades produtivas. Já as macrorregiões do Oeste e Meio-Oeste, especializadas na atividade agropecuária, demonstram desempenhos mais satisfatórios. Isso porque são as macrorregiões com maior densidade agroindustrial do agronegócio catarinense e com elevada produtividade e competitividade nacional e internacional.

Nesse sentido, esforços governamentais talvez devessem focalizar mais atenção para as macrorregiões do Planalto Serrano, do Alto Vale do Itajaí e do Planalto Norte, para a mitigação do desequilíbrio econômico catarinense. Uma ação pública eficaz deveria preservar as atividades tradicionais da agricultura familiar, expressas nos valores históricos e culturais da identidade catarinense, mas, ao mesmo tempo, auxiliar tais regiões na busca pela introdução de maior valor agregado aos produtos locais. Algumas propriedades rurais já vêm se beneficiando da produção de atividades que incorporam maior densidade econômica, tais como hortaliças, frutas, flores, apicultura, orgânicos, piscicultura etc.

Da mesma forma, figura a valorização de produtos coloniais e artesanais, menos baseados na concorrência via preço e mais em prestígio e qualidade, como já mencionado anteriormente, por meio de certificados como o de Identificação Geográfica. Promover o desenvolvimento do meio rural por meio do apoio às atividades não agrícolas, sobretudo o turismo e artesanato, também seria uma estratégia para elevar o emprego e a renda nas macrorregiões menos dinâmicas do Estado.

Entre diversas ações de políticas públicas patrocinadas pelo estado catarinense destacam-se a Pesquisa e Extensão Rural, a qualidade sanitária dos produtos e rebanhos e o fomento às diferentes produções no espaço rural. O fomento é uma das marcas do estado de Santa Catarina, especialmente a partir do início dos anos de 1980, por meio da subvenção aos agricultores na compra de insumos básicos como sementes e calcário, visando melhorar a produtividade, sobretudo a produção de grãos. Abrigando essas ações está o Programa Terra Boa, que continua em complementação, suplementação ou paralelamente às ações do crédito rural patrocinadas pelo governo federal.

Até os anos da década de 1980, as políticas de ciência, tecnologia, crédito rural e assistência técnica e extensão rural, voltadas para a agricultura, estavam sob a proeminência do governo federal. Contudo, a partir dos anos de 1980, o estado de Santa Catarina passou a ampliar sua participação na formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura e o desenvolvimento rural.

Entre outras políticas e inovações implementadas por ele, podem ser citadas: 1) Implantação do Programa Troca-Troca no ano de 1983 para apoiar agricultores na aquisição de máquinas e equipamentos, construção de armazéns e demais investimentos²; 2) No início dos anos de 1990, o estado de Santa Catarina também inovou, criando a primeira lei agrícola estadual que passou a amparar as ações do Estado no apoio ao desenvol-

² Nessa política, o governo do Estado financiava os agricultores em equivalência de valor do investimento em sacas de produto (especialmente milho). Em tese, o Governo arcava com os juros dos financiamentos. Nos anos recentes, foi essa a inovação implementada com o Programa Juro Zero, do Governo do Estado, para financiamentos de investimentos realizados pelos agricultores.

vimento da agricultura estadual³; 3) ainda nos anos de 1990, buscou apoio creditício no BIRD para ações de conservação do solo no chamado Projeto Microbacias 1 (71 milhões de US\$); 4) no início dos anos 2000, tem-se o Programa Microbacias 2 (US\$ 107,5 milhões) e, na década seguinte, o Programa Santa Catarina Rural (190 milhões de dólares – 2010-2016); e, 5) o Programa Troca-Troca, dos anos de 1980, ganhou novo impulso no início dos anos 2000, sob a denominação “Terra Boa”, ampliando os recursos para sua operacionalização. Passou a subvencionar para os agricultores familiares a aquisição de calcário, de sementes de milho, de *kits* de forrageiras e de apicultura. Subvencionou, entre os anos de 2013 e 2017, mais de 190 milhões de reais para agricultores familiares do Estado (EPAGRI/CEPA, 2018).

Esse protagonismo do estado de Santa Catarina no desenvolvimento de sua agricultura, evidenciado nos diversos investimentos direcionados para a pesquisa, a extensão, a sanidade e o fomento da agricultura, foi estratégico para a agricultura familiar e o agronegócio catarinense. Contudo, em virtude da crise fiscal pela qual passa o governo federal e, principalmente, o estado catarinense, a continuidade desse esforço estratégico pode estar em risco.

Considerações finais

A agricultura e a pesca catarinense vêm apresentando elevado desempenho no cenário nacional e internacional. Diversificado em termos produtivos e regionais, seu dinamismo agropecuário provém do êxito de um modelo de desenvolvimento histórico que tem como pilar a agricultura familiar em articulação com a grande agroindústria que constitui o agronegócio competitivo do Estado. Com apenas 1,1% do território nacional,

³ A Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992, oferece as bases legais que amparam as ações do Estado enquanto ente público para planejar, coordenar e operacionalizar um conjunto amplo de apoios às melhorias do ambiente econômico e produtivo nas propriedades dos agricultores catarinenses, em suas organizações econômicas, no abastecimento e comercialização e na agroindustrialização. Instituiu as ações e os instrumentos da política de desenvolvimento rural estabelecidos em seu Art. 4º, como a política pesqueira e agrícola, o fomento à produção, o crédito rural e fundiário, o associativismo e o cooperativismo e os recursos para o desenvolvimento rural. Para a operacionalização dessa política, criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, em seu Art. 5º, com o objetivo de que fosse a instância de participação social e representativa do setor.

a liderança nacional na produção de vários alimentos de origem animal e vegetal se deve à elevada produtividade alcançada, fruto de um intenso processo de aprendizado e cooperação entre entidades governamentais de pesquisa e extensão e o setor produtivo. Considerando o contexto apresentado acima, pode-se arguir que as políticas, os programas e as ações públicas estaduais têm relação direta com esses resultados e proporcionam um elevado padrão de inserção da produção rural catarinense ao conjunto da economia do Estado.

A evolução dos sistemas produtivos agrícolas e pecuários tem ocorrido devido à incorporação de tecnologias pelos agricultores, o que levou o Estado à liderança em produtividade e competitividade em inúmeras produtivas. Entre os principais indicadores, pode-se citar sua liderança na produção de suínos, ostras, vieiras, mexilhões, cebola e maçã. Na segunda posição, de ameixa, arroz, fumo e pera, e, na terceira, de aves, alho, erva-mate, maracujá e pêssego. Importante destacar, pelo número de produtores envolvidos (71 mil), a quarta posição ocupada na produção de leite (IBGE, 2017). Nas exportações, a agricultura e o agronegócio catarinense também têm participação destacada, já que abarcam cerca de 34% das exportações brasileiras de carnes e cerca de 15% de participação no total das exportações brasileiras (MDIC, 2017).

Procurou-se, aqui, ressaltar dois grandes problemas contemporâneos da agricultura catarinense: a elevada concentração produtiva e os desequilíbrios regionais. Mostrou-se, por meio de correlações entre macrorregiões e municípios e produção de riqueza econômica setorial e índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE), que existe uma correlação baixa ou inexistente entre o PIB agropecuário e o PIB total, bem como entre o PIB agropecuário e o IDH. Por sua vez, coeficientes mais elevados e significativos foram encontrados entre o PIB industrial dos municípios, seja com o PIB total, seja com o IDH. Esse resultado é claramente desfavorável às macrorregiões do Estado que têm base produtiva na agropecuária.

O agronegócio catarinense, caracterizado por suas cadeias longas e extremamente conectado ao mercado internacional (principalmente nas cadeias produtivas de soja, aves, suínos, bovinos e floresta), vem passando por um intenso processo de especialização, mecanização e automatização

de atividades, com o aumento de suas escalas de produção. A problemática intrínseca desse processo é a redução do número de produtores nessas cadeias produtivas, bem como um maior controle externo dos sistemas de produção.

Na agricultura familiar, caracterizada por cadeias curtas, mais voltadas ao mercado interno, percebe-se o crescimento de atividades produtivas com maior densidade econômica (tais como frutas, flores e plantas ornamentais, aquicultura, piscicultura, apicultura etc.). Também o aumento de atividades produtivas ancoradas na diferenciação (produtos orgânicos, coloniais e artesanais, certificados etc.). A sustentabilidade e o crescimento da agricultura familiar, portanto, cada vez mais passará pela ampliação das atividades de agregação de valor, como forma de minimizar problemas relacionados à exclusão nas cadeias tradicionais, que são parte do processo associado ao êxodo rural, o qual, por sua vez, intensifica os desequilíbrios regionais.

O estado catarinense possui grandes possibilidades de manter-se na liderança do País em termos de elevados níveis de renda e emprego, exatamente por meio do fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio. Certamente, a ampliação das políticas públicas continuará sendo relevante para a sustentabilidade desses resultados no médio e longo prazo. Portanto, a problemática do planejamento de longo prazo deverá atentar para a continuidade/aprimoramento das políticas agrícolas de apoio à agricultura familiar e ao agronegócio, permitindo, assim, a valorização dos espaços rurais em sintonia com o desenvolvimento rural com sustentabilidade.

Referências

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Metodologia para cálculo do PIB do agronegócio do Brasil**. São Paulo: ESALQ/USP, 2014. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

DATAVIVA. **Exportações de Santa Catarina**. Sem data de publicação. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI; CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA – CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2016-2017**. Vol. 1. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2017. 200 p.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI; CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA – CEPA. **Exportação**. Publicado em 2018. Disponível em: <www.infoagro.sc.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. 295 p.

GIEHL, A. L. *et al.* Participação da agricultura familiar na produção de suínos e frangos em Santa Catarina. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 56., Campinas, 2018. **Anais...** Unicamp: Campinas, 2018. 20 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Publicado em 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 15 out. 2018.

MARCONDES, T. *et al.* **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Documento 238. Florianópolis: EPAGRI, 2012. 36 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Valor Bruto da Produção – VBP**. Publicado em janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producaoagropecuaria-vbp>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Secretaria do Comércio Exterior. **Estatísticas do comércio exterior**. Publicado em 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Sem data de

Características Econômicas e Sociais de Santa Catarina no limiar do século XXI

Publicação. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SAKR, M. R.; DALLABRIDA, V. R. Produtos de Santa Catarina com identidade territorial. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIV, n. 3, p. 102-113, jul./ago./set. 2015.

SANTA CATARINA. Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1992. Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências. Diário Oficial de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 24 de junho de 1992. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-8676-1992-santa-catarina-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-desenvolvimento-rural-e-da-outras-providencias-2016-05-24-versao-compileada>>. Acesso em: 15 out. 2018.

CAPÍTULO 3

Turismo, Cultura e Esporte: características e desafios recentes

Pablo Felipe Bittencourt

Daniele Neuberger

Janaína Führ

Eugênio Pascele Lacerda

Introdução

Este capítulo discute sobre as características e os desafios recentes do Setor de Turismo, Cultura e Esportes, setores tratados conjuntamente pela estrutura de Governo do Estado de Santa Catarina desde 2003, quando fora fundada a Secretaria de Organização do Lazer, posteriormente (2005) rebatizada de Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esportes.

Em verdade, o governo Luís Henrique da Silveira (2003-2010), inspirado nas teorias do sociólogo italiano Domenico De Masi acerca do ócio criativo e da liberação do tempo livre em função dos avanços tecnológicos, introduziu uma proposta de política pública do lazer integrado. A Secretaria de Organização do Lazer foi então criada para esboçar um plano específico para as três áreas. Passados 15 anos, a experiência não parece ter se revelado exitosa. O novo governo eleito para o período 2019-2022 anunciou a extinção do órgão, assim como a desativação dos fundos públicos que financiaram os três setores.

Turismo: absorção de estrangeiros e a competitividade que incrementa a litoralização

Esta seção está subdividida em outras duas. Com isso, quer-se, na primeira, dar uma noção geral ao leitor das limitações do turismo no

Brasil, que não acompanha o crescimento mundial. Pior que isso, vê-se a queda da capacidade competitiva brasileira ao longo dos anos. Em seguida, aponta-se que a competitividade catarinense, baseada sobretudo no segmento de Sol e Praia, além de, em certa medida, ser dependente do poder de compra dos turistas, sobretudo dos argentinos, contribui para a litoralização da atividade econômica. Daí que, ao final, ressalta-se uma alternativa à exploração de novas formas e destinos turísticos do interior do território.

A competitividade brasileira medida pelo afluxo de turistas estrangeiros

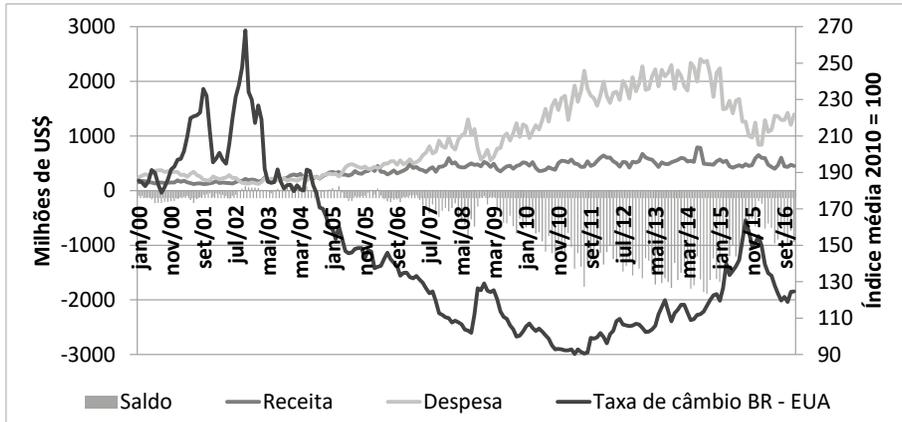
Uma das formas de atrair turistas, teoricamente, seria o barateamento da atividade. Uma desvalorização da moeda brasileira geraria essa queda. No entanto, movimentos como esses parecem não ser percebidos por estrangeiros, não obstante influenciam significativamente os gastos de brasileiros com turismo no exterior. O gráfico 1 mostra que, aparentemente, existe uma forte relação entre as despesas internacionais do turismo brasileiro com a taxa de câmbio (R\$/US\$). Valorizações da moeda brasileira estimulam o aumento das despesas no exterior, enquanto que as desvalorizações as freiam e, mais do que isso, dependendo do nível, chegam a restringi-las fortemente.

O principal movimento de valorização do Real (R\$) de 2004 até 2011, mostrado pela linha negra no gráfico, foi acompanhado pela expansão das despesas no exterior, como revela a linha cinza de tom mais claro. Já a desvalorização do Real pós 2011 parece ter freado a tendência de crescimento até 2014. Depois disso, com a desvalorização mais aguda de 2014/2015, a qual foi acompanhada de forte crise interna, parece ter restringido fortemente os gastos de brasileiros no exterior. A partir de 2016, a nova valorização estimulou o retorno do crescimento dos gastos. Como são os indivíduos da classe média-alta e da classe alta de renda brasileira os maiores demandantes por viagens ao exterior, deduz-se que há forte sensibilidade do turista brasileiro às variações da taxa de câmbio.

Por outro lado, é notável que a linha cinza de entonação mais escura tenha sido constante no período, independentemente dos movimen-

tos do câmbio. Ela reflete a demanda de turismo estrangeiro ao Brasil. Dela deriva-se a baixa sensibilidade da demanda dos turistas estrangeiros aos movimentos da taxa de câmbio brasileira.

Gráfico 1 - Conta de turismo do Brasil – 2000 - 2016 (mensal)



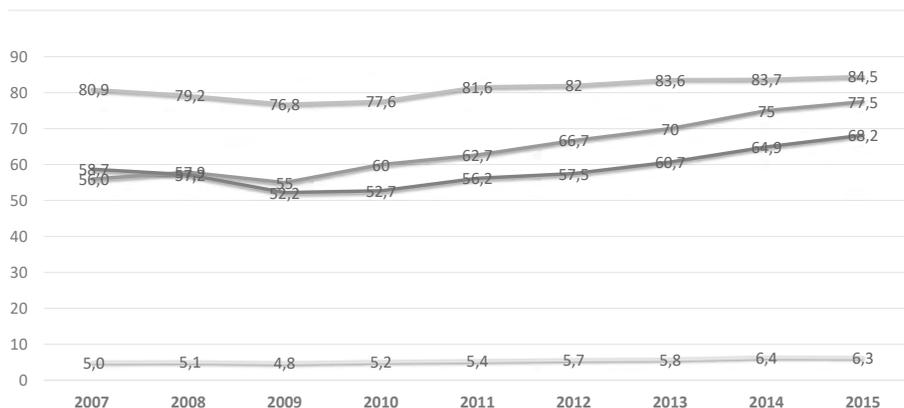
Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (S.d.).

Essa tendência de estabilidade na absorção de turistas estrangeiros contrasta com os movimentos de crescimento do turismo mundial. Dados do Ministério do Turismo (MTur, 2018) revelam que o número de turistas no mundo aumentou em 76% entre 2000 e 2015. Nesse período, a América do Sul aumentou em 102% a absorção de turistas, passando de 15,2 para 30,7 milhões de turistas ao ano, enquanto que o Brasil aumentou apenas 19%, passando de 5,31 milhões para 6,3 milhões. Esse montante representou, por exemplo, 7,4% de todo o afluxo de turistas à França, maior receptora de turistas no mundo, conforme o gráfico 2.

Nesse mesmo período, países com tradição na absorção de turistas elevaram significativamente o afluxo. A Espanha, por exemplo, passou de 58 para 68 milhões, e os EUA, de 57 para 75 milhões de turistas. Disso deriva-se que há espaço para o crescimento do setor no Brasil, especialmente da absorção de turistas residentes fora da América do Sul. Em 2015, os residentes na Europa responderam por apenas 26% do afluxo de turistas ao Brasil. Os residentes nos EUA, por exemplo, responderam por apenas

9% e na Ásia por apenas 5%. Nota-se, portanto, um importante elemento de distância geográfica como determinante da atividade turística no Brasil, em detrimento de outros elementos, tais como o nível de renda das populações.

Gráfico 2 - Absorção de turistas estrangeiros da França, EUA, Espanha e Brasil (2007 - 2015)



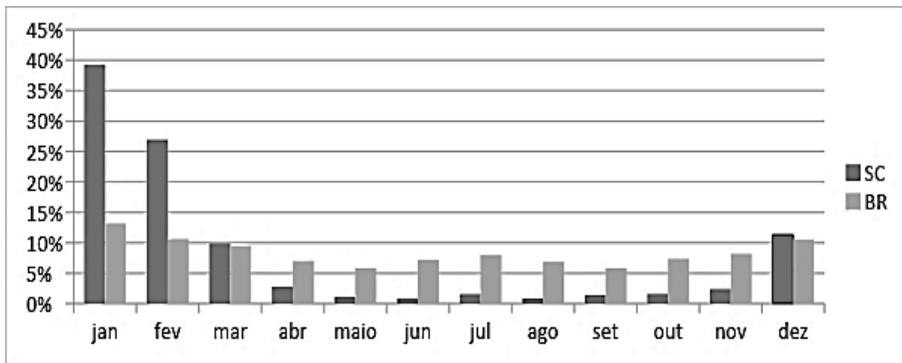
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MTur (2018).

As principais formas de turismo em Santa Catarina e o reforço à litoralização

Um olhar mais atento às características do turismo no Brasil e em Santa Catarina revela a sazonalidade do turismo estrangeiro como principal característica. O turismo de lazer marca ainda a atividade no Brasil e é mais proeminente em Santa Catarina. Como se nota no gráfico 3, houve maior proeminência de turistas estrangeiros no Brasil e, especialmente, em Santa Catarina no quadrimestre que foi de dezembro a março. Esse período representou em torno de 43% do afluxo de turistas estrangeiros ao Brasil e por volta de 87% a Santa Catarina. Evidente que essa característica da competitividade turística catarinense não contribuiu para frear o fenômeno da litoralização, já apresentado anteriormente em capítulo deste livro, uma vez que é esse o período em que o turismo de sol e praia encontra suas melhores condições.

De fato, esse afluxo de turistas mais intenso atraído pelo segmento de turismo de sol e praia advém dos países vizinhos do Mercosul, especialmente da Argentina. Sobre eles, Meurer e Lins (2008) encontraram relação com a taxa de câmbio, ou seja, sugerem que os movimentos da taxa de câmbio R\$/\\$ influenciam significativamente a decisão dos turistas argentinos para Santa Catarina, diferenciando-se da evidência apontada pelo gráfico 1.

Gráfico 3 - Percentual de turistas estrangeiros em Santa Catarina e no Brasil, média de 2008 a 2015



Fonte: MTur (2018).

A competitividade catarinense, mais proeminente no turismo por lazer, especificamente no segmento de turismo de sol e praia, tem como seus principais destinos Florianópolis, Balneário Camboriú e Bombinhas, únicos municípios catarinenses classificados entre os de maior atratividade do Brasil (MTUR, 2018). Essa classificação subdivide municípios brasileiros com algum potencial turístico revelado por número de empregados e estabelecimentos no setor em cinco categorias. Dos 11 municípios catarinenses classificados nas categorias A e B, nove contam com praias em seus territórios e nenhum deles está fora das macrorregiões litorâneas. Além dos três mencionados acima, também Garopaba, Imbituba, Itajaí, Itapema, Penha e São Francisco do Sul possuem esse atrativo. Dois deles (Itajaí e São Francisco do Sul) são locais de Portos, o que pode ajudar a explicar uma infraestrutura relativamente mais adequada (e atrativa) à atividade turística. Penha, ainda que litorâneo, tem atividade turística claramente in-

fluenciada pela presença de grande investimento privado (parque temático de diversões).

Da natureza catarinense (potencial turístico das praias), nota-se, portanto, o principal reforço do setor ao processo de litoralização da atividade econômica. Os demais municípios com certo nível de atratividade são Joinville e Criciúma, as maiores cidades das regiões Norte e Sul do Estado. Esses, assim como Florianópolis e outras cidades de grande e médio porte, têm significativa parcela de seu afluxo de turistas explicado pelos negócios (*business*) cuja dinâmica das grandes cidades tipicamente estimula.

Importante a essa forma de turismo é a capacidade de realização de eventos de negócios, especialmente os de grande porte. Não por outra razão, uma divisão tradicional da atividade turística confere características distintas ao turismo de lazer e de negócios e eventos. A vantagem do primeiro tipo é o tempo de permanência e do segundo é o volume de gastos realizado pelo turista. Os gastos dos turistas com lazer costumam representar entre 60 e 70% de seus gastos diários por negócios e eventos (MTUR, 2018).

De fato, no que se refere ao Turismo de Negócios e Eventos, a competitividade catarinense ainda está restrita ao município de Florianópolis, quarta no *ranking* nacional por ter realizado 16 dos 244 Eventos Internacionais no Brasil em 2016. Não obstante essa marca, fato é que as grandes metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, têm aumentado suas competitividades, o que é explicado pelo ambiente de negócios típicos das grandes metrópoles, mas também pela disponibilidade de infraestrutura capaz de receber esses eventos, tais como disponibilidade de rede hoteleira e a proximidade dos aeroportos, que são capazes de receber voos internacionais, e a disponibilidade de espaço para receber grandes eventos. Em conjunto, essas características limitam as possibilidades de descentralização desse tipo de atividade turística.

Assim, mesmo que alguns municípios não litorâneos como Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul e até não litorâneo, como Chapecó, apresentem requisitos mínimos para receber eventos de porte, a expectativa de aumento da competitividade reside no início das operações do Centro de Eventos em Balneário Camboriú, que passará a ser o maior do Estado,

com capacidade bruta para até 67 mil pessoas. Esse empreendimento, além de ser um marco à competitividade catarinense em turismo de negócios e eventos, representa um grande incentivo à dessazonalização da atividade, uma vez que prevê a realização de eventos apenas na baixa temporada. Não obstante, reforça o movimento de litoralização da atividade econômica (SANTA CATARINA, 2018).

Entende-se, portanto, que a litoralização da atividade turística é alimentada tanto pela atratividade do lazer de veraneio como pela infraestrutura disponível para o turismo de negócios e eventos. Como forças capazes de contrabalancear esse movimento e tornar possível a realização do potencial turístico das demais regiões do Estado, os especialistas entrevistados indicaram que investimentos estatais de pequena monta, notadamente em infraestrutura, seriam suficientes para que um conjunto significativo de segmentos novos pudesse emergir em diferentes regiões do território.

Na verdade, a própria segmentação na política catarinense para o setor é ainda algo a ser valorizado. Trata-se de uma estratégia para a estruturação e a comercialização de destinos turísticos, que prima pela identificação das particularidades da oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos turísticos) e da demanda. Em vários desses tipos de atividades, o meio ambiente e a cultura local são os atrativos, como, por exemplo, no turismo de aventura, de Estâncias Termais e Climáticas, mas também no religioso, no cervejeiro, no enoturismo e no agroturismo.

Zaoual (2008) identificou que essas novas formas de turismo são reflexos de uma demanda significativamente mais exigente que a que definiu a atividade turística nas últimas três décadas. Tal demanda tenderia

[...] focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. [...] procurando por verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar. (ZAOUAL, 2008, p. 3).

Nesses casos, as potencialidades catarinenses são enormes e podem significar importantes alternativas de renda local e, portanto, de freio à migração às grandes cidades, como mostraram Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) e Flores e Silva (2018) em relação ao agroturismo como complemento de renda à agricultura familiar, fortalecido pela ação de entidades locais, mas que, em diversos casos, ainda necessitam da criação de circuitos interligados e complementares capazes de envolver os diferentes atrativos regionais, como notou Lins (2008) e fora destacado na pesquisa de campo. Já Soares e Ramos (2018) entenderam que a santificação de Madre Paulina foi determinante à reversão da tendência de declínio econômico e populacional de Nova Trento.

Importante citar que a profundidade no intercâmbio cultural e a harmonia com a natureza (ZAOUAL, 2008) podem ser próprias do turismo ecológico ou ecoturismo, segmento de turismo que mais cresceu recentemente (OMT, 2016). Bueno *et al.* (2006), por exemplo, identificaram na Ilha de Santa Catarina que a prática do ecoturismo guardava relação histórica com a educação ambiental, o que aponta a vantagem de usar os atores locais como parte de estratégias de planejamento.

O ecoturismo encontra múltiplas possibilidades no território catarinense. Essa forma de turismo, que consiste basicamente na utilização de forma sustentável do patrimônio natural, incentivando sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista na interação do ser humano com a natureza, representa oportunidades para cidades menores e não litorâneas. Soares e Santos Pires (2004) encontraram potencialidades no desenvolvimento do turismo de observação de aves na região que se estende de Piçarras a Balneário Camboriú. Além dessa forma, também o arvorismo, as trilhas, as cavalgadas, a exploração de cavernas, o *rafting*, a canoagem, o cicloturismo, o *sandboard*, o mergulho, o rapel, o *casca-ding* e a tirolesa são algumas das opções propiciadas pelas diversidades geomorfológicas e hidrográficas do território. Segundo as entrevistas de campo, para que o Estado possa ganhar competitividade nesse segmento, deve superar a debilidade da ausência de infraestrutura básica nos diversos locais potencialmente atrativos. Trata-se de infraestrutura de informação e acesso a locais, de apoio às práticas seguras dos esportes, entre outras.

A Cultura: características recentes e desafios do setor

No Setor de Cultura, característica marcante é certa concentração em cidades de maior porte e/ou centros regionais culturais. Sete municípios são *locus* regionais dessa concentração: Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Joinville, Lages, Joaçaba e Chapecó. Contudo, dados da Federação Catarinense de Municípios (FECAM, 2018) mostram que outros municípios também de maior porte relativo e/ou contíguos aos acima contam com significativos volumes de atividades culturais manifestadas por grande diversidade de grupos artísticos no município. São eles Palhoça, São José, Antônio Carlos, Tijucas, São José, Brusque, Jaraguá do Sul, Xaxim, Tubarão, Itajaí e Laguna¹.

Daí entende-se que a escala urbana seja promotora da diversidade cultural à medida que, por um lado, incentiva a interação de atores que tipicamente formam os grupos artísticos, ofertantes de novos produtos e serviços culturais e, por outro, é onde se encontra a densidade populacional que tipicamente revela demanda por essas novidades. Isso faz com que a demanda por incentivo estatal seja especialmente maior nas grandes cidades. Talvez por isso a queda do nível de recursos do Estado destinados ao incentivo à cultura, que acabam direcionados a essas regiões².

¹ Esses municípios, além dos citados acima, formam o seletto conjunto dos que abrigam grupos artísticos em todas as seguintes 16 manifestações culturais: artes plásticas e visuais; artesanato; associação literária; banda; bloco carnavalesco; capoeira; cineclube; circo; coral; dança; desenho e pintura; escola de samba; manifestações tradicionais populares; musical; orquestra e teatro.

² Contudo, mesmo as atividades culturais das grandes cidades catarinenses são relativamente restritas, uma vez que o seu consumo ainda é realidade distante da maior parte dos brasileiros (JORDÃO; ALLUCCI, 2014). Disso decorre grande parte dos obstáculos à formação e à sustentação de um circuito artístico em várias áreas, como seria desejável. Não obstante, informações da pesquisa de campo sugerem que, em Santa Catarina, há produção cultural significativa e local, no entanto é baixa a taxa de circulação de espetáculos e outros produtos e serviços, merecendo maior ativação, iniciativa e fomento por parte dos poderes públicos.

Não obstante, a Minuta do Projeto de Lei que criaria o Plano Estadual de Cultura³ destaca, no entanto, que um relevante circuito artístico de criação tem potencial e poderia emergir no Estado em diversas áreas, dependendo da superação de significativas barreiras para mostrar suas produções e para encontrar mercado⁴.

Para isso, a mobilização regional parece ser essencial, pois são os agentes culturais locais os provocadores da ação pública voltada à realização daquele potencial. O primeiro passo formal nessa direção costuma ser a instituição dos conselhos culturais municipais. O gráfico 4, lado direito, mostra que houve aumento da formalização de conselhos de política cultural na última década, o que sugere mudança positiva. De fato, o percentual de conselhos culturais municipais ativos passou de 9,2%, em 2006, para 36,5%, em 2014. Informações da Federação Catarinense de Municípios (FECAM, 2018) para 2016, disponibilizadas na forma de índices, apontam continuidade dessa institucionalização. Observando-se o panorama macrorregional, nota-se, no entanto, significativas discrepâncias.

Por sua vez, o lado esquerdo do gráfico 4 aponta a macrorregião Litoral Norte como a principal protagonista dessa mudança. O local abriga Joinville, certamente uma líder nacional na promoção de atividades culturais, como se nota pela realização anual do Festival de Dança de Joinville e a presença da Escola de Balé Bolshoi, mas também pela intensa realização de manifestações artísticas de outras naturezas. É possível que a intensidade da atividade cultural em Joinville irradie ações nas cidades vizinhas em

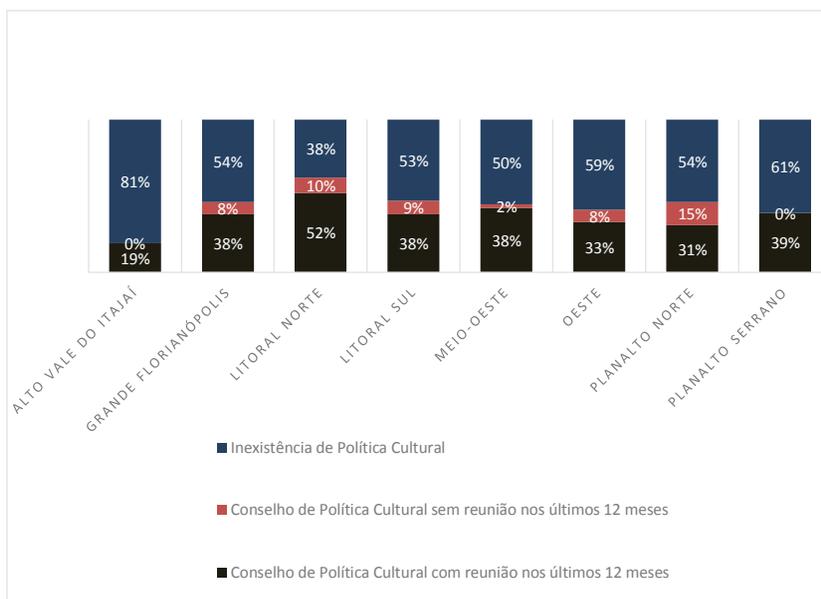
³ O Plano Estadual de Cultura e o Sistema Estadual de Cultura foram sancionados em janeiro de 2018 com a Lei nº 17.449/2018, que, se aplicada, é capaz de instaurar um novo desenho para a organização do setor, consoante ao Sistema Nacional de Cultura, amparado na Constituição Federal. É de se observar que o Plano revela as demandas prioritárias do setor, sendo uma das principais a desconcentração dos recursos e a capilarização das atividades culturais em todo o Estado. Já o Sistema Estadual tenderá a fomentar maior taxa de institucionalização do setor, historicamente sofrível. Com isso, os municípios tenderão a constituir conselhos, planos e fundos próprios para o financiamento das atividades culturais.

⁴ Sinal da restrita capacidade de gerar e sustentar empregos e renda é o fato de o emprego na atividade cultural, em Santa Catarina, ter se revelado cadente na última década, passando de 0,76% do total do emprego gerado no Estado para 0,56% entre 2006 e 2015 (MTE, s.d. [vários anos]). Ainda que esses sejam dados para emprego formal e que não reflitam a maior expressão do emprego do setor, como se sabe, mormente informais, as informações servem como base de comparação com outros Estados. Nesse sentido, em 2015, no Rio de Janeiro, 1,16% do emprego foi gerado no setor de cultura. Em São Paulo, 0,80%, e, no Rio Grande do Sul, 0,79%. Todos bem acima de Santa Catarina.

prol da atividade cultural. É provável que isso ajude a explicar a presença de conselhos ativos em municípios de pequeno porte como Schroeder e Balneário Piçarras. Outro fator, certamente causador dessa institucionalização de conselhos em pequenos municípios, é a ampliação da capacidade de obter recursos federais e estaduais que a institucionalização dos Conselhos e a Política Cultural geram.

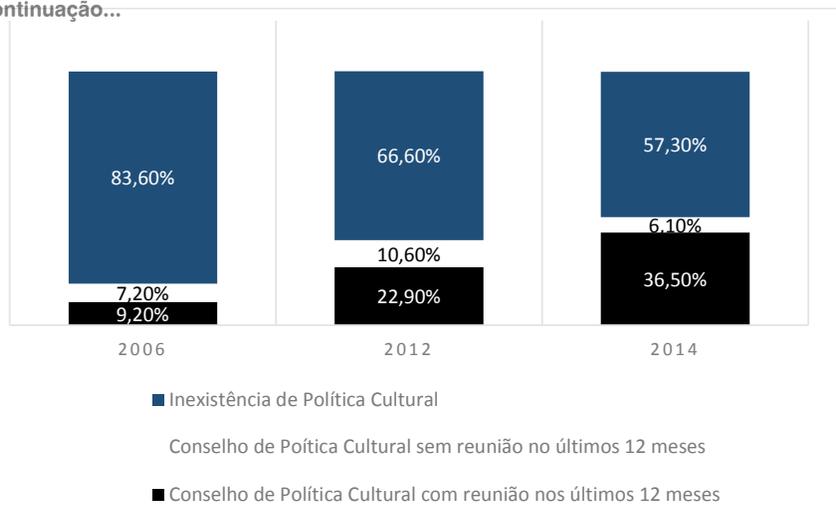
Por outro lado, a região do Alto Vale do Itajaí apresentava o menor número de municípios com Conselhos ativos em 2014 por se tratar de região com grande número de municípios de pequeno porte marcados pela atividade agrícola em suas economias. Nas demais regiões, em torno de 30 a 40% dos municípios possuíam conselhos ativos em 2014.

Gráfico 4 - Existência de Conselho Municipal de Política Cultural ativo por macrorregião, em 2014, e percentual de municípios em cada categoria em Santa Catarina (2006, 2012 e 2014)



Continua...

Continuação...



Fonte: FECAM (2018).

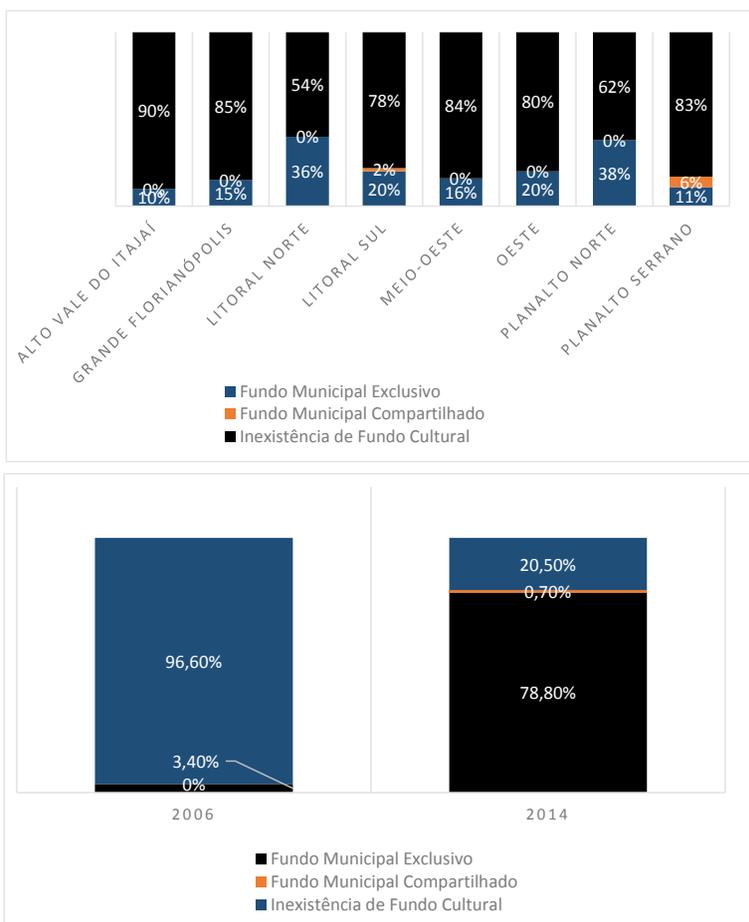
Outro indicador bastante relevante do incentivo à atividade cultural nos municípios é a existência de um Plano Municipal de Cultura, o qual indica que o Conselho deve estar sendo ouvido e que houve esforço de discussão e elaboração em torno de prioridades. Ainda que os dados mais recentes disponíveis sejam apenas de 2014, pode-se dizer que sua evolução em uma década não foi a esperada. Em 2006, apenas 4,8% dos municípios tinham Planos elaborados e já em fase de execução. Outros 7,8% dos municípios estavam em fase de elaboração do documento. Em 2014, pouco mais de 12%, algo em torno de 30 municípios já executavam os Planos (o que é inferior à soma dos “em execução” e “em elaboração” de 2006 e aponta que Planos deixaram de ser realizados). Além deles, contudo, aproximadamente outros 30% informaram estar em fase de Elaboração do Plano em 2014. Dados da FECAM para 2016, apresentados em forma de índices, sugerem que a elaboração de planos passou a ser prática em diversos outros municípios (FECAM, 2018).

No que se refere à regionalização, notável que o entorno de Joinville abarcava um elevado número de municípios com Plano em elaboração ou execução. Ao passo que largas porções das regiões Serrana, do Vale do Itajaí e da Grande Florianópolis⁵ e, em menor medida, da região Oeste apresentavam menor frequência de municípios com Planos.

⁵ Não confundir com a Região Metropolitana de Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), onde todos os municípios contavam com Planos em execução ou elaboração.

Um dos procedimentos de maior impacto ao efetivo desenvolvimento da política cultural local é a institucionalização de fundos municipais, especialmente se exclusivos. O gráfico 5, lado direito, mostra que o número total de municípios que possuíam fundo cultural municipal cresceu, passando de 3,4% em 2006 para 20,5% em 2014. Contudo, isso significa passar de cerca de 10 municípios para 60, o que não significa um avanço significativo ao estímulo a manifestações artísticas em territórios menos desenvolvidos ou de restrita escala Urbana.

Gráfico 5 - Existência de Fundo Municipal de Cultura exclusivo ou compartilhado por macrorregião em 2014, e percentual de municípios em cada categoria em Santa Catarina, 2006 e 2014



Fonte: FECAM (2018).

O lado esquerdo do gráfico 5 revela significativa discrepância regional, novamente com proeminência dos municípios localizados na região norte, mas, nesse caso, envolvendo duas macrorregiões: Planalto Norte e Litoral Norte. Essa proeminência pode novamente estar relacionada à capacidade de irradiar movimentos em prol da atividade cultural da intensa atividade cultural de Joinville. De fato, uma “mancha” de municípios contíguos já contava com fundos exclusivos em 2014⁶. Comparada a essa mancha, apenas outra pode ser verificada, no entorno de Chapecó, formada por 15 municípios⁷. Por outro lado, as regiões do Alto Vale do Itajaí e de Florianópolis (novamente excluindo-se a região metropolitana) apresentaram os menores percentuais de municípios com fundos municipais de cultura.

Notável que a avaliação dos investimentos em cultura efetivamente realizados nos municípios nos aponte efeitos da crise econômica. Como se sabe, em muitos casos, necessidades emergenciais de outros segmentos, como da saúde e da assistência social, podem sugar recursos anteriormente destinados ao setor de cultura, especialmente em momentos de graves restrições orçamentárias. Isso é o que nos indica o fato de, em 2016, o esforço relativo do setor público para estimular a atividade cultural local revelar que apenas 12 dos 295 municípios catarinenses realizaram dispêndios acima de 0,5% de suas receitas líquidas no setor. Evidente que a crise econômica que assolou todo o território nacional e, em especial, as finanças públicas ajudam a explicar esse baixo nível.

Esportes: características recentes e desafios do setor em Santa Catarina

Diversos estudos já foram capazes de revelar que a prática adequada da atividade física está diretamente associada ao gozo da vida de qualidade, o que se revela em um conjunto de benefícios conhecidos, tais

⁶ São eles: Joinville, Campo Alegre, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Rio dos Cedros, Pomerode, Blumenau, Indaial, Guabiruba, Brusque, Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú e Balneário Piçarras.

⁷ São eles: Chapecó, Cordilheira Alta, Xaxim, Xavantina, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde, Vargeão, Passos Maia, Ponte Serrada, Lindóia do Sul, Marema e Quilombo.

como nível de energia diário e da atividade cardiovascular pela melhora da circulação sanguínea e redução da sensação de estresse pela liberação de neurotransmissores (ARAÚJO; ARAÚJO, 2000), além da queda dos gastos com tratamentos de saúde (TURI *et al.*, 2015), especialmente em casos crônicos (BIELEMANN; KNUTH; HALLAL, 2010). Adicionalmente, pode-se incluir o benefício do convívio social caso tais atividades sejam realizadas por meio de eventos que as estimulem.

A história do Esporte em Santa Catarina indica a realização dos Jogos Abertos como evento mais marcante. Realizado pela primeira vez em 1960, pela iniciativa da sociedade civil organizada liderada pelo empresário brusquense Arthur Schelessner, o evento passou a ser organizado pelo governo do Estado apenas em 1976. Com o passar do tempo, a competência adquirida pela estrutura estatal permitiu a realização de diversos outros eventos, igualmente incentivadores da prática esportiva no Estado. Entre eles, os Joguinhos Abertos, a Olimpíada Estudantil Catarinense, os Jogos Escolares de Santa Catarina e os Jogos Abertos da Terceira Idade.

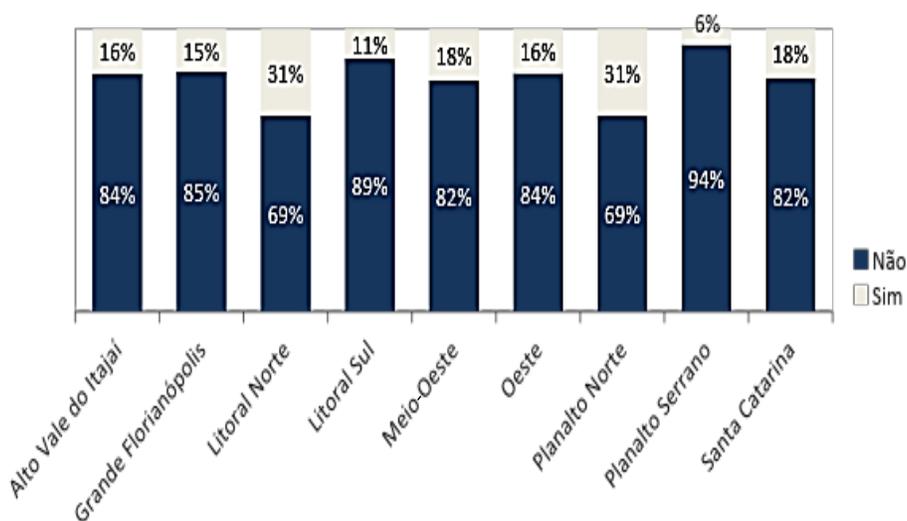
Essa tradição de apoio à realização de eventos continua sendo um importante incentivador da prática esportiva não apenas por fortalecer equipamentos de esporte nos municípios, algo sempre necessário à boa prática, mas também pela definição de um momento anual para que municípios, atletas e desportistas revelem os desempenhos de seus esforços. Os eventos funcionam como mobilizadores de esforços desses diversos grupos, ou seja, como um dinamismo à prática esportiva.

Em relação a essa prática, a comparação com outros estados aponta um forte engajamento dos municípios catarinenses. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, vários anos) apontaram que a execução de projetos, ações e programas nos municípios foi superior à média do País e mesmo à média dos estados da região sul. Entre 2012 e 2013, mais de 85% dos municípios do Estado executaram ações, projetos ou programas tanto para o esporte de rendimento como escolar ou de lazer. Esse é um dado muito relevante, pois, segundo a Unesco (2004), onde existem programas de apoio ao esporte para crianças e adolescentes, notou-se a queda substancial de mazelas como a criminalidade.

Contudo, a percepção do especialista entrevistado é de que esse instrumento já foi muito mais eficaz ao objetivo de incentivar a população à prática desportiva. Um dos maiores desafios contemporâneos tem sido o abandono das atividades físicas entre jovens. Na região sul, mais de 70% dos abandonos acontecem até os 24 anos. Para o especialista entrevistado, atualmente, dois fatores adicionais parecem concorrer à capacidade da sociedade de reconhecer os benefícios da prática esportiva e, com isso, fortalecer a cultura do esporte: o uso de drogas e o sedentarismo derivado do uso excessivo de dispositivos eletrônicos, tais como *tablets*, microcomputadores e mesmo a televisão como formas de entretenimento. Certamente que esses não são os únicos fatores. Além deles, também são parte a falta de tempo devido a outras prioridades (estudo, família, trabalho), a problemas de saúde diversos e à desmotivação.

A exemplo das atividades culturais, o engajamento local, por meio de conselhos municipais, representa um indicador de que políticas podem estar sendo elaboradas sob o aval de especialistas, de forma que tanto o abandono de jovens como outros desafios locais possam ser identificados e superados.

Gráfico 6 - Percentual de municípios (cor branca) com e sem (cor azul) Conselho Municipal de Esporte, por macrorregião de Santa Catarina, 2016



Fonte: IBGE (vários anos).

Quanto à formalização dos conselhos, o gráfico 6 mostra que havia uma discrepância regional. Entre os municípios que já haviam constituído conselhos regionais em 2016, verificou-se a proeminência em alguns da região norte do Estado, incluindo o Planalto e a Região Litorânea, onde mais de 30% dos municípios já institucionalizaram conselhos. Por outro lado, apenas 6% dos municípios do Planalto Serrano contam com Conselhos de Esporte. Daí se entende o valor de avançar na organização da gestão esportiva municipal por meio do apoio da estrutura Estatal e de ações voltadas ao aprimoramento da governança da área nos municípios.

Vale destacar ainda que apenas 10 municípios catarinenses, ou seja, 3,4% do total contavam com Fundos de Esporte (IBGE, vários anos). Isso é preocupante em um segmento que registrou queda contínua dos recursos estaduais desde 2012, obviamente impactados pela recessão e posterior crise econômica do período.

Considerações finais

Este capítulo apresentou características recentes das atividades de Turismo, Cultura e Esportes do estado de Santa Catarina.

Do setor de turismo notou-se que a revelada competitividade catarinense no segmento de Sol e Praia, assim como os esforços recentes para o aumento da competitividade no segmento de Negócios e Eventos, ainda que seja altamente promissora e desejável para a elevação da renda catarinense, contribui para o processo de litoralização da atividade econômica, fenômeno que tende a gerar mazelas sociais no longo prazo. Não obstante, viu-se que novas formas de turismo são alternativas potencialmente interessantes, que podem servir como contrapesos à litoralização. Nesse sentido, a estratégia política de segmentação da atividade parece ser a principal alternativa.

Do setor de Cultura, notou-se que a concentração das atividades em cidades de porte mais elevado é característica marcante, mas também que sete polos regionais sustentam uma distribuição geográfica menos concentrada que a atividade econômica em geral vêm revelando.

Importante que além dessas concentrações há uma intensa atividade potencial em outros territórios, a qual possivelmente não está sendo captada pela restrita institucionalização dos Conselhos, dos Planos e dos Fundos para o desenvolvimento da cultura nos municípios. O restrito reconhecimento pelos gestores municipais dos benefícios de uma intensa atividade cultural chama a atenção, certamente merecendo atenção dos governos do Estado e Federal, mas também da sociedade civil organizada.

Não obstante, deduziu-se que o reconhecimento dos benefícios alcançados por municípios vizinhos pode estar irradiando esforços de estruturação da atividade. Tal entendimento emergiu da observação da mancha de municípios contíguos a Joinville, que estão bem estruturados em torno da atividade cultural.

Este estudo também revelou que em momentos de crise o volume de recursos tende a se tornar altamente escasso aos três segmentos, mas em especial à Cultura e ao Esporte. Daí o valor, para os municípios, de estarem preparados com Conselhos, Planos e Fundos estruturados para que a defesa do segmento possa encontrar melhor institucionalidade.

Mais especificamente em relação ao setor de esportes, pode-se notar que o bom funcionamento de suas atividades pode ser em grande medida explicado pela institucionalização da organização de eventos anuais na estrutura do Estado. Esse *know-how*, no entanto, pode estar se revelando insuficiente para enfrentar desafios contemporâneos, derivados de hábitos enraizados desde a infância, como o uso de *tablets* e outros dispositivos eletrônicos como meio de diversão, mas também pelo uso de drogas desde a adolescência (ainda que esses não sejam os únicos fatores contrários à prática desportiva). Daí que a debilidade da estruturação setorial nos municípios, por meio de Conselhos, Planos e Fundos para o Esporte seja também um importante desafio à ação estatal.

Referências

ARAÚJO, D. S. M. S.; ARAÚJO, C. G. S. Aptidão física, saúde e qualidade de vida relacionada à saúde em adultos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 6, n. 5, p. 194-203, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Dados Abertos**. Sem data de publicação. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2017.

BIELEMANN, R. M.; KNUTH, A. G; HALLAL, P. R. C. Atividade física e redução de custos por doenças crônicas ao Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 9-14, 2010.

BUENO, F. P. *et al.* **As relações entre ecoturismo e educação ambiental no polo de ecoturismo da Ilha de Santa Catarina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM. **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal**. Florianópolis: FECAM, 2018. Disponível em: <www.fecam.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FLORES, Y.; SILVA, J. A. Projeto Querença: Redes e parcerias como base para o desenvolvimento local e um turismo comunitário e criativo na aldeia de Querença-Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 24, p. 83-95, 2018.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 1, p. 93-106, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**. Vários anos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 dez. 2017.

JORDÃO, G.; ALLUCCI, R. R. **Panorama setorial da cultura brasileira: 2013-2014**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232 p.

LINS, H. N. Estilização do turismo: ensaio com foco na serra catarinense. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 2., Chapecó, 2008. **Anais...** Chapecó: APEC, 2008.

MEURER, R.; LINS, H. Macroeconomia do turismo argentino em Santa Catarina. **Revista Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 272-292, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Sem data de publicação [vários anos].

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Anuário estatístico do turismo**. Brasília, DF, jul. 2018. Disponível em: <<http://dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Panorama OMT do turismo internacional**. Publicado em 2016. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Lei nº 17.449, de 10 de janeiro de 2018. Institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Florianópolis, 12 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17449_2018_Lei.html>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Plano SC 2030. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso: 13 mar. 2019.

SOARES, E. D.; RAMOS, H. R. Siga o Líder: A Influência de uma liderança carismática religiosa no crescimento turístico da cidade de Nova Trento em Santa Catarina. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 7, n. 3, p. 390-401, 2018.

SOARES, M.; SANTOS PIRES, P. dos. O interesse pela observação de aves como alternativa para o turismo em bases sustentáveis no litoral centro-norte de Santa Catarina. **Turismo, Visão e Ação**, v. 6, n. 1, p. 09, 2004.

TURI, B. C. *et al.* Caminhada e gastos com saúde em adultos usuários do sistema público de saúde brasileiro: estudo transversal retrospectivo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3561-3568, 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Educação para todos**. Publicado em 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

CAPÍTULO 4

Dinâmica Demográfica Recente do Estado de Santa Catarina*José Antonio Nicolau***Introdução**

A análise da dinâmica demográfica do estado de Santa Catarina nas últimas duas décadas recenseadas (1991 a 2010), a qual se acrescentam as estimativas e projeções para além dos anos censitários e alcançando o horizonte de 2030, permite apontar quatro fenômenos de grande interesse, por estarem na base de mudanças socioeconômicas em curso: elevado crescimento demográfico relativo, concentração nos centros urbanos de maior porte, crescimento da população idosa e concentração nas regiões litorâneas.

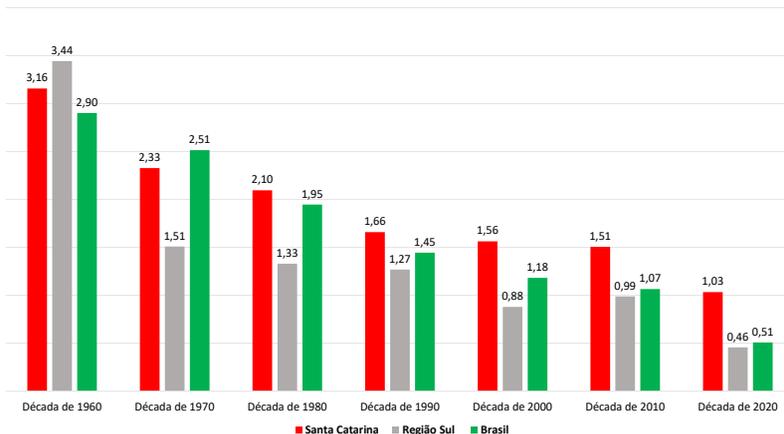
Demografia: recorte estadual

Tomando-se, inicialmente, o Estado como um todo, o primeiro aspecto a ser destacado é que Santa Catarina tem crescido mais do que os estados das regiões Sul e Sudeste e mais do que a média brasileira: em 2010, ele tinha uma população de 6.351,4 mil habitantes, o que correspondia a 3,25% da população brasileira. Pelas estimativas e projeções do IBGE, o Estado tinha 6.910,6 mil habitantes em 2016, correspondentes a 3,35% da população do País, devendo alcançar 8.041,6 mil habitantes em 2030, ou seja, 3,60% da população nacional. Essa sequência de percentuais indica que Santa Catarina vem crescendo em termos demográficos a taxas maiores que as do País. Os gráficos 1 e 2 são ilustrativos do fenômeno.

Ao observar o gráfico 1, verifica-se que há um movimento de queda da taxa anual de crescimento da população de Santa Catarina, da região Sul e do Brasil desde a década de 1960. Esse movimento tende a continuar na década em curso (2010-2020) e na década seguinte, 2020-2030, de acordo com as projeções do IBGE (vários anos). Santa Catarina cresce à taxa de

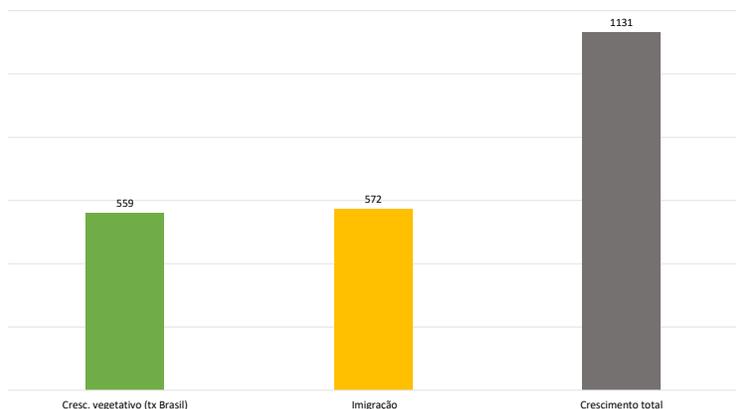
3,16% ao ano na década de 1960-70 e passará a crescer, conforme projeção, à taxa de 1,01% ao ano na década de 2020-2030. A queda decenal nas taxas anuais de crescimento demográfico é um fenômeno conhecido do País, que assim acompanha as tendências há muito observadas no mundo ocidental.

Gráfico 1 - Taxas anuais de crescimento demográfico, Santa Catarina, região Sul e Brasil, 1960-2020 – médias por década (%)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010) e nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

Gráfico 2 - Crescimento da população de Santa Catarina entre 2016 e 2030 – projeção IBGE (mil habitantes)

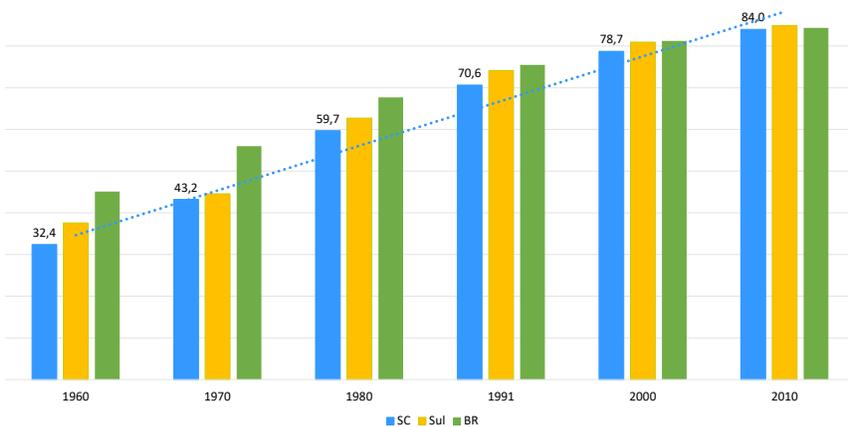


Fonte: Elaboração baseada nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

Entretanto, o que é singular neste assunto é que a partir da década de 1980-90, a população do estado de Santa Catarina vem crescendo a taxas expressivamente maiores que as do País e as da região Sul. Essa tendência deverá continuar até 2030, pelo menos, período para o qual existe projeção do IBGE para o crescimento populacional. Nesses termos, o Estado vem atraindo migração populacional de outros estados (e de outros países). O gráfico 2 ilustra esse fenômeno migratório. Tomando por base a taxa de crescimento da população brasileira como *proxy* da taxa de crescimento vegetativo de Santa Catarina, pode-se dividir o acréscimo de população que o Estado deve ter entre 2016 e 2030 – de aproximadamente 1.131 mil habitantes – em dois componentes: crescimento vegetativo da população estadual (559 mil habitantes) e imigração (572 mil habitantes).

Um segundo aspecto da dinâmica populacional catarinense diz respeito à crescente urbanização. O gráfico 3 apresenta a tendência geral, observada já pelo menos desde 1960, de aumento sistemático, década a década, da proporção da população residente nas áreas urbanas, acompanhando de resto o mesmo movimento rural-urbano observado na região Sul e no Brasil. Assim, em 1960, 32,4% da população de Santa Catarina residia nas cidades, ao passo que, em 2010, essa proporção passou para 84,0%.

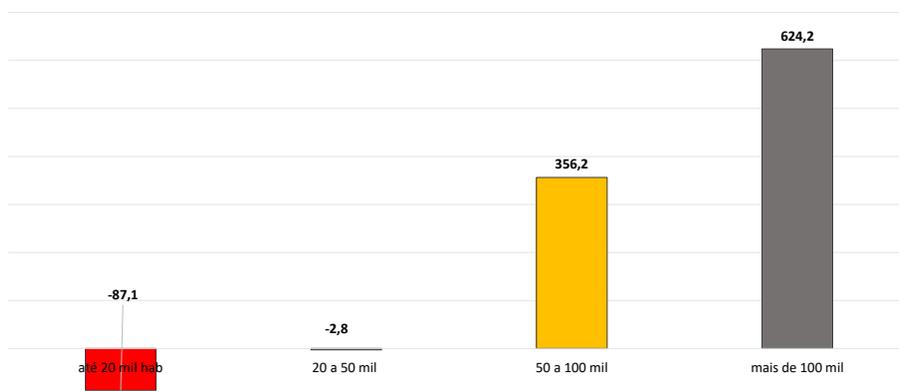
Gráfico 3 - Proporção da população urbana – Santa Catarina, Região Sul e Brasil – 1960 a 2010 (%)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010).

Analisando-se os dados dos dois últimos Censos Demográficos, de 2000 e de 2010, observa-se, como nos mostra o gráfico 4, que o movimento demográfico não atingiu todas as cidades do Estado indistintamente. Ao contrário, somente os municípios com população de 50 mil ou mais habitantes absorveram novos contingentes populacionais na década 2000-2010, enquanto que os municípios de porte médio-baixo, de 20 a 50 mil habitantes, ficaram praticamente estagnados em seu conjunto (com leve perda de população), e os pequenos, de até 20 mil habitantes, experimentaram uma forte perda populacional em seu conjunto (perda líquida de 87,1 mil pessoas na década). Com isso, conclui-se que o movimento rural-urbano tem se dado em direção às cidades de maior porte.

Gráfico 4 - Variação da população de Santa Catarina por tamanho de município entre 2000 e 2010 (mil habitantes)

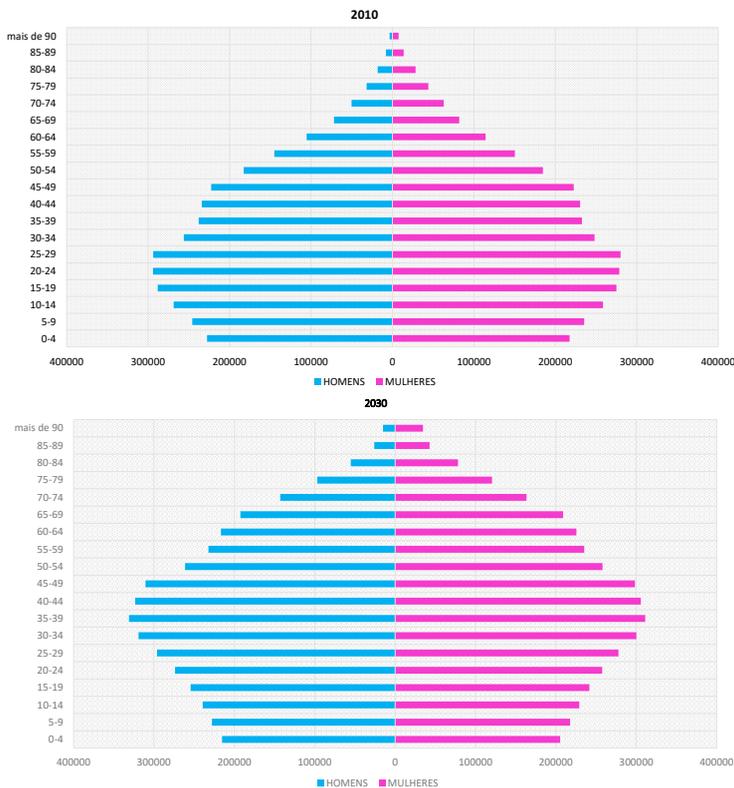


Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010).

O terceiro fenômeno observado na dinâmica demográfica catarinense se refere à mudança na composição por faixas etárias. O gráfico 5 mostra a pirâmide etária de Santa Catarina de 2010 e a projetada para 2030, para homens e mulheres. A comparação entre as duas pirâmides populacionais mostra o crescimento das faixas de população idosa (de 65 anos ou +) e de estratos da população adulta intermediários (de 30 a 49 anos), bem como a redução dos estratos de população jovem (zero a 14 anos). Esse fenômeno de envelhecimento da população é também observado no Brasil e em outros países do mundo ocidental.

Alargando-se um pouco mais o período de tempo, de 2000 a 2030, pode-se melhor observar o comportamento dos três principais agrupamentos etários – jovens (0 -14 anos), adultos (15-64 anos) e idosos (65 anos ou +). A demonstração gráfica ilustra essa evolução, merecendo destacar: (a) crescente participação dos idosos (aumento de participação na população total de 5,16% no ano 2000 para uma projeção de 14,64% em 2030); (b) queda constante da participação dos jovens (de 28,53% no ano 2000 para 16,60% em 2030); e (c) crescimento e queda da participação da população adulta no período 2000-2030, com ponto de inflexão em 2016, quando alcançou o percentual máximo de 71,47% do total da população estadual.

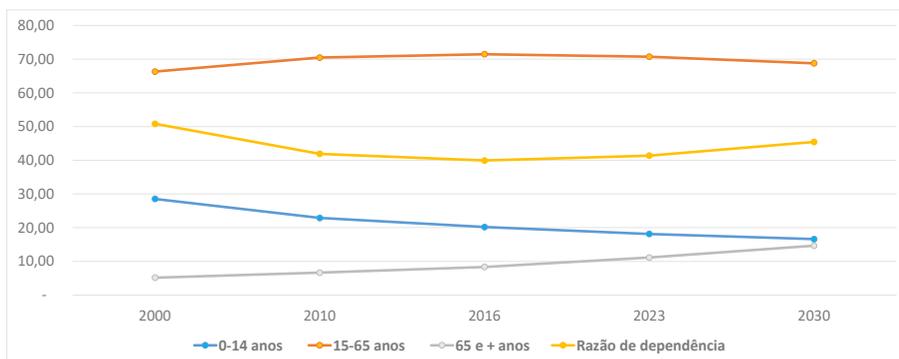
Gráfico 5 - População de Santa Catarina por faixas etárias e por sexo – 2010 e projeção para 2030 (habitantes)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 2010) e nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

Esses números indicam que Santa Catarina se depara, no momento presente, com o chamado “bônus demográfico”, expresso pela menor razão de dependência da população jovem e idosa em relação à população adulta. No ano de 2016, a razão de dependência foi pouco inferior a 0,4 (ou 40%), indicando a existência de quatro pessoas dependentes (jovens ou idosos) para cada dez pessoas adultas, segundo o representado no gráfico 6.

Gráfico 6 - Evolução da composição da população de Santa Catarina por estratos de idade e razão de dependência – 2000, 2010, 2016, 2023 e 2030 (%)

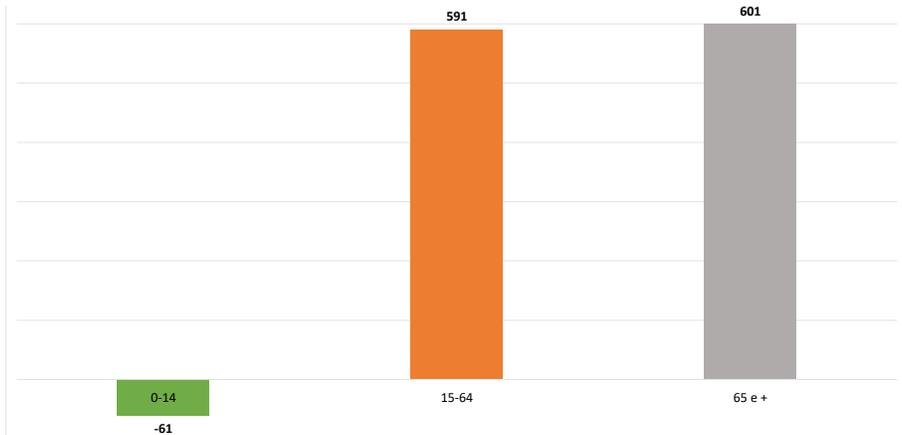


Obs: Razão de dependência = população de jovens + idosos / população adulta.

Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 2000, 2010) e nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

Complementando a análise demográfica de Santa Catarina por faixas etárias, as projeções do IBGE para 2030, quando comparadas com as estimativas para 2016, mostram a seguinte composição do acréscimo populacional no período 2016-2030, conforme ilustrado no gráfico 7: 601 mil idosos (a mais em 2030 que atualmente), 591 mil adultos (a mais em 2030 em relação a 2016) e 61 mil jovens a menos (em 2030, em relação ao número atual).

Gráfico 7 - Estimativa de aumento no número de habitantes em 2030 em relação a 2016 (mil pessoas) por faixa etária – Santa Catarina



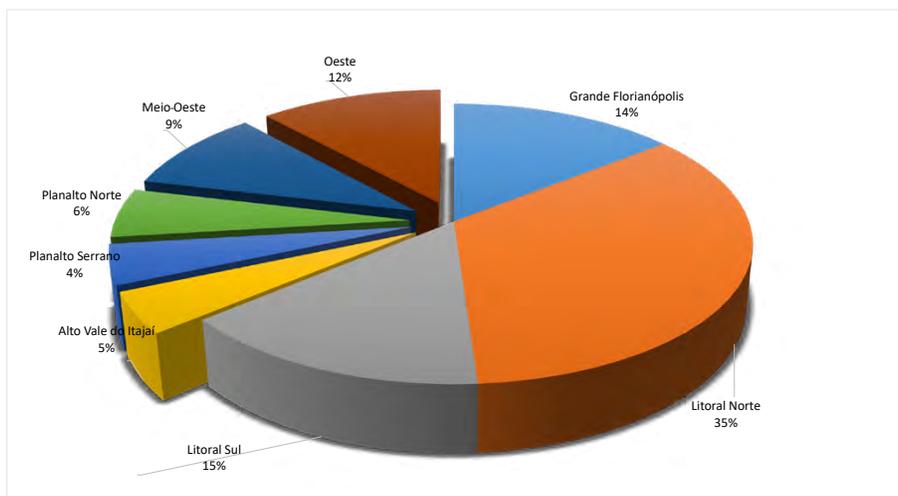
Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010) e nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

As implicações em termos de novas demandas pela crescente população idosa do Estado podem ser enumeradas, sendo as mais evidentes os impactos financeiros sobre planos de previdência social e a crescente demanda por serviços de saúde. Por outro lado, a queda absoluta da população jovem sinaliza para o deslocamento, na área de Ensino Fundamental, do foco na quantidade para a preocupação com a qualidade.

Demografia: recorte macrorregional

A análise da dinâmica populacional catarinense, do ponto de vista regional, aponta para o fenômeno conhecido como “litoralização” – a crescente concentração populacional nas macrorregiões litorâneas. O gráfico 8, que apresenta a distribuição da população por oito macrorregiões, mostra que as três macrorregiões litorâneas concentram quase 2/3 da população estimada para o ano de 2016.

Gráfico 8 - Estimativa da população de Santa Catarina por macrorregiões (2016)



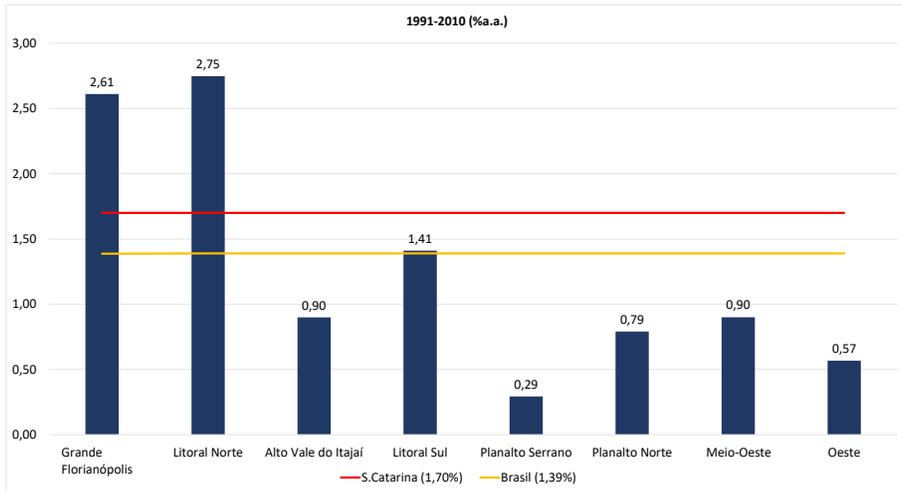
Fonte: Elaboração baseada nas Estimativas da População (IBGE, vários anos).

A macrorregião Litoral Norte (que, neste estudo, inclui o médio Vale do Itajaí) abriga os maiores contingentes populacionais (35% do total), com importantes cidades e seus entornos (Joinville, Blumenau e Itajaí/Balneário Camboriú, Brusque e Jaraguá do Sul). Seguem, com população semelhante, as macrorregiões Litoral Sul (15%) e Grande Florianópolis (14% do total). As demais macrorregiões, que ocupam a maior parte do território estadual, abrigavam pouco mais de 1/3 da população total de Santa Catarina em 2016.

Examinando-se com maior detalhe a dinâmica regional recente com a utilização de dados censitários, o gráfico 9 nos mostra que, no período de 1991-2010, a taxa média anual de crescimento demográfico registrada em Santa Catarina (1,70% ao ano) superou a taxa média nacional (1,39%), mas com fortes desigualdades regionais, evidenciando a ocorrência da litoralização. Assim, a macrorregião Litoral Norte registrou a elevada taxa de crescimento de 2,75% ao ano, seguida pela Grande Florianópolis, com 2,61% ao ano. Por outro lado, as demais macrorregiões tiveram taxas de crescimento abaixo da média do Estado: Litoral Sul com 1,41%; Alto Vale do Itajaí e Meio-Oeste com 0,90%; as macrorregiões do Planalto (Planalto

Norte e Planalto Serrano) e do Oeste experimentaram as menores taxas de crescimento populacional.

Gráfico 9 - Taxa média anual de crescimento demográfico, segundo as macrorregiões de Santa Catarina, 1991-2010 (% a.a.)

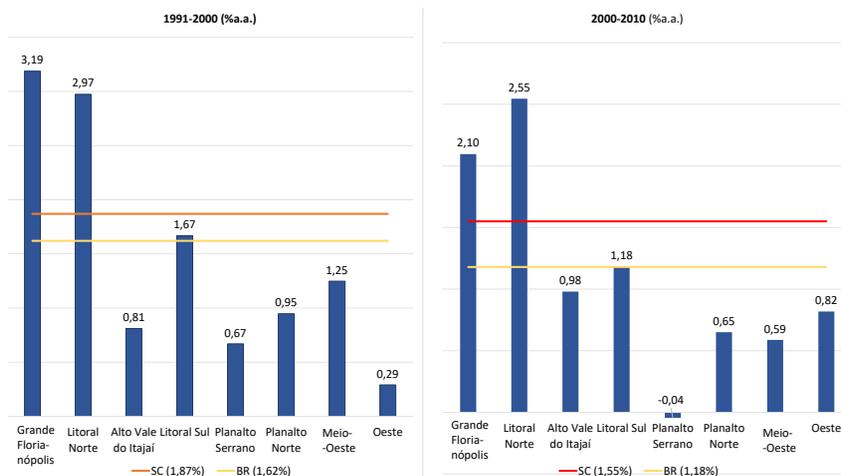


Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

Há que se destacar, por fim, que, à exceção do Litoral Norte, da Grande Florianópolis e do Litoral Sul, as demais macrorregiões tiveram crescimento demográfico abaixo da média brasileira do período, o que significa, virtualmente, a ocorrência de êxodo de pessoas dessas regiões.

Analisando-se a evolução demográfica macrorregional nas duas últimas décadas censitárias, conforme expõe o gráfico 10, o padrão se repete de forma geral, cabendo, contudo, registrar que ocorreu uma queda generalizada das taxas anuais de crescimento na última década, tanto no Brasil como em Santa Catarina, a qual foi acompanhada pelas macrorregiões, com duas exceções (macrorregiões Oeste e Alto Vale). Além disso, deve-se acrescentar que a macrorregião Planalto Serrano registrou crescimento negativo (-0,5%) na década 2000-2010.

Gráfico 10 - Taxa média anual de crescimento demográfico, segundo as macrorregiões de Santa Catarina, 1991-2000 e 2000-2010 (% a.a.)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

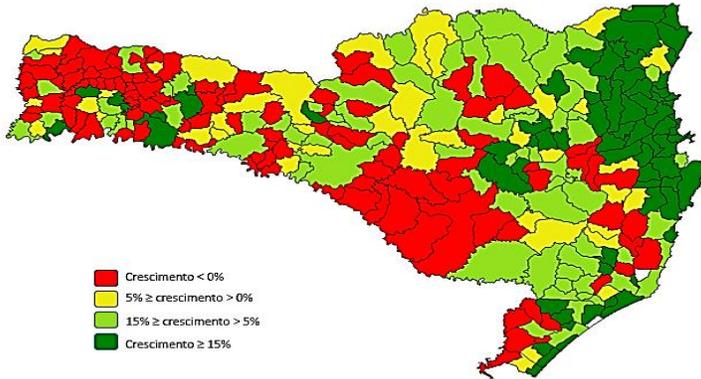
Observando-se o mapa do estado de Santa Catarina, figura 1, cuja cor verde-escura indica a ocorrência de maior crescimento na década 2000-2010, seguida pela tonalidade verde-clara, pode-se visualizar a forte concentração das maiores taxas no Litoral Norte do Estado e na Grande Florianópolis, além de em poucos municípios espalhados pelas regiões Litoral Sul, Oeste e Alto Vale do Itajaí. Por outro lado, as áreas em vermelho, que correspondem a taxas negativas de crescimento, concentram-se no Planalto Serrano e na metade norte da macrorregião Oeste. Pode-se dizer, grosso modo, que pessoas migraram das áreas em vermelho para as áreas em verde-escuro, devendo, logicamente, ser levadas em conta também as migrações entre estados.

O gráfico 11 propõe uma ilustração final para a compreensão da dinâmica demográfica estadual. Tomando-se por *proxy* do crescimento vegetativo a taxa de crescimento da população brasileira (1,39% ao ano no período de 1991-2010), observam-se três padrões de comportamento macrorregionais: as macrorregiões do Litoral Norte e Grande Florianópolis receberam migrações (saldo de 665 mil imigrantes); a macrorregião Litoral Sul revelou equilíbrio (saldo de 4 mil imigrantes); e as outras cinco macrorregiões registraram êxodo (saldo de 316 mil emigrantes). Dessa forma,

menos de 50% dos imigrantes das macrorregiões Litoral Norte e Grande Florianópolis vieram do interior do Estado.

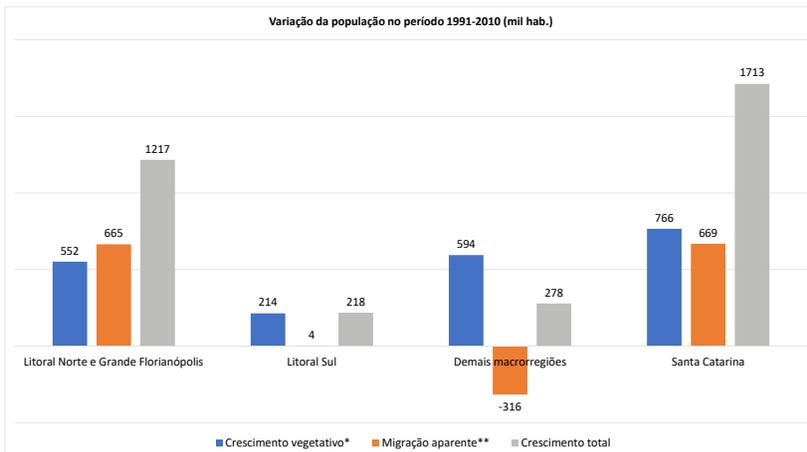
Figura 1 - Taxa de crescimento demográfico decenal dos municípios de Santa Catarina, 2000-2010 (%)

Crescimento Populacional – 2000 a 2010



Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 2000, 2010).

Gráfico 11 - Origens do crescimento demográfico de Santa Catarina por macrorregiões selecionadas, 1991-2010 (mil habitantes)



*Utilizada a taxa de crescimento da população brasileira como referência.

** Diferença entre crescimento total e crescimento vegetativo.

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

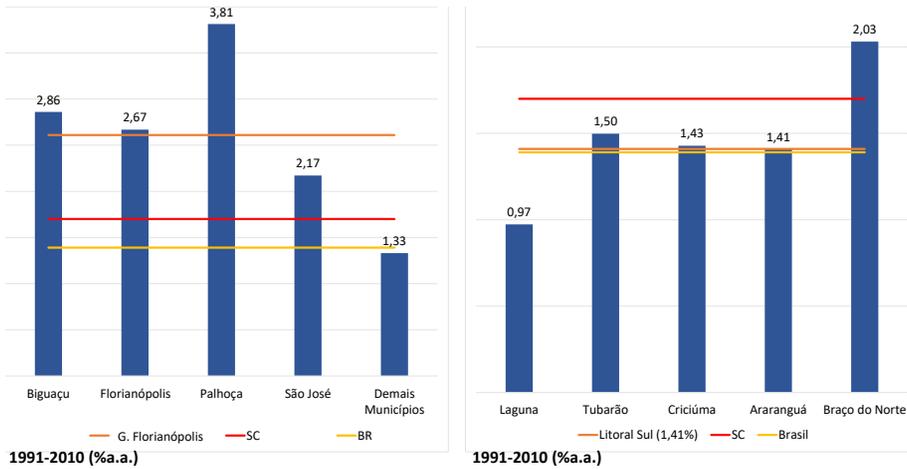
Portanto, o fenômeno da litoralização, entendido como o deslocamento da população para as macrorregiões litorâneas, é apenas parcialmente explicado pelo êxodo das regiões não litorâneas; parte substancial dele é explicada pelas migrações oriundas de outros estados. Pode-se concluir, então, que a litoralização, juntamente com o tema da transição demográfica para faixas etárias de maior idade, é um segundo fenômeno de grande magnitude em Santa Catarina, com fortes impactos sobre a economia estadual e sobre os serviços públicos.

Demografia: recorte microrregional

Apresentada a dinâmica demográfica no espaço microrregional, cabe identificar os principais movimentos de mudança internamente a cada macrorregião. Para tanto, as microrregiões foram definidas pelos territórios abrangidos pelas Agências de Desenvolvimento Regional, havendo, portanto, 36 microrregiões.

O gráfico 12 apresenta as taxas anuais de crescimento populacional no período de 1991-2010 para os principais municípios da macrorregião da Grande Florianópolis e para as microrregiões do Litoral Sul. No caso da Grande Florianópolis, verifica-se que o município de Palhoça teve o maior crescimento, seguido por Biguaçu, Florianópolis e São José. Esses quatro municípios de maior porte experimentaram crescimento demográfico acima da média estadual, ao passo que os demais municípios, que ficam no entorno do aglomerado urbano, cresceram, em média, a uma taxa inferior à do Estado e à do Brasil, confirmando a regra do movimento populacional dos pequenos para os maiores municípios.

Gráfico 12 - Taxa média anual de crescimento demográfico das macrorregiões Grande Florianópolis (por município) e Litoral Sul (por microrregião) de Santa Catarina, 1991-2010 (%)

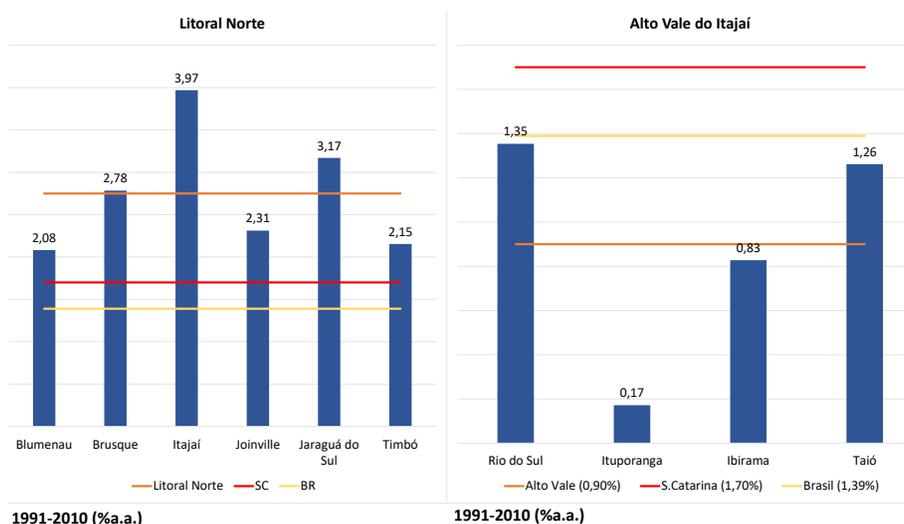


Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

Por sua vez, na macrorregião Litoral Sul, observa-se o crescimento microrregional relativamente homogêneo, com exceção de Laguna, com registro de taxa de crescimento inferior à brasileira.

O gráfico 13 mostra as taxas de crescimento demográfico para as macrorregiões do Litoral Norte e Alto Vale do Itajaí no período de 1991-2010. Inicialmente, cabe destacar a elevada *performance* da macrorregião Litoral Norte, com todas as microrregiões registrando taxa de crescimento demográfico acima da média estadual. O destaque fica para Itajaí, por força de seus dois grandes atrativos – atividades turística e portuária. Contudo, Jaraguá do Sul e Brusque, microrregiões não litorâneas, também experimentaram crescimento demográfico elevado no período, o mesmo ocorrendo com as microrregiões de Blumenau, Joinville e Timbó. Assim, além do turismo e dos portos, atividades econômicas da indústria de transformação são também responsáveis pela atração de migrantes para essa macrorregião.

Gráfico 13 - Taxa média anual de crescimento demográfico das macrorregiões Litoral Norte e Alto Vale do Itajaí, segundo as microrregiões de Santa Catarina, 1991-2010 (%)



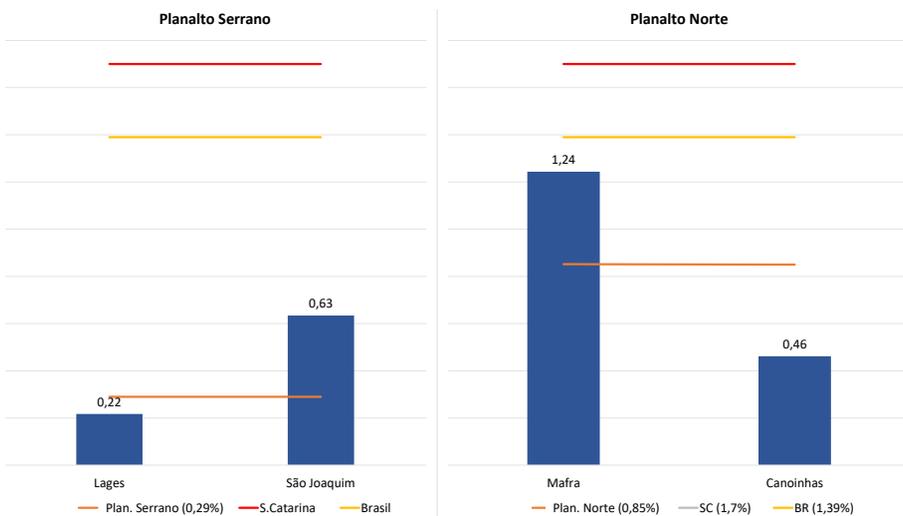
Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Bem diversa foi a dinâmica demográfica da macrorregião do Alto Vale do Itajaí, no período de 1991-2010, também apresentada no gráfico 13: todas as microrregiões registraram taxas de crescimento inferiores às do Estado e do Brasil, com desempenho demográfico muito baixo da microrregião de Ituporanga. A razão principal dessas baixas taxas de crescimento está na intensidade do fluxo rural-urbano registrado em Santa Catarina, levando-se em conta o fato de a macrorregião do Alto Vale ser formada por grande número de pequenos municípios, tendo em média a menor taxa de urbanização do Estado.

O gráfico 14, na sequência, mostra as taxas de crescimento da população para as duas macrorregiões do Planalto, também no período de 1991-2010. Analisando, inicialmente, a macrorregião do Planalto Serrano, constata-se o esvaziamento populacional da macrorregião nessas duas décadas, com taxas muito abaixo das médias do Estado e do País. O fenômeno ocorreu nas duas microrregiões, mas foi mais acentuado na microrregião de Lages (taxa média de 0,22% ao ano).

Por seu turno, a macrorregião do Planalto Norte também registrou taxa de crescimento demográfico inferior às médias do Estado e do Brasil, mas de forma menos acentuada, uma vez que a microrregião de Mafra teve crescimento demográfico um pouco mais expressivo de 1,24% ao ano, enquanto Canoinhas registrou uma taxa média muito baixa. Em suma, as duas macrorregiões do Planalto catarinense, certamente, foram as que mais perderam população no período em análise (1991-2010).

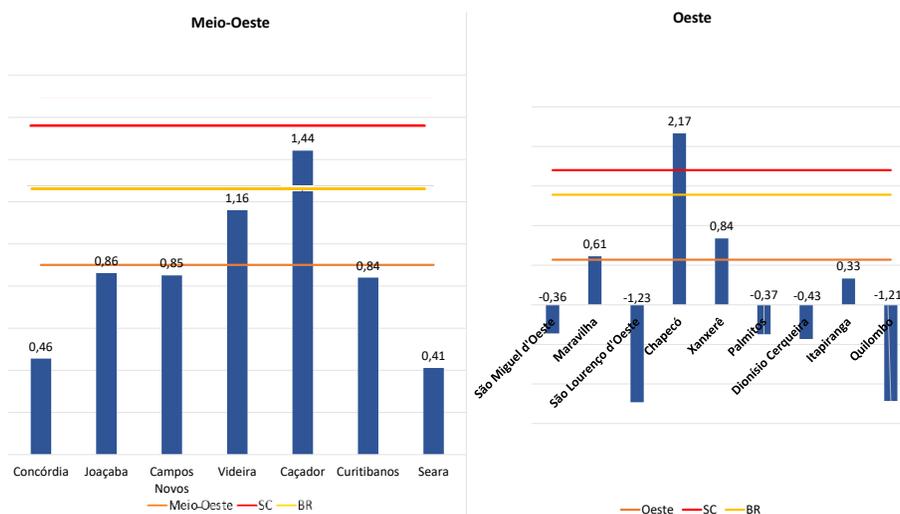
Gráfico 14 - Taxa média anual de crescimento demográfico das macrorregiões Planalto Serrano e Planalto Norte, segundo as microrregiões, 1991-2010 (%)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

Por fim, cumpre observar o comportamento demográfico das duas macrorregiões do Oeste catarinense, conforme exposto no gráfico 15. Analogamente ao Planalto, essas duas macrorregiões, com taxas inferiores às do Estado e do País, também perderam população via migração. O êxodo regional foi menos acentuado na macrorregião Meio-Oeste. Mas a microrregião de Caçador teve taxa superior à média brasileira, ao passo que as microrregiões de Seara e Concórdia tiveram as menores taxas de crescimento.

Gráfico 15 - Taxa média anual de crescimento demográfico das macrorregiões. Meio-Oeste e Oeste, segundo as microrregiões de Santa Catarina, 1991-2010 (%)



Fonte: Elaboração baseada nos Censos Demográficos (IBGE, 1990, 2000, 2010).

Além de possuir a menor taxa média, a macrorregião do Oeste registrou grandes discrepâncias no crescimento demográfico entre as suas microrregiões, conforme apresentado no gráfico 15. Assim, verifica-se que Chapecó experimentou notável crescimento (taxa de 2,17% ao ano), certamente atraindo migrações intrarregionais, ao passo que cinco microrregiões registraram taxas negativas de crescimento, com destaque para São Lourenço d'Oeste (-1,23%) e Quilombo (-1,21% ao ano), além de Dionísio Cerqueira, Palmitos e São Miguel d'Oeste.

Considerações finais

Em resumo, a análise da dinâmica demográfica observada nas últimas duas décadas no estado de Santa Catarina permitiu identificar fenômenos importantes:

- a) Crescimento demográfico acima da média do País e da região Sul, evidenciando a ocorrência de fluxo migratório proveniente de outros estados e até de outros países em direção a Santa Catarina;

b) Continuidade do fluxo migratório rural-urbano e, principalmente, das menores cidades (abaixo de 20 mil habitantes) para as cidades acima de 50 mil habitantes, apontando para a crescente demanda por serviços públicos nas maiores cidades do Estado;

c) Crescimento, em termos percentuais e absolutos, da população idosa, acompanhado de queda, também percentual e absoluta, da população jovem, com suas implicações em termos de remanejamento e novas demandas de serviços públicos, com destaque para as áreas de previdência social, saúde para idosos e mobilidade urbana;

d) Ocorrência do fenômeno da litoralização, pelo qual as macrorregiões Litoral Norte e Grande Florianópolis vêm se destacando na absorção dos fluxos migratórios provenientes de outros estados em direção a Santa Catarina, mencionados na letra a, acima, e dos fluxos oriundos das demais macrorregiões (com exceção do Litoral Sul), em particular o fluxo proveniente das regiões do Planalto e do Oeste. Como resultado, as regiões interioranas vêm crescendo abaixo da média do Estado e também do Brasil, o que gerou, por consequência, a saída líquida da população dessas macrorregiões nas últimas décadas;

e) A litoralização deve ser melhor qualificada: primeiro, não é fenômeno associado apenas às atividades propriamente litorâneas, uma vez que todas as microrregiões que formam o Litoral Norte experimentaram crescimento demográfico acima da média estadual, incluindo microrregiões industriais próximas, como Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul; segundo, de acordo com as estimativas, as macrorregiões Litoral Norte e Grande Florianópolis têm atraído imigrações populacionais duas vezes maiores que o total das emigrações das macrorregiões estaduais não litorâneas, evidenciando a importância do fluxo migratório interestadual;

f) A desigualdade entre as macrorregiões foi acompanhada, por vezes, por diferenças também marcantes nas taxas de crescimento demográfico entre as microrregiões pertencentes a uma mesma macrorregião, com destaque para a macrorregião de Chapecó. Em outros casos, a dinâmica demográfica macrorregional mostrou-se relativamente homogênea em todo o seu território, como nas macrorregiões do Planalto Serrano e Norte (taxas baixas) e no Litoral Norte (taxas altas).

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 1960. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 1970. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 1980. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 1990. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 2000. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Publicado em 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da População**. [vários anos] Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CAPÍTULO 5

**Educação em Santa Catarina:
uma avaliação do ensino médio
estadual e macrorregional**

*Silvio Antonio Ferraz Cario
Michele Dreger Vasconcelos Silva
Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves*

Introdução

A educação constitui um caminho fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Por meio dela, o ser humano obtém conhecimentos dos seus direitos e deveres no contexto em que vive; ganha saberes científicos e tecnológicos para atuar nas atividades produtivas; auxilia no crescimento econômico pelo emprego, renda e consumo gerados; cria condições para promover a saúde e reduzir a mortalidade; ajuda a superar a intolerância que leva à violência; gera benefícios sociais pela satisfação que promove; contribui para a compreensão dos processos políticos; promove a ascensão social pelo aumento da capacidade e das oportunidades obtidas; e contribui para a ocorrência de um bom relacionamento entre os povos de diferentes países.

Nesse contexto, o Estado assume o papel importante de criar condições para o desenvolvimento do sistema educacional do País. Sob sua coordenação, promove arranjos institucionais para a expansão de redes de ensino para gerar e produzir conhecimento. No curso do tempo, pessoas ganham conhecimento cada vez mais avançado ao galgarem etapas superiores de ensino: iniciando com a educação infantil até a educação superior. Assim sendo, quanto melhor estruturado e capacitado o sistema de ensino, maiores serão as condições da educação para proporcionar o pleno desenvolvimento humano.

No Brasil, foi criada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e de Bases da Educação (LDB) sob nº 9.394, que regulamenta o sistema educacional do País, englobando as redes de ensino público e privado da educação básica (infantil, fundamental e médio) ao ensino superior (universitário). Essa Lei garante o direito à educação, como expresso na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016), sendo dever da família e do Estado o seu exercício para que educandos tenham preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Na LDB, a finalidade da última etapa do ensino básico refere-se ao ensino médio, nível que compreende três anos de estudos, cuja idade-série corresponde a jovens com idade entre 15 a 17 anos.

Segundo a LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 10, inciso VI, o ensino médio constitui um nível de aprendizado que possibilita: a) consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; b) preparação básica para o trabalho e cidadania; e c) aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Em complemento, o artigo 35 aponta: d) compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, via desenvolvimento da teoria com a prática.

Essa etapa de ensino é considerada crucial para o desenvolvimento humano, podendo constituir um caminho virtuoso para o cumprimento das finalidades citadas. Contudo, também pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento quando são registradas elevadas taxas de reprovação, de abandono e de distorção idade-série dos jovens matriculados. A não conclusão do ensino médio dificulta, por exemplo, a obtenção de melhor posicionamento no mercado de trabalho, bem como impede o prosseguimento dos estudos em nível universitário. Considerando esse quadro, o presente estudo tem como objetivo apontar as características do ensino médio de Santa Catarina, em geral, e das macrorregiões constituídas, em particular, com destaque para os principais indicadores educacionais.

Ensino médio em Santa Catarina: uma visão geral

O estado de Santa Catarina contou com 6.379 escolas de educação básica no ano de 2017, sendo 990 oferecendo ensino médio. Dessas, o governo do estado administrava 727, as organizações privadas 225, a rede federal 30 e os municípios oito escolas (INEP, 2018). Considerando as matrículas no ensino médio, Santa Catarina registrou, em 2010, 248.209 matrículas, equivalente a 2,98% do total de matrículas do Brasil; e, em 2017, 221.744 matrículas, representando 2,80% do total dos alunos matriculados no País, conforme a tabela 1. Comparando os registros dos anos de 2010 e 2017, observa-se uma redução em ambas as referências. O número de matriculados no ensino médio em nível nacional reduziu 4,60% e no território estadual 10,66%.

Tabela 1: Matrículas no ensino médio no Brasil e em Santa Catarina, 2010-2017

Itens	2010	2017
Brasil	8.312.815	7.930.384
Santa Catarina	248.209	221.744
Santa Catarina/Brasil (%)	2,98	2,80

Nota: Inclui matrículas no Ensino Médio Propedêutico, Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) do Ensino Regular e/ou Especial de todas as redes de ensino.

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Os matriculados no ensino médio estão distribuídos por dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada) e tipo de ensino (formação geral, integrada à educação profissional e magistério). Conforme a tabela 2, o ensino médio – formação geral – apresentou o maior contingente de matrículas ao longo do período de 2010 a 2017, contudo os

números expressaram uma redução no total de matriculados de 13,75%. Considerando as dependências administrativas nessa formação, observa-se que o maior destaque se encontra na dependência estadual. Em 2017, o número de matriculados foi de 170.066 do total de 201.213 matrículas existentes, representando 84,52%. Esse percentual ficou muito próximo de 84,05%, obtido por essa modalidade em 2010. O segundo maior destaque do ensino médio – formação geral – foi o ensino privado, cujos registros foram de 34.974, em 2010, e de 30.022, em 2017, representando 14,99% e 14,92%, respectivamente, do total geral das matrículas/ano.

Registro importante a ser feito refere-se ao ensino médio integrado à educação profissional. Essa modalidade foi a única que mostrou aumento do número de matrículas no período de 2010 a 2017: 80,19%. Dessa marca, o maior crescimento coube à dependência federal: 258,97%. Em 2010, o número de matrículas era de 2.574 e passou, em 2017, para 9.240. Um fator responsável pelo aumento de matrículas nessa modalidade foi a implantação de programas de fomento do governo federal, dentre eles o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Referido programa foi criado em 2011 com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Segundo a Lei nº 12.513/2011, artigo 1º, parágrafo único, inciso I (BRASIL, 2011, n.p.), o PRONATEC tem como objetivo “[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional”.

Tabela 2 - Distribuição da matrícula do ensino médio por rede de educação em Santa Catarina, 2010-2017

Ensino Médio - Redes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2010-%
Geral									
Total	233.294	234.878	237.945	254.274	266.279	226.036	216.957	201.213	-13,75
Federal	1.003	697	275	274	255	269	375	353	-64,81
Estadual	196.096	197.462	199.377	216.164	228.250	190.161	183.113	170.066	-13,27
Municipal	1.221	1.229	1.255	1.243	1.297	1.215	1.076	772	-36,77
Privada	34.974	35.490	37.038	36.593	36.477	34.391	32.393	30.022	-14,16
Profissional									
Total	8.134	9.902	11.622	12.200	13.181	11.433	13.104	14.657	80,19
Federal	2.574	3.489	4.727	5.611	6.494	7.158	8.133	9.240	258,97

Continua...

Continuação...

Ensino Médio - Redes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017/ 2010-%
Estadual	5.560	6.413	6.821	6.502	6.591	4.220	4.848	5.261	- 5,38
Privada	-	-	74	87	96	55	123	156	
Magistério									
Total	6.781	6.011	5.163	4.965	4.712	4.697	5.227	5.874	-13,38
Estadual	6.781	6.011	5.163	4.965	4.712	4.571	5.152	5.874	-13,38
Privada						126	75		

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Segundo o registro do INEP (2018), em Santa Catarina, do total de 313.319 jovens, em 2017, 291.700, entre 15 e 17 anos de idade, frequentaram a escola ou já tinham concluído a educação básica. A diferença, 21.619 jovens, encontrava-se fora da escola, portanto 6,90% do total existente. No curso dos anos, observa-se o crescimento do número de jovens frequentando ou concluindo a etapa da educação básica, independentemente da etapa ou modalidade de ensino que estavam cursando. Denominada taxa de atendimento, o percentual foi de 86,6% em 2012, seguindo em evolução anual crescente e alcançando a representatividade de 93,1% em 2017, conforme a tabela 3. Nesse contexto, observam-se duas ocorrências: o Estado, conseguindo manter regularidade crescente no atendimento dos alunos, e a redução da saída do número de adolescentes e jovens da escola para trabalhar ou por outro motivo.

Tabela 3 - Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentaram o ensino médio ou possuíam educação básica completa em Santa Catarina, 2012-2017 (%)

Itens	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Atendimento	86,6	88,2	89,4	89,5	90,8	93,1
Taxa Líquida de matrícula*	71,7	77,3	79,7	76,4	76,0	76,5

Nota: *percentual de matrículas na etapa de ensino adequada para a faixa etária.

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Por outro lado, quando se analisa o percentual de matrículas na etapa de ensino adequada para a faixa etária – taxa líquida de matrícula –, ele reduz. No ano de 2017, o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentaram o ensino médio ou possuíam educação básica completa foi de 76,5%. Nos últimos três anos, 2015-2017, o percentual manteve-se

praticamente constante. Em outros termos, significa que de cada 10 jovens matriculados nessa faixa etária, sete se encontravam na etapa de ensino adequada. Tal ocorrência expressa a existência de atraso escolar no ensino médio de Santa Catarina. Dentre os vários motivos, citam-se: reprovação escolar, falta de atratividade pelo ensino e ingresso no mercado de trabalho, segundo o Plano Estadual de Educação: Santa Catarina 2015-2024 (PEESC 2015-2024) (SANTA CATARINA, 2015).

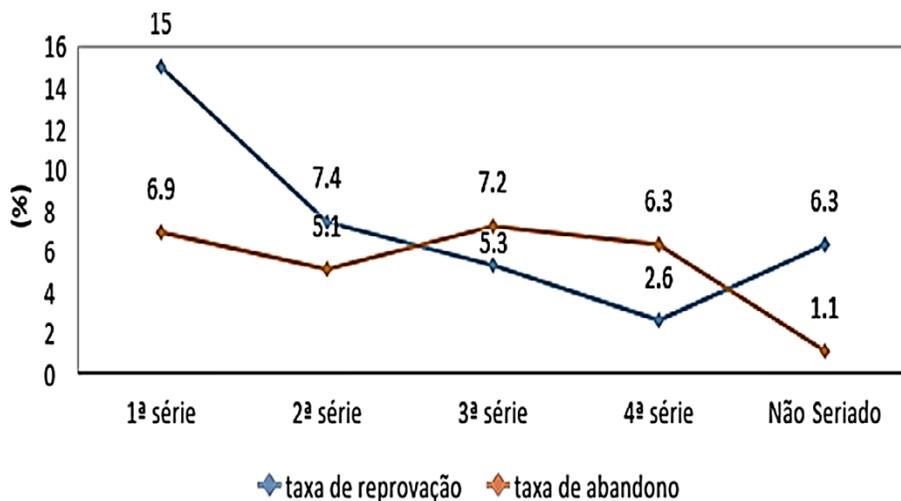
As taxas de aprovação, reprovação e abandono são consideradas indicadores de rendimento escolar. A taxa de aprovação geral obtida para Santa Catarina foi de 83,6% em 2017, conforme a tabela 4. Os percentuais mais expressivos de aprovação foram obtidos por dependência administrativa nas escolas privada, 96,6%, e federal, 90,4%. As taxas de reprovação foram superiores às taxas de abandono em todos os anos considerados, sendo as referências mais expressivas nas dependências estadual, 11,3%, e pública, 11,2%. Assim como foram nessas dependências os maiores registros da taxa de abandono, 7,6% e 7,2%, respectivamente. Segundo a Secretaria da Educação do Governo do Estado de Santa Catarina, expressa no PEESC 2015-2024, tais percentuais são considerados elevados e demonstram que o Estado não tem conseguido sucesso pleno em suas ações voltadas a diminuir as reprovações e o abandono de alunos no ensino médio (SANTA CATARINA, 2015).

Tabela 4 - Taxas de aprovação, reprovação e abandono por dependência administrativa do ensino médio em Santa Catarina, 2017 (%)

Taxas	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Pública	Total SC
Abandono	1,3	7,6	3,5	0,2	7,2	6,3
Reprovação	8,3	11,3	7,7	3,2	11,2	10,1
Aprovação	90,4	81,1	88,8	96,6	81,6	83,6

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Gráfico 1 - Taxas de reprovação e de abandono no ensino médio de Santa Catarina, 2017 (%)



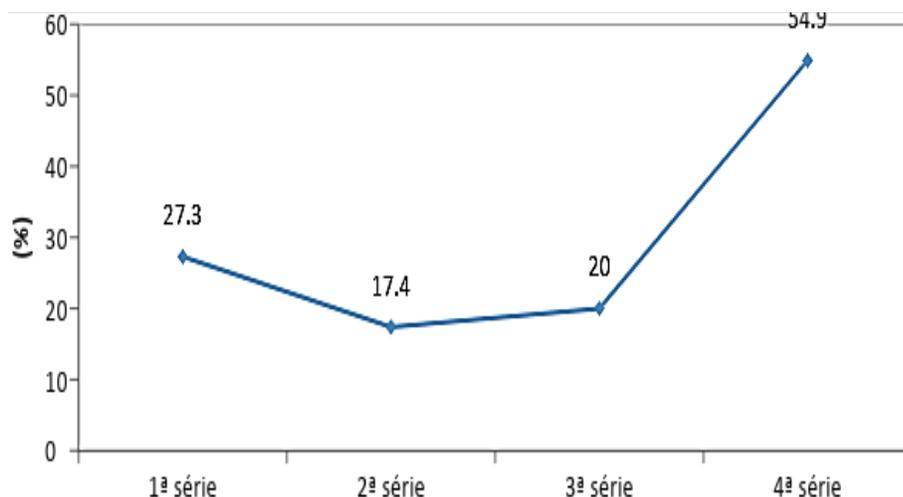
Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Uma característica do desempenho dos alunos no ensino médio refere-se às oscilações nas taxas de reprovação e de abandono. Considerando o ano de 2017, observa-se que as maiores taxas de reprovação e de abandono ocorreram na primeira série dessa modalidade de ensino. Nessa fase escolar, foram registradas as taxas de 15% e 6,9%, respectivamente, conforme o gráfico 1. Passada a fase inicial, primeira série, as taxas de reprovação reduziram-se ao longo das demais séries: 7,4% (segunda série); 5,3% (terceira série) e 2,6% (quarta série). Os fatores que induzem à reprovação e ao abandono e que delineiam a atual conjuntura vão desde fatores culturais, condições sociais de estrutura e rendas familiares, interesse individual pelos estudos, metodologia didático-pedagógicas utilizada e a valorização dos profissionais de educação.

O indicador distorção idade-série expressa o percentual de alunos com mais de dois anos de atraso escolar em cada série em relação à idade recomendada. No Brasil, onde a grande maioria do sistema educacional é seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. Considera-se a idade de sete anos como a adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração é, normalmente, de oito anos. Seguindo

esse raciocínio, é possível identificar a idade adequada para cada série até a conclusão do ensino médio – um jovem de 15 anos cursa a primeira série e o de 17 anos a terceira série (INEP, 2018).

Gráfico 2 - Taxa de distorção idade-série do ensino médio de Santa Catarina, 2017 (%)



Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

As taxas de reprovação e abandono contribuem para aumentar as taxas de distorção idade-série. No Brasil, a taxa de distorção idade-série foi de 28,2%; em Santa Catarina, de 22,7% em 2017 (INEP, 2018). Isso significa afirmar que de cada 100 alunos matriculados no ensino médio, aproximadamente 23 encontram-se em atraso escolar de dois anos (INEP, 2018). Ao analisar por série, essa proporção atinge 27,3% no primeiro ano e 54,9% na quarta série do ensino médio, conforme o gráfico 2.

As séries com registros mais elevados da taxa de distorção idade-série foram a primeira e a quarta séries, sendo maior nesta última. Segundo o PEESC 2015-2024, na quarta série, encontra-se a população de maior idade que ingressa nos cursos de magistério e ensino médio integrado à educação profissional (SANTA CATARINA, 2015). Segundo a fonte citada, o indicador é considerado elevado a despeito dos esforços governamentais para reduzir a referida taxa. Contudo, o problema é considerado estrutural,

cuja ocorrência é cumulativa ao longo dos anos de estudo. A distorção tem início no ensino infantil, segue reproduzindo-se no ensino fundamental e traz implicações para o ensino médio, última etapa do ensino básico.

Com o objetivo de mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro, o governo federal criou, em 2005, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Trata-se de um indicador que avalia, de dois em dois anos, a progressão dos estudantes entre etapas/anos da educação básica, desde os anos iniciais da educação fundamental até a etapa final do ensino médio. Em particular, o IDEB para o ensino médio, conforme a tabela 5, revela que o indicador de Santa Catarina se posicionou, ao longo do período de 2005 a 2017, em um patamar superior ao do Brasil em todos os anos, bem como em relação à região Sul, com exceção no ano de 2015, em que foi de igual valor. Também informa que os números expressos pela rede de ensino privado foram superiores aos expressos pela rede de ensino pública, expressando, desse modo, melhor nível de aproveitamento escolar dos alunos matriculados na primeira rede citada.

Tabela 5 - IDEB para o ensino médio nas redes de ensino pública, privada e estadual de Santa Catarina, 2005-2017

Itens	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Brasil	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8
Região Sul	3,7	3,9	4,1	4,0	3,9	3,8	3,9
Santa Catarina	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	4,1
Ensino Privado	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,8	6,0
Ensino Estadual	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	3,6
Santa Catarina - projeção	-	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2
Ensino Privado - projeção	-	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8
Ensino Estadual - projeção	-	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Destaca-se, entretanto, que dos seis anos de metas projetadas por Santa Catarina, o indicador do Estado superou o esperado nos anos 2007, 2009 e 2011 e ficou abaixo nos anos 2013, 2015 e 2017. Considerando esse indicador como referência de desempenho, tem-se verificado a deterioração no resultado do ensino médio catarinense no último triênio em relação

ao registrado em período anterior. Tal resultado traz à luz um problema a ser enfrentado pela área educacional do Estado, uma vez que as projeções para os anos seguintes se distanciam dos últimos indicadores observados na realidade. As metas projetadas do IDEB estadual apontam para 2019, 5,4, e para 2012, 5,6.

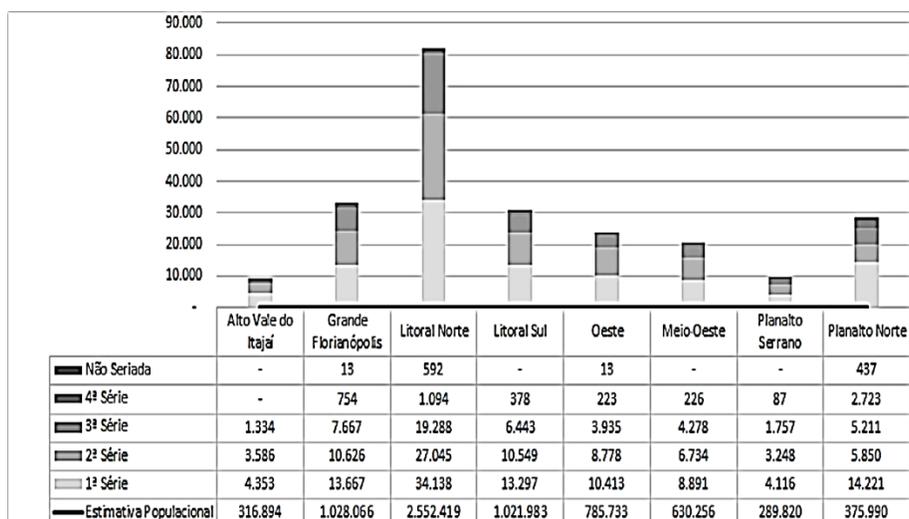
Ensino médio em Santa Catarina: avaliação macrorregional

O território catarinense encontra-se dividido em macrorregiões por meio de trabalho realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) de Santa Catarina. Foram utilizados critérios técnicos e políticos institucionais para fazer o recorte regional. No tocante aos critérios técnicos, recorreu-se aos trabalhos que apontam as interpenetrações e interações entre distintos aspectos sociais, econômicos, históricos, culturais e geográficos. Para os critérios institucionais, buscaram-se as áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) e das Associações de Municípios, já estabelecidas em trabalhos anteriores. Foram definidas oito macrorregiões para os 295 municípios de Santa Catarina, a saber: Alto Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Litoral Norte, Litoral Sul, Oeste, Meio-Oeste, Planalto Serrano e Planalto Norte (SANTA CATARINA, 2018).

Nesses termos, ao analisar as matrículas no Ensino Médio por macrorregiões, o gráfico 3 e a tabela 6 demonstram a distribuição de matrículas no Estado por série e macrorregiões e a proporção dos matriculados em relação à população estimada em termos regionais. Observa-se que a macrorregião Litoral Norte foi a que obteve o maior número de matriculados, totalizando 82.157, representando 3,2% do total de sua população estimada para 2017. Em seguida, posicionaram-se as macrorregiões da Grande Florianópolis, com 32.727 matrículas, e a Litoral Sul, com 30.667. As regiões que possuíam o menor número de alunos matriculados no ensino médio foram a do Planalto Serrano, com 9.208, e a do Alto Vale do Itajaí, com 9.273 alunos. Dentre as macrorregiões estudadas, a do Planalto Norte registrou a maior proporção de sua população matriculada no ensino médio, alcançando 3,8%.

A distribuição das matrículas por série, conforme o gráfico 3, aponta a maior concentração na primeira série do ensino médio. Em 2017, encontravam-se matriculados nessa fase de ensino 94.725 alunos. As séries subsequentes, segunda e terceira, totalizaram 75.777 e 47.425 alunos matriculados. A redução de matriculados entre os anos citados é significativa, evidenciando que um dos grandes desafios para a educação é a conclusão do ensino médio pelos jovens e adolescentes.

Gráfico 3 - Número de matrículas no ensino médio por série e macrorregião de Santa Catarina – 2017



Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Tabela 6 - Matrícula do ensino médio e proporção em relação à população estimada por macrorregião de Santa Catarina – 2017

Macrorregião	Matrículas do Ensino Médio	População estimada	Porcentagem do total da população matriculada
Alto Vale do Itajaí	9.273	316.894	2,9
Grande Florianópolis	32.727	1.028.066	3,2
Litoral Norte	82.157	2.552.419	3,2
Litoral Sul	30.667	1.021.983	3,0
Meio-Oeste	20.129	630.256	3,2
Oeste	23.362	785.733	3,0
Planalto Norte	14.221	375.990	3,8
Planalto Serrano	9.208	289.820	3,2

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018) e IBGE (S.d.).

Em Santa Catarina, mesmo com o razoável número de matrículas, o ensino médio se depara com problemas de cumprimento da trajetória regular dos alunos nessa formação educacional. As taxas de abandono e de reprovação, juntas, restringiram, em nível macrorregional, aproximadamente entre 15 e 20% a quantidade de alunos aprovados em 2017. A taxa de aprovação nas macrorregiões oscilou entre 80 e 85% no mesmo período. O percentual de reprovação situou-se entre 7,7%, manifestado no Planalto Norte, e 13,6% na Grande Florianópolis. O percentual de abandono apresentou-se entre 4,4%, relativo à Grande Florianópolis, e 8,7% concernente ao Planalto Serrano, conforme a tabela 7.

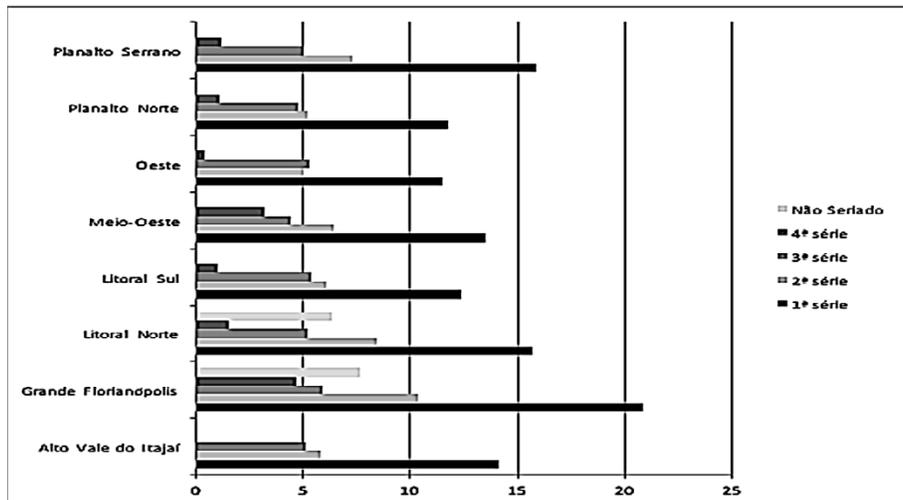
Tabela 7 - Taxas de reprovação, de abandono e de aprovação no ensino médio por macrorregião de Santa Catarina - 2017 (%)

Macrorregião	Taxa de reprovação	Taxa de abandono	Taxa de aprovação
Alto Vale do Itajaí	9,6	5,0	85,4
Grande Florianópolis	13,6	4,4	82,0
Litoral Norte	10,6	6,4	83,0
Litoral Sul	8,6	7,0	84,4
Meio-Oeste	9,1	6,5	84,4
Oeste	7,9	6,7	85,4
Planalto Norte	7,7	6,8	85,5
Planalto Serrano	10,6	8,7	80,7

Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

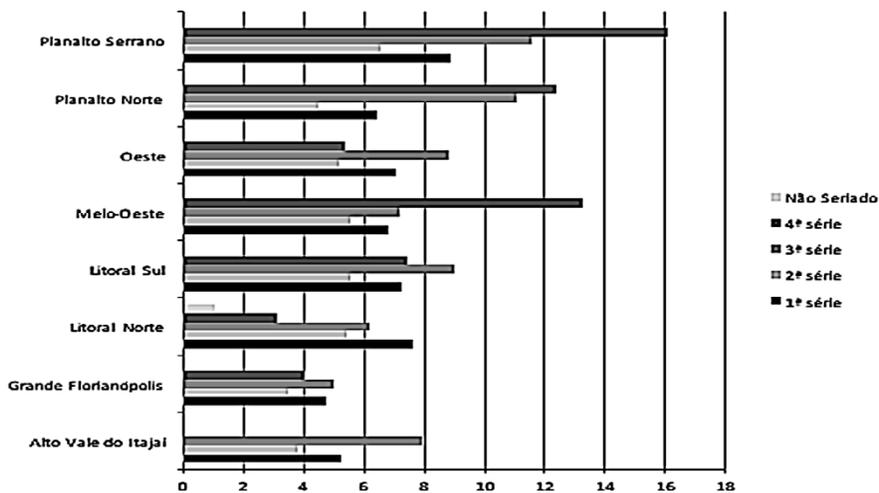
Considerando os resultados por séries, observa-se a expressiva taxa de reprovação no primeiro ano do ensino médio quando comparada às demais séries, em 2017, conforme o gráfico 4. Os números apontam que o percentual de reprovação na primeira série em relação ao número de matriculados situou-se de forma mais elevada nas macrorregiões Planalto Serrano, Litoral Norte e Grande Florianópolis. Nelas, o percentual superou 15%, como constatado nas duas primeiras, e acima de 20% na última região.

Gráfico 4 - Taxa de reprovação por série e macrorregião no ensino médio de Santa Catarina – 2017 (%)



Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Gráfico 5 - Taxa de abandono por série e macrorregião no ensino médio de Santa Catarina – 2017 (%)



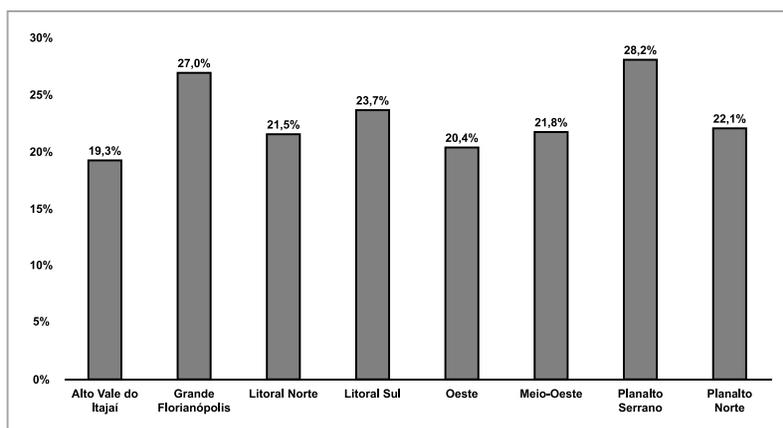
Fonte: Elaboração própria, baseada em INEP (2018).

No tocante à taxa de abandono por série, observa-se um cenário crítico para três macrorregiões: Planalto Serrano, Planalto Norte e Meio-

Oeste. Os percentuais registrados em 2017 se destacaram em relação às demais macrorregiões, sobretudo nas terceiras e quartas séries, conforme o gráfico 5. Trata-se de um quadro crítico, considerando-se que o aluno que abandona a escola não completa sua formação educacional, constituindo um problema econômico e social. Dessa forma, reduzem-se as condições de exercício da cidadania em termos de conhecer seus direitos e deveres para melhor intervir na sociedade em que vive, bem como as condições para se posicionar no mercado de trabalho, pois é o conhecimento científico e técnico adquirido que amplia as possibilidades de emprego formal ou de se estabelecer como empreendedor em diferentes atividades econômicas.

Analisando as taxas de distorção idade-série por macrorregião, o gráfico 6 evidencia que o Planalto Serrano constitui a macrorregião que apresentou a maior taxa em 2017, chegando a 28,2% (2.601 alunos); em seguida, posicionaram-se a da Grande Florianópolis, com 27% (8.847 alunos) e a do Litoral Sul, com 23,7% (7.269 alunos). Por seu turno, destacam-se macrorregiões cujas taxas de distorção idade-série alcançaram menores registros no ano considerado: Litoral Norte, 21,5% (17.656 alunos); Oeste, 20,4% (4.759 alunos) e Alto Vale do Itajaí, 19,3% (1.794).

Gráfico 6 - Taxa de distorção idade-série por macrorregião no ensino médio de Santa Catarina – 2017 (%)



Fonte: elaboração própria, baseada em INEP (2018).

Segundo dados coletados do INEP (2018), os municípios com maiores taxas de distorção idade-série apresentados no ensino médio em 2017 foram os localizados na macrorregião Litoral Sul: Balneário Gaivota (43%) e Imaruí (40,1%). Outros municípios dessa mesma região, como Lauro Müller, Paulo Lopes, Balneário Arroio do Silva, Laguna, Turvo e Içara apresentaram taxas em torno de 32%. Seguem nove municípios mais críticos que contribuíram para elevar a taxa de distorção idade-série da região Planalto Serrano, considerada a mais alta do Estado: Correia Pinto (35,9%), Urubici (35,9%), Campo Belo do Sul (35%), Palmeira (34,9%), Urupema (32,5%), São Joaquim (32,1%), Bocaina do Sul (31,8%), Bom Retiro (30,8%) e Ponte Alta (30,2%).

Na macrorregião da Grande Florianópolis, oito municípios apresentaram taxas acima da média estadual, sendo Anitápolis (31,5%) e Palhoça (31,3%) os municípios com as maiores proporções de alunos com atraso escolar acima de dois anos para a sua referida etapa de ensino. Por sua vez, a macrorregião do Alto Vale do Itajaí foi a que apresentou a menor taxa (19,3%), ficando bem abaixo das médias estadual e nacional. O município de Laurentino foi o destaque da referida região, com apenas 9,9% de taxa de distorção idade-série, seguido por Salete (13,1%), Imbuia (13,4%) e Mirim Doce (13,8%).

Planejamento para o desenvolvimento do ensino médio em Santa Catarina

O ensino médio, conforme a LDB nº 9.394/96, constitui etapa de prosseguimento dos estudos para jovens de 15 a 17 anos, voltada a preparar o estudante para adentrar o mercado de trabalho, gerar condições para o exercício da cidadania, obter formação ética, desenvolver autonomia intelectual e pensamento crítico e compreender os fundamentos científicos e técnicos dos processos produtivos. A partir do ensino médio, ampliam-se as condições para que os jovens e adolescentes tenham atuação ativa na sociedade e, em especial, uma intervenção propositiva no mundo do trabalho, bem como possam dar passos fundamentais em direção à maior profissionalização, por meio do ingresso no ensino superior.

Considerando tais requerimentos, o governo do estado de Santa Catarina, nos últimos tempos, tem dedicado atenção ao planejamento do setor educacional. Em destaque foram elaborados dois planos de longo prazo. O primeiro, Plano Estadual de Educação: Santa Catarina 2015-2024 (PEESC 2015-2024) (SANTA CATARINA, 2015), editorado em 2015; e o segundo, Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PLANO SC 2030) (SANTA CATARINA, 2018), publicado em 2018. Tais planos figuram como planos de Estado e não planos de governo, dado que vários governos passaram ao longo do tempo estipulado, com descrições de objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas.

O PEESC 2015-2024 estabelece 19 metas, dentre as quais três dedicam atenção ao ensino médio: três, dez e onze. Em destaque a meta três, cuja ênfase centra-se na universalização do ensino médio para a população de 15 a 17 anos de idade e na elevação até o final do período do Plano, 2024, da taxa líquida de matrícula do ensino médio para 90%. Para tanto, estipula 15 estratégias, dentre as quais estão: a) expandir as matrículas gratuitas de ensino profissional; b) promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola; c) redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas; d) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, de acordo com as especificidades regionais e culturais; e e) criar e implementar programas de educação e cultura para a população urbana e do campo aos jovens e adolescentes do ensino médio.

O Plano SC 2030 estabelece para a área da Educação seis objetivos, sendo centrais para o atendimento do ensino médio o primeiro e o segundo objetivos. O primeiro dedica atenção à garantia do acesso, à permanência e ao aproveitamento escolar em todas as etapas e modalidades da educação básica na qual se insere o ensino médio. O segundo objetivo é específico para o ensino médio e propõe sua universalização e a garantia de aprendizagem para os jovens exercerem cidadania e se inserirem no mercado de trabalho. Para ambos os objetivos, há desenhos de ações estratégicas. Com esse propósito, destacam-se as principais: a) universalizar o atendimento escolar para a população de até 17 anos; b) promover ações de correção de distorção idade-série e abandono escolar; c) organizar e expandir a oferta do ensino médio; d) realizar a busca ativa de estudante fora da escola com

os serviços de assistência social, saúde e justiça; e e) instituir programas voltados à permanência dos estudantes na escola, com complemento de renda para a população vulnerável.

Por sua vez, cumpre salientar que se encontram listados em ambos os planos – PEESC 2015-2024 e PLANO SC 2030 – diversas condições necessárias para que os objetivos para a área da educação, em geral, sejam cumpridos, e, em particular, os traçados ao ensino médio. Dentre elas, duas importantes condições se destacam: existência de um padrão de financiamento e qualificação e valorização dos profissionais da educação básica. No tocante à primeira condição, garantir fontes de financiamento para otimização e destinação dos recursos para o desenvolvimento da estrutura educacional. Em relação à segunda, assegurar a formação dos docentes, levando em consideração as áreas do conhecimento e as necessidades regionais, bem como constituir plano de carreira, remuneração adequada e melhores condições de trabalho.

Considerações finais

Santa Catarina registrou, ao longo do período em análise, 2010-2017, taxas elevadas de atendimento de matrícula de jovens no ensino médio. Percentual significativo de jovens e adolescentes de 15 a 17 anos que se encontravam matriculados nessa etapa do ensino básico. Nesse contexto, os alunos buscaram cumprir os objetivos expressos na LDB, dentre os quais o de adquirir e aprofundar os conhecimentos para auxiliar no desenvolvimento da sociedade em que vivem, ganhando, para tanto, conhecimento para terem autonomia para pensar, agir e se posicionar na sociedade, bem como para atuarem no mercado de trabalho.

Porém, constatou-se a existência de taxa líquida de atendimento não desprezível de alunos matriculados. Esse registro apontou a existência de alunos cursando séries do ensino médio fora da etapa adequada, o que expressa uma distorção estrutural nessa etapa do sistema educacional catarinense. Constatou-se que há elevadas taxas de distorção idade-série, sendo identificadas as séries – inicial e final – como espaços em que mais se manifestaram. Adicionadas a esse fato, foram declaradas elevadas as taxas de reprovação e de abandono. Os percentuais expressaram o não aprovei-

tamento adequado dos estudos pelos alunos e a existência de fatos que os levam a abandonar a escola. Nesse contexto, constatou-se um quadro mais deteriorado na rede pública em relação à rede privada.

O indicador de desempenho escolar (IDEB), em Santa Catarina, para os anos analisados, posicionou-se acima da média nacional e da região Sul, sendo a exceção o último ano, que se igualou ao indicador regional. Contudo, constatou-se que os valores do indicador registrados nos três últimos anos analisados ficaram abaixo dos valores projetados. Tal resultado indica a não ocorrência de evolução do nível de desempenho estudantil nessa etapa do ensino. Diante desse quadro, a diferença anual elevou-se, considerando que as metas projetadas foram crescentes. Na suposição de que se mantenha o valor do indicador observado na avaliação dos próximos anos, a diferença entre o desempenho real e o desempenho desejado tenderá a aumentar. Ainda que no IDEB da rede privada tenham sido alcançados valores superiores aos da rede pública nas últimas três avaliações, tal ocorrência também se manifestou presente.

Considerando o ensino médio em nível macrorregional, registrou que as três macrorregiões que mais concentraram matrículas em 2017 foram a do Litoral Norte, a da Grande Florianópolis e a do Litoral Sul. A porcentagem do total de matriculados em relação à população estimada não mostrou diferença elevada na maioria das macrorregiões citadas, sendo a exceção a do Planalto Norte. A taxa de aprovação macrorregional oscilou entre 80 e 85%. A taxa de reprovação ficou, em seu nível menor, em 7,7%, e em seu nível maior em 13,6%, percentuais correspondentes às macrorregiões Planalto Norte e Grande Florianópolis, respectivamente.

Além das regiões citadas, ressalta-se a taxa de reprovação do Planalto Serrano, terceira maior, bem como a taxa de abandono, a mais elevada de todas as citadas, considerando que essa possuía o menor número de matrícula no ensino médio estadual. Seguem outras regiões, Planalto Oeste e Oeste, com taxas de abandono não desprezíveis, segunda e terceira posicionadas. Ressalta-se, ainda, os registros das maiores taxas de distorção idade-série macrorregional, pela ordem: Litoral Sul e Planalto Serrano. Em destaque a região que apresentou a menor taxa, inclusive posicionando-se abaixo da média estadual: Alto Vale do Itajaí.

Vários fatores explicativos são apontados como motivos de a taxa líquida de matrícula não ser a desejada e haver taxas elevadas de distorção idade-série, de reprovação e de abandono e indicador de desempenho distante da meta projetada no ensino médio estadual. Dentre as quais, citam-se: mudança no sistema de avaliação do ensino médio em relação ao ensino fundamental; conteúdo mais complexo das disciplinas do ensino médio; falta de atratividade pelo estudo; problemas infraestruturais no sistema educacional (professores, pessoal de apoio, salas de aula, laboratórios, biblioteca); e atração pelo mercado de trabalho.

Por sua vez, o governo estadual vem elaborando, nos últimos anos, planos de desenvolvimento com foco específico na área da Educação – PEESC 2014-2024. Em geral, com tratamento para a área da educação, juntamente com outras áreas de atuação do setor público – PLANO SC 2030. Os objetivos e ações estratégicas desses planos buscam solucionar ou amenizar os problemas existentes. Dentre as ações a serem desenvolvidas, encontram-se: elevar a taxa de matrícula líquida, promover uma busca ativa de jovens e adolescentes fora da escola, aumentar a oferta de ensinos médios nos turnos diurnos e noturnos, estimular o ingresso em cursos das áreas científicas e tecnológicas e promover ações de correção da distorção idade-série e abandono escolar.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT),

nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**. Sem data de Publicação [*online*]. Disponível em: <<http://centralpronatec.com.br/pronatec/>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estimativas da população**. Sem data de publicação [vários anos]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>><<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação: Santa Catarina 2015-2024**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2015. 80 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

CAPÍTULO 6

Indicadores do Sistema de Saúde em Santa Catarina*José Antonio Nicolau***Introdução**

O ser humano deve ter saúde saudável para que possa viver com disposição física e mental em um convívio de bem-estar em uma sociedade. Por sua vez, a pessoa se depara com condições para alcançar saúde saudável. Dentre as principais, destacam-se a estrutura física própria, expressa pela biologia humana; as proporcionadas pelas condições econômicas (emprego e renda) e infraestruturais (água, habitação e saneamento) e as relacionadas à alimentação, prática de exercícios físicos e estrutura emocional. Contudo, nem todas elas se deparam com condições favoráveis à saúde boa, que permite ter vida longa e saudável. Muitas pessoas estão expostas a condições precárias de sobrevivência, que refletem em doenças, mortes, redução da expectativa de vida, entre outras consequências.

Considerando esse contexto, em Santa Catarina, os indicadores do sistema de saúde apontam que o Estado figura com a maior expectativa de vida do País, acima da média nacional. Contudo, tal registro não o imuniza de tratar com a devida atenção as causas de mortes por doenças, bem como as mortes ocasionadas por causas externas. Assim como de tratar devidamente a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus serviços; da mesma forma, o padrão de financiamento que possibilita o desenvolvimento do sistema de saúde estadual. Nessa perspectiva, torna-se relevante apontar os principais indicadores do sistema de saúde estadual.

Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: a Longevidade em Santa Catarina

A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, lançada em janeiro de 2016 pela Organização das Nações Unidas (ONU), é constituída por 17 objetivos e 169 metas. O objetivo três se refere à área da saúde – garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades – e desdobra-se em 13 metas, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Metas do Desenvolvimento Sustentável – área da saúde

1- Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos-vivos.

2- Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos-vivos.

3- Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.

4- Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar.

5- Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool.

6- Até 2020, reduzir para metade, em nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.

7- Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

8- Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.

9- Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo.

10- Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

Continua...

11-Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, segundo a Declaração de Doha, que dita o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

12-Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

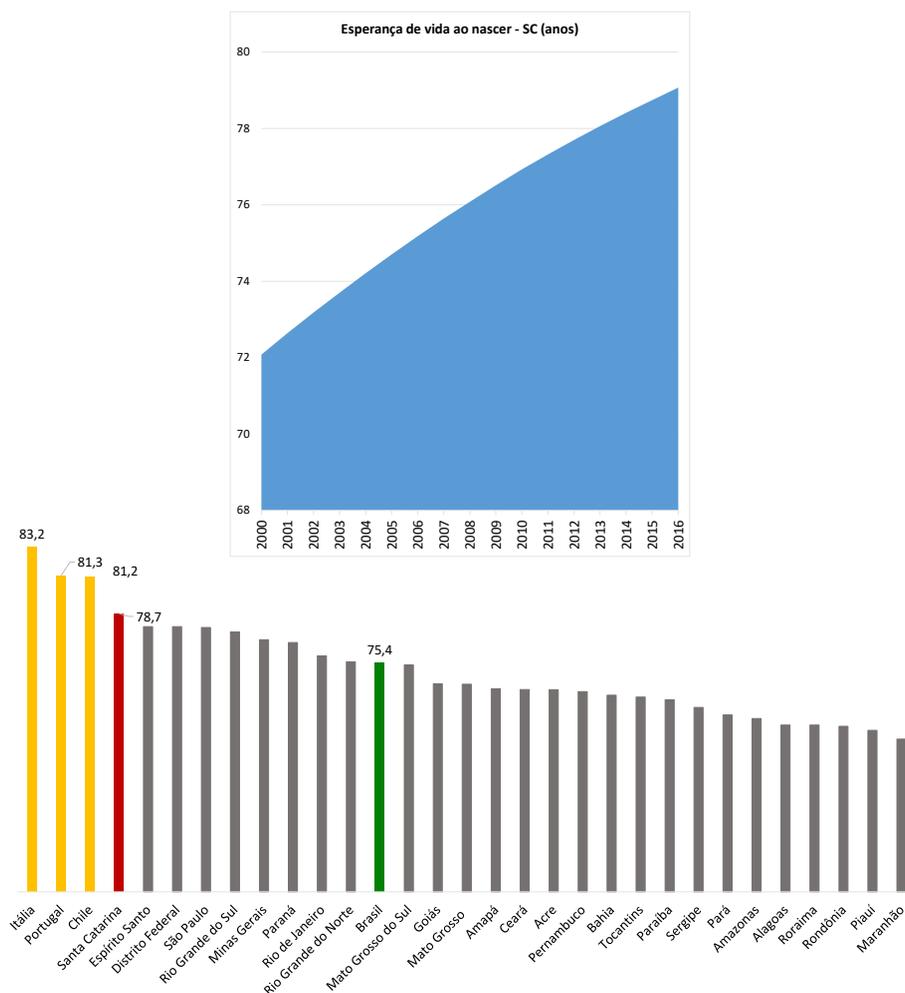
13-Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde.

Fonte: ODS (ONU, s.d., *online*).

Os temas expressos nessas metas serão, em grande parte, objeto da revisão dos indicadores de saúde para o estado de Santa Catarina, levada a efeito no presente texto, destacando-se as metas já alcançadas e as de difícil atingimento.

O indicador mais sintético em saúde, e por isso utilizado na construção do Índice de Desenvolvimento Humano, é traduzido pela expressão “vida longa e saudável” ou, simplesmente, “longevidade”. O indicador para longevidade é a esperança de vida ao nascer, calculado a partir de tábuas de mortalidade. O gráfico 1 mostra a evolução desse indicador em Santa Catarina, passando de uma expectativa de vida de 72 anos, em 2000, para 79 anos, em 2016. O Estado tem o melhor indicador no Brasil (gráfico 1, parte de baixo) e aproxima-se de países como Chile e Portugal.

Gráfico 1 - Esperança de vida ao nascer (anos) por estados/países (2015) e para Santa Catarina



Fonte: Tábuas de mortalidade (IBGE, s.d.).

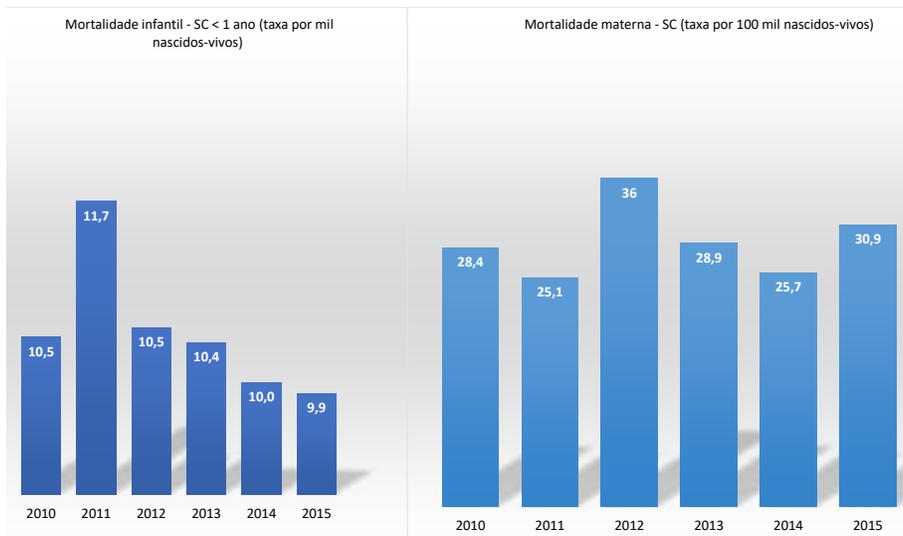
Indicadores de Saúde e de Mortalidade

a) Saúde materno-infantil

A saúde materno-infantil é importante para avaliar a qualidade de vida de uma população, por retratar a realidade dos primeiros anos de

vida e os cuidados com a saúde reprodutiva. Nesse período, a maior parte das mortes são evitáveis por acesso e adequada atenção pelos serviços de saúde. A atual taxa de mortalidade infantil de Santa Catarina para menores de um ano é a menor do Brasil, tendo reduzido para abaixo de dois dígitos, alcançando 9,9 mortes por mil nascidos-vivos (NV) em 2015, com queda paulatina desde 2011, segundo o gráfico 2. Por sua vez, a taxa de mortalidade materna tem se mantido estável ao redor de 30 mortes por 100 mil nascidos-vivos. Para esses dois indicadores, Santa Catarina já alcançou as metas estabelecidas na Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.

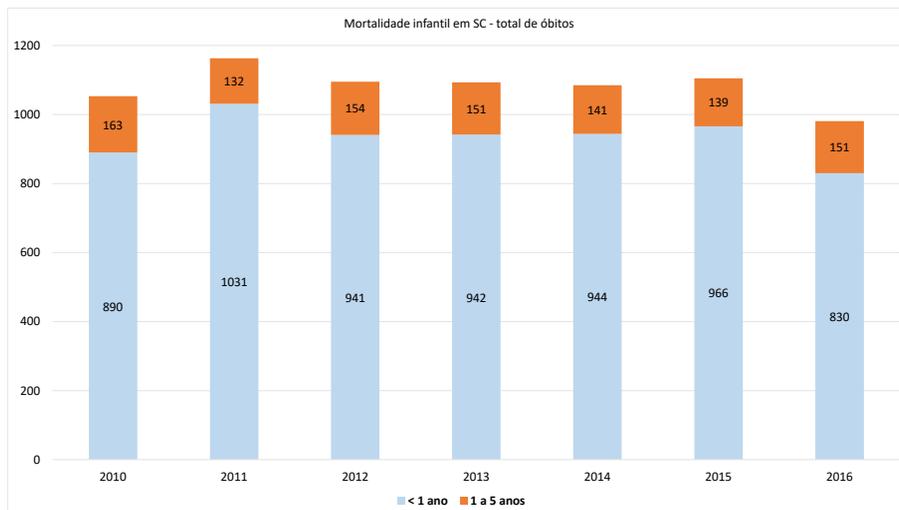
Gráfico 2 - Taxa de mortalidade infantil em Santa Catarina e por macrorregiões – crianças com menos de 1 ano por mil nascidas-vivas



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Em termos absolutos, o número de mortes de crianças nascidas-vivas em idade inferior a um ano tem sido um pouco inferior a 1000 óbitos/ano em Santa Catarina, conforme o gráfico 3. Entre um e cinco anos, o número de óbitos cai fortemente, indicando que o período perinatal é crítico para a redução da mortalidade infantil.

Gráfico 3 - Número de mortes de crianças em Santa Catarina, na faixa etária inferior a 1 ano e entre 1 e 5 anos, 2010 a 2016

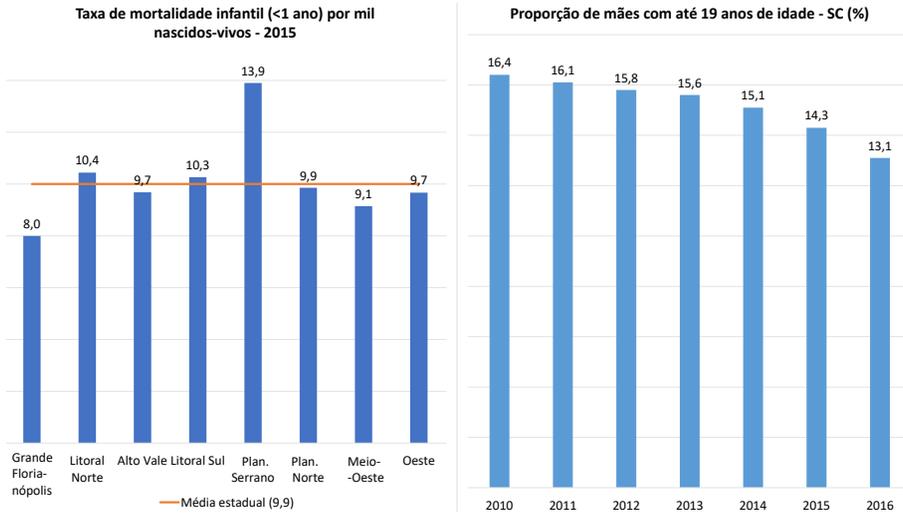


Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

A análise desagregada da taxa de mortalidade infantil por macrorregião, de acordo com o gráfico 4, mostra o comportamento homogêneo da maior parte das regiões, com exceção de duas macrorregiões: com viés para baixo, a Grande Florianópolis, com taxa de oito, e o Meio-Oeste, com taxa de 9,1 por mil nascidos-vivos (NV). Com viés para cima, encontra-se o Planalto Serrano, com taxa de 13,9 mortes por mil crianças nascidas-vivas.

Uma análise específica para a evolução da taxa da macrorregião do Planalto Serrano mostra que ela tem sido persistentemente bastante superior à média estadual e também à meta estabelecida na Agenda 2030. Entretanto, uma vez que o Planalto Serrano participa com menos de 5% da população estadual, reduções substanciais na taxa média estadual de mortalidade infantil dependem de melhorias na estrutura dos serviços de saúde materno-infantil em todas as regiões.

Gráfico 4 - Taxa de mortalidade infantil (2015) por macrorregiões de Santa Catarina e Proporção de mães com até 19 anos de idade



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

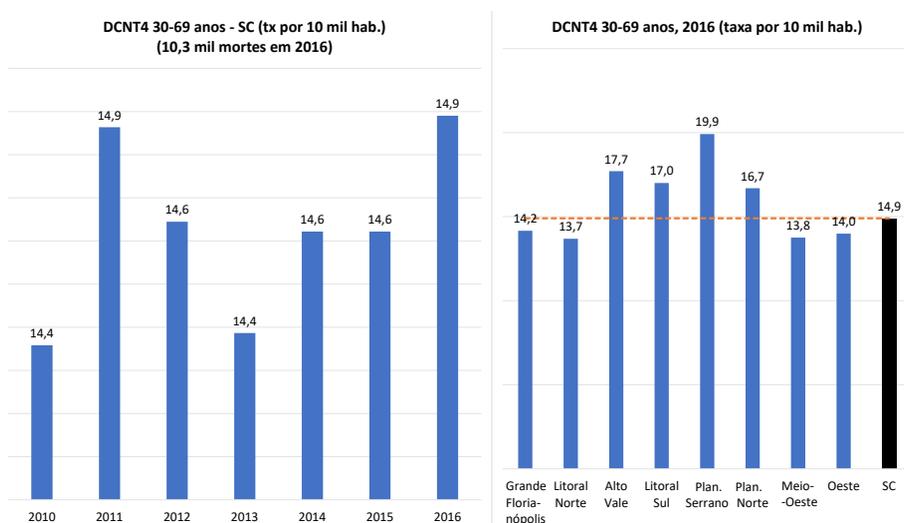
O gráfico 4, no lado direito, mostra uma tendência de queda no percentual de mães com 19 anos ou menos no Estado, mas ainda registrando elevado percentual de mães adolescentes.

b) Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)

O conjunto das doenças crônicas não transmissíveis é a principal causa da mortalidade, com destaque para quatro principais enfermidades (DCNT₄): neoplasias malignas, diabetes *mellitus*, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias. A incidência de mortes por DCNT₄, considerada precoce sobre a faixa populacional de 30 a 69 anos, tem sido um pouco abaixo de 15 mortes/ano por 10 mil habitantes, não havendo tendência de queda do indicador no período recente, segundo o gráfico 5. Nessa faixa etária de 30-69 anos, o total dessas mortes precoces em Santa Catarina, em 2016, foi de 10,3 mil. Para a população idosa (de 70 anos ou mais), a incidência de mortes por DCNT₄ é muito mais severa, tendo alcançado a elevada taxa de 436,3 mortes/10 mil habitantes da faixa etária em 2016.

Observando-se o panorama macrorregional, pode-se identificar variações de comportamento, com quatro macrorregiões ficando abaixo da média estadual, com taxas próximas a 14 mortes por 10 mil habitantes/ano, ao passo que outras quatro registrando taxas bastante acima, em torno de 17 mortes/10 mil e alcançando a elevada taxa de quase 20 mortes/10 mil no caso do Planalto Serrano. A Agenda 2030 da ONU propõe a meta genérica de redução da mortalidade precoce por DCNT em 1/3 do total, o que não parece factível, de acordo com a tendência mostrada no gráfico 4.

Gráfico 5 - Mortes por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT₄) na faixa etária de 30 a 69 anos – Santa Catarina e macrorregiões (taxa por 10 mil habitantes)



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

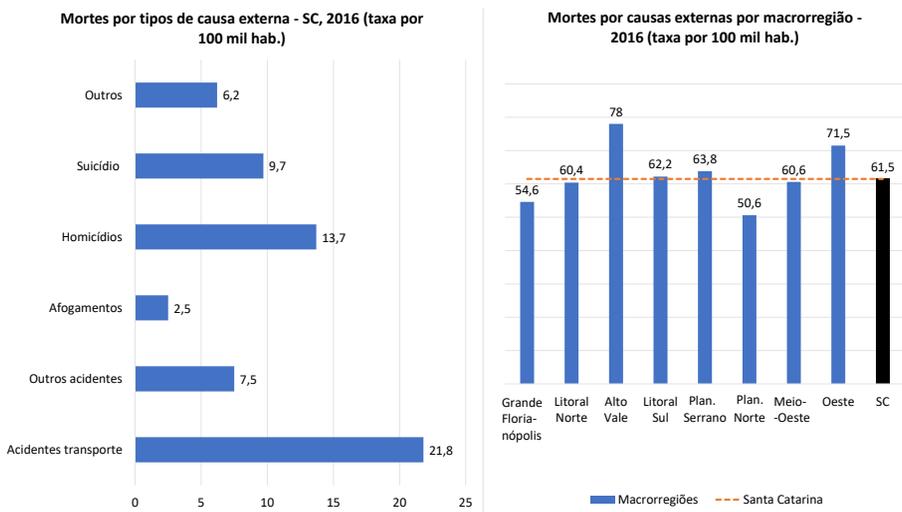
c) Causas externas

As mortes por causas externas à saúde têm origem em situações conhecidas como acidentes de transportes, acidentes domésticos ou de trabalho, afogamentos, homicídios, suicídios, etc. Em 2016, ocorreram 4.430 mortes por causas externas em Santa Catarina (taxa de 61,5 mortes por 100 mil habitantes). Sua maior incidência se deu na população adulta, sendo essas causas responsáveis por 18,2% do total de mortes na faixa etária de 20 a 69 anos em 2016. A análise por tipo de causa externa para o conjunto da

população mostra que os acidentes de transportes foram a principal causa de mortalidade, com taxa de 21,8 óbitos/100 mil habitantes em 2016, vindo em seguida homicídios (13,7 mortes/100 mil) e suicídios (9,7 mortes/100 mil habitantes), conforme o gráfico 6.

A análise desagregada por macrorregião mostra maior incidência nas macrorregiões do Alto Vale do Itajaí (78 mortes) e Oeste (71,5 mortes/100 mil habitantes). Essas macrorregiões, junto com o Meio-Oeste, são as que registraram as maiores taxas de mortes por acidentes de transportes, situando-se no eixo rodoviário leste-oeste do Estado, o qual é formado pelas rodovias não duplicadas BR 470 e 282. O Planalto Norte e a Grande Florianópolis tinham as menores taxas. Por outro lado, as maiores taxas de homicídio foram registradas nas macrorregiões Litoral Norte (16,6 mortes/100 mil habitantes em 2016), Oeste, Grande Florianópolis e Planalto Serrano.

Gráfico 6 - Mortes por causas externas em Santa Catarina e por macrorregiões (taxa por 100 mil habitantes)



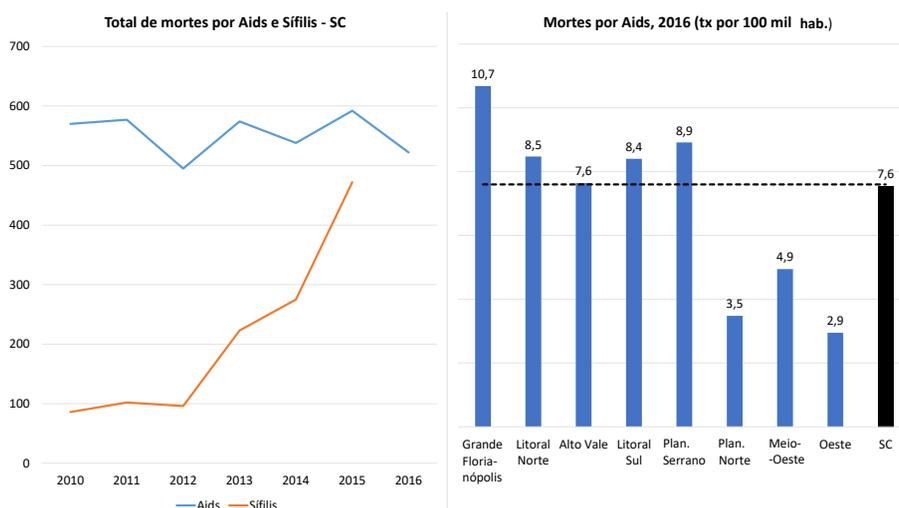
Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

d) Doenças infecciosas e parasitárias

Tanto as doenças infecciosas quanto as parasitárias foram responsáveis por 3,8% do total de óbitos registrados no Estado em 2016. Esse conjunto é formado por grande variedade de doenças e pela possibilidade de ocorrência de surtos epidêmicos, que necessitam de ações emergenciais por parte da vigilância em saúde. Um tipo de doença transmissível e de maior mortalidade é a Aids, responsável, em 2016, por mais de 500 mortes no Estado. Outra doença transmissível preocupante é a sífilis, com número crescente de óbitos nos últimos anos, de acordo com o gráfico 7, lado esquerdo.

O número de mortes por Aids tem flutuado em torno da taxa de oito mortos/100 mil habitantes em Santa Catarina, mas com comportamento bastante irregular nos diferentes anos. A distribuição macrorregional da Aids é bastante discrepante, com quatro regiões, estando na frente a Grande Florianópolis (10,7 mortes/100 mil), com taxas bem acima da média estadual. Enquanto isso, as macrorregiões do Oeste, Planalto Norte e Meio-Oeste registraram taxas de mortalidade por Aids abaixo de cinco mortes/100 mil, em 2016, segundo o gráfico 7, lado direito.

Gráfico 7 - Mortes por Aids e Sífilis em Santa Catarina, 2010 a 2016



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Outras doenças transmissíveis que merecem atenção e controle são a hepatite e a tuberculose, além das enfermidades transmitidas pelo *Aedes Aegypti*. Nesses casos, a cura expressa a efetividade do tratamento e impede a transmissão para outras pessoas, diminuindo a ocorrência de novos casos. Em 2015, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, a proporção de casos tratados e curados de tuberculose foi de 74%.

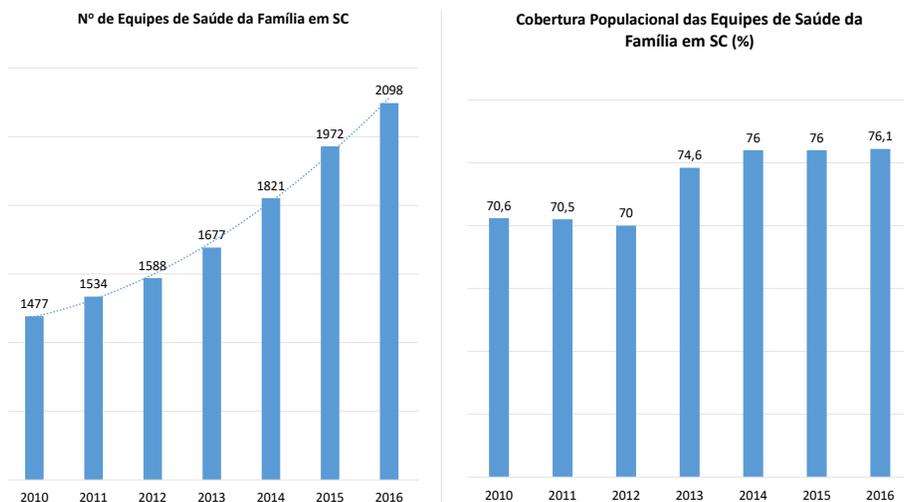
Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) em Santa Catarina

a) Atenção Primária

Um elo inicial e fundamental para o funcionamento do sistema estadual de saúde é a Atenção Primária – o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. Reconhecendo sua importância, Santa Catarina vem implantando equipes de Saúde da Família em todo o seu território, já ultrapassando 2 mil equipes e atingindo uma cobertura 76,1% da população estadual, em 2016, segundo o gráfico 8.

Além da ampliação da cobertura populacional por parte das equipes de saúde, um dos aspectos mais cruciais de desempenho da atenção primária levada a efeitos nas unidades básicas de saúde, que são geridas pelos municípios, é a qualidade dos serviços prestados nessas unidades, seja pela necessidade de maior taxa de resolução dos casos na própria unidade, seja pela capacidade de diagnóstico e pronto encaminhamento a serviços especializados. Os descaminhos e a formação de filas de espera por serviços de maior complexidade, amplamente noticiados pela mídia e conhecidos pelos usuários, são indicativos das dificuldades enfrentadas pelo sistema único de saúde.

Gráfico 8 - Número de equipes de saúde e sua cobertura populacional em Santa Catarina – 2010 a 2016



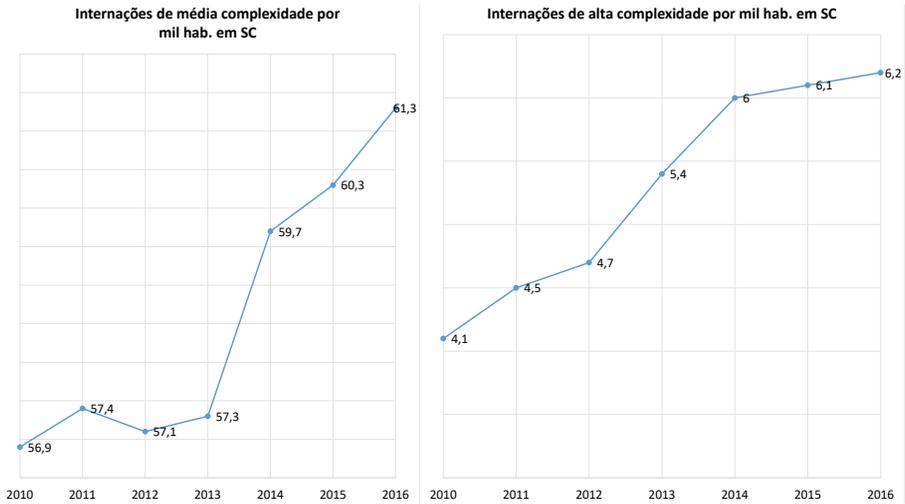
Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

b) Serviços de média e alta complexidades

As internações de média e alta complexidade têm crescido nos últimos anos no Estado, especialmente as de alta complexidade, que cresceram próximo de 50% entre 2010 e 2016, alcançando a taxa de 6,2 internações por mil habitantes. As internações de média complexidade somaram 61,3/mil habitantes, em 2016, conforme o gráfico 9.

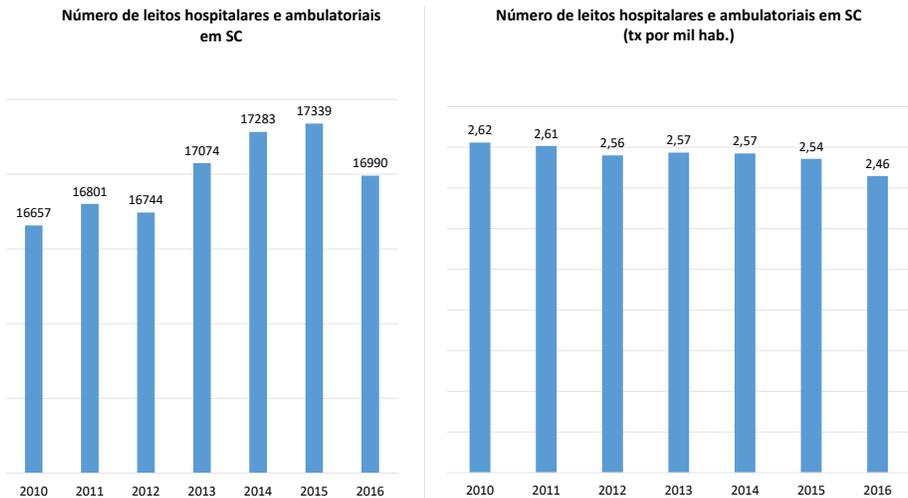
Para fazer frente a essa crescente demanda por internações hospitalares, Santa Catarina conta com um montante em torno de 17 mil leitos hospitalares e ambulatoriais pertencentes a hospitais públicos e comunitários, resultando em uma taxa de 2,5 leitos/mil habitantes, segundo o gráfico 10. Essa taxa é pouco superior à média brasileira (2,2 leitos/mil habitantes), mas muito inferior à média de países como Portugal (3,4 leitos/mil habitantes) e Itália (3,5 leitos/mil habitantes). Dessa forma, o número de leitos hospitalares não tem crescido para atender à demanda por serviços de média e alta complexidades.

Gráfico 9 - Número de internações de média e de alta complexidades por mil habitantes em Santa Catarina – 2010 a 2016



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Gráfico 10 - Número de leitos hospitalares e ambulatoriais em Santa Catarina, 2010 a 2016

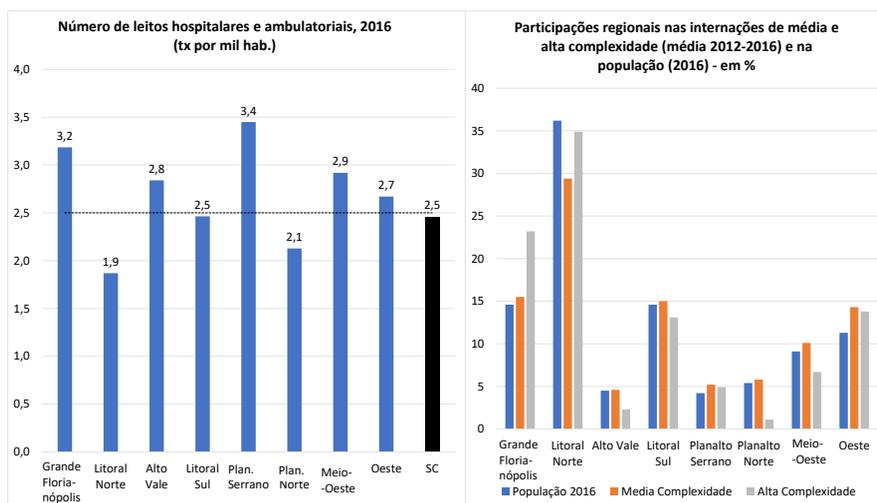


Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Um dos principais desafios da gestão estadual é alcançar uma eficiente distribuição da rede de saúde pelo território catarinense e da atenção primária aos diferentes serviços de maior complexidade de forma tal que serviços de qualidade sejam disponibilizados o mais próximo possível da população, mas com a escala necessária nos pontos especializados da rede. O gráfico 11, lado esquerdo, apresenta informações sobre a distribuição macrorregional dos leitos hospitalares e ambulatoriais e das internações de média e alta complexidade, registrando diferenças no número de leitos/mil habitantes entre as regiões.

Por sua vez, a comparação entre a participação da população no Estado e no número total de internações hospitalares, conforme o gráfico 11, lado direito, mostra também que algumas regiões têm maior participação nas internações de alta complexidade (Grande Florianópolis e Oeste), enquanto que outras têm participação menor (Alto Vale, Planalto Norte e Meio-Oeste), indicando o provável deslocamento de pacientes entre regiões. Nesse contexto, a macrorregião Planalto Serrano possui relativamente maior número de serviços hospitalares, ao mesmo tempo que registra as maiores taxas de mortalidade.

Gráfico 11 – Número de leitos hospitalares e ambulatoriais por macrorregião (2016) e participação (%) das macrorregiões no número de internações de média e de alta complexidades e na população do Estado



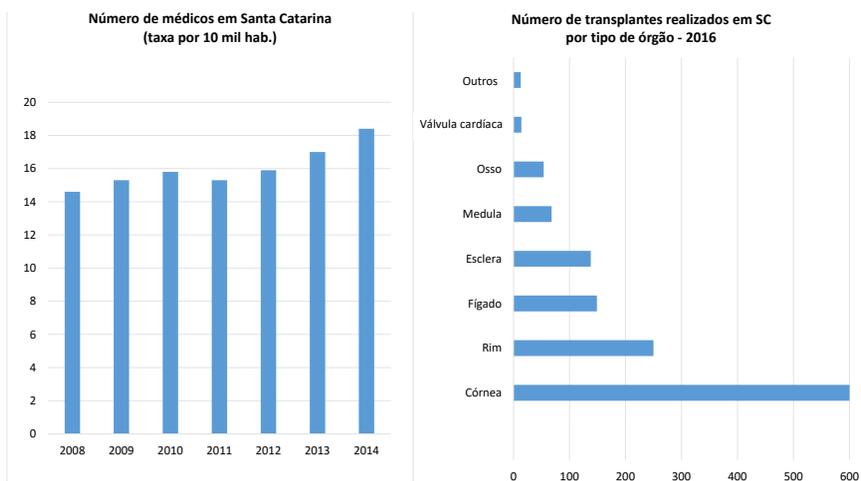
Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

O gráfico 12 destaca dois outros indicadores sobre o sistema de saúde estadual: o número de médicos existentes no Estado (lado esquerdo) e o número de transplantes de órgãos por tipo de órgão (lado direito). Com pouco mais de 11 mil médicos, Santa Catarina possuía uma taxa de 18,4 médicos/10 mil habitantes em 2014, um número bastante inferior ao existente em 2014 em países como a Irlanda (28 médicos/10 mil habitantes) e Itália (38 médicos/10 mil habitantes). O gráfico 12, lado direito, apresenta números sobre a importante atividade de transplantes de órgãos em Santa Catarina no âmbito do SUS, com destaque para os transplantes de córnea, rim, fígado, esclera e medula.

c) O financiamento da saúde em Santa Catarina

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema de saúde pública de grande complexidade e abrangência, compreendendo desde a atenção primária prestada nas unidades básicas de saúde até as internações e os serviços hospitalares de diferentes complexidades, bem como as ações voltadas à vigilância epidemiológica. A gestão do SUS é solidária e tripartite entre os três entes federativos – União, Estados e Municípios –, cada qual aportando recursos ao sistema e se responsabilizando pela gestão da saúde pública em suas respectivas áreas de abrangência e competência.

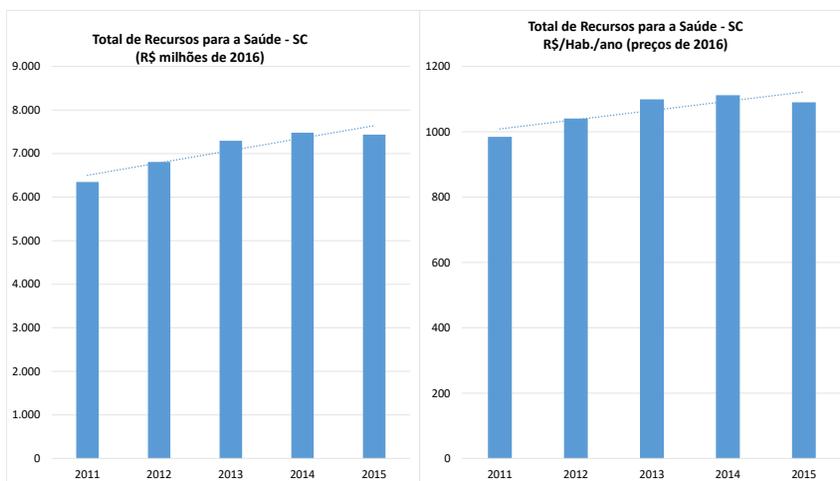
Gráfico 12 - Número de médicos (2008 a 2014) e número de transplantes de órgãos (2016) em Santa Catarina



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

O gráfico 13 mostra a evolução do total de recursos aplicados em saúde em Santa Catarina pelos três níveis de governo: Fundo Nacional de Saúde (FNS), do governo federal; total de despesas do governo estadual; total de despesas dos municípios com área de saúde, inclusive a manutenção dos hospitais estaduais e municipais e a estrutura burocrática dos órgãos de governo. As despesas, em valores constantes, têm crescido lentamente, no total e *per capita*. Em 2015, a despesa total com sistema público de saúde estadual alcançou R\$ 7,4 bilhões, correspondente à média de R\$ 1,1 mil por habitante.

Gráfico 13 - Valor dos recursos aplicados em saúde em Santa Catarina, 2011 a 2015



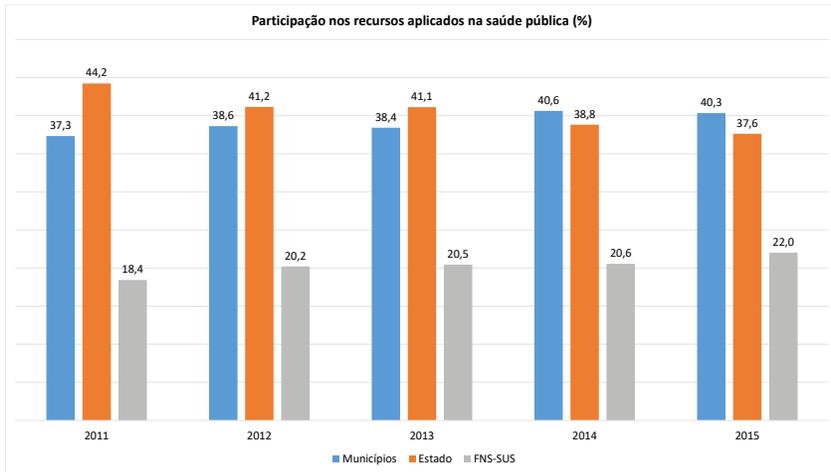
Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Em vista do grande alcance do SUS e do crescente custo dos medicamentos e procedimentos médicos, verifica-se que o SUS, em Santa Catarina, está subfinanciado com pouco mais de um salário-mínimo/ano por habitante.

O gráfico 14 mostra a participação de cada ente federativo na manutenção do SUS em Santa Catarina, confirmando-se as proporções 40%, 40% e 20%, respectivamente, para município, Estado e União (FNS), não incluídas as despesas centrais da união com os programas nacionais, com o Ministério da Saúde e órgãos a ele vinculados.

Tomando-se por referência o maior período de tempo, de 2000 a 2015, o gráfico 15 põe em evidência o grande crescimento das despesas dos municípios catarinenses com a área de saúde, praticamente dobrando em termos reais no período após descontados os valores inflacionários medidos pelo IPCA.

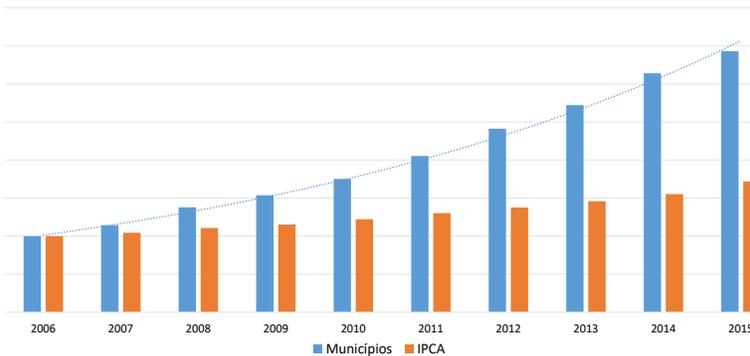
Gráfico 14 - Participação dos municípios, do Estado e da União no financiamento do SUS em Santa Catarina, 2011 a 2015 (%)



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.) e Portal da Transparência (SANTA CATARINA, s.d.).

Gráfico 15 - Evolução das despesas municipais com a área de saúde 2000 a 2015 (índice nominal das despesas e IPCA)

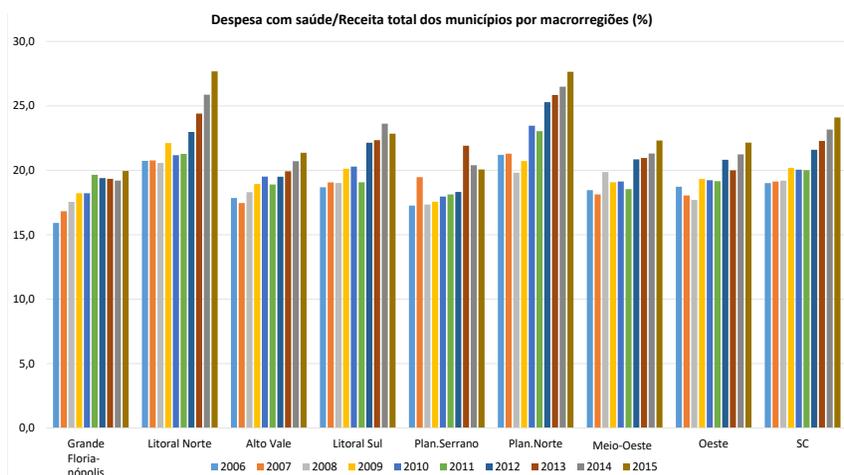
Índice nominal dos recursos próprios aplicados em saúde pelos municípios catarinenses (2006=100)



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Tomando-se o recorte macrorregional, o gráfico 16 destaca o avanço das despesas com saúde nos orçamentos municipais, com destaque para as macrorregiões Litoral Norte e Planalto Norte, que superaram o percentual de 25% da receita total. A média estadual, em 2015, atingiu o percentual de 24%.

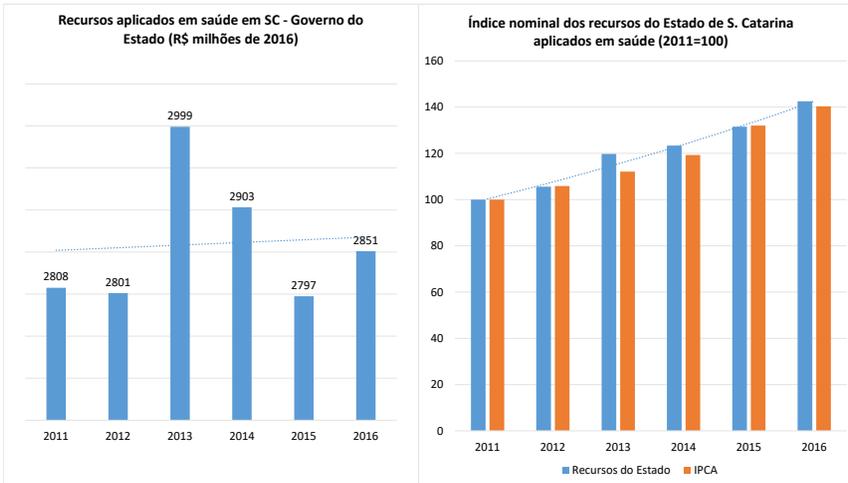
Gráfico 16 - Participação das despesas com saúde nas despesas totais dos municípios catarinenses segundo as macrorregiões - 2006 a 2015 (%)



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Por outro lado, no período mais recente de 2011 a 2016, também descontada a inflação medida pelo IPCA, o gráfico 17 mostra que as despesas do Governo do Estado com a saúde pública seguiram aproximadamente a inflação do período, sem aumento de gastos em termos reais.

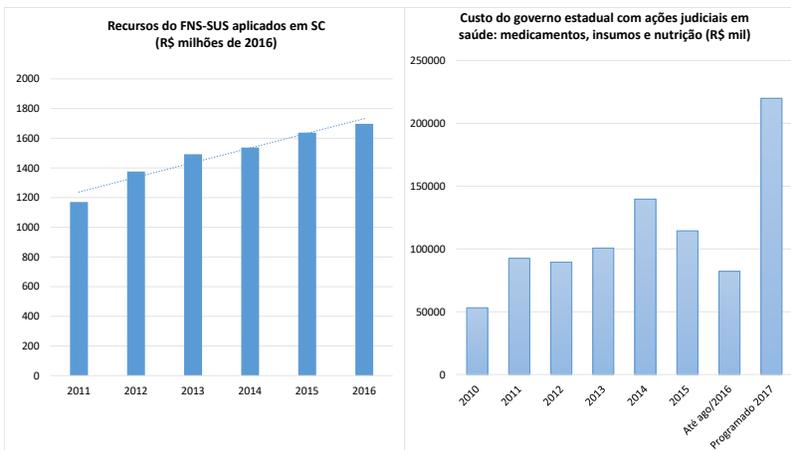
Gráfico 17 - Evolução das despesas do governo estadual com a área de saúde, 2011 a 2015



Fonte: Portal da Transparência (SANTA CATARINA, s.d.).

Por fim, os recursos do FNS aplicados nos SUS em Santa Catarina foram crescentes no período de 2011 a 2016, conforme nos mostra o gráfico 18, já descontada a inflação. O mesmo gráfico destaca os gastos do Estado com as ações judiciais em saúde, os quais superaram os R\$ 200 milhões em 2017 (programado).

Gráfico 18 - Evolução das despesas do FNS com a área de saúde em Santa Catarina (2011 a 2016) e dos gastos do governo estadual com ações judiciais em saúde (2010 a 2017)



Fonte: DATASUS (SANTA CATARINA, s.d.).

Considerações finais

Em resumo, os indicadores do sistema de saúde em Santa Catarina permitem destacar os seguintes aspectos de avaliação:

Primeiro, quanto aos indicadores de mortalidade, apesar do paulatino crescimento da expectativa de vida ao nascer em Santa Catarina, a análise revelou tendência à estagnação na queda das taxas de mortalidade, passando a exigir novos esforços dos agentes públicos e privados para um novo período de avanços na saúde pública estadual, nos termos seguintes:

a) Na saúde materno-infantil, uma vez a taxa de mortalidade infantil para menores de 1 ano/1000 nascidos-vivos tendo caído para um dígito. Reconhece-se que avanços adicionais na queda da taxa exigirão maiores investimentos, seja na atenção primária, seja em equipamentos para diagnóstico e na estrutura hospitalar especializada nas diferentes regiões do Estado;

b) A taxa de mortalidade das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis, responsáveis pelo maior número de óbitos precoces no Estado, tem se mantido relativamente estável entre 14 e 15 mortes por 10 mil da faixa etária de 30 a 69 anos. Na faixa etária acima de 70, essa taxa é substancialmente mais elevada, o que implica em forte pressão sobre os serviços especializados de saúde, com demandas insatisfeitas;

c) As causas externas continuam a demandar fortemente os serviços de saúde em Santa Catarina, especialmente os acidentes de transporte, de que resultam muitos feridos e vítimas fatais. Além disso, há que considerar a ocorrência de outros acidentes e de crimes violentos;

d) Por fim, quanto às doenças infecciosas e parasitárias, algumas se mantêm crônicas no Estado, como a AIDS e a tuberculose, e outras exigem a constante vigilância em saúde ante as ameaças de surtos epidêmicos, como aquelas enfermidades transmitidas pelo *Aedes Aegypti* e outros insetos;

e) Essa realidade de muitas demandas insatisfeitas nos serviços de saúde do Estado tende a se agravar por causa da transição demográfica em direção ao aumento da população idosa.

Em segundo lugar, quanto à estrutura – aporte de recursos e operação do sistema estadual de saúde – cabem as seguintes considerações finais:

a) Apesar do paulatino crescimento das equipes de saúde, a atenção primária ainda não adquiriu a estrutura e a qualidade necessárias para uma maior taxa de resolução de casos, capacidade de prevenção, de diagnóstico e de encaminhamento para os serviços especializados, quando for o caso;

b) Há uma clara e conhecida pressão de demanda sobre os serviços de maior complexidade, sejam consultas com especialistas, exames especializados, sejam procedimentos e internações hospitalares, fato retratado pelas filas de espera, demandas judiciais e reclamações veiculadas pela mídia;

c) O sistema de saúde em Santa Catarina, com recursos públicos aplicados de R\$ 1.100/habitantes/ano, pouco mais de um salário mínimo, claramente carece de maior volume de recursos para seu financiamento, dada a sua abrangência e universalidade, sem prejuízo de aprimoramento na sua gestão;

d) Os recursos municipais, em primeiro lugar, e depois os recursos do FNS, têm dado suporte ao crescimento, ainda que insuficiente, das despesas com saúde em termos reais nos últimos anos. Nesse contexto, os recursos do Governo do Estado para a área da saúde mantiveram-se aproximadamente constantes, em termos reais, nos últimos anos. A lei estadual de aumento das vinculações das receitas com a área de saúde tende a elevar o patamar desses recursos a partir de 2019.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Tábuas de mortalidade. Sem data de publicação [vários anos] [online]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Última edição em 13 de outubro de 2015. Sem data de publicação [online]. Disponível em: <www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>. Acesso em: 18 dez. 2018.



Características Econômicas e Sociais XXI de Santa Catarina no limiar do século XXI

SANTA CATARINA. Portal da Transparência. Gestão Estadual. Sem data de publicação [vários anos]. Disponível em: <www.transparencia.sc.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Saúde. Departamento de Informática do Sus (DATASUS). Informações de Saúde. Sem data de publicação [vários anos]. Disponível em: <www.saude.sc.gov.br>. Acesso em: 12 dez.2018.

CAPÍTULO 7

A Criminalidade Recente em Desarmonia com a Santa e “Bela” Catarina

Pablo Felipe Bittencourt

Carolina Silvestre Cândido Rocha

Introdução

A melhora dos níveis de segurança e da sensação de segurança é um dos maiores anseios das sociedades brasileira e catarinense. Isso encontra causa na contínua elevação dos níveis de criminalidade registrados nas diversas porções do território brasileiro, incluindo a catarinense (IPEA; FBSP, 2018). Tendo como objetivo discutir características da evolução recente da atividade criminal no Estado, destacando sua proeminência regional, este capítulo mostra que há manchas de criminalidade no território catarinense. Mostra também que as cidades de maior porte podem estar germinando as sementes de uma explosão de criminalidade (crime organizado), mas também que o processo de litoralização da atividade econômica parece ter influência sobre o fenômeno.

Mostra, ainda, que alguns crimes são mais proeminentes em outras regiões e provavelmente derivados da cultura local. Adicionalmente, aponta aspectos relevantes da atividade criminal, tais como os indícios de que negros, pobres, jovens e do sexo masculino são, a exemplo do que acontece no restante do Brasil, as maiores vítimas da atividade criminal e, além disso, que as elevadas (e vergonhosas) taxas de feminicídio do Estado, ao contrário do que se poderia imaginar, podem estar associadas a uma vitória da nossa sociedade por serem frutos do aumento da capacidade de

denúncia das vítimas. Seguem-se as explicações a partir de critério metodológico específico¹.

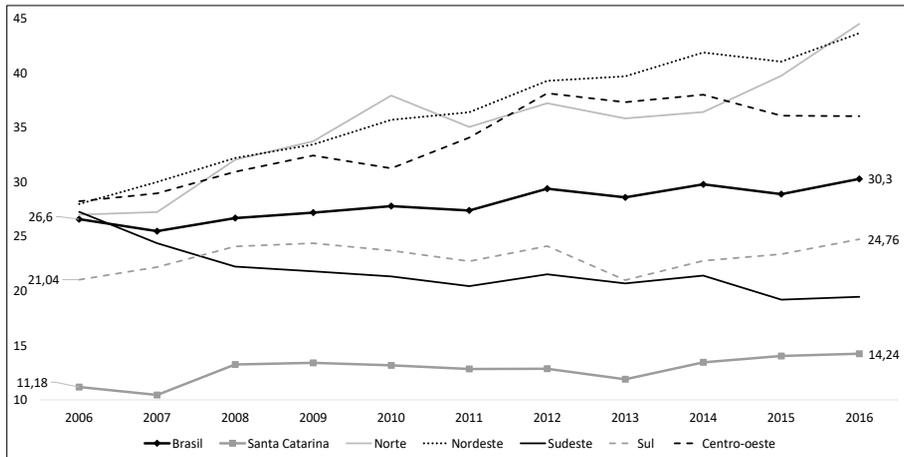
Uma Breve Comparação de Santa Catarina com o Brasil

O aumento da criminalidade brasileira desafia acadêmicos e formuladores de políticas públicas (SAPORI, 2007; RIBEIRO, 2009; SANTOS; GONTIJO; AMARAL, 2015). Segundo o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2018), em 2016, o Brasil registrou a taxa de homicídio de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, 30 vezes superior à taxa europeia e similar à de países como África do Sul, El Salvador e Colômbia. Foi a primeira vez que se ultrapassou o patamar de 30 mortes por 100 mil habitantes, o que significa algo próximo de 65 mil casos por ano, distanciando-se dos cerca de 55 mil casos entre 2008 e 2013.

O gráfico 1 mostra que tal crescimento é regionalmente diferenciado, sendo mais proeminente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto que na região Sul nota-se estabilidade e na região Sudeste decréscimo. As quedas na região mais populosa do País são reflexos da melhora do indicador em São Paulo, única unidade da federação com indicador inferior ao de Santa Catarina, onde a taxa foi de 14,2. Não obstante, entre 2006 a 2016, houve crescimento de 47,7% do número absoluto de homicídios do Estado, chegando-se a 984 em 2016.

¹ Para realizá-lo, foram utilizados indicadores de diferentes fontes, tais como IPEA e FBSP (2018) e dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de Santa Catarina - SSP/SC (SANTA CATARINA, s.d.). As comparações, no entanto, foram realizadas sempre com a mesma base de dados para evitar o risco da incomparabilidade derivado de diferenças metodológicas. As taxas, de qualquer forma, são calculadas sempre para 100.000 habitantes. Por isso, no intento de tornar a leitura mais fluida, em todo o texto, utilizamos apenas “taxa” no lugar de “taxa por 100.000 habitantes”.

Gráfico 1 - Taxa de homicídio por 100 mil habitantes – Brasil, Santa Catarina e regiões, 2006 a 2016



Fonte: Atlas da Violência 2018 (IPEA; FBSP, 2018).

Ao apresentar a evolução recente da população vítima de violência no Brasil, segundo o gênero, a faixa etária e a raça, Waiselfisz (2013) destacou a proeminência de jovens negros do sexo masculino. Os dados mostram que, em 2016, dos 33.590 jovens assassinados, 94,6% eram do sexo masculino. Outro dado impressionante é que 50,3% das mortes de jovens (entre 15 e 29 anos) do sexo masculino ocorreram por homicídio. Ao reduzir o intervalo etário para 15 a 19 anos, essa taxa se elevou para 56,5%, enquanto que de 45 a 49 anos, por exemplo, ela reduziu para 7,6%.

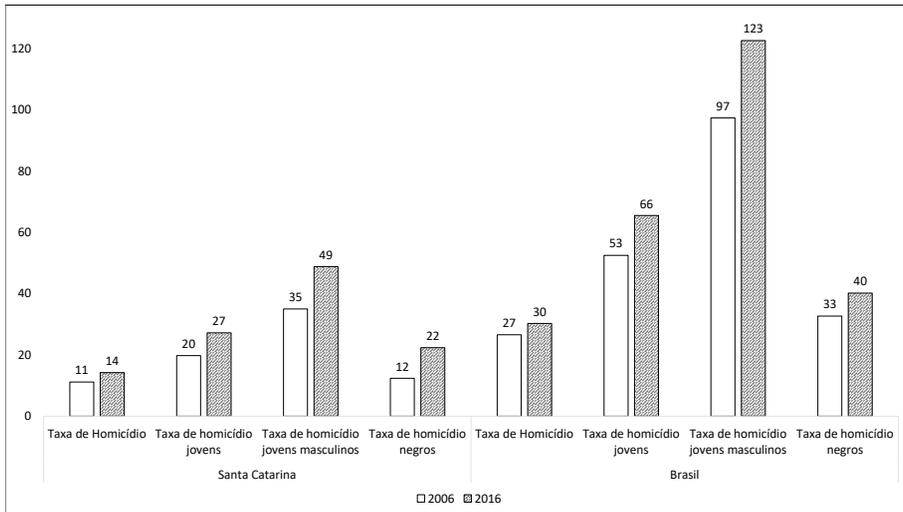
No que se refere à desigualdade racial, segundo o Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2018, p. 40), “[...] é como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos”. Em 2016, a taxa de homicídios de negros (pretos e pardos) foi duas vezes e meia superior à de não negros (brancos, amarelos e indígenas), 16,0% contra 40,2%. Entre 2006 e 2016, a taxa cresceu 23,1%, enquanto que entre os não negros houve redução de 6,8%. Cerqueira e Coelho (2017) observaram que a probabilidade de um cidadão negro sofrer violência letal é muito superior a de outras raças. Entenderam que a rigidez intergeracional na transmissão de capital humano e financeiro é complementada pelo viés das políticas públicas e pela discriminação no mercado de trabalho como

causas da verificada probabilidade. Nessa direção, a frequência da população negra nas favelas das grandes cidades e metrópoles ajuda a explicar tais resultados, o que pode estar ligado mais recentemente à capacidade do crime organizado de cooptar jovens, especialmente quando há disputa de território entre facções.

Santa Catarina apresenta, de modo geral, uma realidade sensivelmente diferente da maior parte dessas regiões. A ausência de metrópoles, o nível de renda total e sua distribuição, além da rede de serviço público e das políticas de diversas ordens implementadas ao longo dos anos, provavelmente ajudem a explicar as diferenças favoráveis ao Estado. Não obstante, nesse território, são também os jovens do sexo masculino e negros os mais vitimados, o que abre espaço para investigações mais profundas sobre as similaridades e diferenças nas causas da criminalidade em Santa Catarina e em outras partes do território nacional.

Como mostra o gráfico 2, a taxa de homicídios entre jovens, negros e jovens masculinos cresceu, mas em todos os casos permaneceu em níveis bem inferiores aos do restante do Brasil. Vale dizer, no entanto, que em Santa Catarina apenas 16% da população autodeclarou-se negra ou parda em 2010 (IBGE, s.d.). Para essa parcela, a taxa de homicídio foi de 22,4 em 2016, tendo crescido 79,9% em 10 anos, enquanto que para os 84% restantes da população autodeclarada branca, a taxa foi de 12,6 e seu crescimento foi menos intenso, de 29,6% no mesmo período. Deriva-se daí que características da formação sociocultural brasileira possam estar na raiz da compreensão dessa mazela social também em Santa Catarina. Reforçam essa interpretação os resultados e os argumentos de Mansano *et al.* (2013) em observação ao maior risco de homicídios entre a população negra de Paraná e Santa Catarina.

Gráfico 2 - Taxa de homicídio total, de jovens, jovens masculinos e de negros por 100 mil habitantes – Brasil e Santa Catarina, 2006 e 2016



Fonte: IPEA e FBSP (2018).

De qualquer forma, é consenso que as causas da violência e da criminalidade são multidimensionais (CHESNAIS, 1999; PERES; SANTOS, 2005; PERES *et al.*, 2008). A relação entre a desigualdade, a pobreza, o nível de desenvolvimento socioeconômico e a violência é uma das linhas mais exploradas, mas que ainda não apresenta consenso. Caldeira (2011) defende que o nível de desigualdade de renda e o acesso à rede de proteção social, incluindo educação, saúde, lazer, cultura e segurança, podem desencadear propensões mais altas à criminalidade em uma determinada parcela da população, o que pode ser estimulado por práticas de injustiça, discriminação e violência.

Ainda assim, uma expectativa bastante intuitiva é a de que a violência esteja diretamente associada ao nível de atividade econômica, pela exclusão que os momentos de crise costumam gerar. Contudo, o desenvolvimento brasileiro recente não permite aceitar tal relação intuitiva, já que a década de 2000 foi o período de queda dos níveis de desemprego e elevação das taxas de homicídio, o que se mantém no período de crise de 2015/2017.

Por sua vez, a atividade de tráfico de drogas parece ter uma relação mais forte com o aumento da violência se considerarmos a evolução na mesma direção (de crescimento) desses dois tipos de crimes. Para o Monitor da Violência (2017), uma parceria entre o portal de notícias G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, essa relação pode ser indireta, derivada da competição de facções criminosas por determinadas áreas do tráfico, notadamente em cidades de grande porte, pelo menos nas últimas décadas. Assim, tem-se o aumento das mortes violentas intencionais (doravante MVI) em territórios onde grupos rivais disputam mercados, assim como o acesso a armas de fogo. Nesse caso, o governo é politicamente fraco e pouco aparelhado.

Talvez o fenômeno do crescente uso e tráfico de drogas seja o que mais urge estudo e combate. Dados recentes mostram que o Brasil registrou, em 2016, uma taxa de 72,20 casos para cada 100 mil habitantes. Interessante que a taxa catarinense foi superior, chegando a 97,81 (ver a análise na próxima seção). O Estado teve taxa superior à nacional também no que se refere à posse e ao uso de entorpecentes, tendo registrado 65,81 casos para cada 100 mil habitantes, enquanto que no território brasileiro chegou-se a 62,26 (IPEA; FBSP, 2018). Como se sabe, o comércio de entorpecentes é altamente rentável, o que implica em capacidade de aliciamento de indivíduos e na aquisição de materiais necessários à continuidade da atividade criminal.

Outra linha de pesquisa que procura compreender o aumento da criminalidade observa a influência do porte e da posse de arma de fogo (PERES; SANTOS, 2005; PERES *et al.*, 2008). Em 2016, chegou-se à taxa de 24,07 apreensões de armas ilegais para cada 100 mil habitantes no Brasil. Em Santa Catarina, esse tipo de crime é menos intenso, chegou a 14,90, tendo sido mais proeminente nas regiões Serrana e Oeste, provavelmente por características culturais.

Tabela 1 - Correlação entre indicadores: MVI, Porte Ilegal de Arma de Fogo, Entorpecentes, Tráfico, Posse e Uso e Taxa de Desocupação – Brasil, 2011-2016

Itens	MVL	Porte ilegal de arma de fogo	Entorpecentes - tráfico	Entorpecentes - posse e uso	Taxa de desocupação
MVI	1,0	-0,1	-0,4	-0,4	0,4
Porte ilegal de arma de fogo	-0,1	1,0	0,5	0,6	-0,3
Entorpecentes – tráfico	-0,4	0,5	1,0	0,7	-0,3
Entorpecentes - posse e uso	-0,4	0,6	0,7	1,0	-0,3
Taxa de desocupação (desemprego)	0,4	-0,3	-0,3	-0,3	1,0

Fonte: Elaboração própria.

Com o objetivo de buscar conexões entre as formas de crimes discutidas acima, apresenta-se, a seguir, uma matriz de correlação de Pearson para (i) Mortes Violentas Letais (mais de 90% delas são homicídios), (ii) Porte Ilegal de Arma de Fogo, (iii) Tráfico de Entorpecentes, (iv) posse e (v) uso de entorpecentes e taxa de desocupação. As informações objetos da breve análise são anuais e estaduais (27 estados e DF), para cinco anos de pesquisa (entre 2011 e 2016), o que conforma 140 observações para cada variável. Certamente que não se quer extrair relações precisas com essas variáveis, mas apenas uma estatística de caráter preliminar sobre as conexões entre os tipos de crimes.

Nesse nível de agregação e com esse número de variáveis, recomenda-se observar apenas as correlações mais fortes, acima de 0,5, conforme a tabela 1. Daí se nota que o fato de a taxa de desocupação, por exemplo, não ter revelado indício forte de causalidade para o período com nenhum tipo de crime, isso não significa que pode ser interpretado como uma ausência completa de causalidade. É possível que o aumento da criminalidade tenha na queda da renda um fator causador secundário. E dizer que a pouca perspectiva sobre o futuro intuitivamente serve como incentivo à adesão à atividade criminal talvez seja mais adequada se feita uma análise de longo prazo em que taxas altas de desemprego se mantenham por esse período, uma vez que diversos outros fatores ligados ao freio moral e à busca por outras alternativas de renda podem coibir uma adesão ao crime.

Voltando à matriz, nota-se que os melhores indícios de relação entre crimes ficam por conta da (iv) posse e do (iii) tráfico de entorpecentes (0,7) e da (iv) posse de entorpecentes e do (ii) porte ilegal de arma de fogo. Os dois casos guardam relações relativamente intuitivas. No primeiro, em que há posse, há tráfico! No segundo, a relação entre posse de drogas e porte ilegal de armas pode ser explicada pelo não enquadramento da atividade flagrada por policiais no artigo 33 da Lei nº 11.343/06, que define a atividade de tráfico, enquadrando-a no artigo 28 dessa Lei, o qual trata do usuário de drogas. É dizer que é possível que traficantes sejam flagrados com armas e drogas, mas, por não estarem praticando o tráfico no momento do flagrante, passem por usuários. Tal intuição emerge da intuitiva hipótese de que há maior probabilidade de um traficante portar arma ilegal do que um usuário. Assim, pode-se associar o porte ilegal de armas, contravenção de alto impacto de violência, com a venda e o consumo de drogas.

Essa breve discussão permite concordar com os argumentos de que o combate à criminalidade não pode ser feito por meio de políticas pensadas de maneira tradicional e, por vezes, superficial. Não é possível atuar nas aparências nem atribuir responsabilidade exclusivamente às crises, por exemplo. As políticas públicas com maior potencial de combate à criminalidade parecem passar pela compreensão do problema de maneira ampla e interligada em seu contexto complexo atual, mas também respeitando-se os aspectos do processo histórico de formação de cada sociedade. As diversas áreas de atuação do Estado, sobretudo direcionadas à construção de bases sólidas nos âmbitos da moral, ética, educação e cidadania, precisam ser abordadas conjuntamente, de forma a apoiarem a construção de indivíduos cientes das responsabilidades para com seus próprios futuros e para com o futuro de seus pares. Segundo a abordagem sociológica do crime de Durkheim (1893), a criminalidade é sinal de que o sistema social não está funcionando corretamente. Nesse sentido, importa investigar para além dos elementos constituintes da própria condição de crime, o que deve ser modificado e assim alvo de políticas públicas para o desenvolvimento.

A Evolução Recente da Criminalidade em Santa Catarina

Santa Catarina possui uma das melhores posições nos indicadores de segurança, comparativamente a outros estados da federação. A situação, no entanto, já foi melhor, como sugere a evolução da última década. A piora, que de fato verificou-se na maior parte dos estados da federação, contrasta com o desempenho de estados como São Paulo. Em verdade, Santa Catarina e São Paulo registraram as menores taxas de homicídios do Brasil, tendo São Paulo exibido a menor desde 2015. Em outros indicadores, tais como a taxa de homicídios dolosos, além de São Paulo, também o Paraná já registra taxas inferiores à catarinense.

Entre as debilidades que explicam a piora dos indicadores, uma das que mais preocupa é a intensificação da atividade criminal na faixa litorânea do Estado, em especial na extensão que vai da Grande Florianópolis até Joinville, passando por Balneário Camboriú. O adensamento populacional dessas regiões tem sido solo fértil à germinação da atividade do chamado “Crime Organizado”, cujas consequências nefastas vão do aumento do tráfico de drogas e dos pequenos furtos ao próprio aumento dos homicídios.

O objetivo desta seção é contribuir para a compreensão da evolução temporal e para a localização no território de alguns tipos de crimes. Para isso, analisou-se a evolução recente (2010-2016) das taxas de crimes específicos (homicídios, ocorrência de tráfico de drogas, roubos e furtos, lesão corporal, estupro e tentativa de estupro), assim como sua frequência regional mais contemporânea. Os resultados permitiram sugerir as causas dos fenômenos, tendo como base a presença de cidades de grande porte, os aspectos culturais proeminentes das regiões, a relação com a formação do chamado “crime organizado” e a situação socioeconômica relativa.

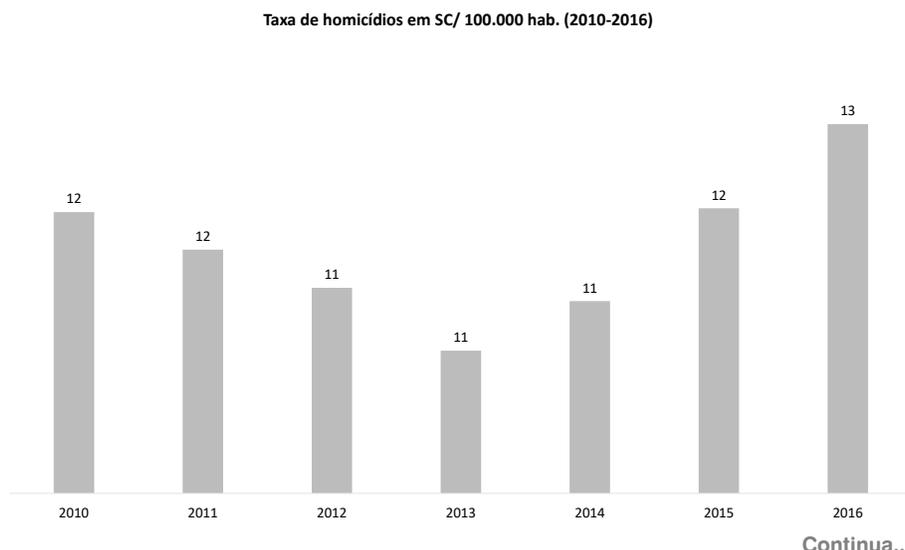
A Incidência de Homicídios

A parte de cima da figura 1 nos permite notar que a taxa de homicídios cresceu em Santa Catarina depois de 2013, ainda que em pouca intensidade. A parte seguinte destaca, em tons de cinza mais escuros, os

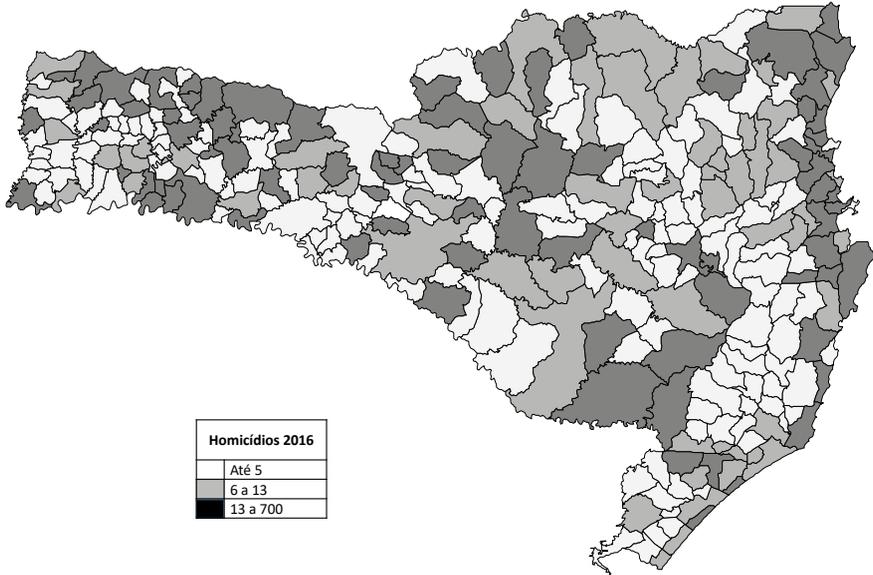
municípios cuja taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi superior à média no Estado. Nessa figura há três “manchas”, as quais retratam que a taxa de homicídios é mais alta: (a) a faixa litorânea, a mais rica do Estado, que vai da Grande Florianópolis a Joinville, passando por Balneário Camboriú, e as outras duas, as mais pobres do território, (b) a região do Planalto Serrano e (c) a região do Noroeste catarinense, exatamente os dois principais *locus* da migração verificada na última década.

No primeiro caso, a criminalidade está muito associada à formação das mazelas sociais típicas das grandes cidades, combinada com a intensificação da atuação do chamado crime organizado. Nas outras regiões, ainda que as taxas de ocorrência de tráfico de drogas também tenham aumentado, é possível que o restrito acesso ao mercado de trabalho e, talvez, os aspectos culturais com crimes contra a honra possam ter sido fatores de influência à propensão ao crime, uma vez que as facções criminosas ainda não penetraram nesses territórios. De qualquer forma, as altas taxas nesses territórios, em geral, explicam-se por alguns poucos homicídios em municípios de pequeno porte.

Figura 1 - Taxa de homicídios em Santa Catarina (100 mil habitantes) entre 2010-2016 e sua intensidade regional em 2016 (mapa)



Continuação...



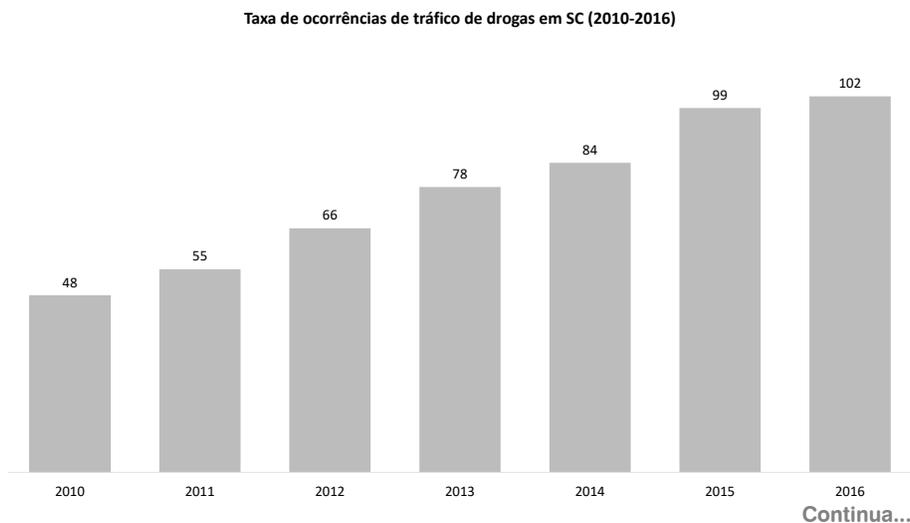
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SSP (SANTA CATARINA, s.d.).

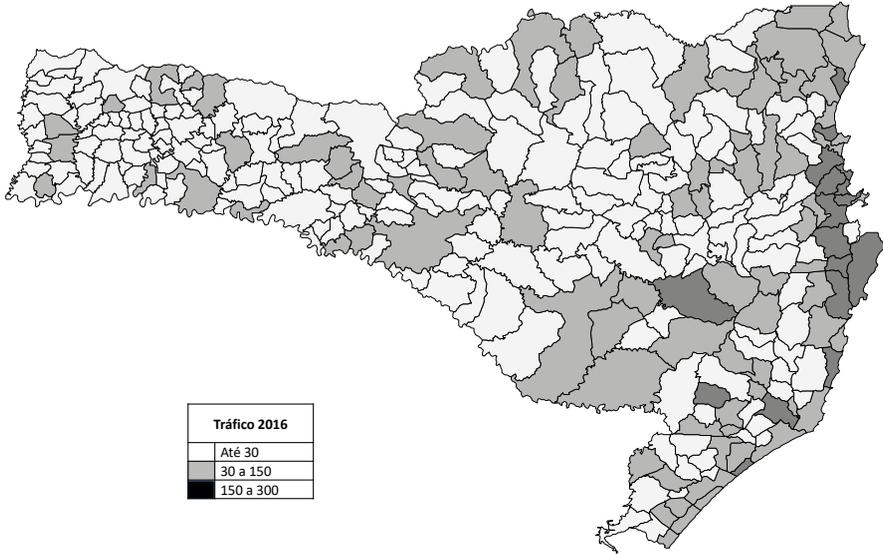
O número absoluto de homicídios caiu em muitos municípios da faixa litorânea. Em Florianópolis, passou de 92, em 2010, para 79 casos, em 2016, tendo chegado a 45 em 2014. Houve queda também em Palhoça e São José. Isso ajuda a explicar a queda da taxa na faixa litorânea de 20,6 para 14,5 no período. Contudo, na região Litoral Norte, o número absoluto cresceu continuamente em municípios como Joinville (71 para 122) e São Francisco do Sul (de 8 para 33). Já a mancha na região do Planalto/Serra é um alerta muito mais pela contiguidade dos municípios com altas taxas do que pelo número absoluto de casos. Ocorre que, como são territórios com poucos habitantes, um número relativamente pequeno de casos gera uma taxa alta. No caso de Lebon Régis, por exemplo, apenas dois homicídios, em 2016, geraram uma taxa bem superior à média do Estado. Esse é o caso também dos municípios situados no Noroeste, tais como Abelardo Luz, Campo Erê e Galvão. Não assim para Chapecó que, além de ter taxa superior à média do Estado, registrou crescimento de 26 para 40 casos entre 2010 e 2016.

A Incidência do Tráfico de Drogas

As taxas de ocorrência de tráfico de drogas, apresentadas no lado de cima da figura 2 revelam uma tendência inequívoca e preocupante de crescimento. Em apenas seis anos a taxa mais que dobrou, apontando um dos maiores desafios às políticas públicas pelos impactos tanto voltados à criminalidade em geral como ao desenvolvimento das próximas gerações. No mapa, podem ser notadas as regiões com maiores índices em 2016. Quanto mais fortes figuram os tons, maiores são os índices. No geral, as cores revelam discrepância regional significativa desse tipo de crime.

Figura 2 - Taxa de ocorrência de tráfico de drogas em Santa Catarina (100 mil habitantes) entre 2010-2016 e sua intensidade regional em 2016 (mapa)





Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SSP (SANTA CATARINA, s.d.).

As elevadas taxas reveladas na mesma porção litorânea em que foi verificada a intensidade do crime de homicídios (seção acima) sugere causalidade entre os dois tipos de crime. Como já citado, as atividades das facções criminosas, especialmente quando em disputa por territórios, costumam aumentar as taxas de diversos crimes, inclusive dos mais violentos, não obstante a taxa de ocorrência de tráfico de drogas também tenha se revelado alta nos maiores municípios do Estado e em municípios contíguos a eles. Nesses casos, estão os municípios de Criciúma, Tubarão, Lages e seus entornos.

De fato, as taxas cresceram em todas as regiões de forma expressiva, mas em alguns municípios de forma alarmante. Em Florianópolis, por exemplo, houve aumento de 270% do número de casos, tendo passado de 407 ocorrências, em 2010, para 1.516, em 2016. Nas contíguas Biguaçu, São José e Palhoça, os crescimentos foram de 423%, 150% e 110%, respectivamente. Níveis de crescimento como esses foram encontrados também nas grandes cidades da região litoral norte, como Balneário Camboriú (93%), Itajaí (133%) e Joinville (108%). Entre os demais municípios de porte mais elevado, chamou a atenção o crescimento em Chapecó (480%), aumentan-

do de 46 para 267, e em Lages (171%) e Tubarão (147%). Notável que essas também são regiões que têm assistido ao aumento de outros tipos de mazelas, entre elas outras formas de criminalidade, o que sugere atenção tanto dos gestores de políticas públicas como de acadêmicos para que se possam estabelecer as relações empíricas.

A Incidência de Roubos e Furtos

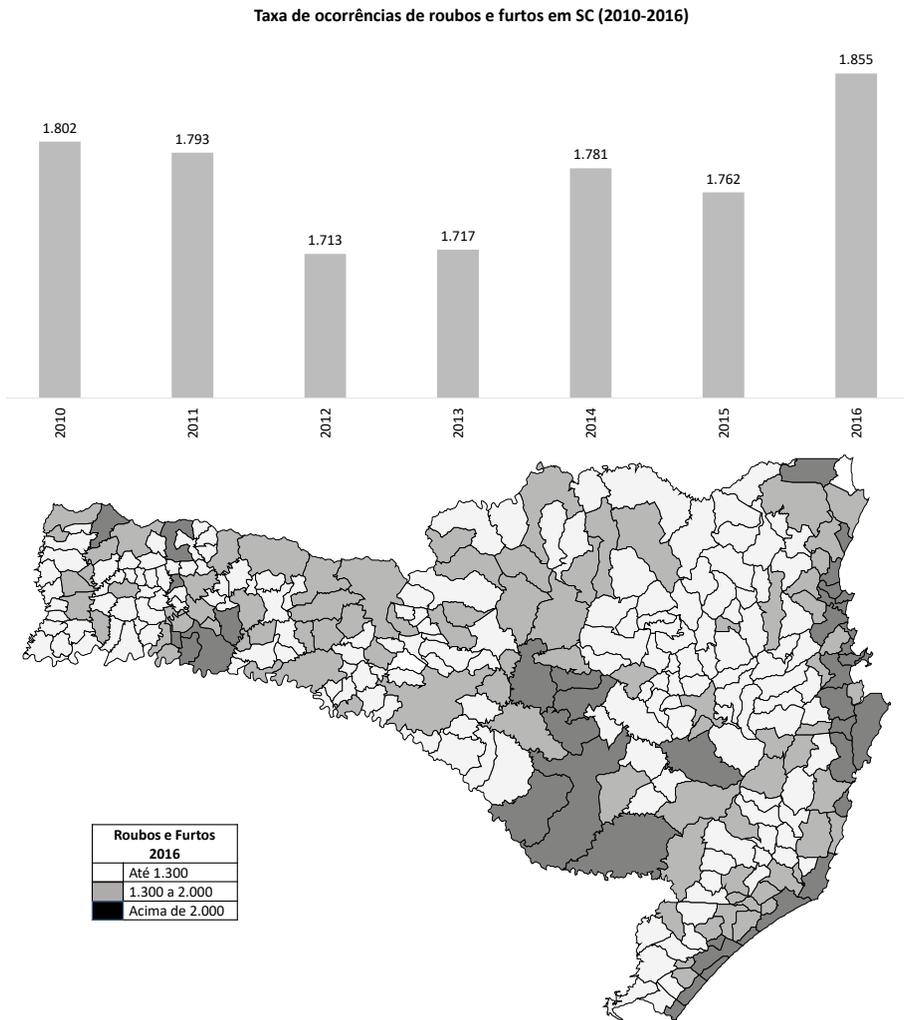
As ocorrências de roubos e furtos são altamente preocupantes porque atingem uma parcela muito expressiva da população. Esse tipo de crime é o principal responsável pelas variações na sensação de segurança da população (além do volume de informação sobre as mesas). As taxas haviam caído entre 2010 e 2013, mas voltaram a crescer desde então, o que sugere a dificuldade das autoridades em diminuir a frequência desse tipo de crime. Há relatos, inclusive (entrevistas de campo), de que muitos pequenos casos não são notificados, pois as expectativas de resolução são baixíssimas. Isso, que indica um estado de certa “conformação” da sociedade com essa forma de crime, joga contra a definição de estratégias de combate à medida que as informações estatísticas ficam subestimadas.

A leitura do mapa da figura 3 revela significativa discrepância regional, notada pela localização dos municípios marcados em cor mais escura, onde a frequência relativa de roubos e furtos foi superior a 2000 casos por 100 mil habitantes, taxa superior inclusive a do Estado, que foi de 1.855 em 2016. O mapa mostra também um conjunto de municípios, cujas taxas ficaram entre 1.300 e 2.000 casos para cada 100 mil habitantes (cinza claro). Notável que muitos deles contíguos aos municípios com taxas muito elevadas. Isso remete a regiões ou “manchas locais” onde a atividade criminal é mais intensa. São elas: (a) as regiões litorâneas, desde o sul até o norte, passando pela Grande Florianópolis; (b) a região do Planalto Serrano, notadamente no entorno de Lages, assim como a região (c) do Extremo Oeste, sobretudo no entorno de Chapecó.

Por outro lado, em uma extensa porção do território, que cobre parte do Planalto Norte, do Vale do Itajaí, estendendo-se a alguns pequenos municípios da grande Florianópolis, notam-se níveis significativamente

baixos, inferiores a 1.300. Talvez isso se deve ao fato de serem municípios pequenos, marcados por maior participação de atividades econômicas rurais e de maior controle social da população residente. Comparativamente às grandes cidades, esses territórios geram menos oportunidades aos roubos e furtos.

Figura 3 - Taxa de ocorrência de roubos e furtos em Santa Catarina entre 2010 e 2016 e sua intensidade entre os municípios do Estado (mapa)

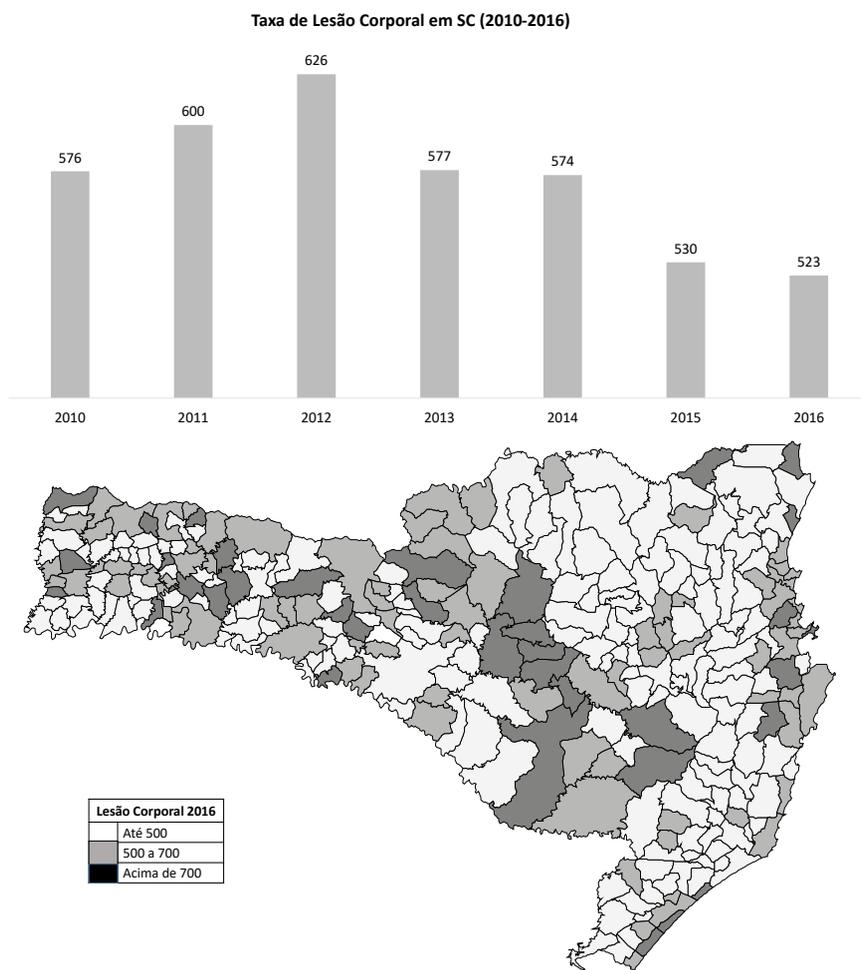


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SSP (SANTA CATARINA, s.d.).

Os Crimes de Lesão Corporal

Uma das poucas melhoras das estatísticas recentes é a da taxa de lesões corporais. Como mostra a figura 4, a taxa decresceu desde 2012. A distribuição geográfica revelada pelo mapa mostra que esse não é um crime típico das grandes cidades nem mesmo da região litorânea, tal qual verificado nos casos analisados anteriormente.

Figura 4 - Taxa de ocorrência de lesões corporais em Santa Catarina (100 mil habitantes) entre 2010-2016 e sua intensidade regional em 2016



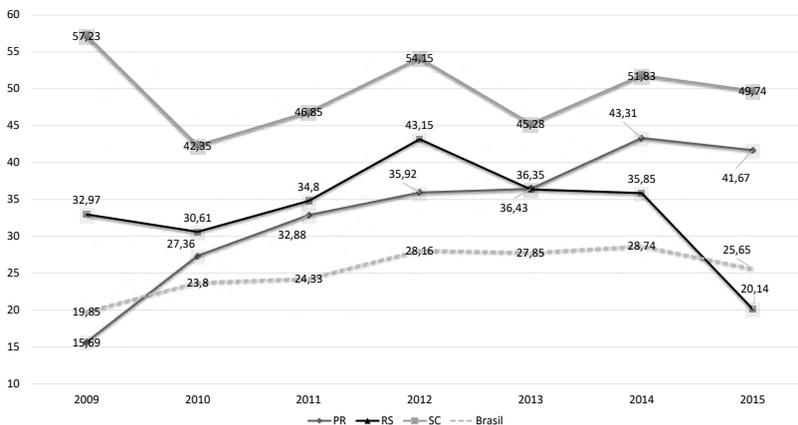
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SSP (SANTA CATARINA, s.d.).

Nota-se, contudo, que são poucos os municípios das regiões localizadas na porção oeste do Estado que não registraram taxas acima da média (as mais escuras). Essa porção envolve as macrorregiões do Planalto Serrano, Meio-Oeste e Oeste catarinense, regiões marcadas por semelhanças culturais, derivadas de suas formações históricas. É possível que essa semelhança cultural seja uma das causas da verificada disparidade em relação às demais regiões. De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, muitos desses crimes se devem a atos considerados uma ofensa à honra pelos agressores.

A Incidência do Estupro e da Tentativa de Estupro

Uma informação importante, e alarmante à primeira vista, refere-se às taxas de Estupro e Tentativa de Estupro no estado de Santa Catarina. Como consta no gráfico 3, os índices catarinenses são maiores que os da média brasileira e que os dos estados da região Sul em todo o período considerado (2009-2015). Ainda que quaisquer níveis desse indicador devam sempre ser classificados como absurdos humanitários, do ponto de vista da comparação com outros Estados e regiões não se pode ter o mesmo diagnóstico.

Gráfico 3 - Taxa de estupro e tentativa de estupro por 100.000 habitantes nos estados da região Sul e Brasil, 2009-2015



Fonte: IPEA e FBSP (2018).

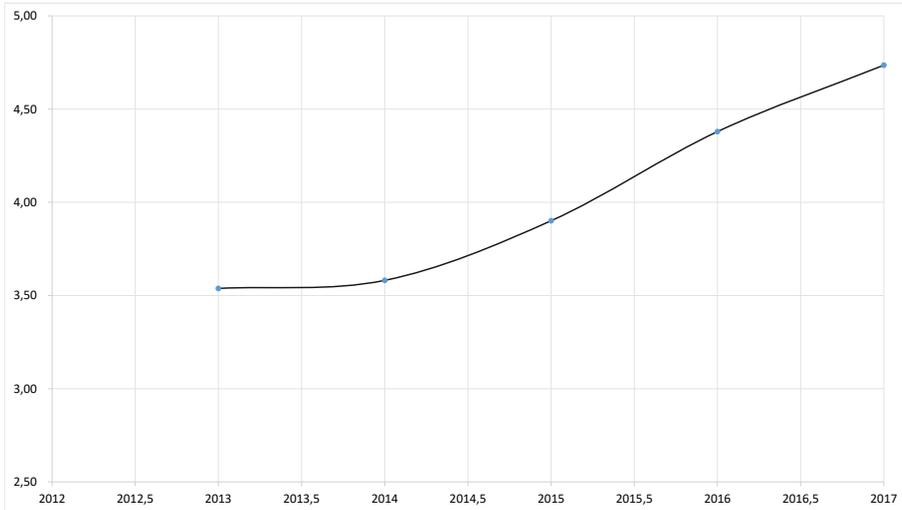
As informações colhidas na pesquisa de campo revelaram que os elevados índices em Santa Catarina se devem ao aumento das denúncias ocorridas após intensivas campanhas do órgão de segurança pública para encorajar as vítimas a realizarem essas denúncias. Entre as ações mais marcantes estão a institucionalização de diversas delegacias da mulher no território catarinense. Contudo, segundo especialistas nesse segmento da Polícia Civil catarinense, os dados estão ainda subestimados, ou seja, não refletem a realidade, pois a vergonha em relação à sociedade e o medo do agressor ainda dominam muitas das vítimas. Isso renova a conveniência da continuidade de esforços públicos para diminuir a incidência desse tipo de crime que em 2016 gerou registro de 507 casos consumados, além de outras 122 tentativas.

A Situação do Sistema Carcerário

O aumento da população e da criminalidade em Santa Catarina acrescentou pressão sobre seu sistema carcerário. Em 2013, um pouco menos de 24.000 pessoas privadas de liberdade faziam parte da população encarcerada no Estado. Em 2017, já eram cerca de 33.000. Isso tornou emergencial a intensificação de esforços em torno da minimização dos *deficit* de espaço para encarceramento, assim como da melhoria da qualidade da atenção aos encarcerados, com vistas à reintegração social. Isso levou à criação da Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC) em 2011.

Desde então, investimentos na construção de unidades prisionais, assim como de espaços socioeducativos adequados foram realizados e combinados à capacitação dos operadores do sistema e à implementação de programas de estímulo à capacitação laboral e educacional formal. Esses já resultaram na redução de aproximadamente 1000 vagas no *deficit* carcerário, além da elevação de 159% do número de presos estudando, e no maior percentual do País de indivíduos privados de liberdade, estudando ou trabalhando (cerca de 40%).

Gráfico 4 - Taxa de população privada de liberdade no sistema carcerário catarinense (a cada 10 mil habitantes) 2012-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SJC/SSP (SANTA CATARINA, s.d.).

Não obstante, há ainda grande resistência dos gestores municipais para abrigar novas unidades prisionais. Nesse sentido, mantida a tendência de aumento da proporção de pessoas encarceradas da população catarinense, conforme gráfico 4, é provável que as condições melhoradas desde a criação da SJC se deterioreem, o que também aponta outro sentido para os avanços das políticas públicas.

Considerações Finais

A crescente preocupação da população brasileira com a atividade criminal encontra justificativa nos dados recentes. Este capítulo contribuiu para aclarar os níveis e o *locus* de algumas das dimensões (tipos de crimes) dessa grande mazela social que acomete também o território catarinense. A Santa e “Bela” Catarina tem se tornado menos bela nos últimos anos por essa crescente mazela.

No texto, podemos notar que comparativamente a outras unidades da federação, Santa Catarina ainda mantém uma situação privilegiada,

muito longe das primeiras posições nos *rankings* de criminalidade. Não obstante, vários indicadores revelaram crescentes fragilidades na capacidade da sociedade catarinense de desenvolver-se aumentando sua segurança e a sensação de segurança.

Há regiões com maiores problemas, com destaque para a faixa litorânea do Estado, em especial na extensão que vai da Grande Florianópolis até Joinville, passando por Balneário Camboriú. Os dados sugerem que o adensamento populacional dessas regiões, *locus* da litoralização, tem estimulado a formação e o desenvolvimento de facções criminosas, elemento típico das explosões de criminalidade registradas em outros territórios. Importante lembrar que as consequências nefastas desse tipo de atividade são diversas e se estendem por longos anos. Elas vão desde o incremento de outras formas de criminalidade, como os pequenos roubos e furtos, até o suicídio pelo vício, passando pela necessidade de elevação do peso do Estado (e, portanto, do contribuinte), pois aumentam os custos para investigação, apreensão e manutenção dos indivíduos errantes no cárcere, como também os custos necessários à reabilitação de indivíduos dominados pelos vícios. Enfim, o desenvolvimento perde a possibilidade de alavancar-se pelo capital humano por diversas formas de impacto.

Mas essa não é a única região, tampouco a única causa do aumento da criminalidade. Regiões mais pobres e locais de migração têm apresentado aumento dos índices, notadamente nas regiões serranas e Oeste, provavelmente em consequência do desequilíbrio regional causado pela litoralização.

A criminalidade é multicausal. Com isso, ainda que o Estado tenha papel decisivo para reverter a atual tendência, entende-se que os instrumentos públicos tradicionalmente disponibilizados às políticas de segurança pública (polícias civil e militar) seriam potencializados por outros capazes de abarcar as diversas áreas de apoio à formação da consciência cidadã, tais como educação, esporte, saúde, lazer, cultura, assistência social, justiça e cidadania, de forma que os indivíduos passem a ter cada vez mais consciência de si mesmos e do que podem ser para seus pares.

O estado de Santa Catarina já conta com iniciativas nesse sentido, tais como o Programa Rede de Vizinhos, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), o Programa Rede de

Segurança Escolar e o Programa Rede Catarina de Proteção à Mulher. Essas meritórias iniciativas recentes carecem de complementação via integração com outros órgãos da administração pública e com a sociedade, especialmente para enfrentarem o aumento da criminalidade derivada do tráfico de entorpecentes. Nesse sentido, a institucionalização de um comitê interinstitucional foi apontada pelos especialistas como algo altamente recomendável à definição das políticas públicas sobre segurança pública em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2018). Esse é um exemplo de recomendação de inovação institucional capaz de melhorar a eficácia do uso do competente corpo de recursos humanos que é parte das diversas secretarias setoriais.

Referências

BRASIL. Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 07 dez. 2018.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2011.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. **2267 Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2017. 38 p.

CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, p. 53-69, 1999.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1893.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico**. Sem data de publicação [Vários anos]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9771&t=sobre>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. 93 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>

imagens/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

MANSANO, N. H. *et al.* Homicídios em homens jovens de 10 a 24 anos e condições sociais em municípios do Paraná e Santa Catarina, Brasil, 2001-2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 2, p. 203-214, 2013.

PERES, M. F. T. *et al.* Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 23, p. 268-276, 2008.

PERES, M. F. T.; SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 58-66, 2005.

RIBEIRO, L. Impunidade no sistema de justiça criminal brasileiro: uma revisão dos estudos produzidos sobre o tema. **Research Paper Series**, Albuquerque, New Mexico, n. 48, aug. 2009. 42 p. Disponível em: <https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1039&context=laii_research>. Acesso em: 8 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento – SPG. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Segurança Pública. **Segurança em números**. Sem data de publicação [Vários anos]. Disponível em: <<http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>>. Acesso em: 08.nov.2018

SANTOS, I. G.; GONTIJO, J. G. L.; AMARAL, E. F. L. A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 105-131, 2015.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007. 208 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos da Violência. **Monitor da Violência**. Publicado em 2017. São Paulo: USP/GLOBO.COM/FBSP, 2017.

WAISELFISZ, J. J. **Homicídios e juventude no Brasil**: Mapa da violência 2013. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

CAPÍTULO 8

Vulnerabilidade Social em Santa Catarina: avaliação de indicadores selecionados nos níveis estadual, macrorregional e municipal

Silvio Antonio Ferraz Cario

Paloma Mariuci

Henrique Pereira Campos

Daniele Neuberger

Introdução

Para avaliar o estado de pobreza de uma determinada sociedade, tradicionalmente se elege a insuficiência de recursos monetários como razão explicativa. Contudo, nos últimos tempos, tem-se desenvolvido uma metodologia que incorpora outros indicadores socioeconômicos explicativos. Tal procedimento agrega aspectos multidimensionais ao conceito de pobreza, além dos aspectos monetários. Sinaliza as condições de acesso, ausência ou insuficiência de ativos para o desenvolvimento humano e agrega variáveis que tratam das condições do local onde as pessoas vivem, acesso à saúde e educação, nível de renda e tipo de trabalho que executam.

O indicador em referência é o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPEA). Sua constituição toma por base indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este indicador constitui referência para se verificar o nível de exclusão social com que se defronta a população menos favorecida do País, assim como um instrumento de identificação de falhas na oferta de serviços públicos no território nacional, além de subsidiar gestores e operadores de políticas sociais no desenho das políticas públicas (IPEA, 2015).

Santa Catarina constitui o estado federativo com menor IVS do País em duas séries de anos de levantamento: 2000 e 2010. Em compara-

ção com os outros pares federativos, possui menor presença de população em situação de pobreza, de acordo com esse indicador. Se por um lado o indicador se mostra favorável em termos de desenvolvimento social, por outro não se pode ignorar a existência da pobreza no Estado. Uma parte da população catarinense não tem acesso aos direitos básicos de moradia, saúde, educação, trabalho e renda estabelecidos na Constituição de 1988.

Registros feitos a partir de uma nova base de dados – Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) – possibilitam detectar o acesso, a ausência ou a insuficiência de ativos explicativos ao desenvolvimento humano em nível estadual no período mais recente. Esse cadastro, criado em 2001, contém informações anuais que possibilitam mapear as carências de comunidades e municípios. A abrangência é quase censitária, abrangendo a população total mais pobre do Brasil. O relatório do Cadastro Único informa que em Santa Catarina existiam 478.319 pessoas vivendo em situação de pobreza no ano de 2018, o equivalente a 6,76% da população total. Isso demonstra que tais pessoas se deparam com infraestrutura inadequada, não possuem escolaridade ou têm escolaridade baixa, são desocupadas ou ocupadas informalmente e estão vivendo com níveis baixos de renda.

Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar que embora Santa Catarina possua o mais baixo IVS nacional, cujas condições de infraestrutura urbana, capital humano, trabalho e renda são melhores que as existentes nos demais estados federativos, uma parte da população vive sob condição de pobreza, que assume nível elevado em certos municípios e macrorregiões. Fazer um diagnóstico do quadro de vulnerabilidade também constitui o objetivo deste estudo.

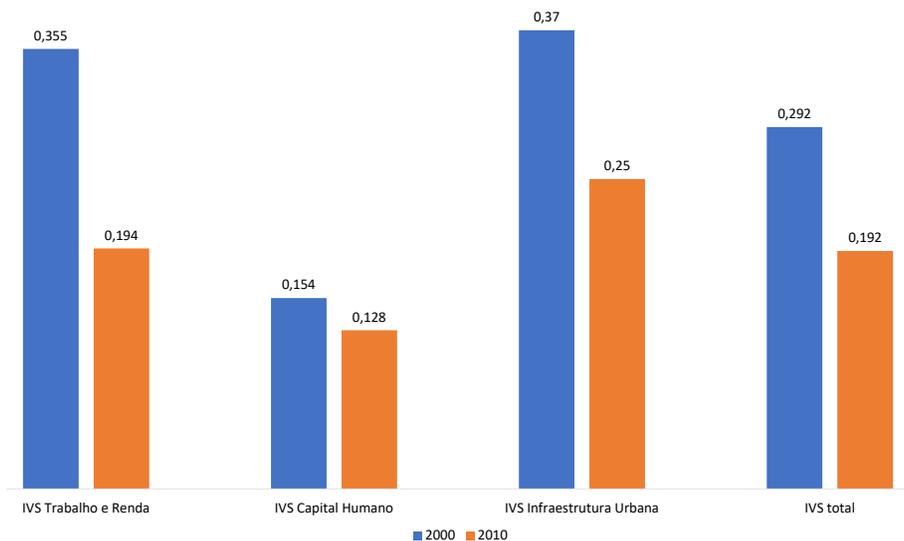
Vulnerabilidade social: avaliação estadual

O IVS expressa o resultado de 16 indicadores obtidos do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH). Apresenta resultados que variam de zero a um, sendo que zero corresponde à situação ideal e um à pior situação. Está organizado em três dimensões: 1ª) infraestrutura urbana; 2ª) capital humano; e 3ª) trabalho e renda. Tais dimensões “[...] correspondem a conjuntos de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso ou insuficiência

indicam que o padrão de vida das famílias encontra-se baixo, sugerindo, no limite, o não acesso e a não observância dos direitos sociais.” (IPEA, 2015, p. 13).

A primeira dimensão, infraestrutura urbana, reflete os aspectos do domicílio das pessoas nos termos do acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana: presença de redes de abastecimento de água, serviços de esgotos sanitários, coleta de lixo e tempo de deslocamento até o local de trabalho. A segunda dimensão, capital humano, envolve ativos que determinam as perspectivas futuras das pessoas em termos de acesso à saúde e educação: mortalidade infantil, frequência escolar de jovens, nível educacional dos chefes de família, jovens que não estudam e não trabalham e recebem alguma renda inferior a meio salário mínimo. Por fim, a terceira dimensão, renda e trabalho, trata de indicadores que expressam a insuficiência de renda das famílias e o fluxo de renda insuficiente: renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, desocupação do adulto, ocupação informal, dependência de renda e trabalho infantil.

Gráfico 1- Composição do índice de vulnerabilidade social (IVS) de Santa Catarina – 2000 e 2010



Obs: Faixas do IVS: de 0,00 a 0,200 = muito baixo; 0,201 a 0,300 = baixo; 0,301 a 0,400 = médio; 0,401 a 0,500 = alto; e de 0,501 a 1,000 = muito alto.

Fonte: IPEA (2015).

Ao analisar a composição do IVS de Santa Catarina e sua evolução entre 2000 e 2010, de acordo com o gráfico 1, observa-se: primeiro, houve forte queda no indicador entre os anos de 2000 e 2010, especialmente em termos de melhoria nas condições de trabalho/renda e na infraestrutura urbana; segundo, a infraestrutura urbana, seguida das condições de trabalho e renda, é o componente que mais elevou o IVS em 2010. Por outro lado, o componente capital humano obteve o menor índice em comparação aos demais.

Considerando o quadro comparativo dos estados federativos em termos de IVS em nível nacional, conforme a tabela 1, observa-se que Santa Catarina apresentou, em 2000, o indicador 0,292 e, em 2010, 0,192. Tais indicadores expressam o menor IVS estadual do País entre os 25 estados federativos e o Distrito Federal. Ademais, observa-se a melhoria nas condições sociais da população do País, pois elas ocorreram em todas as Unidades da Federação e no Distrito Federal, expressando a redução do indicador referência da pobreza no Brasil. O IVS médio brasileiro foi reduzido de 0,446 para 0,326. Posicionando tais valores nas faixas do IVS, observa-se que o País deixou a faixa de alto IVS para a faixa de médio IVS, percorrendo o caminho da redução da vulnerabilidade social nos anos considerados.

Tabela 1 - Índice de vulnerabilidade social (IVS) por estado da federação e Distrito Federal do Brasil, 2000 e 2010

2000		2010	
Nome da UF	IVS	Nome da UF	IVS
Santa Catarina	0,292	Santa Catarina	0,192
Rio Grande do Sul	0,327	Rio Grande do Sul	0,234
Paraná	0,365	Paraná	0,252
Distrito Federal	0,383	Espírito Santo	0,274
São Paulo	0,388	Mato Grosso	0,277
Espírito Santo	0,395	Minas Gerais	0,282
Minas Gerais	0,403	Mato Grosso do Sul	0,289
Rio de Janeiro	0,413	Distrito Federal	0,294
Mato Grosso do Sul	0,420	São Paulo	0,297
Mato Grosso	0,428	Rondônia	0,319
Goiás	0,457	Rio de Janeiro	0,323
Roraima	0,461	Goiás	0,331
Rondônia	0,493	Tocantins	0,336

Continua..

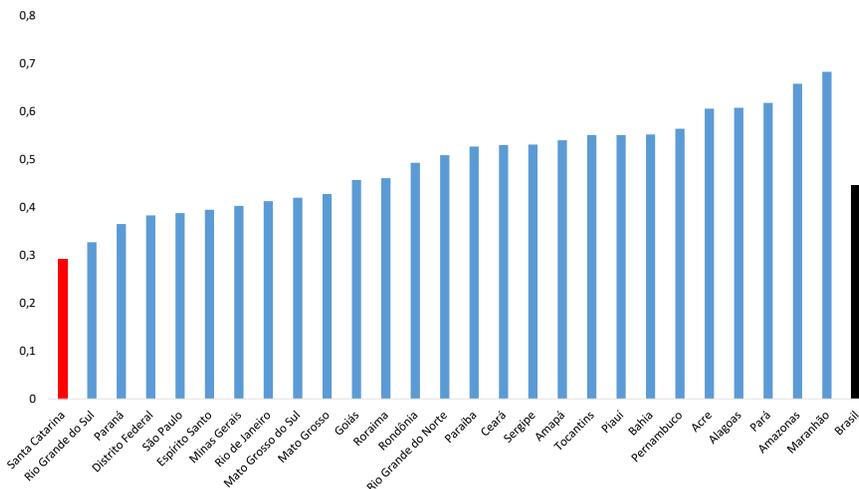
Continuação...

2000		2010	
Nome da UF	IVS	Nome da UF	IVS
Rio Grande do Norte	0,509	Rio Grande do Norte	0,349
Paraíba	0,527	Roraima	0,366
Ceará	0,530	Ceará	0,378
Sergipe	0,531	Paraíba	0,385
Amapá	0,540	Sergipe	0,393
Tocantins	0,551	Piauí	0,403
Piauí	0,551	Bahia	0,403
Bahia	0,552	Amapá	0,404
Pernambuco	0,564	Pernambuco	0,414
Acre	0,606	Acre	0,443
Alagoas	0,608	Alagoas	0,460
Pará	0,618	Pará	0,470
Amazonas	0,658	Amazonas	0,488
Maranhão	0,683	Maranhão	0,521
Brasil	0,446	Brasil	0,326

Obs.: Faixas do IVS: de 0,00 a 0,200 = muito baixo; 0,201 a 0,300 = baixo; 0,301 a 0,400 = médio; 0,401 a 0,500 = alto; e de 0,501 a 1,000 = muito alto.

Fonte: IPEA (2015).

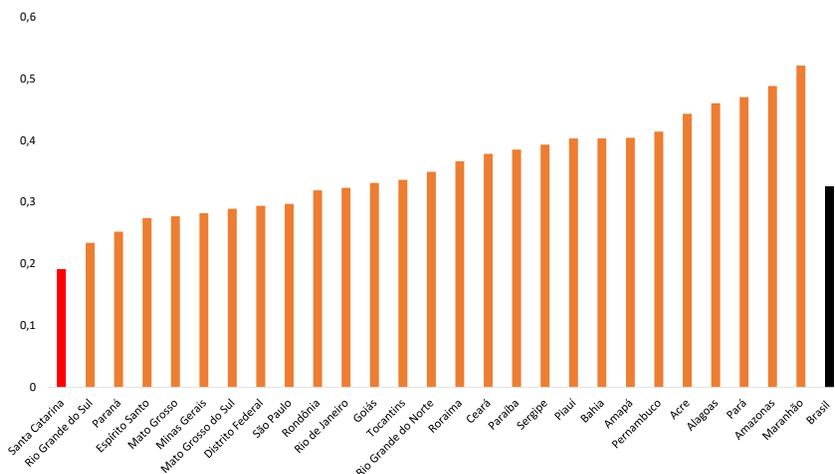
Gráfico 2 - Índice de vulnerabilidade social (IVS) comparativo por estado da federação e Distrito Federal do Brasil, 2000



Obs.: Faixas do IVS: de 0,00 a 0,200 = muito baixo; 0,201 a 0,300 = baixo; 0,301 a 0,400 = médio; 0,401 a 0,500 = alto; e de 0,501 a 1,000 = muito alto.

Fonte: IPEA (2015).

Gráfico 3 - Índice de vulnerabilidade social (IVS) comparativo por estado da federação e Distrito Federal do Brasil, 2010



Obs.: Faixas do IVS: de 0,00 a 0,200 = muito baixo; 0,201 a 0,300 = baixo; 0,301 a 0,400 = médio; 0,401 a 0,500 = alto; e de 0,501 a 1,000 = muito alto.

Fonte: IPEA (2015).

Por meio dos gráficos 2 e 3, pode-se visualizar melhor o quadro comparativo do IVS dos estados federativos e do Distrito Federal do Brasil nos anos 2000 e 2010. O IVS de Santa Catarina ficou abaixo da média nacional e inferior aos cinco estados com maior Produto Interno Bruto (PIB) do País: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul (IPEA, 2018). Ademais, o indicador catarinense registrou valores menores que a metade dos valores obtidos pelos cinco estados brasileiros com maior IVS: Acre, Alagoas, Amazônia, Pará e Maranhão. Nesses termos, registra-se que Santa Catarina constituiu não somente o estado federativo com o menor nível de pobreza do País ao longo da primeira década dos anos 2000, como reduziu ainda mais esse indicador de exclusão social.

Vulnerabilidade social: avaliação macrorregional e municipal

a) Divisão macrorregional e a vulnerabilidade social média

A Secretaria do Planejamento do Estado de Santa Catarina dividiu o território em oito macrorregiões para realização de estudos socioeconômicos relativos àquela pasta. O recorte macrorregional respeitou a proximidade geográfica, polarizações e homogeneidades econômicas, sociais e ambientais. Segundo o Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018c), são as seguintes as macrorregiões existentes em Santa Catarina: Grande Florianópolis; Litoral Norte; Alto Vale; Litoral Sul; Planalto Serrano; Planalto Norte; Meio-Oeste; e Oeste, congregando 295 municípios.

Considerando a citada divisão territorial em Santa Catarina, observa-se na tabela 2 as três macrorregiões que alcançaram, em 2010, os menores IVS: Litoral Sul, 0,177; Litoral Norte, 0,179; e Alto Vale do Itajaí, 0,200. De acordo com as faixas do IVS, tais valores correspondem à “faixa muito baixa”. Por outro lado, três macrorregiões apresentaram indicadores elevados: Planalto Serrano, 0,283; Planalto Norte, 0,245; e Oeste, 0,283. Tais índices referem-se à “faixa baixa” no quadro do IVS estabelecido. Em todas as modalidades, o Estado figura com IVS abaixo da média nacional, de forma não desprezível, reforçando a posição de ente federativo com o mais baixo indicador nacional.

Tabela 2 - Índice de vulnerabilidade social (IVS) médio das macrorregiões de Santa Catarina e do Brasil – 2010

Macrorregião	IVS Infraestrutura	IVS Capital Humano	IVS Renda	IVS Total
Alto Vale do Itajaí	0,063	0,266	0,272	0,2
Grande Florianópolis	0,168	0,247	0,241	0,219
Litoral Norte	0,097	0,264	0,177	0,179
Litoral Sul	0,045	0,256	0,23	0,177
Meio-Oeste	0,134	0,287	0,28	0,234
Oeste	0,114	0,283	0,316	0,238
Planalto Norte	0,143	0,320	0,272	0,245
Planalto Serrano	0,154	0,366	0,33	0,283
Santa Catarina	0,250	0,128	0,194	0,192
Brasil	0,326	0,295	0,362	0,32

Obs.: Os IVS das macrorregiões correspondem ao IVS médio dos municípios que as compõe.

Faixas do IVS: de 0,00 a 0,200 = muito baixo; 0,201 a 0,300 = baixo; 0,301 a 0,400 = médio; 0,401 a 0,500 = alto; e de 0,501 a 1,000 = muito alto.

Fonte: IPEA (2015).

Das três macrorregiões com mais baixo IVS em Santa Catarina – Litoral Sul, Litoral Norte e Alto Vale do Itajaí –, sobressaem os números expressos no IVS infraestrutura em relação aos registrados no IVS capital humano e IVS renda, ainda que os números dessas modalidades tenham registrado valores menores que os das demais macrorregiões. Os números registrados nos IVS de infraestrutura, capital humano e renda referendam tais macrorregiões como espaços de menor registro de pobreza estadual.

Por outro lado, das três macrorregiões com IVS mais elevados em Santa Catarina – Planalto Serrano, Planalto Norte e Oeste –, o IVS referente ao capital humano e de renda foi mais elevado que o de infraestrutura. Os indicadores de IVS de capital humano e IVS de renda da macrorregião do Planalto Serrano figuraram como os mais elevados das três regiões, registrando espaço regional de maior nível de pobreza estadual.

Vulnerabilidade social macrorregional: visão agregada

Segundo a legislação vigente no País, o Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018, do Governo Federal, em substituição aos Decretos nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e nº 7.492, de 02 de junho de 2011 (BRASIL, 2018a), reajustam-se os valores referentes às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Decreto atual caracteriza as famílias em situação de pobreza as que possuem renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 178,00 e as em situação de extrema pobreza as que vivem com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 89,00. Esses valores são considerados na concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, sendo, portanto, referência nacional para estudos de indicadores de pobreza no País.

Em Santa Catarina, 4,04% da população de 7.075.494 habitantes vivia em situação de extrema pobreza em 2018, o que corresponde a 285.849 pessoas; 6,76% se encontravam em estado de pobreza (478.319), conforme a tabela 3. Das macrorregiões consideradas, sobressaem-se com percentuais elevados nesses quesitos o Planalto Serrano, o Planalto Norte e o Meio-Oeste. Por outro lado, as macrorregiões do Alto Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Litoral Norte foram as que apresentaram as me-

nores taxas de extrema pobreza e de pobreza, bem como percentual de famílias vivendo com até meio salário mínimo *per capita*.

Tabela 3 - Taxa de pobreza e extrema pobreza nos municípios selecionados e nas macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Macrorregião	Hab.	Taxa de extrema pobreza (%)	Taxa Pobreza (%)	Famílias com até meio SM <i>per capita</i> (%)	Nº de habitantes em situação de pobreza
Alto Vale do Itajaí	318.904	2,70	5,51	9,62	17.559
Grande Florianópolis	1.043.183	3,13	5,26	9,73	54.888
Litoral Norte	2.597.580	3,11	5,07	8,75	131.637
Litoral Sul	1.029.687	4,68	7,42	12,00	76.370
Meio-Oeste	631.556	4,84	8,59	15,68	54.272
Oeste	789.112	4,91	8,44	14,02	66.581
Planalto Norte	376.993	4,67	8,89	15,61	33.517
Planalto Serrano	288.479	9,99	15,08	23,84	43.495
Santa Catarina	7.075.494	4,04	6,76	11,59	478.319

Fonte: Elaborada a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

Assim, configura-se no mapa territorial de Santa Catarina uma mancha expressando maior nível de pobreza situada na faixa central, composta pelas macrorregiões do Planalto Serrano (5), Planalto Norte (6) e Meio-Oeste (7). Por outro lado, depara-se com outra mancha eleita por macrorregiões com menores indicadores de pobreza, composta a partir da faixa litorânea central da Grande Florianópolis (1), prolongando-se pelo Litoral Norte (2) e chegando ao Alto Vale do Itajaí (3).

Considerando-se a vulnerabilidade social referente às condições de moradia por macrorregião em Santa Catarina, observa-se, na tabela 4, o expressivo número relativo de pessoas que vivem em condições inadequadas em relação à população total. Em algumas macrorregiões que possuem elevado contingente populacional, como o Litoral Norte, o Litoral Sul e a Grande Florianópolis, os percentuais de pessoas registradas no Cadastro Único com infraestrutura inadequada, em 2018, foram: 42,10%, 45,68% e 42,78%, respectivamente. Em tais macrorregiões, foram registrados números elevados de pessoas habitando sem água encanada, sem banheiro e com destino do lixo inadequado. Os números registrados para o Estado de

Santa Catarina devem ser considerados, pois 46,30% da população estadual cadastrada se depararam com infraestrutura inadequada.

Tabela 4 - Vulnerabilidade social referente às condições de moradia nos municípios e macrorregiões selecionados de Santa Catarina – 2018

Macrorregião	Hab.	Nº de Pessoas no Cadastro Único	(%) de pessoas do Cadastro Único com infraestrutura inadequada	+ de 2 pessoas por dormitório (Hab.)	Sem água tratada (Hab.)	Sem banheiro ou sanitário (Hab.)	Com destino de lixo inadequado (Hab.)
Alto Vale do Itajaí	318.904	48.570	62,12	10.668	23.260	1.816	11.495
Grande Florianópolis	1.043.183	133.688	42,78	41.725	20.657	5.546	5.267
Litoral Norte	2.597.580	311.614	42,10	96.184	48.790	9.816	9.063
Litoral Sul	1.029.687	153.519	45,68	38.944	40.959	6.561	9.720
Meio-Oeste	631.556	142.354	44,53	34.064	34.023	6.937	23.161
Oeste	789.112	164.319	55,11	38.550	58.214	12.091	49.393
Planalto Norte	376.993	76.415	50,46	22.841	20.708	5.212	13.305
Planalto Serrano	288.479	88.535	41,74	18.904	19.983	7.623	12.609
Santa Catarina	7.075.494	1.119.014	46,30	301.880	266.594	55.602	134.013

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

Avaliando a vulnerabilidade social referente às questões que envolvem trabalho, emprego e escolaridade, conforme tabela 5, observa-se que as macrorregiões com maior número de pessoas nessa condição, em 2018, foram: Litoral Norte (311.614), Oeste (164.319) e Litoral Sul (153.519). Os percentuais de pessoas com problemas referentes à educação e emprego foram: 41,86%, 49,62% e 42,50%, respectivamente. Registra-se, também, que em Santa Catarina um número expressivo de pessoas, 1.119.014, de um total de 7.075.494, apresenta problemas concernentes à educação e ao emprego.

Com base no CADÚNICO, é possível construir uma variedade de indicadores relacionados à escolaridade, desemprego, analfabetismo, entre outros. É possível caracterizar a situação das famílias por meio de variáveis que representam algumas dessas dimensões e quantificar as famílias, com possibilidade de agregá-las por municípios e regiões. Famílias com problemas relacionados à educação e ao emprego, por exemplo, são aquelas que evidenciam pelo menos duas características relacionadas a essa dimensão.

Tabela 5 - Vulnerabilidade social referente a questões de trabalho, emprego e escolaridade nas macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Macrorregião	Hab.	Nº de Pessoas no Cadastro Único	(%) do Cadastro Único com problemas referentes à educação e ao emprego	Adultos analfabetos ou com escolaridade muito baixa	Adultos desocupados	Jovens sem estudar
Alto Vale do Itajaí	318.904	48.570	51,86	16.863	13.389	777
Grande Florianópolis	1.043.183	133.688	45,43	32.943	32.458	3.314
Litoral Norte	2.597.580	311.614	41,86	77.457	63.439	5.223
Litoral Sul	1.029.687	153.519	42,50	42.137	29.639	2.553
Meio-Oeste	631.556	142.354	49,24	48.499	30.347	2.115
Oeste	789.112	164.319	49,62	55.969	38.940	2.100
Planalto Norte	376.993	76.415	46,81	24.930	15.500	1.232
Planalto Serrano	288.479	88.535	44,11	27.215	16.130	1.374
Santa Catarina	7.075.494	1.119.014	45,40	326.013	239.842	18.688

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

Tabela 6 - Vulnerabilidade social referente a outros motivos de natureza socioeconômica nas macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Macrorregião	Famílias no CadÚnico	% das famílias com menos de 1/2 de S.M.				% com mulheres como chefe de família e sem cônjuge	
		Pessoa com mais de 60 anos	Pessoa com deficiência	Pessoa de 0 a 15 anos	Responsável com menos de 4 anos de estudo	Analfabeta	Com filhos menores de 15 anos
Alto Vale Itajaí	14.867	5,18	7,30	24,34	6,32	10,09	20,22
Grande Florianópolis	48.126	5,75	8,63	24,27	10,71	14,44	32,31
Alto Vale do Itajaí	104.287	6,40	9,46	23,06	5,67	14,50	30,55
Litoral Sul	53.326	7,00	11,38	27,35	5,83	15,24	29,72
Meio-Oeste	48.346	5,68	8,41	24,65	8,61	13,00	24,53
Oeste	53.051	5,70	7,45	26,04	9,43	12,67	23,45
Planalto Norte	23.979	7,57	9,26	28,98	5,62	11,50	25,19
Planalto Serrano	29.587	7,53	9,50	29,53	9,58	17,96	31,15
Santa Catarina	375.569	6,33	9,11	25,39	7,58	14,05	28,18

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

No tocante aos outros motivos de natureza socioeconômica que apresentam vulnerabilidade social em nível macrorregional, observa-se, segundo a tabela 6, que os percentuais de pessoas com mais de 60 anos que recebem menos de meio salário mínimo oscilaram entre 6% e 8% das pessoas cadastradas. Em complemento, os percentuais se elevam quando consideram pessoas com menos de quatro anos de estudo: Grande Florianópolis, 10,71%; Planalto Serrano, 9,58%; e Oeste, 9,43%. Duas constatações devem ser feitas, considerando que tais percentuais não são desprezíveis: 1º) a existência de pessoas que adentram a fase idosa da vida recebendo metade do salário mínimo oficial de referência para se viver;

2º) a existência de uma parte da população que sequer alcançou metade dos oito anos requeridos do ensino fundamental.

Vulnerabilidade social: visão integrada macrorregional e municipal

A precariedade e a vulnerabilidade habitacional constituem um tema importante, pois as características habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família devido à sua íntima relação com as questões de saúde. Além disso, a condição de moradia é um importante indicador de vulnerabilidade, pois pode revelar informações sobre a segurança financeira da família e/ou dispêndio de gastos. Nesse aspecto, a tabela 7 reúne alguns dados a respeito das condições de moradia onde as famílias residem, considerando-se os 33 municípios com piores indicadores econômicos e sociais de Santa Catarina. Para alcançar esse número, tomou como critério o percentual de pessoas em situação de pobreza em cada município, com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 178,00. Atualmente, em Santa Catarina, 33 municípios evidenciam taxa de pobreza superior a 20% da população.

Os números demonstram que há diferentes fontes de inadequação da situação de moradia, e a identificação dos componentes mostra, numa visão geral, a existência de um quantitativo significativo de pessoas que vivem em situações mais distantes de uma condição adequada de habitação. A metade dos municípios em situação de pobreza, em 2018, apresentou índice superior a 70% de infraestrutura inadequada. Apresentaram pelo menos uma das seguintes características: mais de duas pessoas por dormitório sem água tratada, sem banheiro ou sanitário ou com destino de lixo inadequado.

Segundo informações do Cadastro Único, mais de 300 mil pessoas residiam em moradias com densidade superior a duas pessoas por dormitório. Esse pode ser um indicador que reflete a infraestrutura do domicílio, mas está associada aos padrões socioeconômicos e culturais. Indicar um número adequado de pessoas para partilhar o dormitório pressupõe algumas concepções a respeito da privacidade e do espaço para desenvolver

atividades de rotina com dignidade. Em alguns municípios, o percentual de pessoas que moram em situação de mais de duas pessoas por dormitório superou 30% das cadastradas: Ipuacu (52,60%); Passo de Torres (39,21%) e Lebon Régis (31,64%).

A importância do saneamento básico está ligada à implantação de sistemas e modelos públicos que promovam o abastecimento de água, esgoto sanitário e destinação correta de lixo, com o objetivo de prevenção e controle de doenças, promoção de hábitos higiênicos e saudáveis. A existência de água canalizada dentro da residência é reconhecidamente um avanço para as condições de saúde e qualidade de vida de uma família. Acesso à água tratada é considerado um direito social.

No estado de Santa Catarina, mais de 266 mil pessoas inseridas no Cadastro Único não possuíam água tratada em 2018. Tais pessoas utilizavam água proveniente de poço, nascente ou cisterna. A macrorregião do Alto Vale do Itajaí registrou 47% de pessoas cadastradas vivendo sem tratamento de água. Segue, nesse quadro, a macrorregião Oeste, local em que mais de 35% das pessoas figuram nessa situação. Isso se agrava ainda mais quando a análise é feita em nível municipal, onde nove municípios apresentaram mais de 70% da população nesse contexto. Registram-se municípios e percentual de pessoas cadastradas que convivem sem água tratada: Major Gercino (88,15%); Meleiro (79,35%); Cerro Negro (73,32%); e Ipuacu (59,09%).

A existência de banheiro pode indicar qualidade de vida para a família, bem como a adequação do esgotamento sanitário. No que tange a essa questão, o que se observa é que alguns municípios apresentaram dados críticos, como o município de Meleiro, na macrorregião do Litoral Sul, com mais da metade da população inscrita no Cadastro Único sem banheiro em suas residências (52,60%). E, outros sete municípios registraram quantidade superior a 20% das pessoas sem esse acesso direto no domicílio, sendo destaques: Ipuacu (52,60%) e Timbó Grande (29,90%). Ao todo, no Estado, são mais de 55 mil pessoas cadastradas vivendo sem estrutura sanitária adequada.

Números expressivos também aparecem em relação ao destino inadequado do lixo, o qual é jogado em rio, mar ou terreno, ou é queima-

do ou enterrado. Em 2018, em Santa Catarina, 134 mil domicílios destinaram, diariamente, seus resíduos em locais abertos e sem a destinação correta. De forma mais expressiva, figuram os percentuais de habitantes dos municípios de Ipuçu (87,34%), Bela Vista do Toldo (79,52%) e Lebon Régis (33,48%), que destinaram de forma inadequada o lixo. Municípios sob esse quadro deparam-se com poluição do solo, atmosférica e da água, tanto superficiais como as subterrâneas. Ademais, o lixo não tratado traz problemas para a saúde de seus habitantes, dentre os quais estão a diarreia e a parasitose. Também devem ser considerados os gastos do poder público com os reparos ambientais e com o tratamento da saúde provocados.

Tabela 7 - Vulnerabilidade social referente às condições de moradia nos municípios selecionados e nas macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Município	Hab.	Pessoas no Cadastro Único	(%) do Cadastro Único com infraestrutura inadequada	Mais de 2 pessoas por dormitório (Hab.)	Sem água tratada (Hab.)	Sem banheiro ou sanitário (Hab.)	Com destino de lixo inadequado (Hab.)	Macrorregião
Entre Rios	3.189	2.266	86,45	734	1.709	371	1.738	Oeste
Timbó Grande	7.812	3.960	72,47	1.193	2.154	1.184	1.849	Meio-Oeste
Ipuçu	7.448	4.217	92,34	2.218	2.492	1.969	3.683	Oeste
Calmon	3.357	2.557	62,18	786	1.106	112	1.086	Meio-Oeste
Anita Garibaldi	7.313	3.192	74,59	589	2.115	737	1.428	Planalto Serrano
Meleiro	7.028	2.882	84,21	1.607	2.287	1.516	1.826	Litoral Sul
Cerro Negro	3.181	1.934	80,46	226	1.418	328	1.438	Planalto Serrano
Urupema	2.472	1.108	61,55	162	602	60	61	Planalto Serrano
Abelardo Luz	17.847	9.470	69,79	1.858	5.638	1.343	5.394	Oeste
Passos Maia	4.186	2.820	79,43	542	2.033	120	1.990	Oeste
Bela Vista do Toldo	6.311	2.602	91,97	871	2.240	205	2.069	Planalto Norte
Monte Carlo	9.824	3.947	31,16	936	339	73	300	Meio-Oeste
Monte Castelo	8.280	3.035	58,91	642	1.385	295	517	Planalto Norte
Rio Rufino	2.482	972	84,98	237	742	50	39	Planalto Serrano
Campo Erê	8.636	3.879	48,41	999	1.028	186	467	Oeste
Caxambu do Sul	3.735	1.642	55,12	438	477	102	447	Oeste
Bal. Rincão	12.570	4.489	32,17	992	568	98	92	Litoral Sul
Paial	1.537	1.007	72,49	74	274	12	684	Meio-Oeste
Galvão	2.956	1.185	51,22	341	320	21	229	Oeste
Passo de torres	8.594	2.892	74,83	1.134	1.750	59	33	Litoral Sul
Leoberto Leal	3.083	966	86,23	171	771	3	729	Alto Vale do Itajaí
Lebon Régis	12.099	7.769	56,4	2.458	2.244	311	2.606	Meio-Oeste
Brunópolis	2.473	1.222	76,6	169	798	372	750	Meio-Oeste
Major Gercino	3.430	1.122	92,07	395	989	106	178	Litoral Norte
Santa Cecília	16.741	5.697	44,01	1.687	926	576	445	Meio-Oeste
Bom Jesus do Oeste	2.961	1.312	68,45	107	792	518	807	Oeste
São Bernardino	2.386	922	83,08	124	730	201	642	Oeste
Correia Pinto	13.040	5.328	36,43	1.251	858	162	768	Planalto Serrano
Imaruí	10.326	4.159	58,55	907	1.770	414	757	Litoral Sul
Frei Rogério	2.077	849	62,31	163	326	120	308	Meio-Oeste
Praia Grande	7.326	2.215	52,6	526	860	73	118	Litoral Sul
Bal. Barra do Sul	10.550	3.530	35,01	863	569	93	53	Litoral Norte
Bocaina do Sul	3.460	1.139	70,94	114	740	91	350	Planalto Serrano

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

A escolaridade é um dos principais caminhos para que a camada populacional considerada de baixa renda obtenha uma melhor posição social e consiga sair de uma situação de elevada carência para um patamar no qual possa obter uma melhor condição de vida. O analfabetismo do chefe de família compromete a qualificação para o trabalho e a renda. Sabe-se também que tem influência sobre os filhos em termos culturais, sociais e políticos. Conforme a tabela 8, todas as regiões do Estado apresentaram situação deteriorada nesse quesito. Do total de pessoas inscritas no Cadastro Único, mais de 40% evidenciaram situações de desemprego, analfabetismo ou baixa escolaridade.

Adultos que não concluíram o ensino fundamental estão em condição de desigualdade para o acesso ao trabalho e em relação ao seu direito à educação. Eles terão mais dificuldades para assegurar os direitos fundamentais de suas crianças. Em 2018, mais de 326 mil pessoas adultas informaram ser analfabetas ou com formação inferior à quarta série. Observa-se que 26 municípios com mais de 30% da população cadastrados se encontravam nesse quadro, em destaque Abelardo Luz (35,54%), Campo Erê (34,70%), Lebon Régis (33,50%) e Monte Carlo (32,40%).

Tabela 8 - Vulnerabilidade social referente a questões de trabalho, emprego e escolaridade nos municípios selecionados e macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Município	Hab.	Nº de Pessoas no Cadastro Único	(%) do Cadastro Único com problemas de educação e emprego	Adultos analfabetos ou com baixa escolaridade	Adultos desocupados	Jovens sem estudar	Macrorregião
Entre Rios	3.189	2.266	43,34	692	424	28	Oeste
Timbó Grande	7.812	3.960	38,89	1.147	487	103	Meio-Oeste
Iguaçu	7.448	4.217	36,23	1.122	560	80	Oeste
Calmon	3.357	2.557	48,65	874	564	38	Meio-Oeste
Anita Garibaldi	7.313	3.192	49,28	1.235	592	42	Planalto Serrano
Meleiro	7.028	2.882	33,69	488	208	350	Litoral Sul
Cerro Negro	3.181	1.934	56,67	823	511	42	Planalto Serrano
Urupema	2.472	1.108	42,42	353	179	19	Planalto Serrano
Abelardo Luz	17.847	9.470	50,96	3.366	2.239	272	Oeste
Passos Maia	4.186	2.820	46,56	877	540	50	Oeste
Bela Vista do Toldo	6.311	2.602	51,88	926	711	57	Planalto Norte
Monte Carlo	9.824	3.947	41,93	1.279	567	38	Meio-Oeste
Monte Castelo	8.280	3.035	44,51	1.000	517	52	Planalto Norte
Rio Rufino	2.482	972	45,78	330	191	10	Planalto Serrano
Campo Erê	8.636	3.879	47,1	1.346	795	28	Oeste
Caxambu do Sul	3.735	1.642	45,86	522	348	24	Oeste
Balneário Rincão	12.570	4.489	33,33	876	643	95	Litoral Sul
Paial	1.537	1.007	55,31	303	348	8	Meio-Oeste
Galvão	2.956	1.185	45,23	418	172	23	Oeste
Passo de Torres	8.594	2.892	39,73	665	643	37	Litoral Sul
Leoberto Leal	3.083	966	63,15	410	415	12	Alto Vale do Itajaí

Continua...

Município	Hab.	Nº de Pessoas no Cadastro Único	(%) do Cadastro Único com problemas de educação e emprego	Adultos analfabetos ou com baixa escolaridade	Adultos desocupados	Jovens sem estudar	Macrorregião
Lebon Régis	12.099	7.769	49,29	2.603	1.707	167	Meio-Oeste
Brunópolis	2.473	1.222	50,41	491	223	17	Meio-Oeste
Major Gercino	3.430	1.122	51,87	404	225	60	Litoral Norte
Santa Cecília	16.741	5.697	39,49	1.532	823	181	Meio-Oeste
Bom Jesus	2.961	1.312	48,78	478	233	12	Oeste
Bom Jesus do Oeste	2.386	922	55,1	350	292	19	Oeste
Correia Pinto	13.040	5.328	40,82	1.697	538	128	Planalto Serrano
Imaruí	10.326	4.159	40,9	1.313	585	45	Litoral Sul
Frei Rogério	2.077	849	57,95	358	216	11	Meio-Oeste
Praia Grande	7.326	2.215	43,39	666	408	40	Litoral Sul
Balneário Barra do Sul	10.550	3.530	37,39	898	446	65	Litoral Norte
Bocaina do Sul	3.460	1.139	49,69	427	225	13	Planalto Serrano

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

Crianças e adolescentes fora da escola indicam problemas de acesso a um direito social básico, que é a educação. Nesse contexto, o Estado tem uma média de 2% de crianças e adolescentes inscritos no Cadastro Único que não estudavam no ano pesquisado. O que surpreende é o município de Meleiro, na macrorregião do Litoral Sul, com registro de 12% das crianças e adolescentes sem frequentar o ensino básico.

O acesso ao trabalho remunerado do adulto na família é condição fundamental para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Quanto mais adultos em trabalho, mesmo que não formal, mais inserida encontra-se a família no mundo laboral e na possibilidade de obter rendimento. Os municípios de Leoberto Leal (macrorregião do Alto Vale do Itajaí) e Paial (Meio-Oeste) apresentaram números bastante elevados, com 42,9% e 34,5% desse recorte da população sem emprego, respectivamente, no momento da coleta dos dados.

Nesse contexto e com as exigências que o mercado impõe ao trabalhador, como a população analfabeta ou analfabeta funcional será absorvida por esse mercado? Pode-se concluir que o grande contingente de desempregados nos centros urbanos é oriundo dessa condição de exclusão, que busca o mercado informal sem nenhuma garantia social. A condição de analfabetismo é a geradora da vulnerabilidade social, pois uma baixa qualificação é um dos componentes para que outras mazelas sejam acrescidas.

Pode-se, também, analisar os outros problemas de natureza socioeconômica contidos na NOB/SUAS (BRASIL, 2005), que implicam em

vulnerabilidade social para o Estado de Santa Catarina. Diferentemente dos dados apresentados anteriormente, em relação às pessoas, os dados contidos na tabela 9 referem-se à unidade familiar. Um primeiro ponto a ser destacado é que os principais desses problemas estão relacionados às famílias de baixa renda (inferior a meio salário mínimo) ou às mulheres sem cônjuge que possuem crianças ou adolescentes. Essas categorias representaram mais de um quarto das famílias contidas no Cadastro Único em 2018. Outro problema que atingiu um contingente relativamente alto de famílias foi o de mulheres analfabetas e sem cônjuge como chefe familiar, representando mais de 15% dos domicílios cadastrados. Nesse contexto, encontravam-se os municípios de Ipuçu (23,47%), Timbó Grande (19,91%), Santa Cecília (19,88%), Monte Carlo (18,63%) e Correia Pinto (18,40%).

Em relação às macrorregiões, a que apresentou indicadores negativos mais expressivos foi o Planalto Serrano, estando acima da média do Estado em todas as mazelas sociais apontadas. Outra macrorregião que também apresentou proporções de vulnerabilidade social das categorias em questão acima da média catarinense foi a Grande Florianópolis. Os principais problemas enfrentados por ambas as regiões estão relacionados com as famílias de baixa renda ou com as mulheres sem cônjuge que têm crianças ou adolescentes em casa. Por outro lado, o Vale do Itajaí foi a região com menores índices de vulnerabilidade referentes ao conjunto de variáveis apresentadas.

Tabela 9 – Vulnerabilidade social referente a outros motivos de natureza socioeconômica nos municípios selecionados e macrorregiões de Santa Catarina – 2018

Município	Número de famílias no CECAD	% das famílias com menos de 1/2 de S.M.				% com mulheres como chefe de família e sem cônjuge		Macrorregião
		Com pessoa com mais de 60 anos	Com pessoa com deficiência	Com pessoa de 0 a 15 anos	Com o responsável com menos de 4 anos de estudo	Analfabeta	Com filhos menores de 15 anos	
Entre Rios	757	2,77	3,17	39,76	8,72	15,59	28,67	Oeste
Timbó Grande	1.316	6,53	8,81	39,67	8,66	19,91	37,54	Meio-Oeste
Ipuçu	1.189	2,94	5,13	37,34	15,56	23,47	40,96	Oeste
Calmon	834	5,76	4,08	26,26	8,39	8,99	18,35	Meio-Oeste
Anita Garibaldi	1.120	6,34	3,21	40,54	11,88	16,07	23,3	Planalto Serrano
Meleiro	501	9,38	6,79	44,31	3,99	16,77	31,54	Litoral Sul
Cerro Negro	634	7,73	4,26	39,75	8,83	5,21	10,09	Planalto Serrano

Continua...

Município	Número de famílias no CECAD	% das famílias com menos de 1/2 de S.M.				% com mulheres como chefe de família e sem cônjuge		Macrorregião
		Com pessoa com mais de 60 anos	Com pessoa com deficiência	Com pessoa de 0 a 15 anos	Com o responsável com menos de 4 anos de estudo	Analfabeta	Com filhos menores de 15 anos	
Urupema	361	5,82	6,93	39,89	10,8	16,62	26,87	Planalto Serrano
Abelardo Luz	3.521	3,98	2,47	26,27	7,36	13,09	25,9	Oeste
Passos Maia	971	4,63	2,47	24,41	7,62	9,06	21,22	Oeste
Bela Vista do Toldo	771	5,45	4,54	40,21	3,5	7,39	15,95	Planalto Norte
Monte Carlo	1.342	6,26	4,77	32,86	7,6	18,63	32,94	Meio-Oeste
Monte Castelo	1.038	6,65	7,9	34,97	5,39	11,46	26,49	Planalto Norte
Rio Rufino	312	4,81	8,97	42,63	6,41	16,67	24,68	Planalto Serrano
Campo Erê	1.358	5,67	6,77	28,13	15,24	17,67	30,19	Oeste
Caxambu do Sul	529	5,1	8,32	32,89	10,4	12,1	22,68	Oeste
Balneário Rincão	1.537	11,32	8,02	27,46	5,53	17,18	31,95	Litoral Sul
Paial	331	7,55	4,53	28,7	2,72	3,32	10,57	Meio-Oeste
Galvão	428	4,67	4,67	35,75	9,11	16,82	25	Oeste
Passo de Torres	910	6,92	9,78	36,15	3,08	15,05	33,3	Litoral Sul
Leoberto Leal	314	0,96	0,96	42,36	8,28	3,18	9,55	Alto Vale do Itajaí
Lebon Régis	2.494	6,42	6,01	28,43	11,51	14,31	24,66	Meio-Oeste
Brunópolis	443	5,64	4,74	28,89	9,48	8,58	18,06	Meio-Oeste
Major Gercino	371	4,31	5,12	34,23	7,28	15,63	22,37	Litoral Norte
Santa Cecília	1.952	6,66	8,86	31,05	10,04	19,88	36,78	Meio-Oeste
Bom Jesus do Oeste	511	6,65	5,09	32,09	17,61	11,55	27,59	Oeste
São Bernardino	299	7,36	4,68	31,44	9,03	8,36	17,39	Oeste
Correia Pinto	1.940	6,7	5,88	27,99	8,76	18,4	34,38	Planalto Serrano
Imaruí	1.328	4,29	5,42	35,32	5,05	14,46	29,52	Litoral Sul
Frei Rogério	292	9,93	8,56	27,05	13,36	5,82	9,25	Meio-Oeste
Praia Grande	798	7,14	6,14	31,2	4,26	12,53	24,69	Litoral Sul
Balneário Barra do Sul	1.271	7,47	7,95	22,97	4,17	12,2	22,74	Litoral Norte
Bocaina do Sul	396	5,05	8,33	31,57	5,81	10,86	19,95	Planalto Serrano

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO (BRASIL, 2018b).

Um segundo ponto é que não se encontrou uma relação direta entre os 33 municípios mais vulneráveis em questão de renda e em questões abordadas na tabela 9. A maior parte dos municípios ficou situada bem próximo à média do Estado e de suas macrorregiões. As exceções foram os municípios de Timbó Grande, no Oeste, e Ipuçu e Santa Cecília, no Meio-Oeste, que apresentaram indicadores piores que o do Estado e o da macrorregião, em especial no que diz respeito às famílias de baixa renda com crianças ou famílias com mulheres com crianças como responsável pelo domicílio e sem cônjuge.

Um terceiro ponto entre os municípios estudados é que os problemas relacionados à baixa escolaridade do chefe da família e ao analfabetismo das famílias constituídas por mulheres sem cônjuge têm uma incidência consideravelmente maior nos municípios do Oeste, como Ipuçu e Campo Erê, que apresentaram mais de 15% das famílias do Cadastro único nessa situação.

Por fim, os municípios contendo maior incidência de famílias de baixa renda com idosos se encontravam em Meleiro e Balneário Rincão, na macrorregião Litoral Sul, e Freio Rogério, no Meio-Oeste, onde cerca de 10% das unidades familiares indicaram esse tipo de problema. Por outro lado, as famílias de renda baixa com deficientes físicos em casa não se concentraram, de modo considerável, em determinados municípios ou região, uma vez que essa variável tem um grande componente de aleatoriedade.

Principais políticas de desenvolvimento social em curso

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) do Governo do Estado de Santa Catarina constitui a principal instância pública a desenvolver ações voltadas a assegurar os direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nessa Secretaria, as ações voltam-se à proteção às pessoas – famílias, adolescentes, crianças, jovens e idosos –, com o propósito de auxiliar no enfrentamento de seus obstáculos. Dentre as ações desenvolvidas, são destaques as articulações de esforços e recursos em conjunto com outras secretarias, como a da saúde, a de educação e a de segurança –, mas também as vinculadas com as esferas municipais e federal. E, em especial, as ações realizadas nos municípios via capacitações, monitoramentos e orientações (SANTA CATARINA, 2018b).

A participação ativa de Santa Catarina no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) permite o desenvolvimento de ações no âmbito dos tipos de proteção social a partir de centros de referência e de apoio. Como registra o Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018c, p. 78), existem três espaços de atendimento social: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que previne as pessoas quanto à ocorrência de situação de vulnerabilidade e riscos sociais; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pelo tratamento de pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos sociais; e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (POP), com o propósito de auxiliar as pessoas que vivem sem residência, nas ruas. Em 2016, existiam 368 CRAS, 91 CREAS e 12 Centros POP distribuídos por municípios e situados em áreas de maior vulnerabilidade e riscos sociais.

Outra ação empreendida volta-se à geração de trabalho e renda. Para tanto, utiliza-se da estrutura do Sistema Nacional de Emprego (SINE) para implantar postos de atendimento que permitam ofertar trabalho e obtenção de renda. Nessa estrutura, utilizam-se os postos de execução direto e indireto, totalizando 124 distribuídos nos municípios catarinenses. Dentre as ações executadas figuram, segundo o Relatório Técnico de Transição do Governo da SST (SANTA CATARINA, 2018a, p. 06), “[...] a intermediação de mão de obra ou busca de vagas de emprego; encaminhamento de seguro-desemprego e da informação e análise sobre o mercado de trabalho, geração de renda e economia solidária, articulando a área do trabalho com as políticas públicas de inclusão social”.

Outro trabalho desenvolvido figura no campo da redução da insegurança alimentar – situação em que a pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade para satisfazer suas necessidades alimentares. Foram criadas, após 2011, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi elaborado o I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2014 a 2019), com várias Diretrizes, dentre as quais estão a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável – com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional – e a execução do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentável de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos (SANTA CATARINA, 2014).

Inclui, também, no quadro de ação pública voltada a diminuir a vulnerabilidade e promover a proteção social em Santa Catarina o Programa Santa Renda. Trata-se de um programa de transferência de renda que tem como propósito complementar o benefício do Programa Bolsa Família promovido pelo governo federal. Tem como público-alvo as famílias beneficiárias cuja renda familiar *per capita* calculada após a transferência do benefício federal permaneça inferior à linha de extrema pobreza no Estado. Referida linha de extrema pobreza constitui R\$ 10,00 acima da linha de extrema pobreza do Bolsa Família.

O valor é de R\$ 99,00 desde maio de 2018, já com reajuste realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) na linha de extrema

pobreza, cujas famílias tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade. Em 2017, existiam 119.702 famílias recebendo o Programa Bolsa Família e 31.499 Bolsa Santa Renda. Importante destacar que as famílias beneficiárias devem atender aos critérios exigidos na área da educação (matrícula e frequência escolar), da assistência social (impedimento do trabalho infantil) e da saúde (vacinação e acompanhamento médico) (SANTA CATARINA, 2018c).

Considerações finais

A multiplicidade de aspectos que atualmente caracterizam a pobreza expõe a necessidade de se olhar para esse conceito sob uma perspectiva mais ampla do que a estritamente monetária. Assim, as condições de acesso à saúde e educação, o nível de renda e as condições de trabalho e de moradia da população precisam ser levados em consideração para que se tenha uma compreensão mais completa a respeito desse fenômeno. Por sua vez, perspectivas mais amplas sobre a pobreza trazem à tona uma gama maior de possibilidades para que os operadores de política possam combatê-la.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo IPEA, foi utilizado neste capítulo para melhor representar esse intrincado conjunto de aspectos. De acordo com essa perspectiva – que considera a infraestrutura urbana, o capital humano e o trabalho e renda da população –, Santa Catarina se destaca como a unidade federativa com o menor índice de vulnerabilidade social, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010. Porém, ainda que a comparação interestadual seja favorável, ela não revela a heterogeneidade regional que caracteriza o estado catarinense.

De fato, as regiões da faixa litorânea ou muito próximas dela apresentam menores índices de vulnerabilidade social e de pobreza (Grande Florianópolis, Litoral Norte, Alto Vale do Itajaí e Litoral Sul) se comparadas àquelas mais distantes do litoral (Meio-Oeste, Oeste, Planalto Norte e Planalto Serrano), medidas tanto em termos de acesso quanto em termos monetários. Ao mesmo tempo, nas regiões com maiores índices de vulnerabilidade, o percentual da população no Cadastro Único também é consideravelmente maior que nas demais, o que demonstra que os aspectos que caracterizam a pobreza são, em grande medida, correlacionados entre si.

Essa correlação muitas vezes resulta em um ciclo vicioso, no sentido de que quanto mais limitadas forem as condições de moradia e de acesso de determinada população, maior será a possibilidade de perpetuação de suas condições de pobreza e vulnerabilidade. Por outro lado, esse aspecto pode oportunizar ações políticas mais focalizadas nas regiões mais expostas a essas mazelas, potencializando o resultado das políticas públicas essenciais à sua superação.

Referências

BRASIL. Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. **Diário Oficial do União**. Brasília, DF, 01 de junho de 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único – CADÚNICO**. Publicado em 2018b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma operacional básica do sistema único de assistência social (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: MDS, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. 77 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sinopse macroeconômica**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/social>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar do Estado de Santa Catarina. **Plano estadual de educação alimentar: Santa Catarina 2014-2019**. Florianópolis, SC: Governo de Santa Catarina, 2014. 172 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Relatório técnico de transição do governo da SST**. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2018a.

SANTA CATARINA. Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Diretoria de Assistência Social. **Informativo**. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa

Catarina, 2018b. Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/assistencia-social2/dias>>. Acesso em: 19 dez. 2018b.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2018c. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 8 nov. 2018

CAPÍTULO 9

O Desempenho da Infraestrutura em Santa Catarina*Fernando Seabra**Carolina Silvestre Cândido Rocha**Carla Acordi***Introdução**

Uma das funções do planejamento, em um ambiente em que se busca o bem-estar social, é identificar setores e atividades em que o investimento (público ou privado) detém maiores impactos sobre a geração de oportunidades, renda e serviços. Os setores de infraestrutura são exemplos típicos desse efeito e têm sido priorizados em várias experiências históricas de rápido desenvolvimento de nações e regiões.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo, para o contexto de Santa Catarina, é proceder um diagnóstico e avaliar as perspectivas dos principais setores de infraestrutura.

Definições e Aspectos Teóricos

O conceito de infraestrutura está relacionado às estruturas físicas de uma ampla gama de setores – como de transportes, energia, água, saneamento básico e comunicações – e diz respeito ao capital fixo necessário para viabilizar a produção de bens e serviços, conforme definido por Chan *et al.* (2009). Em geral, infraestrutura diz respeito à concepção de um bem público; isto é, quando custos e benefícios privados não coincidem com custos e benefícios sociais, o que dá origem a externalidades (positivas, no caso de bens e serviços de infraestrutura). Além disso, engloba as denominadas dimensões de infraestrutura social e econômica, as quais se referem, respectivamente, à construção de facilidades para prover serviços de educação e saúde e aos investimentos para o fornecimento de água, energia e transporte (STEWART, 2010). Assim, a infraestrutura de uma região tem o duplo papel de ampliar, por um lado, as condições materiais de qualidade

de vida da população e de fornecer, por outro, os meios para a indução ao crescimento econômico. A figura 1 ilustra os segmentos que compõem os bens e serviços de infraestrutura de uma região, como saneamento, energia, transportes e logística e telecomunicações.

Figura 1 – Definição de setores de infraestrutura



Fonte: Elaboração própria.

De modo similar à definição na figura acima, Prud'homme (2004) argumenta que serviços como transporte, fornecimento de água, telecomunicação e energia são típicos serviços de infraestrutura, os quais estão relacionados aos seguintes ativos de infraestrutura: estradas; reservatórios de água; torres e redes de telecomunicação; e linhas de transmissão e distribuição de energia. Nesse mesmo contexto, mas aplicado ao caso brasileiro, Suprani (2012) argumenta que o BNDES restringe a definição de infraestrutura aos serviços de energia, telecomunicações, saneamento e transporte. Já o IPEA amplia ligeiramente esse conceito para atividades básicas de tecnologia de informação. Contudo, em ambos os casos, fica evidente a ênfase à noção de infraestrutura econômica, cujo foco é o investimento em transportes, energia ou telecomunicações. Esse conceito, que é também adotado no presente estudo, não desconsidera a importância da infraestrutura social (como habitação), mas enfatiza o papel da infraestrut-

tura que apoia diretamente a produção de setores de atividade econômica de regiões e países.

De acordo com Lakshmanan (2011), as relações entre infraestrutura e crescimento econômico podem ocorrer a partir dos seguintes efeitos: expansão do mercado, ganhos de comércio, redução de custos por meio do estímulo a mudanças tecnológicas, processos de aglomeração espacial e processos de inovação e difusão de conhecimentos em *clusters* econômicos. Considerando a importância dos meios de transporte no contexto da infraestrutura, o autor menciona os ganhos decorrentes da expansão das malhas de transporte, como a ampliação de acesso a mercados e consumidores e o incentivo à especialização produtiva – que resulta em redução de custos via ganhos de economias de escala –, a qual induz o comércio inter-regional, ocasionando aumento de eficiência e bem-estar.

Há, ainda, conforme apontado por Olarreaga (2016), as definições de *hard* e *soft infrastructure*. Enquanto a primeira diz respeito às áreas de telecomunicações, portos e estradas, a segunda está relacionada aos aspectos como a eficiência dos transportes e os impactos da regulação sobre essa eficiência. O estudo de Olarreaga evidencia a importância da qualidade da infraestrutura sobre a agilidade, pontualidade e confiabilidade dos sistemas de transporte, afetando, assim, tanto a performance do comércio doméstico como do internacional.

Com relação à tentativa de mensurar os efeitos de investimentos em infraestrutura, deve-se reconhecer que tais impactos dependem do nível de desenvolvimento de cada região e da sinergia do investimento em questão com as demais atividades já existentes. Em um estudo pioneiro para a economia brasileira, Ferreira e Malliagos (1998) estimam que um aumento de 1% no investimento de infraestrutura resulta em uma expansão na produtividade (total dos fatores) entre 0,48% e 0,53%. Os autores destacam, ainda, que as externalidades positivas geradas por setores de infraestrutura de transportes, energia (eletricidade) e telecomunicações são maiores no primeiro caso que nos dois últimos. O resultado agregado desse estudo para a economia brasileira é ratificado por Mussolini e Teles (2010), que estimam a elasticidade da produtividade (total dos fatores) para o capital – principalmente de infraestrutura – público entre 0,32 e 0,5.

Em relação aos efeitos específicos de investimentos em transportes, Bertussi e Ellery Junior (2012) demonstram empiricamente que investimentos públicos em transportes causam efeitos positivos sobre o crescimento econômico dos estados brasileiros. Os autores concluem, ainda, que esse impacto é mais relevante em estados com menor nível de desenvolvimento, o que permite afirmar que tais investimentos são um mecanismo não apenas de incentivo ao crescimento, mas também à redução de desigualdades regionais. Segundo Calderon e Serven (2014), os investimentos em infraestrutura podem ser instrumentos de política pública para mitigar desigualdade de renda em âmbito pessoal e regional. Para os autores, esses efeitos ocorrem por meio de três principais canais: pela ampliação do acesso a oportunidades de negócios e aumento da produção e emprego; pela valorização dos bens e ativos das populações servidas pelo serviço de infraestrutura; pela maior efetividade dos resultados de investimentos em saúde e educação sobre a renda de regiões mais pobres.

É inegável que o desenvolvimento econômico de uma região ou de um estado da federação passa por uma oferta adequada de infraestrutura. Nesse sentido, a literatura – como, por exemplo, Easterly e Rebelo (1993) e Banco Mundial (THE WORLD BANK, 1994) – tem demonstrado que os benefícios do investimento adequado em infraestrutura podem ocorrer por meio de dois principais canais: de modo direto, por meio da contribuição do investimento no Produto Interno Bruto (PIB), bem como de seu efeito multiplicador sobre outras atividades produtivas – que se tornam viáveis a partir, por exemplo, da ampliação da oferta de energia ou da melhoria de conectividade (de transportes e/ou comunicação) de uma determinada região. A contribuição indireta se dá por meio do aumento na produtividade dos recursos em razão da redução de custos de produção e de comercialização – o que implica em um ganho de competitividade para a região, que tende, a partir desses ganhos de eficiência, a aumentar o volume de negócios, produção e emprego.

Segundo Campos Neto (2014), produtividade e competitividade são significativamente condicionadas à prestação eficaz de serviços de infraestrutura e serviços correlatos. O estudo argumenta, ainda, que a extensão e a qualidade da oferta de infraestrutura restringem ou estimulam o desenvolvimento de vantagens competitivas, tornando o sistema produtivo de uma região mais especializado, ampliando seu nível de competitividade sistêmica.

A importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico pode ser avaliada também pela incidência de temas dessa natureza entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Assim, entre os 17 objetivos dos ODS, três estão nitidamente relacionados a investimentos em infraestrutura: o objetivo seis, que trata do acesso universal à água limpa e ao saneamento; o objetivo sete, que afirma a garantia de acesso à energia barata e com prioridade à energia limpa; e o objetivo nove, que aborda temas, de modo inter-relacionado, em que a infraestrutura seja indutora de atividades industriais e inovação.

Pode-se ressaltar também a relevância das atuais transformações tecnológicas que ampliam o papel de serviços de infraestrutura menos tangíveis. De fato, tecnologias características da Quarta Revolução Industrial, como *Sistemas Ciber-Físicos* (CPS), *Big Data* e *Inteligência Artificial* (AI), têm caráter disruptivo e, sobretudo, necessitam de suporte adequado de infraestrutura para conexão de dados que articulem os sistemas produtivos ao novo paradigma tecnoprodutivo (IEDI, 2018).

Performance da Infraestrutura em Santa Catarina

Segundo o *Logistics Performance Index* (LPI) de 2018, calculado pelo Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2018), o Brasil ocupa a 56ª posição em qualidade de infraestrutura, o que representa um avanço em relação a 2007, quando o País ocupava a 61ª posição. O LPI é composto por seis indicadores: eficiência do desembarço aduaneiro e de gestão de fronteiras; qualidade da infraestrutura de comércio e transporte; facilidade para organizar remessas com preços competitivos; competência e qualidade dos serviços de logística e despacho aduaneiro; capacidade de rastrear; e frequência com que as remessas chegam aos consignatários dentro dos prazos de entrega programados ou esperados. A melhor pontuação obtida pelo Brasil é referente à sua capacidade de rastrear a carga; e a pior pontuação diz respeito à sua eficiência do desembarço aduaneiro e de gestão de fronteiras.

Com relação ao desempenho de Santa Catarina, não há muitos indicadores que permitam uma comparação agregada entre diferentes estados. Contudo, o CLP produz um *ranking* que indica a posição relativa de cada

estado em termos gerais e quanto a um conjunto de indicadores associados à infraestrutura. Segundo esse conjunto de indicadores, o estado de Santa Catarina ocupa a segunda colocação geral no *Ranking de Competitividade dos Estados*. No quesito infraestrutura, o estado fica com a quarta colocação, atrás de São Paulo, Paraíba e Paraná.

Conforme apresentado na tabela 1, é possível observar que os principais problemas em termos de infraestrutura no Estado estão nas áreas de custo de saneamento básico – que é relativamente caro em Santa Catarina devido à baixa ocorrência de ganhos de escala por causa de uma população muito dispersa no território – e de qualidade da energia elétrica (mensurada pela frequência de interrupções), que ocupam a 18ª e a 15ª posição, respectivamente. Os destaques positivos são mobilidade urbana – medida pelo tempo no trajeto entre casa e trabalho (que é baixo, influenciado pela ausência de grandes metrópoles) –, custo de combustível (relativamente barato pela proximidade das refinarias) e acesso à energia elétrica (elevada proporção para toda a região sul-sudeste).

De modo mais específico, em relação aos segmentos de infraestrutura em Santa Catarina, pode-se afirmar que o setor de transportes está relacionado com a conectividade de pessoas e com a movimentação de cargas. Quanto à participação dos diferentes modais de transportes em Santa Catarina, o transporte rodoviário corresponde a 80% do volume das cargas transportadas – o que é bem mais representativo do que para o caso nacional (61%) –, seguido pelo aquaviário/marítimo (11%), ferroviário (7%), dutoviário (2%) e aeroviário (0,2%).

Tabela 1 – *Ranking* de competitividade em infraestrutura de Santa Catarina, 2015-2018

Indicador	2018	2017
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	8º	7º
Acesso à Energia Elétrica	6º	18º
Custo da Energia Elétrica	10º	14º
Custo de Combustíveis	6º	3º
Custo de Saneamento Básico	18º	19º
Disponibilidade de Voos Diretos	9º	9º
Mobilidade Urbana	2º	2º
Qualidade da Energia Elétrica	15º	15º
Qualidade das Rodovias	11º	10º
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	10º	7º

Fonte: *Ranking* de Competitividade dos Estados (CLP, 2018).

A divisão modal relacionada ao comércio exterior de Santa Catarina em 2017 indica que 89,3% do volume das cargas (em t) foram exportadas e importadas pelo Estado por via marítima, o que destaca a importância da infraestrutura portuária em Santa Catarina. O outro meio de transporte usado no comércio exterior catarinense é o rodoviário, com uma participação de 10,3% (devido à proximidade com os países do Mercosul). O modal ferroviário e o aéreo não são representativos em termos de volume (com menos de 0,25%, somados).

A predominância do transporte rodoviário no Estado se deve, de um lado, à inexistência de alternativas modais eficientes (em especial a ferroviária) e, de outro, à ampla malha rodoviária. De fato, o Estado deteve, em 2017, 8.406 km de rede de estradas, sendo 84,6% de rodovias pavimentadas. Esse ativo rodoviário foi constituído, principalmente, por rodovias estaduais e federais. É importante notar que a rede federal é responsável por 34% de toda a malha rodoviária pavimentada catarinense.

No tocante à qualidade da infraestrutura rodoviária em Santa Catarina, a pesquisa realizada com embarcadores pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2017 – desconsiderando os trechos que estão sob concessão – indica que 73,5% dos trechos rodoviários foram avaliados como regulares, ruins ou péssimos. Deve-se notar que esse percentual tem se elevado ao longo dos anos, uma vez que em 2013 essa participação era de 44,7% das vias em condições regulares, ruins ou péssimas. Por outro lado, deve-se destacar ainda que, em 2013, 22,5% das rodovias do Estado foram classificadas como ótimas, enquanto que em 2017 esse número caiu para 10,9%. Esses resultados corroboram a noção de que o Estado possui uma malha rodoviária relativamente abrangente e com capilaridade em relação aos municípios, mas que a infraestrutura rodoviária tem sido continuamente deteriorada, reduzindo, assim, a qualidade de serviço.

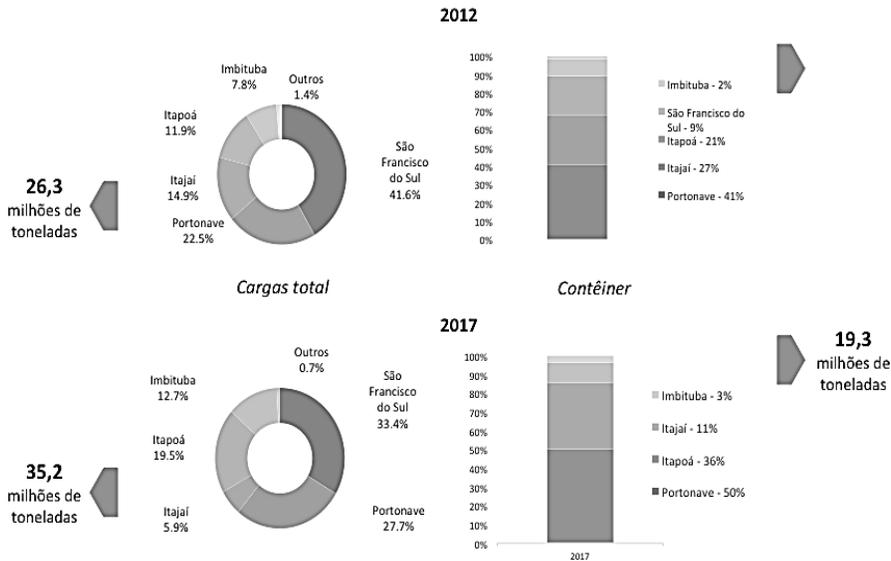
Em relação ao modal ferroviário – que possui vantagens competitivas para transporte de cargas de menor valor agregado e longas distâncias –, a extensão da rede em Santa Catarina é de 1.348 km, mas apenas 747 km (ou 55%) estão em operação. Existem duas ferrovias em operação no território catarinense. A primeira delas, operada pela Rumo Logística, diz respeito a um trecho Norte-Sul que conecta o sul do País a São Paulo, passando por Lages e Mafra. Essa mesma malha liga Mafra ao porto de São

Francisco do Sul, viabilizando a atração de carga de granéis agrícolas do oeste do Paraná (e mesmo de regiões mais ao norte) até o porto. O segundo trecho é a Ferrovia Teresa Cristina (FTC). Ela não é integrada às demais malhas ferroviárias, mas liga, através dos seus 116 km, a região carbonífera ao Porto de Imbituba.

No tocante à movimentação aquaviária catarinense, essa se refere essencialmente ao transporte marítimo via portos, uma vez que os rios do Estado apresentam baixas condições de navegabilidade. O amplo litoral e as condições favoráveis de atracação em áreas abrigadas favorecem a diversidade de opções de portos no Estado. Além disso, as atividades portuárias são claramente vocacionadas: Itajaí, Navegantes e Itapoá são portos movimentadores de contêineres; São Francisco do Sul é predominantemente um porto graneleiro e Imbituba tem um perfil mais diversificado.

A figura 2 ilustra a expansão da movimentação de cargas por portos catarinenses, destacando que o total do volume aumentou 19% enquanto que o de contêineres cresceu 32% entre 2012 e 2017. Essa maior expansão de movimentação de carga containerizada é resultado da produção competitiva dos diversos *clusters* da indústria – cujos bens e insumos são majoritariamente transportados por contêineres – e indica, ainda, a alta produtividade dos portos de Santa Catarina no manuseio dessas cargas. Quanto à participação de cada porto, observa-se o predomínio de São Francisco do Sul em relação ao total das cargas (entre 33% e 41% no período examinado), o que pode ser atribuído ao protagonismo desse porto na movimentação de soja, milho e fertilizantes. Para contêineres, a liderança é de Navegantes (Portonave), destacando-se o rápido crescimento de Itapoá (de 21%, em 2012, para 36%, em 2017) e a perda de *market-share* de Itajaí – o que em parte pode ser atribuído à perda de um berço como consequência das enchentes de 2008 (o porto deverá voltar a operar com sua capacidade plena de quatro berços no início de 2019).

Figura 2 - Movimentação de cargas totais e de contêineres por instalação portuária de Santa Catarina, 2012 e 2017



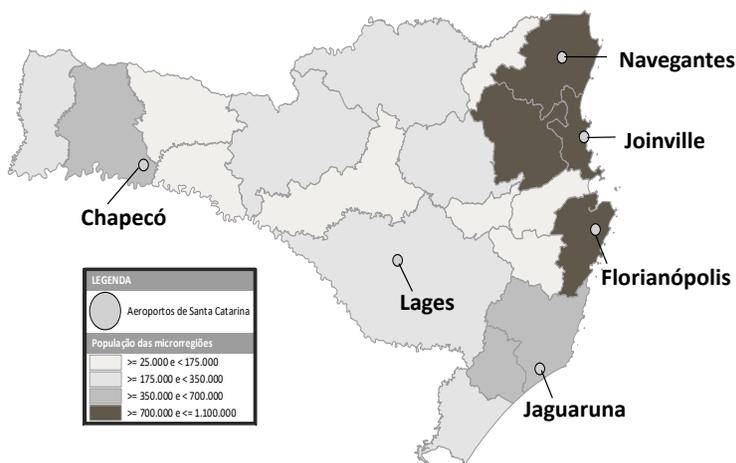
Fonte: Dados brutos (ANTAQ, 2018).

Em relação à movimentação pelo modal aeroviário, em Santa Catarina existem 27 principais aeródromos, sendo que 23 são públicos e quatro são privados. Contudo, como evidenciado pela figura 3, os quatro maiores aeroportos – Aeroporto Internacional Hercílio Luz (Florianópolis), Aeroporto de Navegantes, Aeroporto de Joinville e Aeroporto de Chapecó – são responsáveis por 97,45% da movimentação de passageiros. Os outros dois aeroportos: Jaguaruna e Lages, embora estejam localizados em regiões relativamente distantes dos aeroportos maiores e de significativa representatividade demográfica e econômica para o Estado, respondem por apenas 2,2% e 0,3% da movimentação de passageiros.

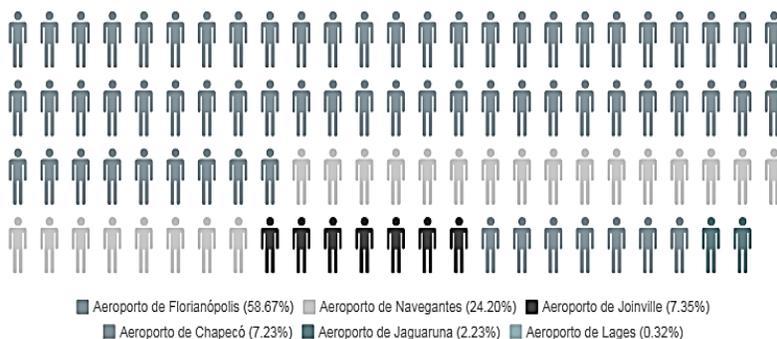
O volume do transporte aéreo em Santa Catarina, entre 2012 e 2017, indicou um expressivo crescimento da movimentação de passageiros (em torno de 23% no período), o que é bastante superior à expansão registrada no mesmo período para a movimentação de carga aérea (quase 6%). Considerando o potencial da expansão dessa movimentação de cargas – com base na importância da indústria na economia local e no nível de

renda –, pode-se argumentar sobre a oportunidade de ganhos de integração logística para ampliar essa alternativa modal.

Figura 3 - Movimentação de passageiros por aeroporto de Santa Catarina, 2017



Movimentação de passageiros nos aeroportos de Santa Catarina (2017)



Fonte: Dados brutos do Sistema Hórus (BRASIL, 2018b) e do IBGE (2018).

Além dos investimentos em transporte, a infraestrutura diz respeito à geração e à distribuição de energia, tanto para uso comercial como residencial. A matriz energética do Estado tem uma distribuição semelhante àquela em âmbito nacional, indicando a predominância da energia gerada pelas hidrelétricas. Pode-se destacar, ainda, outra fonte proveniente de recursos renováveis, que é a biomassa. A energia gerada por outras fontes

renováveis, eólica e solar, são ainda pouco expressivas na matriz energética catarinense. Entre as energias fósseis, cabe destacar as perspectivas de ampliação da rede de distribuição de gás natural para as regiões do planalto e oeste e de aumento de fornecimento de gás devido à exploração das bacias de Santos e Campos do pré-sal.

Cabe ainda salientar a interface entre os interesses de conservação do meio ambiente e de infraestrutura, representada pelos investimentos em tratamento de água e, principalmente, saneamento básico. Há uma diferença significativa nesses dois aspectos. Com relação ao atendimento da população com água encanada, pode-se afirmar que Santa Catarina atinge níveis elevados, próximos à universalização (cerca de 97% dos domicílios, segundo a Companhia de Águas e Saneamento (CASAN, s.d.).

No tocante aos índices de cobertura com rede de esgoto, o resultado de Santa Catarina indica uma performance abaixo da média nacional: segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (BRASIL, s.d.), Santa Catarina teve o atendimento de residências ampliado de 16% para 19% da população total entre 2010 e 2015, enquanto que para a média nacional esse índice aumentou de 46% para 50%. Apesar de algumas especificidades do Estado, como o predomínio de pequenas e médias cidades – o que torna os ganhos de escala para investimentos em redes de esgoto menos pronunciados – e, logo, a existência de soluções locais mais baratas do que redes amplas de tratamento, a defasagem de Santa Catarina em tratamento de esgoto permanece um desafio para o governo e a sociedade.

Perspectivas e o Papel do Planejamento

Os investimentos em infraestrutura são caracterizados por ambientes setoriais em que existe pouca ou nenhuma concorrência, largas economias de escala e retornos de longo prazo. Não obstante isso, o efeito desses investimentos são, do ponto de vista econômico e social, de grande alcance. Nesse sentido, a antecipação das necessidades dos serviços, a decisão de prioridades em relação às alternativas de investimento e o ambiente regulatório são aspectos que corroboram a importância do planejamento do setor em âmbito nacional e regional.

O Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 – Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018) constitui-se uma experiência recente de planejamento regional, em que se enfatizam os diferentes aspectos dos setores de atuação do Estado, a dimensão regional de desenvolvimento, a *expertise* técnica da academia, do governo e de especialista e, por fim, o caráter participativo e de diálogo com a comunidade. Em seu capítulo de infraestrutura, o referido plano delimita os seguintes objetivos:

a) Ampliar a capacidade de atendimento dos modais de transporte de cargas e passageiros por meio da melhoria contínua da infraestrutura logística e da conectividade das pessoas, visando ao aumento da competitividade de Santa Catarina.

Cabe destacar, considerando o desempenho do setor de transportes, as seguintes ações estratégicas: (i) aumentar a eficiência e a participação de transporte público intermunicipal – como meio de reduzir congestionamentos, em especial no entorno de cidades maiores; (ii) ampliar a qualidade das rodovias existentes, reconhecendo, assim, que manter o existente é mais prioritário do que estender o tamanho da rede; (iii) apoiar iniciativas para estudo de viabilidade e construção de eixos ferroviários, o que, de modo realista, destaca a importância de avaliar e implementar esse modal de transporte.

b) Garantir o suprimento de água com qualidade e ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto.

Em relação ao objetivo de saneamento, é absolutamente clara a prioridade de reduzir a defasagem catarinense quanto à cobertura de tratamento de esgotos no meio urbano e rural por meio de medidas convencionais de redes de tratamento – que exigem uma determinada escala para viabilidade – ou de soluções locais eficientes.

c) Garantir o suprimento de energia elétrica e a diversificação da matriz energética. De modo compatível com os objetivos dos ODS, a experiência recente de planejamento no Estado estabelece como uma ação estratégica o acesso à energia elétrica barata – por exemplo, por meio da redução da carga tributária incidente –, reconhecendo o impacto desse insumo sobre a atividade produtiva e o bem-estar da população. Além disso, propõe ações que incentivem a geração e o consumo de energia produzida por fontes renováveis.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se caracterizar a importância do investimento em infraestrutura para o desenvolvimento regional. O diagnóstico da infraestrutura em Santa Catarina destaca a posição de liderança do Estado em termos logísticos, principalmente devido à diversidade e à alta produtividade dos portos. Contudo, a malha ferroviária é pouco representativa – para padrões internacionais e mesmo nacionais – e os investimentos nesse modal são de grande monta e com retornos em prazos longos. As rodovias, embora dispostas em uma rede com bastante capilaridade, apresentam problemas de manutenção e baixa qualidade.

Por fim, é importante reiterar o papel do planejamento para a orientação e para a dinâmica dos investimentos em infraestrutura e, portanto, para o desenvolvimento regional. A relação entre o planejamento regional e o investimento privado é claramente de complementaridade. Uma visão de médio e longo prazo que estabeleça diretrizes para onde a região deve avançar é fundamental para reduzir o ambiente de incertezas e apontar áreas prioritárias de investimento. Em uma situação de estrutura deficitária de governo – nos seus vários níveis, mas reconhecidamente no âmbito estadual –, a alavancagem de investimentos privados em setores de infraestrutura, por meio de concessões e parcerias, torna-se estratégica para assegurar estabilidade e crescimento para a economia catarinense nas próximas décadas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ. **Anuário estatístico**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://web.antaq.gov.br/Anuario/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BERTUSSI, G. L.; ELLERY JUNIOR, R. Infraestrutura de transporte e crescimento econômico no Brasil (*Transport infrastructure and economic growth in Brazil*). **Journal of Transport Literature**, v. 6, n. 4, p. 101-132, oct. 2012.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Planos mestres**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://infraestrutura.gov.br/planejamento-portu%C3%A1rio/113-politica-e-planejamento-de-transportes/5426-planos-mestres.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)**. SNIS Série histórica. Sem data de publicação. Disponível em: <<http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Secretaria de Aviação Civil. **Sistema Hórus**. [Brasília, DF: MTPA], 2018. Disponível em: <horus.labtrans.ufsc.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CALDERON, C.; SERVEN, L. Infrastructure, growth and inequality: an overview. **Policy Research Working Paper**, n. 7034. Washington, DC: World Bank Group, 2014. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20365>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CAMPOS NETO, C. A. S. **Investimentos na infraestrutura de transportes: avaliação do período 2002-2013 e perspectivas para 2014-2016**. Texto para discussão. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2014.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA - CLP. **Ranking de competitividade dos estados**. Publicado em 2018. Disponível em: <<http://www.rankingdecompetitividade.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CHAN, C. *et al.* Public infrastructure financing: an international perspective, productivity commission staff. **Working Paper**, mar. 2009. 269 p. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30685486.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN. **Serviços**. Sem data de publicação. Disponível em: <<https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index?url/servicos#0>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. **Journal of Monetary Economics**, North-Holland, n. 32, p. 417-458, 1993. DOI: 10.3386/w4499.

FERREIRA, P. C.; MALLIAGROS, T. G. Impactos produtivos da infraestrutura no Brasil – 1950/95. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 28, n. 2, p. 315-338, ago. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas de população**: 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Indústria 4.0: A Política Industrial no Japão face a Quarta Revolução Industrial**. Publicado em 2018. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_838.html>. Acesso em: 16 ago 2018.

LAKSHMANAN, T. R. The broader consequences of transport infrastructure investments. **Journal of Transport Geography**, v. 19, p. 1-12, 2011.

MUSSOLINI, M. C.; TELES, V. K. Infraestrutura e produtividade no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 645-662, out./dez. 2010.

OLARREAGA, M. Trade, infrastructure and development. **ADB Working Paper Series**, n. 626. Tokyo: Asian Development Bank Institute, 2016. Disponível em: <<https://www.adb.org/publications/trade-infrastructure-and-development>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

PRUD'HOMME, R. **Infrastructure and development**. Washington, DC: World Bank, 2004. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/698521468762373585/Infrastructure-and-development>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de desenvolvimento de Santa Catarina 2030**. Florianópolis, SC: SPG, 2018. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

STEWART, J. The UK National infrastructure plan 2010'. **EIB Papers: Public and Private Financing of Infrastructure**, Luxembourg, v. 15, p. 28-32, 2010. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/45372/1/657031313.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SUPRANI, R. **O investimento em infraestrutura: desenvolvimento, comércio exterior e o caso brasileiro**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

THE WORLD BANK. **Logistics performance index (LPI)**. Publicado em 2018. Disponível em: <<https://lpi.worldbank.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

THE WORLD BANK. **World Development Report 1994: Infrastructure for development – executive summary**. Washington, DC: World Bank Group, 1994. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/687361468340136928/World-Development-Report-1994-infrastructure-for-development-executive-summary>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CAPÍTULO 10**Mobilidade Urbana e a Dinâmica Recente de Urbanização em Santa Catarina***Samuel Steiner dos Santos***Introdução**

São numerosas as cidades no País que enfrentam problemas com a mobilidade urbana. Mesmo em Santa Catarina, que não apresenta centros urbanos de grande porte, essa temática passou a ser representativa no cotidiano de uma parcela importante da população, gerando repercussões significativas no debate político, na reflexão acadêmica e na atuação técnica de diversos campos profissionais.

Essa repercussão tem ajudado a evidenciar a fragilidade das ações empreendidas nas últimas décadas: mesmo que investimentos vultuosos tenham sido direcionados na implantação de infraestruturas de mobilidade – como estradas, rodovias, pontes e viadutos –, mais longe parecemos estar de uma boa condição de mobilidade urbana. Situações como congestionamentos, acidentes de trânsito, poluição sonora e do ar tornam-se rotina em muitas de nossas cidades.

O presente capítulo tem por objetivo apresentar uma reflexão introdutória sobre essa temática, procurando situar a questão da mobilidade urbana em Santa Catarina como resultado de uma interação orgânica e complexa entre a imposição de dinâmicas externas, conjunturais e estruturantes, com especificidades locais, próprias do processo de estruturação socioespacial do território catarinense.

Mobilidade Urbana: um conceito

Por hora, cabe apresentar o entendimento que assumimos ao tratar de mobilidade urbana. Para tanto, utilizamo-nos da Política Nacional

de Mobilidade Urbana Sustentável (Lei nº 12.587/12), que define mobilidade urbana como:

[...] “um atributo associado às pessoas e aos bens; correspondendo às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas”, ou, mais especificamente: “a mobilidade urbana é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura como vias, calçadas, etc. [...] É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. (BRASIL, 2004, p. 13).

De outra forma, a mobilidade urbana pode ser entendida como direito fundamental, pois viabiliza às pessoas e aos grupos sociais o usufruto de bens e serviços indispensáveis à vida cotidiana. É um direito que garante o acesso a outros direitos como saúde, educação, segurança, lazer, moradia. Nesse sentido, a mobilidade urbana adquire relevância ao se tornar, também, instrumento fundamental de democratização da cidade.

A prática, no entanto, é mais dura e a forma de estruturação dos espaços urbanos brasileiros tem significado justamente o contrário: a privação de muitos desses direitos pela intensificação de dinâmicas de segregação socioespacial, de fragmentação intraurbana, de dispersão periférica do tecido urbano, etc. Percebe-se, assim, uma contradição estrutural entre os dois núcleos que conformam o conceito de mobilidade urbana: a permanência de uma política de transporte dissociada de uma política de desenvolvimento urbano.

Destacamos, assim, a já consolidada diferenciação entre o conceito de mobilidade urbana e de transporte: mais que uma questão limitada à infraestrutura e aos meios de transporte, traduz relações dos indivíduos com o espaço construído, ou seja, a própria estruturação da cidade (seus usos, suas atividades, seus equipamentos, suas centralidades e densidades) condiciona a forma como a mobilidade urbana acontece no tempo e no espaço.

Nesse sentido, discutir largura de pistas, capacidade de fluxo e vazão, nível de serviço, apesar de importante, torna-se insuficiente. A mobilidade urbana é um atributo que remete à própria forma da cidade: como o espaço construído, as formas de produção e apropriação do espaço, os processos históricos e as características culturais de uma sociedade conformam padrões de deslocamento no território.

A mobilidade na cidade contemporânea

Embora as dinâmicas de urbanização no País sejam múltiplas e muitas vezes contrastantes, trataremos aqui de delinear alguns de seus aspectos mais estruturantes, aqueles que julgamos fundamentais para o entendimento da complexidade que envolve a problemática da mobilidade urbana nos principais núcleos urbanos catarinenses.

Maricato (2000) afirma que o processo de urbanização no Brasil recria o atraso por meio de formas sempre renovadas. Nosso processo de urbanização caracteriza-se por ser rápido, intenso, concentrado e desigual. Dados do Censo Demográfico de Aglomerações Subnormais de 2010 (IBGE, 2010) afirmavam que, naquela data, tínhamos 83 milhões de habitantes sem atendimento por sistema de esgoto; 45 milhões de brasileiros sem acesso à água potável; 37 milhões de pessoas, moradoras dos centros urbanos, sem acesso ao transporte público por não poderem pagar o alto custo das tarifas. Dados da Fundação João Pinheiro, de 2015 (FJP, 2018), afirmam que existiam ainda 6,4 milhões de famílias, aproximadamente, sem moradia adequada no País.

Para Abramo (2007), a produção da cidade no País é o resultado da atuação de três lógicas interdependentes: a lógica do mercado, na qual o solo é transformado em mercadoria e as formas de ocupação seguem o princípio da oferta, da procura e da lucratividade; a lógica do Estado, que na teoria trabalha como agente regulador do processo de ocupação do solo, mas que historicamente tem servido como elemento dinamizador da lógica seletiva do mercado; e a terceira é a lógica da necessidade, imposta à boa parcela da população que, ao produzir sua alternativa de moradia, ajuda a construir as cidades a partir do *habitat* precário e fora da legalidade urbanística.

Nesse sentido, os espaços urbanos no Brasil se conformam a partir de eixos excludentes: de um lado, a cidade formal, construída dentro do ordenamento jurídico, dispondo de investimentos e de infraestruturas públicas dominadas por uma dinâmica intensa de valorização imobiliária; de outro, a cidade informal, concentradora de extratos populacionais de renda intermediária e baixa, com um padrão de urbanização de baixa qualidade, de infraestrutura precária, em que impera a informalidade urbanística e edilícia e se multiplicam as situações de risco, de violência e de vulnerabilidade social.

As últimas décadas assistiram ao florescimento de discussões acaloradas que dão conta dessa “crise urbana”, materializada em dimensões como: crise de mobilidade, aumento nos índices de violência, multiplicação de moradias insalubres, segregação socioespacial, desastres naturais, desequilíbrio na distribuição de serviços e equipamentos, etc.

Atravessamos, no entanto, outro tipo de crise, ainda mais abrangente e profunda: os sistemas de governo, as formas de planejamento e regulação, as políticas públicas existentes, os quadros teóricos de análise e atuação, surgidos e amadurecidos historicamente, parecem não oferecer mais respostas aos problemas de nossas cidades. O que assistimos nas duas últimas décadas, no entanto, traz novos contornos a esse contexto. Reis Filho e Bentes (2017, p. 2) assim descrevem:

A produção do espaço urbano e seus modos de apropriação passam a ser conduzidos por novos interesses, apoiados sob condições tecnológicas e valores culturais novos, apresentando estruturas sociais e espaciais mais complexas. Observam-se assim profundas transformações nos modos de articulação espacial e temporal, reveladores da reestruturação espacial e das dinâmicas urbanas contemporâneas. O processo de dispersão urbana caracteriza-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se por um vasto território, com núcleos urbanos separados no espaço por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos entre si e configurando um único sistema urbano. Formam-se assim constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte

inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário. Ao mesmo tempo, leva à superação dos conceitos de cidade e campo. Modos de vida e consumo metropolitanos são adotados pela população, com maior mobilidade, possibilitando a “regionalização do cotidiano”. Entende-se que a dispersão urbana é um processo de caráter geral, não sendo específico de um país.

Um novo ciclo econômico que impôs ampla reestruturação socioespacial, sobretudo na dinâmica de urbanização dos maiores centros urbanos do País, agora capitaneados por:

Grandes projetos regionais, complexos comerciais, culturais e conjuntos urbanísticos residenciais multiplicam-se pelo país, com efeitos sobre os meios físico e social e o patrimônio construído, alterando ainda os núcleos, centralidades e atratividades. Ao mesmo tempo, aumentam as demandas por mobilidade e acessibilidade, equipamentos urbanos e infraestrutura. Esse processo atinge tanto a população de maior renda, quanto os estratos sociais de baixo poder aquisitivo. (REIS FILHO; BENTES, 2017, p. 02).

Mattos (2006), ao tratar do contexto latino-americano, afirma que as dinâmicas de urbanização são atualmente caracterizáveis por “cinco tendências constitutivas”, a saber: 1) novas estruturas produtivas e a nova dinâmica urbana; 2) desregulação dos mercados de trabalho e a constituição da cidade desigual; 3) novos negócios imobiliários e a nova regulação urbanística; 4) explosão da mobilidade e uma nova morfologia urbana (novas centralidades, novas periferias, urbanização dispersa); e 5) novos artefatos urbanos e a padronização da paisagem urbana das cidades.

As maiores cidades e aglomerados urbanos de Santa Catarina assistem, desde o início dos anos 2000, a reflexos dessas tendências a partir de duas frentes principais de atuação da construção civil e incorporação imobiliária: 1) expansão dos empreendimentos imobiliários de alto padrão e para a classe média, ocupando setores valorizados da cidade, gerando um processo contínuo e intenso de valorização imobiliária; e 2) os empreendi-

mentos de moradia popular, sobretudo aqueles financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em sua maioria localizados nas franjas externas do tecido urbano, quando não totalmente isolados, fora do perímetro urbano. Uma expansão urbana fundada em uma dinâmica socioespacial complexa de concentração e dispersão, bem representada pelas imagens contidas na figura 1. Do mesmo modo, a figura 2 auxilia a compreender a fragmentação da urbanização e a distribuição da população por nível de renda em Santa Catarina.

Figura 1 - Concentração e dispersão nos centros urbanos de Santa Catarina

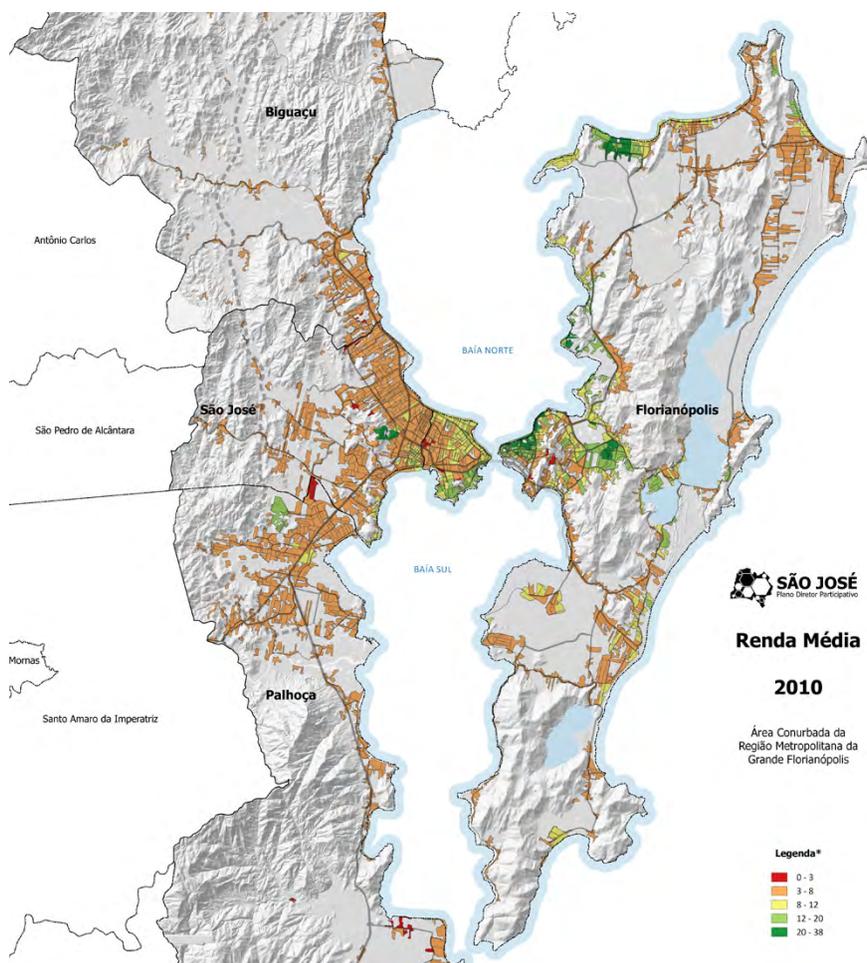


Fonte: Disponíveis em: <<https://www.bcnoticias.com.br/balneario-camboriu-e-destaque-nacional-em-seguranca-e-meio-ambiente/>>; <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/itapema-lidera-indice-de-valorizacao-do-mercado-imobiliario-no-litoral>>; <<https://mapio.net/pic/p-9207748/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

Ambas as dinâmicas abrem novos circuitos de produção imobiliária e impactam sobremaneira as formas de mobilidade urbana: por um lado, sobrecarregando as infraestruturas onde há concentração demográfica, de equipamentos e serviços; e, por outro, gerando tensões sociais nas periferias subequipadas, que passam a exigir uma ampliação das infraestruturas. Essa nova periferia geralmente se apoia em equipamentos de mobilidade urbano-regional, expandindo-se de forma tentacular sobre eixos viários estruturantes, deslocando-se preferencialmente por transporte individual.

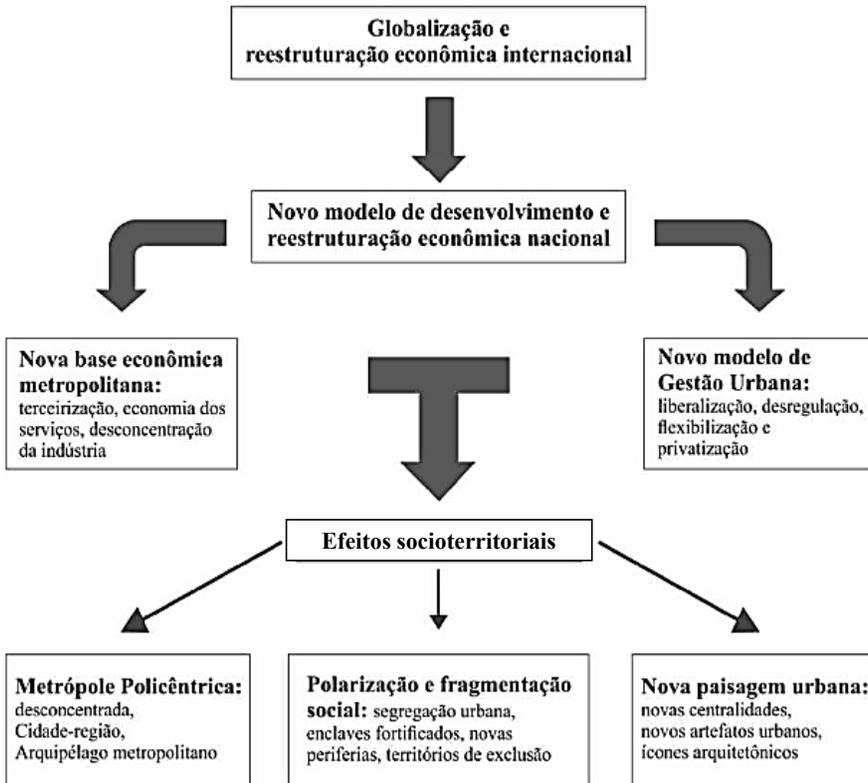
O trabalho de Soares e Fedozzi (2016) aponta dois fatores propulsores desse novo cenário: a estruturação de uma nova base econômica metropolitana (apoiada na desconcentração da indústria e na economia de serviços); e a emergência de um novo modelo de gestão urbana, no qual prevalece a liberalização, a desregulação e a flexibilização da produção da cidade. A figura 3 auxilia na compreensão desse novo cenário.

Figura 2 - Fragmentação da urbanização e distribuição da população por extratos de renda



Fonte: Renda Média na Área Conurbada (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, s.d., n.p., *online*).

Figura 3 - Esquema analítico da reestruturação metropolitana



Fonte: Soares e Fedozzi (2016, p. 180).

Para Soares e Fedozzi (2016), tal contexto impõe três consequências socioterritoriais principais: 1) a emergência de espaços urbanos policêntricos (desconcentrados, de múltiplos centros); 2) a polarização e a fragmentação social (com o reforço das desigualdades e da segregação urbana); e 3) uma nova paisagem urbana, onde se destacam “novos artefatos urbanos” e novos ícones arquitetônicos. Existe, ainda, o fenômeno da produção de “novas formas de habitar” com a reprodução dispersa de condomínios fechados, comunidades exclusivas, enclaves fortificados.

Por fim, cabe destacar que as transformações no território são igualmente influenciadas pela mudança profunda no padrão de deslocamento das pessoas, que se torna mais diversificado e territorialmente abrangente: a dispersão dos usos, atividades, equipamentos e infraestruturas.

turas condiciona e é condicionada por modos de vida e padrões culturais cada vez mais fluídos e diversificados. Se a cidade “industrial/moderna” tinha seus ritmos bem marcados pelo local de moradia, de trabalho e de estudos, na cidade contemporânea entram novas camadas que tornam tal equação mais complexa: demanda e oferta múltipla de espaços de consumo, de moradia, de lazer, de educação, de sociabilização.

As transformações recentes na dinâmica de urbanização catarinense

Se, inicialmente, o relevo acidentado, as bacias hidrográficas bem configuradas, o modelo territorial de ocupação fundado em minifúndios de produção familiar e a distribuição das atividades econômicas colaboraram para o desenvolvimento relativamente equilibrado e autônomo de suas regiões, hoje identificamos duas dinâmicas principais distintas:

1) Um evidente processo de concentração populacional no litoral, cuja dimensão mais visível está na rápida expansão do tecido urbano de inúmeras cidades ao longo do eixo configurado pela BR 101. Alguns desses aglomerados urbanos, que até há pouco tempo mantinham certa autonomia, configuram hoje áreas urbanas conurbadas interdependentes.

2) No interior, ocorre a intensificação de dinâmicas de concentração demográfica em torno de poucas cidades médias, que historicamente ocuparam posição de destaque no desenvolvimento socioeconômico catarinense, configurando-se como polos regionais: Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Itajaí. Esse fenômeno é também orientado pela influência das condicionantes impostas pelo relevo e pelas vias de ligação regional, sobretudo os eixos das BRs 470 e 282.

Tabela 1 - Dinâmica Demográfica em Santa Catarina, 1991-2010

Crescimento demográfico nos municípios		
12 municípios que mais aumentaram população	870 mil novos habitantes	51%
26 municípios que mais aumentaram população	1.140 mil novos habitantes	67%

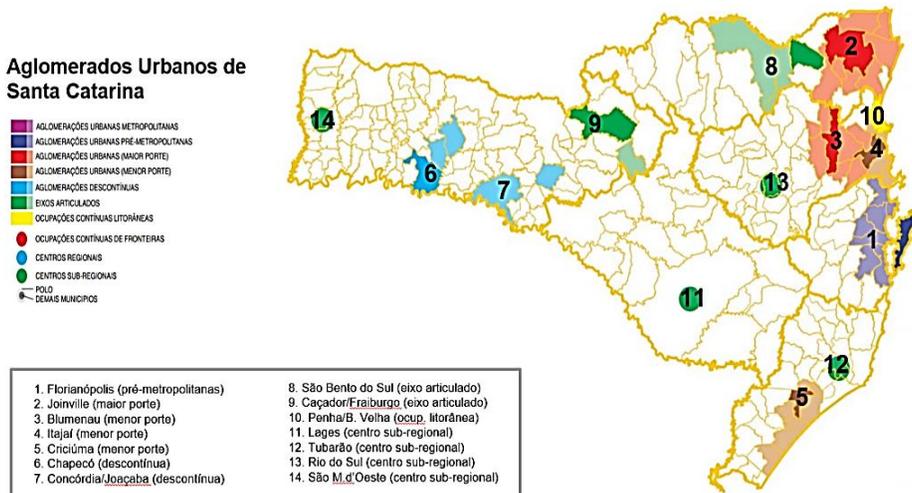
Continua...

Crescimento demográfico nas regiões metropolitanas		
Região Metropolitana de Florianópolis	311 mil novos habitantes	18,3%
Região Metropolitana de Foz do Rio Itajaí	215 mil novos habitantes	12,6%
Região Metropolitana de Joinville	140 mil novos habitantes	8,2%
Região Metropolitana de Blumenau	138 mil novos habitantes	8,1%

Fonte: Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Entre os anos de 1991 e 2010, 51% do crescimento demográfico esteve concentrado em apenas 12 municípios, conforme a tabela 1. A maior parte desses municípios está inserida em quatro aglomerados urbanos: Florianópolis (18,3%), Foz do Rio Itajaí (12,6%), Blumenau (8,1%) e Joinville (8,2%). Tais aglomerações estão situadas no quadrante leste-norte catarinense.

Figura 4 - Rede urbana em Santa Catarina



Fonte: Adaptada de Moura e Kleinke (1999, p. 16).

Essa dinâmica demográfica tem impulsionado o surgimento de aglomerados urbanos, elos de interdependência nos fluxos cotidianos de pessoas, bens e serviços entre diferentes municípios. Embora Santa Catarina não apresente nenhuma aglomeração classificável como metrópole, o trabalho de Moura e Kleinke (1999) aponta o surgimento de um nú-

mero expressivo de novas aglomerações urbanas, classificáveis em seis tipos diferentes, conforme a figura 4: pré-metropolitana (Florianópolis); urbanas de maior porte (Joinville e Blumenau); urbanas de menor porte (Criciúma e Itajaí); ocupação litorânea contínua (Penha e Barra Velha); aglomerações descontínuas (Chapecó, Xaxim, Xanxerê e Concórdia, Joaçaba e Herval d'Oeste); e eixos articulados (São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra e Caçador e Fraiburgo).

A velocidade e a intensidade da expansão urbana têm ocorrido em espaços cada vez mais restritos do território, sobretudo na longa faixa do litoral que se estende de Florianópolis a Joinville, conforme a figura 5. Em outras regiões do Estado, no entanto, percebemos uma dinâmica diferente, de declínio econômico e êxodo demográfico, sobretudo no Planalto Serrano e no Meio-Oeste catarinense, onde cerca de 30%¹ do total de municípios têm perdido população em números absolutos e não encontramos dinâmicas representativas de formação de aglomerados urbanos.

O movimento migratório revela o movimento de constituição das disparidades e desigualdades espaciais. E, sobre este espaço desigualmente organizado e articulado compreende a coexistência de processos espaciais, donde novos e outros tipos de fluxo migratórios se realizam. A lógica permite aceitar que a existência das desigualdades regionais permitiria assumi-las como fato principal da origem das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. (MENEZES, 2000, p. 3)

A problemática da mobilidade urbana não é, portanto, homogênea no território catarinense. Neste capítulo, nós nos referimos, principalmente, à dinâmica encontrada nos núcleos urbanos onde a concentração demográfica, além da amplificação de tensões sociais diversas, com demandas crescentes por melhorias nas condições de vida, renda, serviços de saúde e educação, tem significado o surgimento de cenários de crise de mobilidade urbana, como é o caso dos aglomerados urbanos de Florianópolis, Blumenau, Joinville e Criciúma.

¹ Fonte: Censos (IBGE, 2000, 2010).

Mobilidade no território disperso, fragmentado e complexo

Nesses aglomerados, a concentração demográfica não tem ocorrido de modo homogêneo, tampouco equilibrado. As manchas urbanas ultrapassam facilmente os limites municipais, configurando extensas áreas de ocupação. Novas frentes de urbanização são abertas, seguindo – em suas dinâmicas mais gerais – a clássica relação centro-periferia: enquanto porções do território dessas novas manchas urbanas alargadas possuem infraestrutura, serviços e equipamentos adequados, configura-se – nas áreas mais externas do tecido urbano – uma periferia que concentra extratos populacionais de renda intermediária e baixa, com um padrão de urbanização de baixa qualidade do ponto de vista urbanístico e edilício.

Se destacarmos a dimensão espacial desse fenômeno, poderemos verificar que uma característica marcante – e que traz sérias consequências para a problemática da mobilidade urbana – é a expansão do tecido urbano a partir de dinâmicas de crescimento extenso, horizontal, periférico e fragmentado.

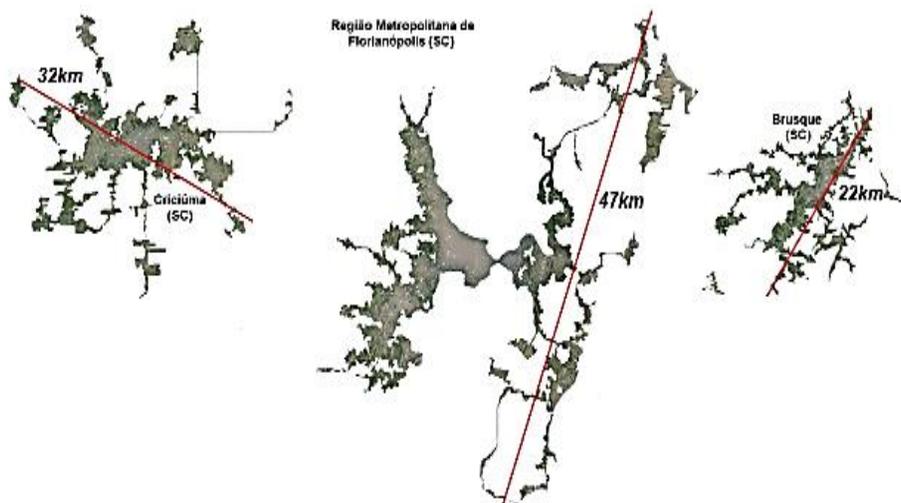
Essa nova expansão urbana é horizontal, pois é configurada predominantemente por usos de baixa intensidade, com tipologias de edificações unifamiliares, isoladas no lote e com pequeno gabarito (1 a 2 pavimentos); é periférica, pois se desenvolve no limite externo do tecido urbano, de modo tentacular, geralmente ao longo das vias principais de ligação regional; e é fragmentada, pois a ocupação não é contínua, mas permeada por grandes áreas ociosas.

Dessa forma, as áreas com acentuada verticalização, bem servidas de sistema viário e transporte coletivo, com concentração de serviços e empregos contrastam com a nova periferia extensa, rarefeita e de baixa densidade, com claras características de bairros/cidades dormitórios. A interdependência e o desequilíbrio entre os diversos setores urbanos impõem uma intensificação dos movimentos pendulares, que sobrecarregam as estruturas viárias locais e regionais existentes, configurando cenários de crise de mobilidade em alguns centros urbanos do Estado.

Outro aspecto importante da interação entre crescimento urbano e mobilidade é a forma excludente como as cida-

des crescem, com a ocupação das áreas mais periféricas pelos mais pobres. Isto significa que o custo do transporte vai aumentando à medida que as fronteiras urbanas se expandem em função das maiores distâncias percorridas e também pela característica de cidades dormitórios das novas ocupações periféricas, que reduzem a rotatividade de uso do transporte público, aumentando seu custo unitário. Os passivos acumulados na rede de infraestrutura urbana e as iniquidades observadas na ocupação das cidades trazem grandes desafios para os dirigentes públicos. Em termos de reordenamento territorial urbano, o desafio é estabelecer políticas de aproximação da população mais pobre às áreas de maior dinamismo econômico-social, ou, no sentido inverso, promover maior desenvolvimento às áreas mais carentes dos aglomerados urbanos. Isso permitiria reduzir a necessidade de grandes deslocamentos por parte dessa população. (CARVALHO, 2016, p. 13)

Figura 5 - Extensão das manchas urbanas de aglomerados urbanos de Santa Catarina



Continua...



Fonte: Google Earth. Elaboração SPG-SC/UFSC.

Em Santa Catarina, esse fenômeno dita uma problemática complementar: a transformação de rodovias de transporte regional (as rodovias estaduais e federais) em vias de uso urbano, segundo a figura 6. Em casos extremos como em São José, Palhoça, Biguaçu, Itajaí, Balneário Camboriú, essas vias tornam-se os eixos principais de estruturação do fluxo intraurbano. Junto a esse fenômeno estão dois outros, que são centrais para a compreensão da situação atual da mobilidade urbana em Santa Catarina: 1) o aumento acentuado da frota de veículos, sobretudo do transporte individual motorizado; e 2) a baixa participação do modal de transporte coletivo no total de viagens realizadas nos centros urbanos do Estado.

Figura 6 - Congestionamento em rodovias urbanas de Santa Catarina



Continua...



Fontes: A primeira imagem: Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (SANTA CATARINA, 2018, p. 87). As demais: Disponíveis em: <<http://wp.clicrbs.com.br/blogdotransito/tag/sao-jose/?topo=67,2,18,,67&status=encerrado>>; <<https://www.mobilize.org.br/noticias/7360/vias-de-acesso-e-saida-de-florianopolis-perto-de-sua-capacidade-maxima.html>>; <https://ndmais.com.br/noticias/sc-301-no-sentido-sao-francisco-do-sul-ja-tem-fila-no-fim-da-tarde-desta-quarta-feira>.

Acesso em: 25 jun. 2019.

Em relação à frota de veículos, no curto período de cinco anos, houve um aumento acentuado (46%) no número de automóveis – que representa 57,9% do total da frota (tabela 2). Tal cenário é decorrente de uma política de aumento da comercialização de automóvel individual, por meio de medidas diversas, como incentivos fiscais, acesso ao crédito, implantação de infraestruturas que induzem o uso do transporte individual, etc.

Várias foram as políticas que reforçaram o estímulo ao transporte individual. As tarifas de transporte público por ônibus, por exemplo, tiveram um crescimento acima da inflação nos últimos quinze anos, ao mesmo tempo em que os principais itens associados ao transporte privado tiveram crescimento real negativo, o que significa, na prática, um processo de barateamento do uso e aquisição do transporte privado e encarecimento do transporte público. Somente a partir de meados de 2013, com a intensificação das manifestações populares contra os aumentos de tarifas, houve redução real dos preços das passagens, com impacto sobre o orçamento dos municípios. (CARVALHO, 2016, p. 17)

Esse fenômeno impõe consequências à mobilidade de pessoas e bens nos centros urbanos catarinenses se levarmos em conta que a nova demanda gerada pela generalização do transporte individual motorizado não tem sido acompanhada por melhorias na infraestrutura instalada.

No que tange à divisão modal, diferentemente de outros centros urbanos no País, onde há uma participação mais equilibrada entre cada modal (transportes não motorizados, individuais e coletivos), em Santa Catarina – nas poucas cidades catarinenses que dispõem de estudos –, a relação é deletéria, tendo em vista a desequilibrada hegemonia do transporte individual motorizado ante aos demais. É o que percebemos quando analisamos a divisão modal de Florianópolis e Joinville – os mais populosos municípios do Estado – e de outros importantes municípios brasileiros como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Tabela 2 - Frota de veículos de Santa Catarina em 2007 e 2012

Tipos de veículos	Santa Catarina				
	Frota 2007	Participação por tipo	Frota 2012	Participação por tipo	Evolução
Automóvel	1.566.191	58,65%	2.281.766	57,91%	46,00%
Motocicleta/Motoneta	641.932	24,04%	948.452	24,07%	47,75%
Camionete/Camioneta	221.550	8,30%	368.198	9,34%	66,00%
Caminhão	107.525	4,03%	134.424	3,10%	44,00%
Ônibus	13.444	0,50%	16.807	0,43%	25,00%
Outros	119.634	4,48%	202.919	5,15%	69,00%

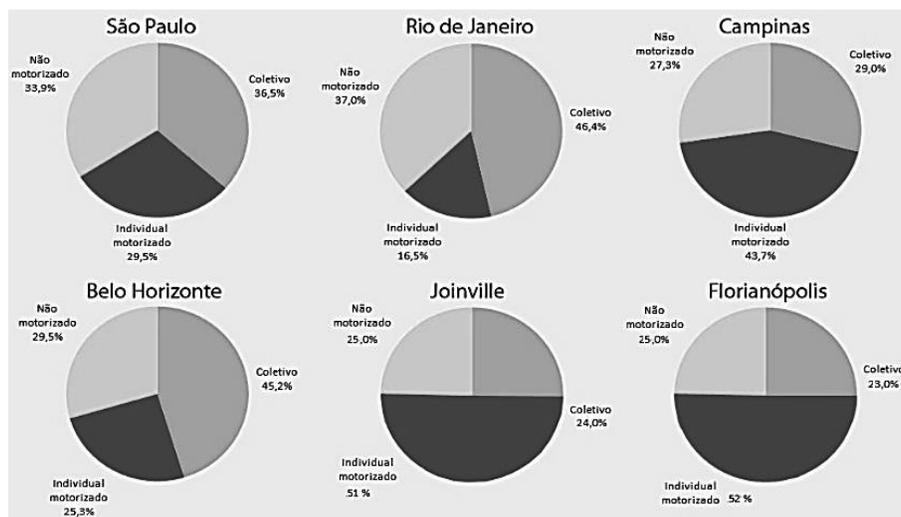
Fonte: DENATRAN (2012).

A dispersão das atividades e pessoas nas cidades, as mudanças nos padrões de deslocamentos da população – que têm se tornado mais frequentes e mais longos –, as políticas e as ações públicas que privilegiam o uso do automóvel são aspectos que têm colaborado para uma deterioração das condições de operação do transporte público. Outro efeito negativo desse cenário é a paulatina redução da segurança nos deslocamentos a pé

ou por bicicletas, que são os modos mais utilizados pela população de baixa renda.

Um modelo de mobilidade estruturado nessa aproximação entre transporte individual e urbanização dispersa gera externalidades negativas. A mais impactante delas é, seguramente, as mortes no trânsito: são cerca de 50 mil mortes no trânsito por ano. Segundo dados do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) (SEGURADORA LÍDER, 2014), em 2013, foram 54.767 indenizações por mortes e 444.206 por invalidez, com um desembolso total de R\$ 2,5 bilhões. Carvalho (2016) estimou em cerca de R\$ 40 bilhões os custos com acidentes nas rodovias brasileiras e cerca de R\$ 10 bilhões nos aglomerados urbanos, sendo que a perda de produção e os gastos hospitalares são os itens de maior custo. Outras externalidades são os congestionamentos e a poluição veicular.

Figura 7 - Divisão modal em cidades brasileiras



Fontes: Pesquisa-Origem-Destino (MOBILIZE BRASIL, 2011).

Na região litorânea catarinense, temos ainda uma dinâmica bastante peculiar, mas de sérios impactos socioespaciais: a sazonalidade vinculada à atividade turística. As consequências desse fenômeno ocorrem

principalmente a partir de duas frentes diferentes: 1) impactos positivos, expressos na geração de empregos, dinamização da economia local e construção de infraestruturas; e 2) efeitos negativos, representados em dinâmicas especulativas de produção do espaço urbanizado, ocupação intensa e pouco racional do solo, congestionamentos e sobrecarga na infraestrutura viária, de esgotamento sanitário, abastecimento de água, energia elétrica, coleta e tratamento dos resíduos sólidos, deficiência dos serviços básicos de saúde, entre outros. Nos municípios onde esse fenômeno é recorrente, temos um cenário de difícil enfrentamento: como implantar modelos eficientes de organização do espaço urbano e suas infraestruturas de mobilidade quando a demanda instalada é tão variável e instável no tempo e no espaço?

Como síntese, poderíamos afirmar que a mobilidade urbana em Santa Catarina enfrenta desafios em escalas e complexidades crescentes:

1) Concentração demográfica crescente em porções restritas de seu território, pautada em uma expansão urbana horizontal, periférica, fragmentada;

2) Aparecimento de aglomerados urbanos ao redor dos antigos centros urbanos de médio porte e ao longo dos principais eixos de ligação regional, pautado na imposição de dinâmicas de conturbação entre áreas urbanas anteriormente distintas;

3) Aumento agudo da frota de veículos individuais;

4) Mudança no padrão de deslocamento, com demandas que vão além da relação casa-trabalho ou casa-escola;

5) Transporte público geralmente pouco eficiente, caro e inadequado;

6) Pouca participação dos meios alternativos de transporte (bicicleta e caminhada a pé) na maior parte dos aglomerados urbanos catarinenses;

7) Forte sazonalidade populacional nas áreas de influência do turismo;

8) Altos custos sociais dos congestionamentos, da poluição atmosférica, dos acidentes no trânsito e do consumo de fontes não renováveis de energia;

9) Agravamento da exclusão social;

10) Baixa integração setorial, modal e territorial;

11) Inexistência ou baixa operacionalidade de instâncias supra municipais capazes de enfrentar a problemática da mobilidade urbana, que na sua essência não está circunscrita aos tradicionais limites municipais; e

12) Poucos estudos sobre a mobilidade urbana nas principais aglomerações urbanas do Estado.

A escolha pelos melhores locais de moradia, de comércio e serviços, de equipamentos públicos e privados, bem como a lógica de implantação das melhorias de infraestrutura, é o resultado da imposição de estratégias distintas entre diversos agentes e grupos sociais: pedestres, condutores de automóveis, operadores de transporte público, proprietários fundiários, comerciantes, industriais, população de baixa renda, empreendedores imobiliários, pequenos e grandes comerciantes, o poder público, entre outros.

Mobilidade urbana: entre avanços e retrocessos da estrutura institucional

Se, por um lado, o aumento do transporte individual motorizado e a conseqüente redução das viagens do transporte público vêm contribuindo para a deterioração das condições de mobilidade, principalmente em função do crescimento dos acidentes de trânsito com vítimas, dos congestionamentos urbanos e também dos poluentes veiculares, por outro, é possível verificar que os governantes vêm sendo cobrados pela adoção de políticas públicas mais efetivas, capazes de promover a melhoria das condições de mobilidade das pessoas e a redução dos custos dos deslocamentos urbanos.

A mobilidade urbana retornou à agenda da sociedade e das políticas públicas no Brasil, sobretudo após as recentes manifestações populares que ocorreram em todo o país, conhecidas como as “Jornadas de Junho”. Histori-

camente, observa-se que em todas as ocasiões em que o tema foi enfrentado, o pano de fundo foram as demandas sociais vinculadas à garantia do acesso ao transporte público coletivo, ameaçada pela incapacidade financeira da população de pagar as tarifas dos serviços. Deflagrada no calor de protestos e manifestações legítimas, a demanda – além das ruas – passa a ocupar espaço na mídia e a ter prioridade para os governos. O tema extrapola o espaço dos movimentos sociais setoriais e passa a ser discutido por toda a sociedade, alimentando estudos acadêmicos, propostas no Legislativo e políticas do Executivo. Marcos legais, institucionais e financeiros são criados em meio a esse processo. (GOMIDE; GALINDO, 2013, p. 27)

Se as tensões sociais aumentam, do ponto de vista institucional, verifica-se que nas esferas públicas as questões sobre mobilidade, transporte e circulação são tratadas ainda de forma isolada e descontínua: há uma fragmentação institucional e uma divisão de competências entre os entes federativos que fazem com que as políticas de planejamento urbano, de gestão do uso do solo, de planejamento e gestão do sistema viário, do transporte coletivo e de gestão do trânsito etc. sejam, em grande medida, desarticuladas e pouco efetivas.

Além dessa fragmentação institucional, percebe-se um descompasso das ações entre as diferentes instâncias, não só entre os entes federativos, mas também no âmbito do próprio governo federal que, se por um lado se dispõe a enfrentar a questão da mobilidade articulada às políticas de habitação, saneamento e planejamento urbano por intermédio do Ministério das Cidades, por outro lado, implementa políticas públicas robustas de incentivo à produção, venda e utilização de veículos privados.

Esse vácuo institucional é ainda mais marcante quando tratamos dos aglomerados urbanos: poucas são as áreas conurbadas no País que conseguiram lograr boas experiências de planejamento do espaço urbanizado, dentre as quais se destacam Curitiba e, mais recentemente, Belo Horizonte e São Paulo. Em Santa Catarina, essa fragilidade é ainda mais evidente: embora o Estado tenha institucionalizado regiões metropolitanas em profusão, o fato é que são tímidas as ações de planejamento e gestão integradas nos aglomerados urbanos.

Até o momento o transporte urbano raramente foi prioridade para os que tomam decisões. Em primeiro lugar, fazer e coordenar políticas de transporte das cidades sempre esteve centralizado a nível nacional, longe de ser um assunto local. Ademais, em muitas cidades não existem instituições dedicadas ao transporte a nível metropolitano. Segundo, mesmo quando as competências para o transporte são descentralizadas, existe uma certa fragmentação do processo de se fazer política. As competências relacionadas ao transporte estão repartidas entre várias administrações (infraestrutura, finança, departamento de trânsito, etc.), ocasionando a falta de políticas compreensivas. (GOMIDE; GALINDO, 2013, p. 32)

Cabe destacar, no entanto, a iniciativa recentemente implantada pelo Governo do Estado de criação da SUDERF (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis) por meio da Lei Complementar nº 636/14. Vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), a SUDERF tem como objetivos: a) o estabelecimento de políticas de planejamento regional; b) a cooperação entre os diferentes níveis de governo; c) a utilização racional do território e dos recursos naturais e culturais; e d) a implementação de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo, de preservação ambiental, entre outros.

Uma das primeiras ações desse novo arranjo institucional foi a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis (PLAMUS), conduzido pela SUDERF e contratado diretamente pelo BNDES, com recursos provenientes do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP). O PLAMUS é, hoje, uma referência nacional em termos de estudos técnicos sobre a mobilidade em aglomerados urbanos, apresentando um diagnóstico detalhado dos problemas existentes, bem como a construção de cenários de intervenção para o enfrentamento da problemática da mobilidade urbana nos 13 municípios que compõem o aglomerado urbano da Grande Florianópolis: Anitápolis, Rancho Queimado, São Bonifácio, Angelina, Antônio Carlos, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Governador Celso Ramos, São José, Palhoça e Florianópolis.

Considerações finais

Não foi possível tratar a questão da mobilidade urbana de Santa Catarina em toda a sua diversidade e complexidade. Conformados por uma miríade de núcleos urbanos de diferentes características e especificidades, optamos por fazer uma reflexão a partir das dinâmicas urbanas mais estruturantes encontradas nos principais aglomerados urbanos do Estado.

Temos, no entanto, um conjunto de evidências que nos permitem sugerir que o modelo de ocupação do território catarinense passa por um momento de transição, impulsionado por transformações importantes na economia, nos modos de produção e consumo, nos padrões de deslocamento, nas estruturas administrativas e institucionais e nas instâncias políticas.

Se o conceito de mobilidade urbana abarca não somente o campo do transporte, como também uma reflexão sobre a dinâmica própria de desenvolvimento do espaço urbano, cabe ressaltar os impactos recentes sentidos a partir da imposição de dinâmicas hegemônicas caracterizadas pelo advento da globalização e da onda neoliberal. Em um cenário fundamentado na constituição de um meio técnico-científico-informacional, estaríamos vivenciando a perspectiva de consolidação de uma ordem global “[...] que busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 338). Mas isso não ocorre sem conflito, já que, no lugar, a racionalidade hegemônica é contraposta a outros agentes e processos. Assim ocorre uma relação dialética entre formação econômica e formação espacial.

No que se refere à mobilidade urbana em Santa Catarina, assistimos a uma dupla dinâmica aparentemente incompatível: 1) o acirramento das contradições socioespaciais, fundamentadas em fenômenos como a dispersão de atividades, bens, serviços e infraestruturas por um território alargado, pouco coeso e articulado, com baixo nível de qualidade e eficiência nos modais de transporte e nos modos de circulação, geradoras de segregação, fragmentação, impactos ambientais massivamente negativos; e 2) uma baixa aderência dessas dinâmicas às instâncias político-institucionais, uma fragilização das raras estruturas técnicas de planejamento e coordenação existentes, o enfraquecimento do debate sobre a gestão e planejamento de aglomerados urbanos, com a substituição gradual do temário abrangente

do planejamento urbano por perspectivas setoriais fragmentadas, seguida da consequente desresponsabilização do Estado ante as questões urbanas.

Parece-nos que o enfrentamento desses desafios requer o exercício da mobilidade urbana pautado no princípio da sustentabilidade social, econômica, ambiental e territorial. Tal demanda passa, necessariamente, por um desenvolvimento institucional capaz de promover políticas de transporte vinculadas a um modo mais equilibrado de produção do espaço urbano e de distribuição dos modais de transporte individual e coletivo.

Referências

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, p. 25, 2007.

BRASIL. Lei no 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 04 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. **Cadernos MCidades Mobilidade Urbana 6**. Brasília, DF: MC, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.ta.org.br/site2/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

CARVALHO, C. H. R. de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil**. Texto para Discussão. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

CORRÊA, R. L. et al. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN. **Frota de veículos**. 2012. Disponível em: <<http://new.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares**. Belo Horizonte: FJP, 2018. 78 p. [Estatística & Informações; n. 6]

GOMIDE, A.; GALINDO, E. P. A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 27-39, 2013.

GOOGLE EARTH. **Google maps.** Disponível em: <https://mymaps-earth.com/br/?k=google%20earth&gclid=EA1aIQobChMIq8b8vZTr4QIVjYKRCh1yrQMSEAAAYAAAEgIrG_D_BwE>. Acesso em: 19 dez. 2018.

GRUPO RBS BLOG. Blog do Trânsito. **Trânsito intenso na BR-282, em São José, no fim de tarde desta sexta-feira.** Publicado em 10 dez. 2010. Foto de Hermínio Nunes. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/blogdotransito/tag/sao-jose/?topo=67,2,18,,67&status=encerrado>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 1991.** Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default.shtm>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=10561&t=sobre>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2018.

MAPIO NET. **Bairro Brejaru (Palhoça) Vista Aérea.** Sem data de publicação. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-9207748/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MATTOS, C. A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. *En*: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo.** São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 41-76.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** Barcelona, v. 69, n. 45, ago. 2000.

MOBILIZE BRASIL. **Pesquisa Origem-Destino.** Publicada em 2011. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MOBILIZE BRASIL. Vias de acesso e saída de Florianópolis estão perto da capacidade máxima. In: LUMINI, Milena; SANTAELLA, Thiago. **Diário Catarinense.** Postado em 25 nov. 2014. Foto de Débora Klempous/Tarifa Zero. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/7360/vias-de-acesso-e-saida-de-florianopolis-perto-de-sua-capacidade-maxima.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 95, p. 3-25, 1999.

ND+. Redação ND. **SC-301 no sentido São Francisco do Sul já tem fila no fim da tarde desta quarta-feira**. Publicado em 30 dez. 2015. Foto de Fabrício Porto/ND. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/sc-301-no-sentido-sao-francisco-do-sul-ja-tem-fila-no-fim-da-tarde-desta-quarta-feira/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - PMSJ. **Renda Média na Área Conurbada**. Sem data de publicação. Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Renda_M%C3%A9dia_na_%C3%81rea_Conurbada.png>. Acesso em: 19 dez. 2018.

REIS FILHO, N. G.; BENTES, J. C. G. **Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios**. São Paulo: FAUUSP, 2017.

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 636, de 09 de setembro de 2014. Institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e estabelece outras providências. **Diário Oficial**, n. 19.898. Florianópolis, SC, 10 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2014/000636-010-0-2014-001.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de desenvolvimento de Santa Catarina 2030**: Plano SC 2030. Florianópolis: SPG, 2018. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/downloads/atas/807-plano-sc-2030-necessita-de-introducao-do-governador/file>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 338-339.

SEGURADORA LÍDER. **Anuário estatístico 2014**. 148 p. Disponível em: <<https://www.seguradoralider.com.br/Documents/boletim-estatistico/Anuario-Estatistico-2014-DPVAT.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SOARES, P. R.; FEDOZZI, L. J. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea. **Sociologias**, v. 18, n. 42, 2016.

SOLBAS, Gustavo. Balneário Camboriú é destaque nacional em Segurança e Meio Ambiente. **BC Notícias**. Publicado em 10 set. 2018. Foto de Celso Peixoto. Disponível em: <<https://www.bcnoticias.com.br/balneario-camboriu-e-destaque-nacional-em-seguranca-e-meio-ambiente/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SPAUTZ, Dagmara. Itapema lidera índice de valorização do mercado imobiliário no Litoral. **NSC Total**. Publicado em 21 jun. 2019. Foto de Lucas Correia/BD/NSC Total. Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/itapema-lidera-indice-de-valorizacao-do-mercado-imobiliario-no-litoral>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CAPÍTULO 11

Gerenciamento de Projetos no Governo do Estado de Santa Catarina

Djeovana Dias Scoz

Giuliano da Silveira Martins

Introdução

As negociações entre o Governo de Santa Catarina e o Governo Federal permitiram que o Estado contraísse contratos de operações de crédito num valor aproximado de R\$ 6,6 bilhões, que somados a empréstimos externos, convênios e fontes próprias formam o maior Programa de Governo do Estado, “Pacto por Santa Catarina”, totalizando R\$ 9,8 bilhões.

O Programa Pacto por Santa Catarina e o Escritório de Projetos do PACTO (EPPACTO) foram instituídos pelo Decreto nº 1.064, de 17 de julho de 2012, posteriormente alterado pelo Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013. São recursos destinados a projetos, nas áreas econômica e social, a fim de atender às demandas da sociedade catarinense. Desde o lançamento desse programa, propagou-se um novo modelo de gestão mais eficiente e proativo, buscando derrubar barreiras burocráticas que a sociedade repreende, reduzindo o tempo de resposta às demandas, tornando o serviço público mais eficiente. Para fazer frente ao grande número de obras e aquisições e ao modelo proposto, o Governo do Estado criou o Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina – EPPACTO.

Com experiência adquirida desde 2012, a partir do Escritório de Projetos do Pacto – EPPACTO, com o acompanhamento dos projetos do Programa Pacto por Santa Catarina, permitiu acumular conhecimentos e melhorar a gestão dos projetos nas diversas áreas de atuação do Estado. Sendo assim, foi criado o Escritório de Gestão de Projetos – EPROJ, por meio do Decreto nº 1.289, de 05 de setembro de 2017, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, que coordena a execução de diversos projetos nas Secretarias Setoriais e atende às demandas dos agentes financiadores.

Atribuições

- Acompanhar, analisar, orientar, planejar, monitorar e avaliar a execução dos projetos;
- Disseminar e promover a aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos do Estado;
- Administrar e manter ferramentas de gerenciamentos de projetos;
- Fomentar capacitações em gerenciamento de projetos e áreas afins para Secretarias e Órgãos do poder executivo estadual;
- Apoiar a implantação dos Núcleos de Gerenciamento de Projetos (NUPROJs) em órgãos e entidades do poder executivo estadual;
- Oferecer suporte aos NUPROJs na aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos do Estado;
- Manter a base histórica, o banco de projetos e os ativos organizacionais de projetos atualizados;
- Buscar o alinhamento dos programas e projetos ao Plano de Governo e Planejamento Estratégico Estadual; e
- Promover a visibilidade e transparência das informações sobre os projetos do EPROJ/SC.

Escritório de Projetos – EPROJ

É formado por uma equipe técnica multidisciplinar que promove a habilidade do Governo do Estado de executar programas, projetos e, conseqüentemente, entregar melhores resultados para a sociedade catarinense, aplicando métodos, ferramentas e técnicas para planejar, contratar, executar, monitorar e encerrar os projetos. Esse modelo permite aos gestores de projetos e as equipes de apoio adotarem as melhores práticas com o objetivo de trazer os melhores resultados por meio de informações automatizadas, tornando as informações mais céleres e precisas.

As equipes técnicas do EPROJ atuam no acompanhamento dos projetos, os quais são vinculados ao Programa de Investimentos Pacto por Santa Catarina. A equipe financeira atua no controle dos recursos fi-

nanceiros oriundos de operações de crédito, consolidação da prestação de contas, centralização de informações entre secretarias setoriais e agentes financiadores, acompanhamento e controle de documentos relativos a contratos/projetos e demais informações referentes a diligências. A equipe jurídica analisa os processos licitatórios e os termos aditivos dos projetos, como também a emissão de pareceres jurídicos e orientação às Secretarias Setoriais em matérias que envolvam análise jurídica dos projetos. Quanto à equipe de engenharia, além da análise da regularidade ambiental dos projetos, é responsável pela análise dos processos de licitação e aditivos referentes aos contratos de obras e serviços de engenharia, como também pelo monitoramento das obras e serviços de engenharia com o objetivo de verificar a qualidade de acordo com a demanda das Secretarias Setoriais.

Os gestores de projeto controlam, acompanham e auxiliam as secretarias setoriais no desenvolvimento de projetos e na aplicação de recursos conforme as normas dos agentes financiadores. Controlam e acompanham o escopo, os custos, os prazos, as metas e os riscos durante toda a execução dos projetos. Auxiliam na elaboração do cronograma de execução dos projetos, como também na mitigação de riscos. Fazem a análise financeira dos processos licitatórios referentes aos projetos, buscando garantir fontes de recursos para conclusão integral do projeto. Promovem reuniões periódicas de *status* dos projetos com os gestores das Secretarias Setoriais e *Stakeholders*.

Metodologia

Como os gestores de projetos do EPROJ eram demandados constantemente pelas Secretarias Setoriais, que solicitavam informações atualizadas sobre a execução dos projetos, houve a tomada de decisão de desenvolver ferramentas de apoio à gestão dos projetos, que são direcionadas à fase de monitoramento.

Com um portfólio de mais de 500 projetos, verificou-se a necessidade de utilizar uma metodologia específica para o gerenciamento dos contratos de operações de crédito alinhados com o planejamento e o controle da execução das obras, aquisições e convênios. Com a metodologia de Gestão de Projetos e sua implantação, foi necessário classificar a

informação quanto ao nível de tomada de decisão (Mapa Estratégico da Informação). São sete níveis distribuídos em três categorias: Estratégico, Tático e Operacional.

Dessa forma, quando um fiscal de obra faz medição de um serviço, isso é refletido em um grupo de serviço, que, por sua vez, é interligado a uma obra, a qual reflete em um subprojeto (contrato) que é parte integrante de um projeto que compõe um programa e, finalmente, está inserido no portfólio. Ressalta-se que é por meio de uma medição do fiscal de obras que o sistema habilita o Gestor Financeiro a realizar liquidações e pagamentos referentes a determinado projeto.

A formação de equipe de excelência e o bom ambiente foram fundamentais para a eficácia na concatenação de conceitos entre os dados e informações de diferentes contratos e sistemas, pois na metodologia adotada um projeto pode associar “n” contratos/convênios (subprojetos) e assim o gestor ou cidadão acompanhar “on-line” as atualizações de medições com imagens e serviços, pagamentos, aditivos de contratos e reajustes de forma simples e desfragmentada.

Como desenho do processo destacam-se as fases de planejamento, integração e controle do sistema de Gestão de Projetos, também desenvolvido pelo EPROJ, especificamente para a fase de monitoramento – o Painel SC.

A equipe responsável pela metodologia, desenvolvimento e implementação de todo o projeto são os servidores do EPROJ – Escritório de Projetos. Ressalta-se que a originalidade dos sistemas e as regras de negócios foram formuladas pela equipe EPROJ. Como equipe externa ou terceiros, houve a colaboração direta da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, de gestores do SICOP e do SIGEF (integrações). Como colaboradores diretos e indiretos tem-se os demais servidores setoriais, que alimentam os dados referentes ao planejamento, à execução, à fiscalização de obras, entre outros.

Para subsidiar as atividades até chegar à sua última etapa, que é a publicação e a sensibilização da sociedade catarinense sobre a importância de participar e colaborar com a aplicação de investimentos estratégicos no Estado, a equipe:

(i) Realizou um *benchmarking*, visitando outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco, buscando identificar boas práticas;

(ii) Mapeou processos internos de gestão existentes;

(iii) Adotou uma metodologia própria, adaptada a partir das técnicas presentes no Guia PMBOK, que são relacionadas à gestão pública;

(iv) Desenvolveu, testou e homologou todas as integrações, inclusive tendo como premissa a tradução de campos ou termos mais complexos/técnicos para uma linguagem mais acessível ao cidadão;

(v) Criou o sistema de Gestão de Projetos (GPP) para o planejamento e o controle dos projetos;

(vi) Desenvolveu e publicou o Aplicativo Painel SC, especificamente para a fase de monitoramento dos projetos, o qual tem cidadãos e gestores como público-alvo;

(vii) Desenvolveu o Canal com o Cidadão, adaptando a ferramenta da plataforma “disqus” (gratuita) ao Painel SC, e preparou a equipe para o atendimento de novas demandas.

Classificação das Fases do Projeto

1. Planejamento: Sistema de Gestão de Projetos (GPP);
2. Execução:
 - a. Módulo de Contratos de Serviços do SIGEF;
 - b. Módulo de Contratos de Aquisições do SIGEF;
 - c. Módulo de Convênios do SIGEF;
 - d. Módulo de Obras do SICOP.
3. Integração: SIGEF e SICOP;
4. Controle: Sistema de Gestão de Projetos;
5. Monitoramento: Painel SC.

Além da visão sistêmica, também foram classificados os sete níveis estratégicos da informação, os quais foram distribuídos em três categorias:

1. Estratégico:

- a. Portfólio;
 - b. Programa;
 - c. Projeto.
2. Tático:
- a. Subprojetos (contratos de obras, aquisições, serviços e convênios).
3. Operacional:
- a. Obras;
 - b. Grupos de serviços de obras;
 - c. Serviços de obras.

Evidencia-se a Estrutura Analítica do Projeto como peça fundamental na aceitação e sensibilização dos servidores. O Gestor do Projeto associa os respectivos contratos de obras, serviços, supervisões de obras, aquisição de equipamentos ou até mesmo convênios ao projeto, viabilizando o acompanhamento *on-line* pelos gestores e cidadãos. A implementação do sistema e a integração dos dados que até então eram fragmentados obrigaram que o processo de alimentação dos dados por parte de diversos órgãos passasse a ser mais rápido, preciso e transparente.

Estrutura do Aplicativo

O web-aplicativo painel SC, **painelsc.sc.gov.br**, é um instrumento de transparência ativa do governo, que disponibiliza a qualquer cidadão catarinense grandes quantidades de informações e o conhecimento de forma organizacional sobre cada Portfólio, Programa de Investimento, Projeto e Subprojeto (contratos/convênios).

Além disso, o aplicativo possibilita ao usuário interagir diretamente na plataforma sobre qualquer projeto do Portfólio Pacto. Dessa maneira, compartilham-se as melhores práticas e regras existentes nos sistemas corporativos do Estado, como o SICOP (Sistema de Controle de Obras Públicas) e o SIGEF (Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado), e pretende-se estimular uma nova cultura de democracia eletrônica, pautada em ações compartilhadas entre a Administração Pública e o cidadão cata-

rinense que poderá, em tempo real, atuar no monitoramento dos principais projetos do Governo do Estado. Permite acompanhar e monitorar os projetos do Portfólio Pacto, a visualização das imagens vinculadas à execução dos projetos de forma automática, na medida em que são feitas as medições das obras e os pagamentos dos contratos de aquisições e convênios.

Atualmente, apresentam-se no Painel SC dois portfólios:

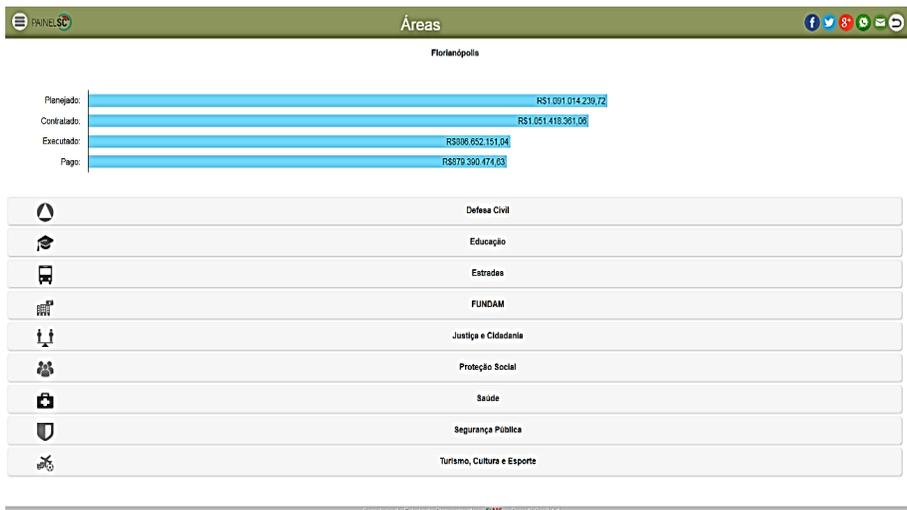
1. O Portfólio Pacto por SC, estruturado basicamente com:
 - a. 14 programas de investimentos (Ações por área);
 - i. 552 projetos (anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018);
 1. 749 contratos de obras, supervisões, projetos de engenharia e estudos (SICOP);
 2. 377 contratos de aquisições e serviços (SIGEF);
 3. 14 convênios com municípios.
 - b. O Portfólio Pacto-Projetos Prioritários apresenta 14 programas de Investimentos:
 1. Saúde: 140 projetos;
 2. Educação: 129 projetos;
 3. Proteção Social: 21 projetos;
 4. Segurança Pública: 36 projetos;
 5. Justiça e Cidadania: 37 projetos;
 6. Agricultura: 3 projetos;
 7. Amortização de Dívida: 1 projeto;
 8. Defesa Civil: 19 projetos;
 9. Capitalização de Agentes Financeiros: 2 projetos;
 10. Inovação: 09 projetos;
 11. Estradas: 149 projetos;
 12. Infraestrutura Logística: 3 projetos;
 13. FUNDAM: 1 projeto;
 14. Turismo, Cultura e Esporte: 2 projetos.

Quadro 1 – Web-Applicativo Painel SC – projetos prioritários



Fonte: SANTA CATARINA. Painel SC. Disponível em: www.painelsc.sc.gov.br .

Quadro 2 – Web-Applicativo Painel SC – áreas de atuação



Fonte: SANTA CATARINA. Painel SC. Disponível em: www.painelsc.sc.gov.br.

c. O Portfólio FUNDAM – Fundo de Apoio aos Municípios:

1. 454 convênios.

Quadro 3 – Web-Applicativo Painel SC – Fundo de Apoio aos Municípios



Fonte: SANTA CATARINA. Painel SC. Disponível em: www.painelsc.sc.gov.br.

Quadro 4 – Web-Applicativo Painel SC – Fundo de Apoio aos Municípios – Municípios

Fundo de Apoio aos Municípios	
Valor Total dos Projetos Apresentados: R\$ 639.344.800,47	
Informe o Município sem acentuação...	
ABDON BATISTA	
CONSTRUÇÃO DE CENTRO POLIESPORTIVO (ESTÁDIO MUNICIPAL)	🔍
Valor Repasse: R\$ 700.000,00	
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO	🔍
Valor Repasse: R\$ 500.000,00	
ABELARDO LUZ	
Pavimentação Asfáltica das Ruas Diversas do Município de Abelardo Luz.	🔍
Valor Repasse: R\$ 2.280.000,00	
AGROLÂNDIA	
Pavimentação e Drenagem de Ruas	🔍
Valor Repasse: R\$ 1.573.664,04	
AGRONOMICA	
Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, passeio e sinalização viária de via urbana.	🔍
Valor Repasse: R\$ 1.011.740,50	
Aquisição de Veículos para o Município de Agronômica/SC.	🔍
Valor Repasse: R\$ 108.259,07	
ÁGUA DOCE	
OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE	🔍
Valor Repasse: R\$ 1.889.856,21	

Fonte: SANTA CATARINA. Painel SC. Disponível em: www.painelsc.sc.gov.br.

Ressalta-se que estando essas informações nas mãos dos cidadãos, esse conhecimento dar-lhes-á mais fundamentos para questionamentos e

proatividade no acompanhamento da execução das obras em suas localidades ou no que mais lhes interessam. Assim, criou-se o Canal com o Cidadão, que foi desenvolvido por meio de adaptação de uma plataforma (Disqus) gratuita para *websites*. O Canal com o Cidadão está disponível para qualquer projeto do Portfólio Pacto. Ele se estruturou fisicamente com a equipe do Escritório de Projetos do PACTO através de meios de atendimento ao cidadão no menor tempo possível, com a finalidade de tê-lo como colaborador na fiscalização mais célere e na disponibilização de membros para atender o cidadão das obras.

O acesso ao Painel SC se dá através do sítio www.painelsc.sc.gov.br (web-aplicativo) ou baixando em plataforma IOS ou Android. Os aplicativos têm a mesma estrutura de dados do *webapp*, embora com leiautes de telas um pouco diferentes. Entretanto, o acesso do usuário ao Canal com o Cidadão é somente via *webapp*. Priorizou-se em seu desenvolvimento o acesso mobile e a visualização responsiva, pois muda a sua aparência e disposição com base no tamanho da tela. Visualiza-se no Painel SC o Portfólio Pacto e suas funcionalidades (execução em tempo real/*on-line*) da seguinte forma:

1. Portfólio Pacto e funcionalidades (execução em tempo real/*on-line*):

- a. Ações por área: apresenta de forma visual e intuitiva por meio de símbolos oficiais todos os programas de investimentos definidos na Gestão de Projetos. Existem 14 programas de investimento e 552 projetos: Agricultura (3), Amortização de Dívida (1), Capitalização de Agentes Financeiros (2), Defesa Civil (19), Educação (129), Estradas (149), Infraestrutura Logística (3), Inovação (09), Justiça e Cidadania (37), Proteção Social (21), Saúde (140), Segurança Pública (36), Turismo, Cultura e Esporte (2). Ao clicar no programa, é apresentada a relação de projetos com sua descrição resumida, valor planejado e situação. Também se visualizam os totalizadores do que está planejado e há a possibilidade de informar palavras-chaves sobre a descrição do projeto, sugerindo, de acordo com o cadastro;
- b. Busca por localidade: facilita ao usuário a busca por Secretaria de Desenvolvimento Regional ou por município,

colaborando para que os gestores e cidadãos locais compreendam o que há planejado, em andamento ou encerrado para a sua região. Ressalta-se que o sistema apresenta apenas programas de investimentos, com os valores das entregas nessa regional ou no município;

c. Posição geográfica: possibilita ao usuário visualizar no mapa (*Google maps*) todos os projetos da área ou selecionar uma área e um raio (10, 25, 50, 100 km) de acordo com a atual posição geográfica do usuário. Assim, visualizam-se os pontos próximos e que foram previamente marcados por coordenadas geográficas no sistema Gestão de Projetos. Ao clicar em detalhes, visualiza-se a tela do projeto;

d. Sobre o Pacto SC: há descritivo sobre todos os programas de investimento e do Portfólio Pacto e apresenta gráficos sobre o panorama geral do portfólio. Além de instruir o cidadão para questionamentos, críticas, reclamações, denúncias ou elogios, que poderão ser realizados por meio de um clique no *link* da ouvidoria do Estado para a abertura de atendimento no Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC) – Lei de acesso à informação nº 12.527/2011 –, contribuindo para o desenvolvimento de um modelo de gestão baseado em democracia eletrônica;

e. Na tela do projeto, visualizam-se as seguintes funcionalidades em tempo real (*on-line*):

i. Projeto: contém o gráfico com as seguintes barras (valores agrupados conforme contratos associados):

1. Planejado: refere-se à estimativa realizada por orçamento de tudo que será contratado, relacionado ao projeto, como aquisições, serviços, obras, etc.

Esse campo é alimentado na Gestão de Projetos e é obrigatório seu cadastro nas abas: fontes de recursos, municípios/entregas e cronograma de desembolso.

2. Contratado: refere-se a todos os contratos que estão associados/integrados a um projeto, oriundos de outros sistemas (SIGEF – quando aquisições ou serviços – ou SICOP – quando obras) e disponibilizados em tempo real (*on-line*) na

Gestão de Projetos. Nessa barra, soma-se o contratado original, os aditivos e reajustes, independentemente do número de contratos associados ou tipos de contratos;

3. Executado: refere-se ao total medido e reajustes de um ou mais contratos quando obras/supervisões de obras e os valores liquidados quando contratos de aquisições ou de serviços;

4. Pago: visualiza-se o total pago de todos os contratos associados/integrados a um projeto;

5. Campo situação: visualiza-se o *status* do projeto – se existir associação de contrato principal, haverá regra de negócio – para que se acompanhe a situação do contrato automaticamente;

6. Campo fase e observação: desdobramento da situação e dos detalhes a respeito do projeto, os quais são importantes para o público interno e externo;

7. Campo fonte de recursos: apresenta o valor planejado total por fonte de recursos, que, por meio de regras na Gestão de Projetos, tem que ser igual ao cronograma de desembolso, e as entregas, conforme as definições georreferenciadas;

ii. Contratos (obras): apresenta os contratos de obras associados (integrados) no sistema de Gestão de Projetos e provenientes do sistema SICOP. Utiliza as informações alimentadas pelos fiscais de obras e gestores de contratos, assim como os colaboradores na execução orçamentária e financeira. Tem como principais campos:

1. Contrato

a. Título; Objeto; Situação; Contratante; Contratado; CNPJ; Razão Social; Valor original contratado (A); Valor aditado (B); Valor atual ($C=A+B$); Reajuste (D); Valor total contratado ($E=C+D$); Valor total medido (F); Valor Pago (G) (regra: o pagamento não pode ser maior que o medido);

2. Metas: apresenta algumas datas marco referentes ao contrato associado ao projeto. Referidos marcos são alimentados diretamente pelos gestores e fiscais dos contratos no sistema

de controle de contratos de obras civis e medições. Para o sistema de Gestão de Projetos e Painel SC, essas alimentações são automáticas:

- a. Publicação do edital; Entrega da Ordem de Serviço; Conclusão da Obra.
3. Fotos: nessa tela o cidadão ou gestor visualiza todas as imagens que o fiscal do contrato alimenta no sistema de controle de obras. A alimentação é obrigatória a cada medição, sendo necessária a inserção de, no mínimo, duas fotos por grupo de serviço. A apresentação dessas imagens no Painel SC é por ordem decrescente cronológica (mais recente para a mais antiga) e também há a descrição do serviço, grupo de serviço e a data da medição. Vale ressaltar que até julho/2015 existiam mais de 50.000 imagens disponíveis no sistema Painel SC referentes ao portfólio Pacto – todas discriminadas pelo serviço e grupo de serviço medido e com a data da medição.
- iii. Aquisições (Contratos de Serviços ou Aquisições): apresenta os contratos de serviços ou aquisições associadas no sistema de Gestão de Projetos e provenientes do sistema SIGEF (módulo contratos). Da mesma forma que os contratos de obras se utilizam das informações alimentadas pelos fiscais de contratos e gestores, assim como dos dados provenientes de liquidações e pagamentos alimentados pelos colaboradores da execução orçamentária e financeira. Tem como principais campos: Unidade Gestora; Resumo; Contratante; Contratado; Data Início; Data término original; Data término atual; Valor contratado; Valor executado; % executado; Valor pago.
 - iv. Convênios: da mesma forma que os contratos de aquisições e serviços, os convênios, provêm do sistema SIGEF, módulo transferências, e apresentam dados referentes aos totalizadores, às contrapartidas, aos repasses e aos pagamentos. Têm como principais campos: Objeto; Situação; Concedente; Conveniente; Data publicação; Data término; Valor global; Valor contrapartida; Valor de repasse; Valor última liberação; Data última liberação;

- v. Município: nessa funcionalidade, visualizam-se as entregas por município, para os quais haverá entregas referentes a tal projeto, com sua coordenada geográfica;
- vi. Panorâmica: fotos principais do projeto (marcação da panorâmica) com descrição e data.

2. Portfólio FUNDAM – Fundo de Apoio e Desenvolvimento dos Municípios:

- a. FUNDAM: lista todos os convênios desse portfólio, categorizados por município, e permite a busca digitando o nome do município;
- b. Mapa FUNDAM: possibilita ao usuário visualizar no mapa (*Google maps*) todos os projetos ou selecionar um raio (10, 25, 50, 100 km) de acordo com a atual posição geográfica do usuário. Assim, visualizam-se os pontos próximos e previamente marcados por coordenadas geográficas no sistema Gestão de Projetos, com dados sobre a descrição e o valor de repasse. Ao clicar em detalhes, visualiza-se a tela detalhes do projeto;
- c. Sobre o FUNDAM: há um descritivo sobre todo o Portfólio que, assim como no Portfólio Pacto, instrui o cidadão para que, em caso de questionamentos, críticas, reclamações, denúncias ou elogios, ele clique no *link* da ouvidoria do Estado para a abertura de atendimento no Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC) – Lei de acesso à informação nº 12.527/2011, contribuindo para um modelo de gestão baseado em democracia eletrônica.

Dificuldades Encontradas na Implantação dos Projetos

As maiores dificuldades que ocorreram durante a implantação dos projetos foi com relação à resistência de alguns servidores das secreta-

rias na implementação do novo método e utilização do sistema de Gestão de Projetos. Entretanto, aos poucos se percebeu maior aceitação, visto que haveria transparência e conhecimento dos atos administrativos aos gestores e cidadãos por meio do Painel SC. Ressalta-se, também, que foi percebida pelos colaboradores a fácil usabilidade após a associação/integração dos contratos ou convênios, pois o sistema é autoalimentado.

No que diz respeito à construção da metodologia para o sistema de Gestão de Projetos, a dificuldade encontrada esteve relacionada com a necessidade de adaptação do Guia PMBOK (Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos) com o modelo de administração pública, não privada, e os processos internos de gestão do Estado.

Desafios

O desafio de pensar e agir com base na Gestão de Projetos é ainda maior na área pública, em virtude de suas diversas peculiaridades, como a influência do vetor político nas decisões, excesso de burocracia, resistência à mudança cultural, dentre outros. Logo, é preciso compreender que a aplicação de modelos pré-formatados requer especial atenção por parte dos gestores de projetos, principalmente no que tange à adequação das metodologias existentes à realidade encontrada na esfera governamental.

O sistema Painel SC é, portanto, uma solução inédita de Monitoramento decorrente da Gestão de Conhecimento de informações corporativas do Estado, aplicada a uma metodologia própria de Gestão de Projetos que o transforma em uma ferramenta inovadora de gestão, transparência ativa e *accountability*. Reforçando o ineditismo, o projeto teve que proporcionar ao cidadão a possibilidade de interagir diretamente na plataforma com os órgãos setoriais e gestores do projeto por meio da abertura de um canal de comunicação específico, consolidando, dessa forma, um modelo de gestão baseado em democracia eletrônica.

O Painel SC, ante o seu segundo passo, acima descrito, permite efetividade na transparência ativa e, conseqüentemente, por meio do “Canal com o Cidadão”, viabiliza o interesse do cidadão em colaborar para a gestão pública por meio de transparência passiva. O aplicativo apresen-

ta-se otimista e inovador na desburocratização da gestão interna, bem como na integração facilitada de comunicação entre gestores e cidadãos tempestivamente.

As principais práticas adotadas foram:

1) A metodologia inédita adotada com a adaptação dos conceitos de Gerenciamento de Projetos ao modelo de gestão da administração pública estadual, como, por exemplo: Classificação do Portfólio, Programa de Investimento e Projeto; EAP (Estrutura Analítica do Projeto); Fases do Projeto; Áreas de Conhecimento. Antes dessa nova metodologia e arquitetura de dados, enxergava-se a partir do conceito de contrato/obras públicas, dificultando, portanto, o conhecimento gerencial do investimento. Hoje, por exemplo, o projeto Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz é um projeto que associa (integra) 12 subprojetos (contratos). Outro exemplo é o projeto Construção do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres e Reforma do Complexo SDC, o qual possui 12 contratos (subprojetos) de obras, estudos e projetos de engenharia associados. Além disso, tem 41 contratos referentes às aquisições de equipamentos e mobiliários integrados ao projeto.

2) Desenvolver e implementar sistema próprio de Gestão de Projetos que teve como um dos principais marcos o momento de efetivo controle dos dados referentes a custos e tempo (metas) por meio de relatórios dinâmicos (*pentaho, oracle*) em tempo real, integrados aos sistemas de execução do Estado e acessados diretamente nos servidores.

Também se destaca que para a elaboração de cronograma do projeto, encontrou-se como solução a implantação do sistema *Project Libre*, que é integrado diretamente à Gestão de Projetos, de forma customizada e gratuita.

3) Integração dos sistemas: visualizam-se na Gestão de Projetos e no Painel SC mais de 300.000 imagens, todas com a descrição do grupo de serviços, data da medição e descrição da foto, conforme a inserção do arquivo pelo fiscal de obra. Esse controle e regras fortes existentes no sistema foram determinantes para a implantação do Painel SC (monitoramento), que teve como principal motivação da equipe a disponibilidade dos dados não somente aos gestores, mas também aos cidadãos.

A Metodologia PMBOK (Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos), adaptada ao planejamento e à gestão dos projetos: colaborativo, consulta georreferenciada no *Google Maps* de acordo com a área e o raio de alcance solicitado (10, 25, 50, 100 km ou todos), facilidade de acesso, boa navegabilidade, integração e confiabilidade nos dados apresentados por meio de agrupamentos de contratos em forma de projeto, controle de metas, etc.

Relevância

O Painel SC tem como público-alvo toda a população catarinense. Engloba, em relação ao seu potencial de alcance, as categorias de *e-gov*: o G2C, no qual o cidadão fiscaliza e acompanha projetos de seu interesse; o G2G, quando os gestores e servidores o utilizam para a tomada de decisões e o acompanhamento de projetos sob as suas responsabilidades; o G2B, no qual as próprias empresas acompanham as medições realizadas pelos fiscais e os pagamentos executados pelos técnicos financeiros do governo, estimulando-os ao cumprimento de cronograma, tendo em vista o nível de transparência disponibilizado. A estruturação e o planejamento dos dados apresentados promovem a interação com o governo (qualquer órgão ou função), favorecendo efetivamente a transparência ativa e colaborando para a construção de um modelo de democracia eletrônica.

Outro fato importante da integração dos sistemas é a visualização, com alimentação automática, das medições das obras. Visualizam-se no Painel SC mais de 70.000 imagens, todas com a descrição da obra, grupo de serviço medido, data da medição e descrição da foto, conforme os contratos de obras. Não obstante o fato de os dados de planejamento, medições, imagens, liquidações e pagamentos serem apresentados em tempo real, priorizou-se a responsabilidade da interpretação das informações e não somente os processos de coleta de informação. Esse controle e as regras fortes existentes no sistema foram determinantes para a implantação do Painel SC, que teve como principal motivação a disponibilidade dos dados, transformando-os em conhecimento não somente aos gestores, mas também aos cidadãos.

Considerações finais: resultados e projetos em andamento

Um dos principais resultados obtidos foi a sensibilização, aceitação e divulgação do Painel SC pelo nosso maior gestor, o Governador do Estado, visto que o sistema foi apresentado pessoalmente por ele em suas palestras estratégicas nos diversos municípios, facilitando a interação com o governo e como uma via de mão dupla. O Governador instiga os cidadãos a acessarem o Painel SC e orienta quanto ao acompanhamento na execução, principalmente citando empresas contratadas.

Essa forma de atuação repercute na melhoria da prestação de serviços executados (agilidade), na qualidade das entregas e compartilha as expectativas, incluindo, portanto, a sociedade civil no centro dos processos decisórios. O sistema também instrui o cidadão para que em caso de questionamentos, críticas, reclamações, denúncias ou elogios, ele clique no *link* da ouvidoria do Estado para a abertura de atendimento no Serviço de Informações ao Cidadão, contribuindo para um modelo de gestão baseado em democracia eletrônica. Da mesma forma, o Painel SC pode ser visualizado e acompanhado pelos órgãos de controle: Tribunal de Contas, Ministério Público e Controle Interno.

Além da transparência e clareza da informação fornecida pelo aplicativo, vale ressaltar sua utilidade como uma melhoria nos processos internos e maior fluidez nas operações dentro do governo, levando os gestores a um pensamento estratégico e focado em resultados. Como futuros desenvolvimentos, já estão em fase de execução os dados *off-line*, vídeos tutoriais desenvolvidos pela Secretaria de Comunicação, visualização de imagens de prestação de contas de convênios automatizadas (integração), visualização em barras (%) das medições físicas do contrato/obra/grupo de serviço e cronograma (*Project libre*).

Com o desenvolvimento dessas ferramentas, o EPROJ ganhou destaque e recebeu alguns prêmios, tais como: em 2016, o PAINEL SC ganhou destaque com o lançamento da ferramenta CANAL COM CIDADÃO, um serviço *on-line* que oferece ao usuário a possibilidade de interagir com o Governo do Estado, enviando comentários, imagens e mídias sobre cada projeto integrante do Programa Pacto por Santa Catarina, solicitando in-

formações, realizando denúncias, críticas e elogios. Ele recebeu o selo do Prêmio UDESC ESAG em “Boas Práticas de Administração Pública”, além de ter sido selecionado e apresentado no CONSAD 2016, realizado em Brasília.

Em 2017, recebeu o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico da categoria e-Serviços Públicos, no Prêmio e-Gov 2017, pelo trabalho desenvolvido com o Painel SC. A premiação tem como objetivo reconhecer e incentivar o desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico na administração pública e divulgar ações que, com o uso da tecnologia da informação, visem modernizar a gestão pública em benefício da população.

Dentre os diversos projetos acompanhados pelo EPROJ, no portfólio Pacto, houve uma geração de economia acumulada de R\$ 47 milhões até o período de 2013 a 2018, devido às análises técnicas de engenharia nos termos aditivos.

Podemos destacar diversos projetos em que o escritório atua. Nesse contexto, o maior volume de investimentos do Estado está voltado para a revitalização e a pavimentação de rodovias. Composto por 142 projetos, com investimentos previstos na ordem de R\$ 4.671 milhões, já foram executados R\$ 3.925 milhões, sendo 106 projetos concluídos.

Dentre as diversas obras da área de infraestrutura, podemos citar a Ponte Hercílio Luz. Considerada uma obra emblemática do Governo do Estado de Santa Catarina, o projeto de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, apresenta investimentos previstos de R\$ 436 milhões. O EPROJ iniciou o acompanhamento desse projeto a partir do ano de 2013, analisando a evolução físico x financeira da obra, como também a aprovação técnica de aditivos necessários para a sua conclusão. No momento, apresenta 75% de avanço físico x financeiro, com previsão de conclusão para dezembro de 2019.

O Porto de Itajaí e Navegantes é considerado o segundo maior porto do País em cargas de contêineres. Esse projeto possui extrema relevância econômica para o Estado, pois amplia a capacidade de movimentação de cargas que são produzidas e exportadas em Santa Catarina, representando hoje 70% do comércio exterior catarinense. Po ssui investimentos previstos de R\$ 152 milhões, atualmente apresenta 83% das obras concluídas, com previsão de finalização para dezembro de 2018.

A área da saúde é de extrema importância para o governo estadual. Atualmente, é composta por 140 projetos, com investimentos previstos na ordem de R\$ 627 milhões, sendo que já foram executados R\$ 453 milhões, com 89 projetos concluídos. Destacam-se os projetos do Hospital Tereza Ramos e Hospital Marieta Konder Bornhausen.

O Hospital Marieta Konder Bornhausen é um projeto que contempla a obra de ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital Tereza Ramos, em Lages, com investimentos previstos de R\$ 132 milhões, que chegam, neste momento, a 90% de execução física x financeira. Esse projeto beneficiará 800 mil pessoas de 67 municípios catarinenses, as quais encontrarão um centro de referência e excelência nos serviços de alta complexidade em cirurgia bariátrica, gestações de alto risco, infectologia, tratamento de queimados e oncologia.

As obras de ampliação e aquisição de equipamentos para o Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, estão 88% concluídas e possuem investimento previsto de R\$ 107 milhões. Com inauguração prevista ainda para 2018, será o maior hospital de Santa Catarina, com 624 leitos. É considerado uma referência para a região do Vale do Itajaí, atendendo cerca de 700 mil pacientes por ano. Nele são realizadas aproximadamente 20 mil internações, quatro mil partos, 80 mil atendimentos de urgência e emergência e 20 mil cirurgias.

Na área da educação, o EPROJ possui uma carteira com 128 projetos voltados para a ampliação e a restauração de escolas, a construção de quadras e ginásios de esportes, como também a aquisição de móveis e equipamentos. São diversas escolas, em diferentes regiões do Estado, com um investimento previsto de R\$ 708 milhões, sendo que já foram executados R\$ 624 milhões e 81 projetos já foram concluídos.

Na área da segurança, com 36 projetos acompanhados pelo EPROJ, pode-se destacar a construção de novas delegacias de polícia, de quartéis de polícia militar, bem como a aquisição de novos veículos e equipamentos de proteção. Estão sendo investidos R\$ 340 milhões, sendo que já foram executados R\$ 322 milhões, com 22 projetos concluídos.

Na área de Justiça e Cidadania, o EPROJ acompanha 37 projetos, podendo ser destacada a construção de novas delegacias de polícia, de quartéis de polícia militar, bem como a aquisição de novos veículos e

equipamentos de proteção. Já foram concluídos 21 projetos, 13 estão para iniciar e três estão em andamento. Estão sendo investidos R\$ 529 milhões, sendo que já foram executados R\$ 327 milhões, com 21 projetos concluídos.

Na Penitenciária Agrícola de Chapecó foram investidos mais de R\$ 30 milhões para a construção de sua nova ala, com capacidade para 600 presos no regime fechado, sendo 576 vagas coletivas, 14 individuais e nove vagas para portadores de necessidades especiais.

Na Penitenciária de São Cristóvão do Sul, sediada na região de Curitiba, o projeto contempla a construção da ala de segurança máxima, com investimento de R\$ 31 milhões. A penitenciária é modelo. Dos seus 847 detentos, 800 trabalham para uma das 13 empresas conveniadas na fabricação de sofás, travesseiros e brinquedos. Também há 418 detentos que estudam. A ressocialização é feita com 7 mil presos no Estado.

Podemos concluir que com a aplicação das melhores práticas de gestão de projetos, alinhadas à utilização e ao desenvolvimento de ferramentas informatizadas, há uma melhoria contínua nos processos de acompanhamento e controle dos projetos, que permite aos gestores públicos otimizar, consequentemente, recursos e prazos, além de entregar melhores resultados aos cidadãos.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.064, de 17 de julho de 2012. Institui o Programa Pacto por Santa Catarina e o seu Comitê Gestor e estabelece outras providências. Florianópolis, SC, 17 de julho de 2012. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2012/001064-005-0-2012-002.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013. Dispõe sobre o programa Pacto por Santa Catarina (PACTO) e estabelece outras providências.

Florianópolis, SC, 10 de maio de 2013. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislaaoEstadual/2013/001537-005-0-2013-004.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.289, de 05 de setembro de 2017. Institui o escritório de gestão de projetos do poder executivo estadual e estabelece outras providências. Florianópolis, SC, 05 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://leisestaduais.com.br/governo/sc/decreto-n-1289-2017-santa-atarina-institui-o-escritorio-de-gestao-de-projetos-do-poder-executivo-estadual-e-estabelece-outras-providencias>>. Acesso em: 18 dez.2018.

SANTA CATARINA. **Painel SC**. Disponível em: <www.painelsc.sc.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SANTA CATARINA. **Sistema Integrado de Gestão e Planejamento (GPP)**. Disponível em: <www.sicop.sc.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SANTA CATARINA. **Sistema Integrado de Obras Públicas (SICOP)**. Disponível em: <www.sicop.sc.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SANTA CATARINA. **Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)**. Disponível em: <www.sigef.sc.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CAPÍTULO 12

Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais: “Crescendo Juntos”

Sandra da Silva Bertoncini

Tânia Regina Santiago

Vicente Sandrini Pereira

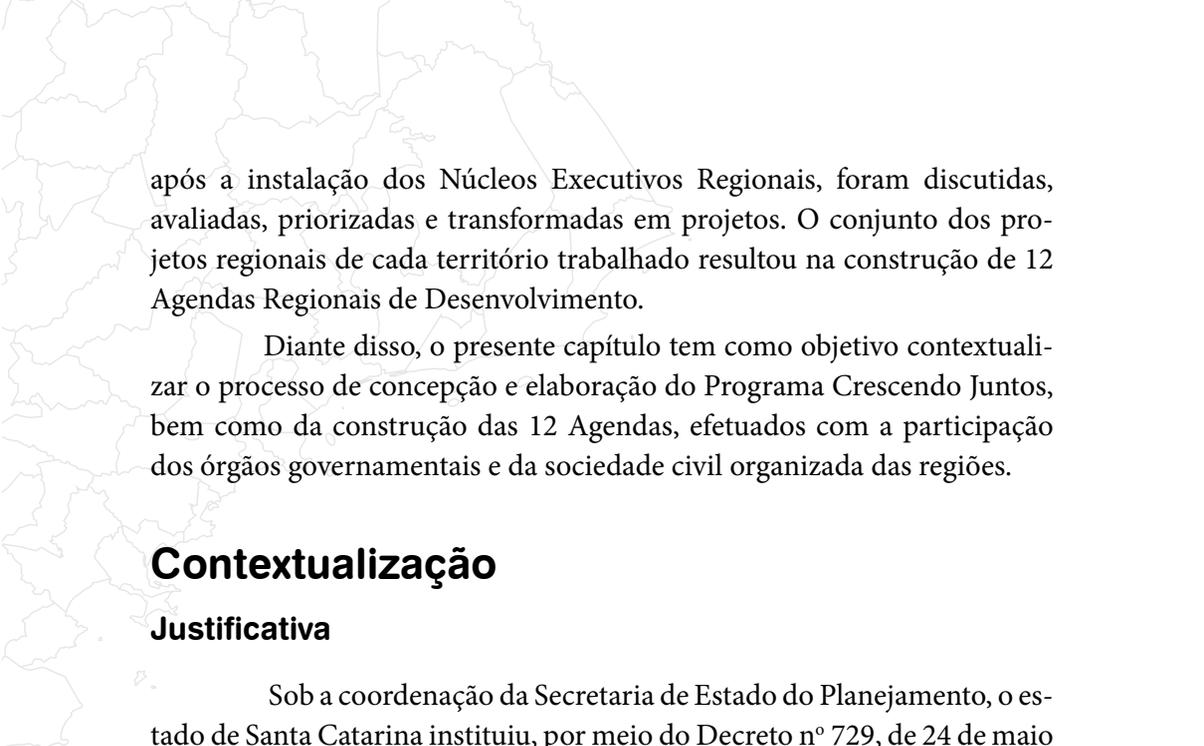
Introdução

Santa Catarina é um estado multicultural que se destaca em inúmeras áreas, seja na economia, na geração de empregos, na diversidade produtiva, na inovação e nos indicadores sociais. Contudo, há desafios que precisam ser superados. Algumas regiões não acompanharam o ritmo de crescimento de outras, o que impede o pleno desenvolvimento de toda a população, em todos os territórios do Estado. Essas desigualdades regionais se manifestam na educação, na saúde, na segurança, na renda, na geração de riqueza, no emprego, na exclusão social e no esvaziamento populacional de determinadas regiões.

Diante dessa realidade, o Governo do Estado, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, concebeu o Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais – Crescendo Juntos –, com a participação da sociedade civil organizada. Referido Programa Crescendo Juntos tem como finalidade articular, coordenar, orientar e estimular o processo de planejamento e de organização de ações, centrado na redução das desigualdades regionais, promovendo um desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável no estado de Santa Catarina.

O Programa focou sua atuação nos fatores causadores das desigualdades entre regiões cujas intervenções propostas fossem capazes de reduzir tais desigualdades de forma estrutural e duradoura, dinamizando a economia em regiões com baixos indicadores de desenvolvimento.

Com a efetiva participação de entidades governamentais e lideranças municipais e regionais, foram compiladas diversas demandas que,



após a instalação dos Núcleos Executivos Regionais, foram discutidas, avaliadas, priorizadas e transformadas em projetos. O conjunto dos projetos regionais de cada território trabalhado resultou na construção de 12 Agendas Regionais de Desenvolvimento.

Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo contextualizar o processo de concepção e elaboração do Programa Crescendo Juntos, bem como da construção das 12 Agendas, efetuados com a participação dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada das regiões.

Contextualização

Justificativa

Sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, o estado de Santa Catarina instituiu, por meio do Decreto nº 729, de 24 de maio de 2016, o Programa Crescendo Juntos, tendo como objetivo desencadear uma ação articulada entre Governo e sociedade regional, com o propósito de diminuir as desigualdades entre as regiões e ampliar as oportunidades de escolha das pessoas, construindo um processo de desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável no estado de Santa Catarina.

Embora o Estado apresente índices de desenvolvimento expressivos ante as outras unidades da Federação, colocando-se entre as melhores em diversos indicadores recentemente publicados, como o IDHM, o Mapa da Exclusão Social e o Índice de Vulnerabilidade Social, não significa que não existam problemas graves e diferenças significativas quando se faz uma análise comparativa entre as suas distintas regiões.

A título de exemplo, podemos citar a concentração de riqueza em algumas regiões do Estado (em 2011, 64% do PIB estava concentrado em sete ADRs: Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau, Itajaí, Brusque, Florianópolis, Criciúma); a perda de população de algumas regiões e municípios (cinco ADRs: Quilombo, Lages, São Lourenço do Oeste, Seara, Dionísio Cerqueira. Além disso, 99 municípios perderam população entre os anos de 2000 e 2010, especialmente os situados nas regiões Oeste, Extremo Oeste e Planalto Catarinense).

O desenvolvimento desigual pode levar a graves problemas sociais nas regiões mais dinâmicas, as quais atraem pessoas e famílias em busca de novas e melhores oportunidades para se viver. Esses problemas estão relacionados ao aumento da criminalidade, da violência, dos homicídios, dos bolsões de pobreza, da ocupação desordenada do território, do inchaço nas periferias das cidades, dos problemas de infraestrutura, saneamento, habitação e mobilidade urbana, dos serviços públicos de saúde e de educação.

O Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico, por meio da promoção e coordenação de ações, bem como da alocação de recursos que apoiem atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, as quais permitam observar e respeitar a diversidade cultural dessas regiões, ampliando as oportunidades de escolha das pessoas de construir um território com densidade social e econômica mais harmônica, que melhore a qualidade de vida de toda a sua população.

O Programa deverá contribuir para criar possibilidades para as regiões menos desenvolvidas alcançarem níveis de desenvolvimento equitativo, que contribuam para ampliar oportunidades e potencializar os ativos endógenos dos territórios com baixos indicadores de desenvolvimento.

Finalidade

O programa tem como finalidade articular, coordenar, orientar e estimular o processo de planejamento e de organização de ações, centrado na redução das desigualdades regionais, promovendo um desenvolvimento inclusivo, equilibrado e sustentável no estado de Santa Catarina.

Resultados Esperados

- Secretarias Setoriais e demais órgãos do governo, com programas, projetos e ações alinhados com a busca da redução das desigualdades regionais;
- Desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do Estado;

- Regiões do Estado com melhores indicadores de desenvolvimento;
- Geração de emprego, criação de empresas e dinamismo econômico ampliados nas regiões de intervenção prioritárias;
- Empreendedorismo fortalecido nas regiões de intervenção prioritárias;
- Migração reduzida da população para outras regiões do Estado;
- Extrema pobreza erradicada nas regiões de intervenção prioritárias; e
- Protagonismo regional fortalecido.

Público-alvo

O público-alvo e prioritário são as regiões do estado de Santa Catarina que apresentam menores índices de desenvolvimento, denominadas “Regiões de Intervenção Prioritárias”, conforme a figura 1.

Essas regiões compreendem 12 ADRs com 84 municípios (após a edição do Decreto nº 1.516, de 06 de março de 2018, art. 4º, as ADRs passaram a compreender o número de oito ADRs), totalizando 1.006.935 pessoas, o que corresponde a 16,12% da população do Estado, gerando um PIB (produto interno bruto) de R\$ 18,3 bilhões, representando 10,3% do total da riqueza produzida em Santa Catarina.

Mapa de Elegibilidade

A partir da elaboração de um Mapa de Elegibilidade definiram-se as regiões prioritárias para ações do Governo, visando articular um conjunto de políticas para dinamizar o desenvolvimento desses territórios.

O mapa foi elaborado a partir da associação de duas variáveis-chave capazes de medir o desenvolvimento socioeconômico de uma região ou do Estado¹.

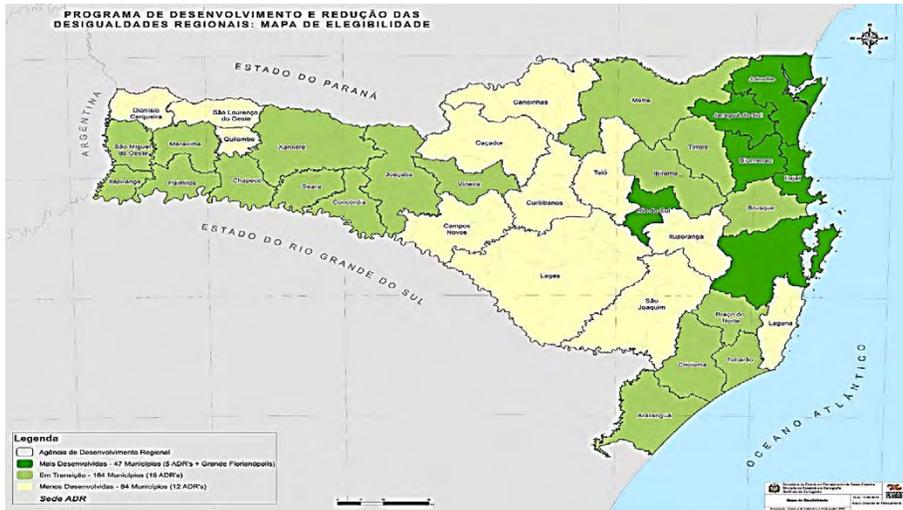
Essas variáveis são: (1) Renda domiciliar *per capita* média da população residente na região e (2) Produto Interno Bruto *per capita*. A primeira dimensiona a riqueza que é apropriada pela população. A segunda, a riqueza que é gerada naquele território. Para tanto, foi criado um Índice sintético para elas, denominado “Índice de Renda SC”.

Essa classificação está fundamentada no indicador-chave denominado “Índice de Renda SC”, composto pela associação de dois índices elaborados a partir da renda domiciliar *per capita* média da população residente na região, com base nos dados do Censo do IBGE de 2010, e do Produto Interno Bruto *per capita* da população da região, com base nos dados do IBGE referentes ao ano de 2012 (IBGE, s.d.), e por dois indicadores complementares: a) a evasão da população: ordenando as regiões pela diminuição de população, considerando-se o período compreendido entre os censos demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010; b) a dinâmica do emprego formal: ordenando as regiões pela menor taxa de crescimento de emprego no período de 2007 a 2013.

Pode-se observar que existe em Santa Catarina regiões em diferentes estágios de desenvolvimento. Os territórios mais desenvolvidos contemplam as regiões administrativas de cinco ADRs (Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau, Itajaí e Rio do Sul) e a região da Grande Florianópolis, abrangendo 47 municípios; regiões em transição, abrangendo 18 ADRs (Araranguá, Criciúma, Tubarão, Braço do Norte, Brusque, Timbó, Ibirama, Mafra, Videira, Joaçaba, Concórdia, Seara, Xanxerê, Chapecó, Maravilha, Palmitos, Itapiranga e São Miguel do Oeste), com 164 municípios. Os territórios menos desenvolvidos abrangem 12 ADRs (Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Ituporanga, Lages, Laguna, Quilombo, São Joaquim, São Lourenço do Oeste e Taió) com 84 municípios catarinenses.

¹ Tendo como referência a metodologia utilizada pela União Europeia, esse mapa também se inspirou nas experiências de regionalização do Ministério da Integração Nacional e do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Estágios de desenvolvimento das regiões de Santa Catarina



Fonte: SPG/DEGE (SANTA CATARINA, 2018, n.p.).

A partir de então, os órgãos e entidades do Poder Executivo e demais parceiros passaram a utilizar o Mapa de Elegibilidade como referência para a implementação dos projetos e das ações componentes do Programa.

Para a delimitação das regiões prioritárias e a elaboração do Mapa de Elegibilidade, estabelecidas no Art. 7º do Decreto nº 729, de 24 de maio de 2016, as regiões administrativas do Estado correspondentes às Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs) foram classificadas de acordo com seu grau de desenvolvimento socioeconômico em três categorias: mais desenvolvidas; em transição; e menos desenvolvidas, conforme a figura 1.

Parcerias

A Secretaria de Estado do Planejamento (SPG) ficou responsável pela articulação com Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual e entidades representativas da sociedade civil organizada, tendo como parceiros o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Federação das Indústrias do Estado

de Santa Catarina (FIESC), a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), a Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), o Banco do Brasil (BB), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Recursos e Instrumentos

Com o objetivo de contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo em todas as regiões catarinenses, foram propostos os respectivos instrumentos e recursos para o Programa:

- As Agendas Regionais de Desenvolvimento, que sintetizam a consolidação de compromissos intragovernamentais e com a sociedade civil nos distintos setores de atuação pública para serem executadas em período plurianual;
- Os mecanismos de apoio, com o objetivo de vocacionar linhas de crédito existentes e a implementação de modelos de financiamento e incentivos financeiros específicos, no sentido de dinamizar o desenvolvimento da economia regional;
- Outros recursos orçamentários, financeiros e materiais ou outros meios disponíveis ou disponibilizáveis que possam auxiliar na consecução dos objetivos do Programa, obedecida a legislação em vigor.

Estrutura de Execução do Programa

O Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais privilegiou ter uma gestão em formato de rede, cuja coordenação e articulação ficaram a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), tendo como atribuição constituir um Comitê Gestor do Programa, localizado na sede do Governo. Nas Regiões de Intervenção Prioritárias foi

criado um Núcleo Executivo Regional, o qual, em articulação com a ADR, ficou responsável por liderar o processo de construção, implementação e monitoramento das Agendas Regionais de Desenvolvimento, fazendo a ligação com o Comitê Gestor do Programa.

O Programa tem sua estrutura administrativa e instância superior no Comitê Gestor, órgão de caráter deliberativo composto pelos seguintes membros: Secretaria de Estado do Planejamento, que o preside; um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável; um representante da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação; um representante da Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca; um representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e até quatro representantes das entidades parceiras, estabelecidas no art. 9º do Decreto nº 729, de 24 de maio de 2016.

Ao Comitê Gestor compete:

- Articular as diversas instâncias das Secretarias de Estado envolvidas na análise e na solução dos problemas relacionados ao Programa;
- Avaliar o andamento da execução do conjunto de projetos e ações das instituições integrantes do Programa;
- Propor ao Chefe do Poder Executivo a inclusão ou a exclusão de projetos e ações no Programa;
- Orientar os órgãos e as entidades envolvidos quanto às medidas necessárias para o alinhamento dos projetos e das ações às diretrizes estabelecidas;
- Definir prioridades e estabelecer metas e indicadores de desempenho para o cumprimento dos compromissos assumidos no Programa;
- Editar, sob a forma de resoluções, as normas procedimentais e instruções complementares para implementação do Programa; e,
- Elaborar e aprovar o seu regimento interno, editado no prazo de 90 dias, e deliberar sobre as demais matérias que lhe forem submetidas, podendo convidar para as reuniões representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, cujas atribuições guardem relação com as ações integrantes do Programa.

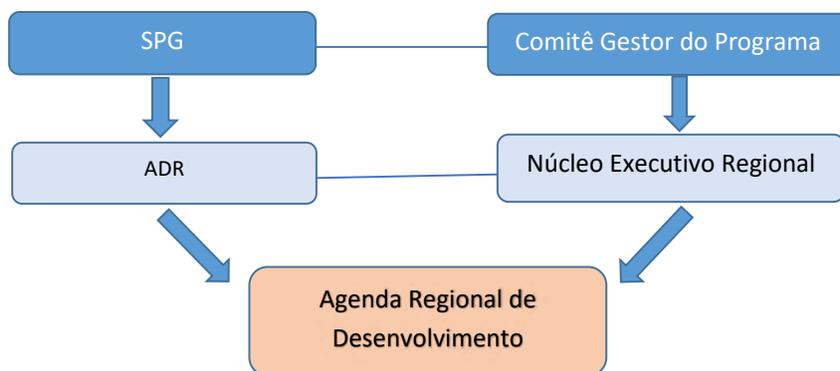
Os Núcleos Executivos Regionais do Programa tiveram sua constituição e funcionamento regulamentados por ato do Secretário de Estado do Planejamento. Foram compostos de forma equitativa por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, limitados a um máximo de doze membros, tendo como natos o Secretário Executivo da ADR, um representante do Conselho de Desenvolvimento Regional e um representante da Associação dos Municípios. Os demais integrantes foram escolhidos pelos próprios agentes locais/regionais a partir das especificidades institucionais e representações de cada território.

Compete ao Núcleo Executivo do Programa:

- Coordenar a execução do Programa no território de abrangência da ADR;
- Promover a participação da sociedade civil organizada na formulação e na execução das ações do Programa;
- Coordenar, em articulação com a ADR, o processo de construção, implementação e monitoramento das Agendas Regionais de Desenvolvimento no âmbito do Programa; e,
- Articular-se com o Comitê Gestor do Programa visando à efetividade das ações em âmbito regional.

A figura 2 apresenta de forma esquemática a estrutura de execução do Programa.

Figura 2 - Estrutura de Execução do Programa



Fonte: Elaboração própria.

Objetivos do Programa

1. Articular e integrar os órgãos e as entidades do Poder Executivo estadual, as agências de fomento e os demais parceiros para atuação nas regiões prioritárias;
2. Estimular a participação e o protagonismo dos agentes locais e regionais no desenvolvimento do Programa;
3. Construir as Agendas Regionais de Desenvolvimento nas regiões de intervenção, integrando os programas, os projetos e as ações de desenvolvimento socioeconômico;
4. Contribuir para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento nas regiões de intervenção prioritárias;
5. Promover o crescimento e a geração de riqueza na economia local e regional;
6. Estimular a geração de empregos formais e incentivar a criação de novas empresas e o empreendedorismo; e,
7. Contribuir para a erradicação da extrema pobreza nas regiões de intervenção prioritárias.

Resultados Esperados no decorrer do Programa

1. Secretarias Setoriais e demais órgãos do governo, com programas, projetos e ações alinhados com a busca da redução das desigualdades regionais;
2. Desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do Estado;
3. Regiões do Estado com melhores indicadores de desenvolvimento;
4. Geração de emprego, criação de empresas e dinamismo econômico ampliados nas regiões de intervenção prioritárias;
5. Empreendedorismo fortalecido nas regiões de intervenção prioritárias;

6. Migração reduzida da população para outras regiões do Estado;
7. Extrema pobreza erradicada nas regiões de intervenção prioritárias; e,
8. Protagonismo regional fortalecido.

Diretrizes

1. Estimular a atuação conjunta das entidades públicas e privadas em consonância com os objetivos do Programa;
2. Melhorar a infraestrutura econômica e social nas regiões de intervenção prioritárias;
3. Promover a diversificação econômica regional a partir dos ativos endógenos;
4. Apoiar as iniciativas intensivas em conhecimento e inovação;
5. Estimular a agregação de valor às cadeias produtivas; e,
6. Apoiar as ações visando à qualificação da gestão pública municipal e regional.

Resultados: metas e indicadores

Durante a implementação do Programa, deverão ser estabelecidas metas e indicadores de processos e de resultados com o objetivo de acompanhar, monitorar e avaliar as ações e resultados alcançados em consonância com os objetivos inicialmente propostos.

Como decorrer de sua implementação nos anos de 2016/2017/2018, foram realizadas *Reuniões Intragovernamentais* com membros (Secretários/ Gerentes e técnicos) das 12 Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs (regiões prioritárias do Programa de Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Ituporanga, Lages, Laguna, Quilombo, São Lourenço, São Joaquim, Taió) e os respectivos Colegiados Regionais de Governo para apresentar o Programa e sua estratégia de execução.

Posteriormente, foram realizados 12 *Workshops* Regionais de Desenvolvimento que envolveram agentes do poder público e da sociedade civil organizada, com o objetivo de construir coletivamente a Agenda Regional de Desenvolvimento, instrumento ancoradouro dos projetos levantados nesses eventos para a dinamização econômica das respectivas regiões, bem como foram instalados os Núcleos Executivos Regionais, abrangendo representantes do poder público e da sociedade civil de cada uma das 12 ADRs, responsáveis pela coordenação e execução do Programa Crescendo Juntos em nível regional.

Observou-se o acerto da iniciativa governamental na medida em que um conjunto de instituições da sociedade civil foi aderindo ao programa assinando 13 *Termos de Cooperação Técnica* com os respectivos parceiros – BRDE, BADESC, BB, FETAESC, FACISC, FAESC, FIESC, SEBRAE, FECAM, UDESC, Sistema ACAFE, UFSC, IFSC.

A partir dos *Workshops* Regionais e do trabalho realizado pelos Núcleos Executivos Regionais, foram consolidadas as propostas preliminares dos projetos elencados para compor a Agenda Regional de Desenvolvimento, resultando em um conjunto de 219 projetos, os quais foram submetidos à apreciação do Comitê Gestor do Programa.

Posteriormente, foram realizadas reuniões específicas com as Secretarias Setoriais, Órgãos de Governo e demais Parceiros do Programa para uma discussão mais detalhada desses Projetos, com o objetivo de definir quais demonstram viabilidade e possibilidade de execução e quais os parceiros que terão efetiva participação em cada projeto selecionado para execução. A partir dessa negociação e definição, foram realizadas reuniões técnicas com os 12 Núcleos Executivos Regionais, com o objetivo de apresentar e discutir o resultado das negociações, bem como ratificar e aprofundar tecnicamente os projetos da respectiva Agenda.

Após a sistematização dos resultados obtidos nas reuniões técnicas, acima mencionadas, pela coordenação do Programa e na reunião do Comitê Gestor, foi possível concluir as *Agendas Regionais de Desenvolvimento das 12 regiões* (ADRs) do Programa Crescendo Juntos. Os 219 projetos foram discutidos e definidos nos *Workshops* Regionais e, posteriormente, aprimorados pelos Núcleos Executivos Regionais.

Considerações Finais

No decorrer de todo o processo de implantação do Programa e de organização e elaboração das Agendas Regionais de Desenvolvimento, foram envolvidas mais de novecentas pessoas, representantes de 438 entidades, entre públicas e privadas.

Os encontros de lideranças regionais nas reuniões de trabalho confirmaram a ideia inicial de grande potencial de parcerias e busca de sinergia na atuação das entidades, facilitando os consensos e potencializando a realização de projetos que, de maneira isolada, dificultam a operacionalização e efetividade pela falta de mão de obra especializada, espaço físico ou recursos financeiros.

Vive-se um momento na administração pública em que, mais do que nunca, há que se buscarem as parcerias para colocar em prática ações concretas para melhorar a infraestrutura e a prestação de serviços públicos à sociedade, já que a arrecadação de tributos não tem sido suficiente para oferecer tudo aquilo que lhe é cobrado, na maioria das vezes com fundamentadas razões.

A implantação desses projetos ao longo dos próximos anos exigirá um esforço concentrado do estado de Santa Catarina, de suas Secretarias setoriais e das demais instituições públicas, bem como dos parceiros da sociedade civil organizada.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Estabelecimentos de saúde. **DATASUS**. Publicado em 2014. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Comissão Europeia. **Textos de referência em planejamento e gestão territorial**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2014**. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. **Compreender as Políticas da União Europeia**: Política regional - Tornar as regiões e as cidades da Europa mais competitivas, promover

o crescimento e criar emprego. Disponível em: <https://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm?action=publications.details&languageCode=pt&publicationId=672>. Acesso em: 16 dez. 2018.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF – 2015**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Séries Históricas e Estatística**. Sem data de publicação. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC. **Formação técnica profissionalizante**. Disponível em: <www.ifsc.edu.br/ensino/modalidade>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ROSA, J. A.; PORTO, R. O. **Desenvolvimento e desequilíbrios regionais no Rio Grande do Sul**: sugestões de linhas de programas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo. Porto Alegre: FEE-RS, 2017.

SANTA CATARINA. Decreto nº 729, de 24 de maio de 2016. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais, cria o Comitê Gestor do Programa e os Núcleos Executivos Regionais do Programa e estabelece outras providências. **Diário Oficial**. Florianópolis, SC, 24 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=324196>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Decreto nº 1.516, de 6 de março de 2018. Dispõe sobre a desativação das Agências de Desenvolvimento Regional e das Secretarias Executivas de que tratam o Decreto nº 1.503, de 2018, e o Decreto nº 1.504, de 2018, respectivamente, e estabelece outras providências. **Diário Oficial**. Florianópolis, SC, 06 de março de 2018. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2018/001516-005-0-2018-006.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Censo escolar 2015**. Disponível em: <www.portalestatistico.sc.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Plano estadual de educação Santa Catarina 2015 - 2024**. Florianópolis: SED, 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento - SPG. Diretoria de Estatística e Cartografia - DEGE. **Cartografia**. Sem data de publicação. Florianópolis:

Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/56-cartografia>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. As regiões como parceiros: Objectivo da Cooperação Territorial Europeia. **Inforegio Panorama**, n. 24, dezembro 2007. 21 p. Disponível em: <https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panorama/pdf/mag24/mag24_pt.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. **Integração regional e desenvolvimento**: o diálogo Brasil-UE sobre política regional. Folheto Informativo. Publicado em outubro de 2008. Disponível em: <https://ec.europa.eu/regional_policy>. Acesso em: 19 out. 2018.

UNIÃO EUROPEIA. **Política regional a serviço das regiões**: a política da EU para 2007-2013. Disponível em: <https://ec.europa.eu/regionalpolicy/sources/docgener/presenta/working2008/work_pt.pdf>. Acesso em: 23 nov.2018.

CAPÍTULO 13

Desenvolvimento: um novo foco para a região da Faixa de Fronteira Catarinense*Norton Flores Boppré***Introdução**

No Brasil, a Faixa de Fronteira resulta de um processo histórico que teve como base a preocupação do Estado com a garantia da soberania territorial desde os tempos da Colônia. A principal legislação em vigor sobre a Faixa de Fronteira foi promulgada em 1979 por meio da Lei nº 6.634/79, regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, mas o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira existe desde o Segundo Império.

Sob o governo de Dom Pedro II, a largura estabelecida foi de dez léguas ou 66 quilômetros. Desde então, a extensão da Faixa de Fronteira foi sendo alterada, primeiramente para 100 e nos anos trinta para 150 quilômetros, permanecendo até hoje. A Constituição de 1988 avalizou essa disposição que manteve o ideal focado na defesa territorial. A região da Faixa de Fronteira brasileira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.735 km da fronteira brasileira, abrangendo 11 unidades da Federação e 588 municípios, reunindo aproximadamente 11 milhões de habitantes.

A preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional continental do País, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às especificidades regionais nem do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça. Motivos para isso não faltaram até o passado recente, como a baixa densidade demográfica, a “vocação atlântica” do País, as grandes distâncias e as dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios.

Em 2011, o Ministério da Integração Nacional, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Regional, estabeleceu contato com os governos dos 11 estados brasileiros que possuem fronteiras terrestres com países vizinhos, objetivando a criação de Núcleos Estaduais para, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), construir, de forma participativa, seus planos de desenvolvimento e integração fronteiriço (PDIF), instrumento de orientação dos governos estaduais para a implementação de políticas, programas, projetos e ações estratégicas destinados ao desenvolvimento e à integração transfronteiriça. Em Santa Catarina, o Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira, bem como o PDIF, foi criado em 2012.

Para um entendimento da região da faixa de fronteira brasileira, essa é conceituada mencionando-se o seu processo histórico de delimitação e a ênfase dada por sucessivos governos para a segurança nacional, bem como a ampliação do foco a partir do estabelecimento, em 2007, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da ratificação na nova proposta dessa mesma Política indicando o surgimento de uma nova visão e expansão de propósitos do Estado para essa região. Tais registros tornam a região prioritária ao desenvolvimento nacional, estimulando a presença do Estado e criando oportunidades de investimentos, com vistas a oferecer melhoria de vida aos seus habitantes.

Há, também, no contexto da PNDR, a citação da criação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) e da solicitação do Ministério da Integração Nacional para que os estados fronteiriços criassem seus Núcleos Estaduais de Fronteira para a coordenação do processo de articulação regional e de implementação dos planos estaduais de desenvolvimento e integração fronteiriços.

No âmbito estadual, destaca-se a coordenação pelo governo de Santa Catarina, por meio de sua Secretaria de Estado do Planejamento, do Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira (NFSC), o qual criou nove câmaras temáticas para atuação em diferentes áreas governamentais. Tais câmaras se responsabilizam pelos debates, estudos e encaminhamentos com foco no desenvolvimento e na integração da região da faixa de fronteira catarinense, onde estão inseridos 82 municípios e uma população estimada em 900 mil habitantes.

No processo de integração, é destacada a atuação do NFSC, em parceria com órgãos setoriais do governo de Santa Catarina, municípios e entidades representativas da sociedade civil organizada presentes na região fronteiriça, com vistas ao estabelecimento de convênios de integração e de desenvolvimento com o governo da província argentina de Misiones, limítrofe com o território catarinense, com base no acordo de cooperação celebrado entre os dois governos em Florianópolis (SC), em dezembro de 2017. Da mesma forma, apresenta-se a cronologia das principais ações desenvolvidas e em curso na região da faixa de fronteira catarinense sob a coordenação do NFSC, com ênfase aos esforços pela integração e pelo desenvolvimento da região transfronteiriça.

Nesses termos, o presente capítulo tem como propósito apresentar um novo foco de desenvolvimento para a região de fronteira brasileira.

A Região da Faixa de Fronteira Brasileira

O Brasil tem fronteiras com dez países da América do Sul, entre os doze existentes, o que reforça o caráter estratégico dessa região para a competitividade do País e para a integração do continente, conforme o quadro 1. Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, a região ainda se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pelos problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania.

Considerando esse quadro geral, o Brasil conta, a leste, pelo oceano Atlântico, com 23.102 km de fronteiras, sendo 15.735 km terrestres e 7.367 km marítimas, abrangendo 11 unidades da Federação e 588 municípios divididos em sub-regiões, reunindo aproximadamente 11 milhões de habitantes. A fronteira terrestre representa 68% de toda a extensão dos limites territoriais brasileiros, colocando o Brasil em contato com dez outras nações sul-americanas. Com exceção do Chile e do Equador, todos os países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil.

Atualmente, a base territorial das ações do Governo Federal para a Faixa de Fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes Arcos, definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa

de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração.

Quadro 1 - Compilação sobre faixas de fronteira e delimitações fronteiriças na América Latina

FAIXAS DE FRONTEIRA E DELIMITAÇÕES FRONTEIRIÇAS NA AMÉRICA LATINA*				
País	Caracterização	Delimitação	Fator (es)	Fonte
Argentina	Zona de Frontera e Zona de Seguridad de Fronteras	Variável (cartografia)	Segurança	Decreto n° 887, de 1994, modificado pelo Decreto n° 1.648, de 2007
Bolívia	Zona de Seguridad fronteriza	50 km 20 km	Segurança e Socioeconômico	Art. 262, da Constituição de 2009 Ley n° 3.016, de 12 de abril de 2005 Decreto n° 6.737, de 12 de janeiro de 2009
Brasil	Faixa de Fronteira e Zona de Integração Fronteiriça	150 km	Defesa e Socioeconômico	Art. 20, §2°, da Constituição de 1988
Chile	-	-	-	Constituição de 1980, reformada em 2005
Colômbia	Zonas de Frontera	Sem indicação de largura	Socioeconômico	Art. 289 e 337, da Constituição de 1991, reformada em 1997
Equador	Franja fronteriza	40 km	Socioeconômico	Art. 249, da Constituição de 2008
Guiana	-	-	-	Constituição de 1980, reformada em 1996
Guiana Francesa	-	-	-	Constituição francesa de 1958
Paraguai	Zona de seguridad fronteriza	50 km	Segurança	Ley n° 2.532, de 17 de fevereiro de 2005 (regulamentada pelo Decreto n° 7.525, de 26 de outubro de 2011)
Peru	Delimitação geográfica sem uso - terminologia específica	50 km	Segurança e Socioeconômico	Art. 71, da Constituição de 1993
Suriname	-	-	-	Constituição de 1987, reformada em 1992
Uruguai	Faja	20 km com o Brasil	Socioeconômico	Ley n° 26.523, de 14 de outubro de 2009 Decreto n° 5.105, de 14 junho de 2004

Continua...

Visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira, estimulando a articulação com os governantes locais, foi instituída, por meio do Decreto de 08 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF).

A CDIF é formada por 20 órgãos do governo federal e oito entidades convidadas. Para a execução de suas atribuições, conta com uma secretaria executiva, exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, e núcleos estaduais formados por instituições que contribuem para o desenvolvimento fronteiriço.

A atuação da CDIF promove o desenvolvimento socioeconômico dos 588 municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira, contemplando as seguintes unidades federativas fronteiriças com países vizinhos: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Nos anos de 2011 e 2012, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), solicitou aos estados fronteiriços que criassem nos órgãos de suas estruturas organizacionais os seus Núcleos Estaduais.

Os 11 Núcleos Estaduais de Fronteira existentes no Brasil, sediados em estados com territórios limítrofes com países vizinhos, em sua maioria, não dispõem de estrutura institucional formalizada, compreendendo um novo modelo de governança organizado pelo órgão estadual coordenador de suas atividades, atuando de modo integrado, estimulando, articulando e proporcionando um comportamento cooperativo entre poderes públicos nacionais, estaduais e municipais e entidades representativas de diferentes setores da sociedade civil organizada.

Os Núcleos têm como seu maior objetivo identificar e priorizar os problemas e oportunidades para a atuação do poder público, com ênfase às questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas regiões fronteiriças previstas nos PDIFs. Organizam-se, em grande parte, a partir de decretos estaduais que designam seus respectivos membros.

A Região da Faixa de Fronteira Catarinense

Santa Catarina é um dos 11 estados brasileiros que possui fronteira com um país vizinho. Na região do Extremo Oeste, Santa Catarina e a Província argentina de Misiones, desde a experiência pioneira da criação do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF) no ano de 2009, que reúne o município catarinense de Dionísio Cerqueira, os paranaenses Barracão e Bom Jesus e o departamento argentino de Bernardo de Irigoyen, vêm implementando conjuntamente ações de integração e cooperação que extrapolam os mútuos objetivos de garantia da soberania e da defesa dos territórios. Tais ações vêm cada vez mais contemplando esforços que visam à promoção do desenvolvimento regional na faixa fronteiriça¹, especialmente em áreas como educação, saúde, segurança, meio ambiente, desenvolvimento econômico e infraestrutura.

Em 2012, com o advento do Núcleo Estadual de Integração e Desenvolvimento da Região da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina (NFSC), sob a coordenação do governo estadual, por meio da Diretoria de Desenvolvimento Regional e das cidades da Secretaria de Estado do Planejamento, tais esforços foram ampliados e agilizados para toda a região fronteiriça, a qual compreende, conforme o estabelecido na Constituição Federal, a faixa de até 150 km de largura a partir da linha de fronteira com a Argentina.

Em sua primeira ação, o Núcleo Estadual procedeu, de modo participativo, a construção do Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Santa Catarina (PDIF-SC), para o qual contribuíram diferentes instituições representativas da sociedade civil organizada situadas na região da faixa de fronteira, no Oeste e no Extremo Oeste de Santa Catarina.

Na região do Extremo Oeste do Estado está a única fronteira de Santa Catarina com o território de outro país. Nessa região, nos 132 quilômetros de limite fronteiriço que separam uma ponta do Estado (ao Norte) da outra (ao Sul), apenas duas cidades catarinenses têm ligação direta com

¹ Obs.: As consultas sobre faixa de fronteira e zonas de fronteira em Constituições estrangeiras foram realizadas no banco de dados "PoliticalDatabaseoftheAmericas". Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Contituions/constudies.html>>.

a Argentina (Província de Misiones): Dionísio Cerqueira, com a aduana (Porto Seco) e os *freeshops* argentinos de Bernardo de Irigoyen, e Paraíso, com a Ponte Internacional sobre o rio Peperi-Guaçú, que liga a Rodovia BR-282 e a Rota Nacional nº 14, no Departamento de San Pedro (RA).

Figura 2 - Mapa da região de fronteira catarinense



Fonte: SPG/DEGE (SANTA CATARINA, s.d., n.p.).

Nos 150 km de largura, a partir da linha de fronteira com a Argentina, estão localizados 82 municípios (28% dos municípios catarinenses) e uma população estimada em 900 mil habitantes (13,6% dos habitantes do Estado). Nessa região, observa-se a nítida polarização econômica, política e cultural, com funções urbanas e regionais de alto grau de diversidade e especialização e grande integração socioeconômica nas áreas da agropecuária, agroindústria, madeira, móveis e metalmeccânica. A presença de Arranjos Produtivos Locais é prova dessa interação.

Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Santa Catarina

Com o propósito da construção participativa do Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina (PDIFSC), foram realizadas, nos meses de junho e julho de 2012, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e com o apoio técnico do SEBRAE/SC, quatro oficinas regionais, com dois dias de duração cada, sediadas nas cidades de São Miguel do Oeste, Chapecó (2) e Dionísio Cerqueira.

Participaram das quatro oficinas aproximadamente 250 atores locais, representando cerca de 60 instituições presentes no território da região da faixa de fronteira catarinense, compreendendo órgãos públicos, entidades representativas da sociedade civil organizada, do setor privado e de instituições de ensino superior, os quais contribuíram para a construção de 40 propostas de projetos estruturantes e integradores, com foco no desenvolvimento e na integração da região fronteiriça, conforme objetivos estratégicos a seguir apresentados:

Educação na Faixa de Fronteira

1. Padrões de qualidade do ensino alinhados.
2. Ensino bilíngue implantado.
3. Pesquisas de fronteira incentivadas.
4. Infraestrutura escolar aprimorada.

Saúde na Faixa de Fronteira

5. Consórcios de saúde pública implantados.
6. Ações de vigilância sanitária e de saúde integrados.

Infraestrutura e Logística na Faixa de Fronteira

7. Ferrovia oeste-litoral implantada (ferrovia do frango).
8. Ferrovia sul-norte implantada (Porto de Rio Grande a Panorama/SP)

9. Aeroporto de Chapecó Serafim Enoss Bertaso internacionalizado.
10. Aeroportos Regionais de aviação privada e comercial revitalizados.
11. Malha Rodoviária Federal qualificada.
12. Malha Rodoviária Estadual qualificada.
13. Gasoduto Internacional implantado.

Controle e Segurança na Faixa de Fronteira

14. Sistema prisional ampliado.
15. Recursos financeiros para a segurança pública assegurados.
16. Recursos humanos nos órgãos de segurança pública assegurados.
17. Circunscrição organizada dos órgãos públicos de segurança.
18. Gestão técnica implantada e Núcleo Integrado de Segurança de Fronteira criado.
19. Valorização dos profissionais de segurança pública de fronteira assegurada.
20. Núcleo Operacional Integrado de Segurança criado.
21. Passagem de turistas entre os países implementada.
22. Trâmites alfandegários de cargas agilizados.

Desenvolvimento Econômico

23. Segurança sanitária de excelência assegurada.
24. Manutenção e abertura de mercados nacionais e internacionais viabilizadas.
25. Agregação de valor aos produtos rurais assegurada.
26. Encadeamento produtivo assegurado.
27. Implementação da Lei Geral da MPE e MEI assegurada.
28. Identidade Cultural da Faixa de Fronteira fortalecida.

29. Turismo de “bem-estar rural” promovido.
30. Turismo de aventura integrador implantado.
31. Turismo de eventos desenvolvido.

Desenvolvimento Socioambiental

32. Educação Ambiental na faixa de fronteira promovida.
33. Sistema de Assistência Social da Faixa de Fronteira implementado.
34. Mão de obra da Faixa de Fronteira qualificada e profissionalizada.

Fortalecimento do Núcleo da Faixa de Fronteira SC

35. Gestão do NFSC consolidada.
36. Gestão Financeira dos Projetos assegurada.
37. Estruturação do NFSC consolidada.
38. Infraestrutura para funcionamento do NFSC assegurada.
39. Sistema de Documentação e Comunicação do Núcleo desenvolvido.
40. Monitoramento e Avaliação do PDIF/SC implantado.

Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira de Santa Catarina (NFSC)

O Núcleo Estadual de Santa Catarina (NFSC) foi instituído por meio do Decreto Estadual de nº 1.121, de 14 de agosto de 2012, funcionando, na oportunidade, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento. Atualmente, o NFSC tem a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE). O Decreto Estadual nº 2.292, de 16 de julho de 2014, aprovou o seu Regimento Interno.

Em seu papel de órgão coordenador e articulador das ações do governo estadual na região da faixa de fronteira catarinense, o NFSC, desde

2013, vem, em parceria com instituições públicas e privadas, participando de importantes projetos e ações que possuem foco no desenvolvimento e na integração regional, conforme cronologia a seguir apresentada:

2013

Em Chapecó, no dia 22 de outubro de 2013, realizou-se a reunião inaugural dos trabalhos do Núcleo, oportunidade em que foram relatadas as atividades desenvolvidas em cinco das ações estratégicas prioritárias definidas no Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina (PDIF/SC): 1) a articulação do NFSC com o Ministério da Integração Nacional/Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF); 2) o ensino bilíngue (português e espanhol) na região da faixa de fronteira; 3) consórcios de saúde na faixa de fronteira; 4) qualificação da mão de obra na faixa de fronteira alinhada à vocação regional; e 5) a internacionalização do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso, em Chapecó.

2014

Com o objetivo de coordenar ações e propor medidas que visem ao desenvolvimento de iniciativas e a implementação de políticas públicas para a região fronteiriça catarinense, o NFSC realizou, em 2014, 16 reuniões de trabalho, destacando as reuniões de instalação e de análise dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço de Santa Catarina (PDIF/SC) pelas oito Câmaras Temáticas criadas pelo Decreto nº 2.292, de 16 de julho de 2014, para o assessoramento técnico ao Núcleo Estadual nas áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura e Logística, Controle e Segurança, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Socioambiental, Agricultura, Pecuária e Pesca e Turismo, Cultura e Esporte.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do NFSC em 2014, destacam-se a elaboração e a aprovação do Projeto de Inclusão Produtiva destinado à consolidação da Rota de Integração do Leite na Faixa de Fronteira de Santa Catarina pelo Ministério da Integração Nacional, contemplando a

instalação e a estruturação do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Inovação do Leite no município de Pinhalzinho, no campus da UDESC.

2015

Realização de 14 reuniões, correspondendo às reuniões das Câmaras Temáticas, reuniões relacionadas à reedição do marco legal de cooperação entre Santa Catarina e a Província de Misiones, reuniões de acompanhamento e adequações ao projeto destinado à instalação e à estruturação do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Inovação do Leite, no município de Pinhalzinho, no campus da UDESC, além das reuniões ordinárias do NFSC acontecidas nas cidades de Quilombo e Chapecó.

2016

Tendo como principal objetivo a obtenção de subsídios para a reedição do Convênio Marco de Cooperação entre o Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones, realizou-se, nos dias 26 e 27 de abril de 2016, no município de Dionísio Cerqueira, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e apoio da Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais do Governo de Santa Catarina, o Encontro de Integração Transfronteiriça entre Santa Catarina e Misiones.

Na oportunidade, buscou-se a definição das prioridades comuns entre Santa Catarina e Misiones relacionadas à integração transfronteiriça, considerando os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço (PDIF) SC.

Objetivando a definição e a estruturação da Rota da Integração do Leite no Estado de Santa Catarina, com ênfase aos polos de produção, busca de soluções conjuntas entre produtores rurais e a indústria referentes a temas comuns ao setor lácteo, o conhecimento de estratégias de atuação e a composição de grupo de discussões sobre a cadeia produtiva do leite em Santa Catarina, realizou-se na cidade de Pinhalzinho, em 29 de agosto de 2016, uma reunião sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e do Ministério da Integração Nacional, por meio da Coordenação Geral de Programas Sub-Regionais.

2017

Integração transfronteiriça

Compreende debates, estudos e articulações destinadas à integração transfronteiriça envolvendo o Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones (AR), com ênfase no estabelecimento de novo acordo de cooperação entre Santa Catarina e Misiones, bem como na viabilização de nova rota para o milho que abastece o agronegócio na região Oeste catarinense. Foram realizadas, em 2017, duas reuniões ordinárias do NFSC, sendo a primeira no dia 4 de abril, na cidade de Dionísio Cerqueira, e a segunda em 9 de novembro, na cidade de Maravilha. Em 2017, foram também realizadas reuniões das Câmaras Temáticas do NFSC, debatendo e encaminhando diferentes temas de interesse da região fronteiriça catarinense.

Acordo de Cooperação com a Província Misiones

Em 4 de dezembro, em Florianópolis, o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, e o governador, Hugo Passalacqua, na Província de Misiones, Argentina, assinaram a reedição do acordo de cooperação entre Santa Catarina e Misiones, o qual visa promover a integração e o desenvolvimento entre catarinenses e argentinos, investindo na aproximação econômica e social entre as populações vizinhas, com foco nos municípios que compõem a faixa de fronteira. Pelos próximos cinco anos, serão estimuladas ações em áreas como saúde, educação, agricultura, pecuária, pesca e turismo.

O primeiro ato executivo desse acordo foi o início da cooperação entre a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina e o Departamento de Polícia de Misiones, que prevê o intercâmbio de policiais argentinos no litoral catarinense para operação veraneio e atendimento ao turista, bem como abrange a defesa e a segurança na área de fronteira.

2018

Ainda no âmbito do Acordo de Cooperação entre os governos de Santa Catarina e Misiones, no mês de maio de 2018, realizou-se na sede do governo de Misiones, na capital Posadas, uma reunião entre os governadores Eduardo Pinho Moreira (SC) e Hugo Passalacqua (MIS), objetivando a assinatura de convênios técnicos destinados à integração de ações nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública. O acordo objetivava também a implantação do ensino bilíngue nas escolas públicas e para profissionais do serviço público que atuam em saúde, educação, segurança e turismo. Os referidos convênios foram celebrados no âmbito do Acordo de Cooperação entre os governos de Santa Catarina e Misiones, assinado em Florianópolis, em 4 dezembro de 2017.

Viabilização da Conexão Transfronteiriça: “Rota do Milho”

Tema destacado nas reuniões do NFSC desde 2016, a proposta de uma nova conexão que possibilite trazer o milho desde a região produtora no Paraguai, passando pela Argentina e chegando a Santa Catarina por Dionísio Cerqueira é fundamentada pela importância desse insumo para a cadeia produtiva do agronegócio catarinense e também pela significativa redução da logística se comparada à rota atual. Hoje, Santa Catarina produz apenas a metade dos grãos consumidos no mercado e por isso a necessidade da importação.

Com a iniciativa, será possível trazer o cereal do Paraguai, passando pela Argentina até chegar ao Oeste catarinense, reduzindo a distância e, consequentemente, o tempo e os custos com transporte.

Estudos recentes do setor do agronegócio apontam que as agroindústrias do grande Oeste catarinense estão paulatinamente se transferindo para o Centro-Oeste brasileiro. A insuficiência do milho catarinense para abastecer as gigantescas cadeias produtivas da avicultura e suinocultura obriga as indústrias de processamento de carne a buscarem, todos os anos, cerca de 3,5 milhões de toneladas de grãos no Brasil central. Para isso, é necessária uma grande e onerosa operação rodoviária.

São mais de 100 mil viagens de carretas com capacidade média de 30 toneladas que fazem o percurso de 2.200 km (ida e volta), representando mais de R\$ 5 bilhões em fretes/ano (em valores de 2016), montante que tornaria possível construir em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás as mais avançadas indústrias do Planeta, conforme o estudo.

Deve-se também considerar a pesquisa realizada pelo Departamento de Zootecnia Centro de Educação Superior do Oeste (CEO), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que aponta vários fatores para a baixa produção de milho no Estado. Um deles é a pouca disponibilidade de área para o plantio do produto, já que uma parcela considerável da produção é utilizada para a silagem empregada na alimentação da bovinocultura do leite.

Outro fator é o crescimento das atividades da suinocultura e da avicultura, que tem sido superior à disponibilidade de terras agricultáveis. Além disso, a área de cultivo do milho vem perdendo espaço para a cultura da soja, que precisa de capital menor.

A transferência das agroindústrias para o Centro-Oeste do País, se mantido o atual cenário, seria altamente vantajosa para essas empresas, pois poderiam usar o valor gasto no transporte para a implantação de modernas plantas frigoríficas.

A consolidação da Rota do Milho representará um grande avanço para o agronegócio catarinense. Santa Catarina é o maior estado comprador de milho do País, adquirindo anualmente mais de três milhões de toneladas do cereal de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. O Paraguai, no entanto, possui reais condições de produzir o grão em abundância e de suprir as cadeias produtivas catarinenses de aves, suínos e gado leiteiro, fator para a manutenção e incremento da produtividade do agronegócio no Estado.

A proposta é que o milho seja adquirido nas regiões produtoras dos departamentos de Itapúa e Alto Paraná, no Paraguai; passe pelo porto paraguaio de 7 de Agosto, em Carlos Antonio López; atravesse o Rio Paraná em balsas; entre em território argentino pelo porto de Puerto Piray e adentre o território brasileiro pelo Porto Seco de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, onde já existe um serviço de aduana. Com a concretização

da Rota, o milho estará a cerca de 354 km da região do grande oeste catarinense, maior centro de consumo do grão em Santa Catarina, reduzindo significativamente o percurso feito pelos caminhões que o trazem do Mato Grosso, Matogrosso do Sul e Goiás, por exemplo. Santa Catarina já importa milho do Paraguai, porém em uma rota mais longa, passando por Foz do Iguaçu.

Atuais Assuntos na Agenda da Integração Transfronteiriça – Santa Catarina e Misiones

Infraestrutura e Facilitação Fronteiriça

- Efetivação da estrutura alfandegária necessária ao efetivo funcionamento dos passos de fronteira: na ponte que liga os municípios de Paraíso (SC) e San Pedro (AR), bem como em Dionísio Cerqueira (BR) e Bernardo de Irigoyen (AR), Mayor Julio Dom Otaño (PY), Carlos Antonio López (PY) e Eldorado (AR);
- Melhoria das condições para o trânsito e controle de turistas e mercadorias na fronteira entre Bernardo de Irigoyen e Dionísio Cerqueira;
- Habilitação da ponte existente sobre o rio Peperi-Guaçú (Paraíso – San Pedro) para o tráfego internacional de pessoas e veículos de cargas de alta tonelage;
- Efetivação do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para a construção de uma nova ponte internacional sobre o rio Peperi-Guaçú, entre as cidades de Paraíso (SC), Brasil, e San Pedro (MIS), Argentina, firmado em Buenos Aires no dia 31 de janeiro de 2011;
- Melhorias das condições de infraestrutura em todo o percurso da Rota do Milho, desde a região produtora de grãos no Paraguai, passando pela Província de Misiones (AR), até a região do Grande Oeste do Estado de Santa Catarina (BRA);

- Regulamentação e efetivação do livre trânsito de veículos e pessoas entre os países do Mercosul;
- Facilitação do deslocamento fronteiriço para docentes e alunos de todos os níveis educativos na fronteira de Santa Catarina e Misiones;
- Construção de marco regulatório para facilitar o trânsito na fronteira de estudantes, professores e técnicos das instituições que tenham campus e atividades na região transfronteiriça;
- Implantação de transporte público binacional entre as cidades “gêmeas” ou de fronteira; e,
- Apoio à formação e estruturação de consórcios municipais na Faixa de Fronteira.

Segurança

- Ratificação por parte do Brasil do acordo intitulado Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do Mercosul, Bolívia e Chile (SISME), objetivando a luta contra todas as formas de delinquência organizada, assim como a criação de mecanismos de assistência recíproca entre as forças de segurança e policiais e demais órgãos correlatos dos países do Mercosul;
- Maior controle nas fronteiras devido à fragilidade que possibilita a entrada de armas e de drogas, o tráfico de mulheres e de crianças e a prostituição;
- Implementação de ações conjuntas com vistas ao maior e melhor controle, vigilância e prevenção de delitos ambientais. Cooperação contra a caça e a pesca e contra a contaminação ambiental e,
- Reedição da parceria entre as polícias militares de Santa Catarina e de Misiones para a atuação de policiais argentinos por ocasião da operação veraneio em Florianópolis e Balneário Camboriú.

Saúde

- Desburocratização do atendimento médico-hospitalar entre os países limítrofes e fortalecimento das instituições dessa área; e,
- Estabelecimento de mecanismos de cooperação para a prevenção e o controle conjunto de enfermidades diversas, além do combate à dengue, à zica e à febre amarela.

Educação e Cultura

- Busca da possibilidade de dupla titulação e sistema de acreditação entre as Universidades do Mercosul;
- Preservação e valorização da cultura das pequenas cidades como um fator de integração cultural do Mercosul;
- Implantação na rede de ensino pública do ensino bilíngue (idiomas português e espanhol) nas regiões de fronteira; e,
- Capacitação no idioma espanhol de servidores públicos estaduais em Santa Catarina, das áreas da segurança pública, saúde e turismo, objetivando maior integração e melhor desenvolvimento de atividades conjuntas na região fronteira.

Turismo

- Promoção do intercâmbio sociocultural e turístico, com divulgação e comercialização de produtos e apresentação das potencialidades de Santa Catarina e Misiones; e,
- Desburocratização entre as fronteiras, facilitando o acesso dos turistas, melhorando o atendimento nas aduanas.

Agricultura

- Busca de estímulo à cooperação técnica entre as entidades de pesquisa e extensão agropecuária (Brasil e Argentina);
- Necessidade de incentivo ao turismo rural regional (Extremo Oeste de Santa Catarina, Nordeste Argentino e Sudeste Paraguaio);
- Ampliação do conhecimento da demanda de produtos e serviços do agronegócio dos países fronteiriços (Santa Catarina/Misiones); e,
- Intercâmbio para o conhecimento das experiências e avanços em sistemas agropecuários, a exemplo da realização de missões de técnicos do INTA/AR para o conhecimento do sistema de produção de leite e cooperativas de agricultores familiares de Santa Catarina, e de visitação de técnicos da EPAGRI para conhecer a apicultura e sistemas silvipastoris na Argentina.

Considerações finais

Neste capítulo, que aborda sobre o novo foco da Região da Faixa de Fronteira, é enfatizada a importância dessa região como área legalmente estabelecida pelo Estado para direcionar um tratamento diferenciado em relação ao restante do País. Indispensável para a defesa do território nacional, a região fronteiriça se tornou uma das mais atrasadas do Brasil. Tal situação é fundamentada pelo fato de a região, mesmo representando 27% do território, possuir apenas 6% da população, apresentando pouca representatividade política.

Atualmente, com 2,5 milhões de km², com cerca de 11 milhões de habitantes, 588 municípios e 11 estados, o território poderia ser o terceiro país em extensão na América do Sul e o oitavo em população, além de interagir diretamente com dez países.

É igualmente mencionado que, no Brasil, a região de fronteira, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 20, § 2º, tem como principal foco a soberania e a defesa do território nacional, mas

que um novo olhar para essa região vem sendo projetado por meio de políticas, programas, projetos e ações em nível federal, estadual e municipal, agora com foco no desenvolvimento socioeconômico.

O papel desempenhado pelos Núcleos Estaduais de Fronteira atuantes em 11 estados brasileiros e por seus respectivos planos de desenvolvimento e integração fronteiriço mereceu também especial citação neste capítulo. Em suas atuações voltadas à integração transfronteiriça, os Núcleos Estaduais enfrentam dificuldades de toda a ordem decorrentes, especialmente, de acordos informais que trazem riscos a todos os envolvidos pela inexistência de legislação que os ampare. Por essa razão, várias iniciativas acabam não resultando em êxito devido à insegurança jurídica.

Em Santa Catarina, o modelo de desenvolvimento do Estado contribui para diferenciar a região da faixa de fronteira catarinense das demais regiões fronteiriças do País. Contribuem para essa particularidade a inexistência de grandes áreas com baixa densidade demográfica, o modelo agrícola baseado em pequenas propriedades rurais e, na agricultura familiar, a ocorrência de diferentes e vocacionados arranjos produtivos locais, além de uma considerável integração socioeconômica nos setores da agropecuária, agroindústria, madeira, móveis e metalmeccânica.

Na região da tríplice fronteira, no Extremo Oeste catarinense, o pioneirismo do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), constituído em 2009 pelos municípios de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR), Bom Jesus (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones/AR), é exemplo de iniciativa de integração transfronteiriça, dinamizando o processo de desenvolvimento econômico e social do território a partir da discussão e busca de soluções para problemas comuns, com a visão de ser referência no Mercosul em qualidade de vida, com excelência na educação, no turismo, na agroecologia e em produtos locais.

Por último, são destacadas as ações que o Núcleo Estadual da Faixa de Fronteira de Santa Catarina vem desenvolvendo com o propósito do fortalecimento do processo de integração entre o Estado de Santa Catarina e a Província de Misiones, além dos diferentes assuntos que vêm pautando as agendas que objetivam a integração e o desenvolvimento da região da faixa de fronteira.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 03 de maio de 1979. Retificada em 11 de maio de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto de 8 de setembro de 2010. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 de setembro de 2010. Retificada em 10 de setembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 de agosto de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Antigos/D85064.htm>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)**. Publicado em 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/dr/faixa_de_frenteira/files/assets/basic-html/page24.html>. Acesso em: 14 dez. 2018.

FURTADO, R. **Descobrimo a faixa de fronteira**: a trajetória das elites organizacionais do executivo federal; as estratégias, as negociações e o embate na Constituinte. Curitiba, PR: CRV, 2013. 392 p.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEO/UFRJ). **Cartografia**. Sem data de publicação [n.p.]. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MACHADO, L; HAESBAERT, R.; RIBEIRO, L. P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. **O desenvolvimento da faixa de fronteira**: uma proposta conceitual-metodológica. Rio de Janeiro: Grupo Retis de Pesquisa, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

SANTA CATARINA. Decreto nº 2.292, de 16 de julho de 2014. Aprova o Regimento Interno do Núcleo Estadual de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto nº 1.121, de 2012. **Diário Oficial**. Florianópolis, SC, 17 de julho de 2014. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2014/002292-005-0-2014-005.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Diretoria de Estatística e Cartografia (DEGE). **Cartografia**. Sem data de Publicação [n.p.]. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/56-cartografia>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Santa Catarina – PDIF/SC**. Florianópolis: Dioesc, 2012. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/camaras-nucleo-da-faixa-de-fronteira-1/685--69/file>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina 2018**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, 2018.

CAPÍTULO 14

Uma Estratégia de Desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina

Silvio Antonio Ferraz Cario

José Antonio Nicolau

Fernando Seabra

Marcelo Arend

Pablo Felipe Bittencourt

Samuel Steiner Santos

Introdução

Em verdade, o planejamento permite traçar um caminho desejado e elencar instrumentos – objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas – para que sejam utilizados, visando alcançar um estágio mais elevado nas condições socioeconômicas de uma sociedade. Nessa perspectiva, elaborou-se o Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018) para o governo do estado de Santa Catarina, na perspectiva de um plano de desenvolvimento de Estado para o período de 2030. Esse documento, que em parte se encontra neste capítulo, é resultado de reuniões e seminários com integrantes do governo estadual e da sociedade civil organizada. Fruto dessa participação, chegou-se à Visão de Futuro desejada e à linha estratégica a ser empreendida pela gestão pública para que em 2030 a sociedade catarinense esteja em outro patamar de desenvolvimento. Dar a conhecer, de forma sintética, o Plano SC 2030 constitui o objetivo maior deste capítulo.

Tendências Internacionais e Nacionais

Planejar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Santa Catarina com olhos para 2030 pressupõe tarefa complexa. Implica considerar os macroambientes nacional e mundial em que o Estado catarinense está inserido. Historicamente, o estado catarinense sempre esteve atrelado aos ciclos econômicos, sociais e políticos nacionais, e como

o Brasil está cada vez mais inserido no mundo globalizado, importa para o planejamento estratégico da ação governamental o conhecimento das grandes tendências internacionais nas áreas socioambientais, econômicas e tecnológicas.

Apesar de o futuro ser incerto e sujeito a grandes transformações, o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina – Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018) procura maximizar o conhecimento de cenários globais, como forma de dar subsídio para a instituição de políticas públicas coerentes e eficazes no horizonte de 2030. Para isso, elegeu-se o recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (IPEA, 2015) sobre megatendências mundiais para 2030.

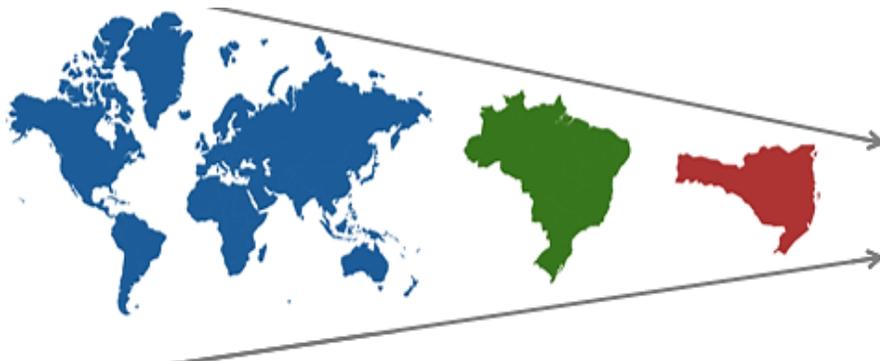
De acordo com o Ipea (2015), é fundamental a análise de tendências mundiais. Segundo o estudo, o setor privado e o planejamento público não são conflitantes, pois empresas e governos fazem estudos prospectivos e cenarizações para traçar metas e conduzir uma gestão eficiente. Em razão da complexidade acarretada pelo processo de globalização, até mesmo decisões tomadas por países mais fechados em termos econômicos e políticos impactam no desempenho das demais nações, sejam essas desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Assim, para a proposição de uma estratégia de desenvolvimento para o estado de Santa Catarina, além do diagnóstico da estrutura e das mudanças em curso na realidade estadual, torna-se necessária a explicitação das tendências nacionais e internacionais para os próximos anos, que se constituem nos condicionantes externos ao projeto de desenvolvimento do Estado. Esses elementos internos e externos à sociedade catarinense servirão de base para a construção de cenários prospectivos para o planejamento estadual com o horizonte temporal de 2030.

Tendências Nacionais e Internacionais

Tendências são movimentos persistentes em uma determinada direção e que podem ser aproveitadas ou evitadas dados os objetivos da sociedade local. A avaliação da duração e do tamanho da mudança trazida por elas – e o quanto elas impactam sobre a realidade do Estado – é fundamental para o planejamento.

Figura 1 - Sentido das tendências nos níveis internacional, nacional e estadual



Fonte: Elaboração própria.

As tendências podem ser classificadas segundo sua abrangência: podem ser sistêmicas, de âmbito internacional ou nacional, ou podem ser idiossincráticas, referindo-se à própria realidade estadual. Nesse último caso, as idiossincráticas têm conteúdo e significado que expressam o diagnóstico da realidade de uma determinada sociedade. Quanto à abrangência, as tendências têm um sentido definido de dominância, do sistema maior para o sistema menor, conforme ilustrado na figura 1.

Observam-se movimentos sistêmicos, sobretudo globais, que exercem efeitos sobre a dinâmica de desenvolvimento do estado catarinense. As tendências podem também ser classificadas, segundo a sua natureza, em três diferentes áreas: socioambientais, econômicas e tecnológicas.

a) **Tendências Socioambientais**

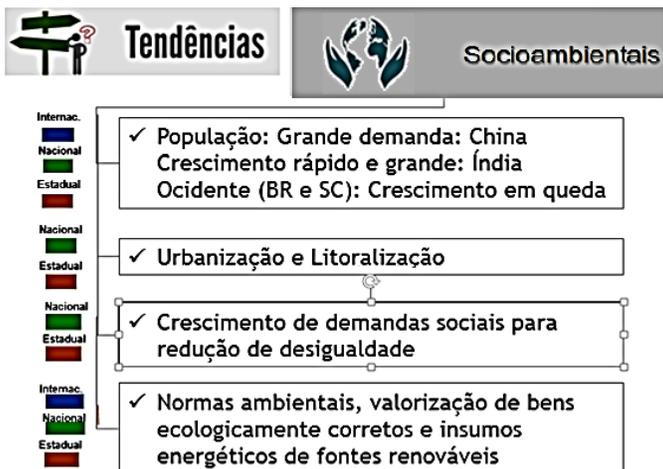
De acordo com o Ipea (2015), as megatendências ligadas à dimensão *população e sociedade* dizem respeito à ideia principal de uma grande transição demográfica para um novo perfil populacional mundial, com peso maior da classe média. Considera-se que a sociedade global, em 2030, estará mais envelhecida, escolarizada, conectada e empoderada, exigindo dos governos mais qualidade de vida.

Em relação ao futuro da *geopolítica* mundial, o estudo do Ipea (2015) considera que no horizonte de 2030 manifesta-se uma redistribuição

do poder global, com a entrada de novas potências emergentes e o desgaste relativo dos Estados Unidos e da Europa. Multipolarização e globalização, com a eminência de um *deficit* de governança global, são palavras-chave de um novo perfil das relações internacionais muito mais imprevisível, sem a devida clareza quanto às convergências e aos conflitos entre os diversos atores globais.

Outra megatendência relaciona-se à dimensão *meio ambiente*. Segundo o Ipea (2015), o modelo econômico das nações em curso é agressivo ao meio ambiente e provoca a degradação ambiental, conduzindo à escassez de recursos naturais. Em 2030, estima-se que a população mundial alcançará a marca de 8,3 bilhões de pessoas, o que acarretará pressões sobre fontes energéticas e de água e alimentos e no uso da terra e extração mineral. Tais megatendências incitarão países desenvolvidos e em desenvolvimento a buscarem novas formas de energia, visando à sustentabilidade a partir de intensos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos. Também se consideram eminentes o risco e a proliferação de conflitos internacionais envolvendo a disputa por recursos naturais escassos, tais como água e terra arável.

Figura 2 - Tendências socioambientais mundial, nacional e estadual



Fonte: Elaboração própria.

A figura 2 procura sintetizar as principais tendências socioambientais mundiais, nacionais e estaduais, considerando o horizonte de 2030.

Segundo o Ipea (2015), em termos sintéticos, consideram-se as principais tendências socioeconômicas:

- O crescimento da população em taxas marginais decrescentes, com envelhecimento populacional;
- A maior relevância de um novo perfil populacional mundial, com peso maior da classe média;
- A intensificação de movimentos migratórios;
- Multipolarização e globalização, com *deficit* de governança global;
- A adaptação do papel do Estado ante os novos desafios sociais e populacionais;
- A intensificação da urbanização;
- O empoderamento dos indivíduos e da sociedade civil organizada, com aumento da classe média em escala global; e,
- Conflitos internacionais envolvendo a disputa por recursos naturais escassos.

b) **Tendências Econômicas**

A principal megatendência econômica para o horizonte de 2030 refere-se à persistência da atual crise econômico-financeira, principalmente nas economias desenvolvidas. Nesse processo de relativa estagnação do crescimento econômico dos países centrais, um processo de convergência de economias emergentes com as nações mais ricas vislumbra-se como tendência global. Tal dinâmica de crescimento acelerado em países em desenvolvimento, sobretudo dos países asiáticos, implicará logicamente na continuidade do processo de globalização econômica em curso e na intensificação da concorrência internacional. Atores não estatais, como empresas transnacionais, cada vez mais exercerão influência nas decisões políticas dos países, minimizando o poder da ação estatal.

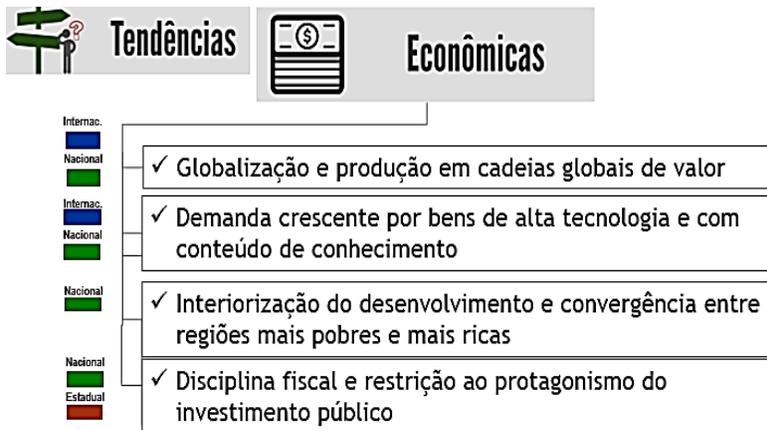
O estudo do Ipea (2015) também assume como megatendência o impacto cada vez maior de inovações tecnológicas no tecido produtivo das

nações, fruto de demandas cada vez mais intensas provindas do comércio internacional, por bens intensivos em conhecimento. Também considera que ações públicas bem executadas possibilitarão mitigar problemas sociais relevantes, como a pobreza, por meio da maior geração de emprego e renda acarretada pela inserção dos países em elos das cadeias globais de valor mais nobres.

Em relação à economia brasileira, a tendência é a de que esforços governamentais, de âmbito federal e estadual, sigam na direção da maior disciplina fiscal e minimização do Estado em investimentos produtivos.

A figura 3 procura sintetizar as principais tendências econômicas mundiais, nacionais e estaduais, considerando o horizonte de 2030.

Figura 3 - Tendências econômicas mundial, nacional e estadual



Fonte: Elaboração própria.

c) Tendências Tecnológicas

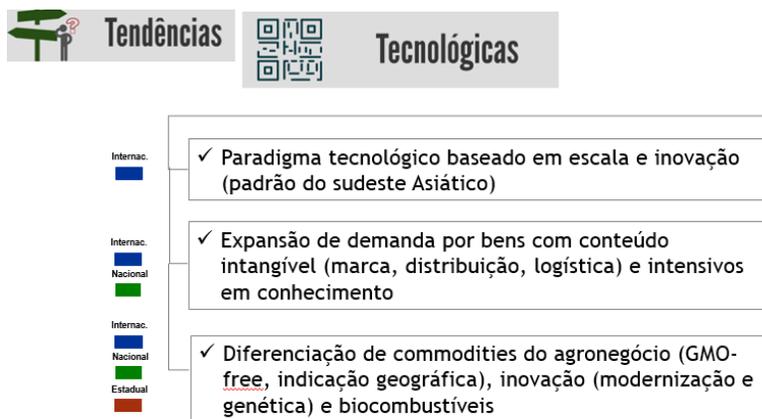
Dentre as principais megatendências na dimensão de *Ciência e Tecnologia* (C&T), o estudo do Ipea (2015) considera que investimentos na economia da inovação serão cada vez mais intensos, acarretando em aceleração do avanço científico e tecnológico nas próximas décadas. Vislumbra-se a humanidade em uma nova era, movida pela automação, pela robótica, pela nanotecnologia e pela biotecnologia, impactando todas

as áreas do conhecimento e da atividade humana. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) modificarão cada vez mais a natureza das relações humanas, desde o trabalho ao lazer. Cada vez mais interdisciplinar, a C&T proporcionará melhor qualidade de vida e mais empoderamento aos cidadãos do mundo.

Como evidenciado nas tendências socioambientais e econômicas, também na dimensão tecnológica a tendência é de crescente importância para o progresso tecnológico, introduzido por países emergentes do oriente, sobretudo do sudeste asiático. Os impactos tecnológicos não ocorrerão somente no setor industrial e de serviços, mas também transformarão a dinâmica produtiva da agricultura e da pesca, na direção de elevação da produtividade e sustentabilidade.

A figura 4 procura sintetizar as principais tendências tecnológicas mundiais, nacionais e estaduais, considerando o horizonte de 2030.

Figura 4 - Tendências Tecnológicas mundial, nacional e estadual



Fonte: Elaboração própria.

Cenários Prospectivos para 2030

O Plano SC 2030 não ambiciona que o estado de Santa Catarina se ajuste passivamente aos planos futuros delineados por outros estados regionais, países e até mesmo nações. A sociedade catarinense, manifesta na ação pública, nos agentes privados e na sociedade civil organizada,

vislumbra um futuro desejável, expresso em sua visão de futuro. Para isso, procura delinear cenários prospectivos e planejar, tendo sempre como mote “ser referência em sustentabilidade, inovação e empreendedorismo, com equidade social e regional” (SANTA CATARINA, 2018, p. 30). Com essa visão de futuro, a sociedade catarinense expressa sua consciência e ambição, procurando construir seu próprio amanhã.

O conceito de cenários afirma como a realidade pode ser forjada para reagir a determinadas tendências. Nesse sentido, os cenários ilustram alternativas de futuro, ou seja, descrevem ambientes diferenciados em que os acontecimentos do passado recente e de hoje se tornam efetivos. Nesse sentido, os cenários podem ser tendenciais – na medida em que ilustram a realidade futura simplesmente como resultado esperado das tendências vigentes – ou podem ser normativos, expressando o resultado desejado a ser alcançado mediante a adoção de objetivos, metas e ações estratégicas de longo prazo.

O Plano SC 2030 constrói um cenário normativo visando à concretude de sua visão de futuro. Tal cenário normativo, além de possível de ser alcançado, pois foi construído a partir de ferramental técnico-científico provindo da ciência econômica, ciências sociais, história e estatística, está também ancorado em elementos catalizadores do desenvolvimento, contidos na obra do Ipea (2015). Nessa trilha, a citação a seguir procura explicitar a necessidade da análise de grandes tendências mundiais realizada anteriormente, bem como a importância da ação governamental na construção de cenários prospectivos.

Se o passado pertence à história, o futuro pertence à estratégia. O futuro não é “dado”, mas construído. Não é um conjunto predeterminado de eventos e de situações irreversíveis, mas uma construção coletiva e imprevisível, moldada por diversas variáveis, atores, tendências e vetores da economia, da política, da tecnologia, da psicologia social e da natureza, entre tantos fatores. Visto com otimismo ou pessimismo, com apreensão ou esperança, o futuro projeta fortalezas e fraquezas em um contexto de oportunidades e de ameaças. É fundamental ter consciência das tendências atuais, das incertezas, das estratégias dos principais atores, enfim, de todas as sementes

de futuro para construir visões a respeito do futuro que ajudem a fazer as apostas estratégicas corretas, corrigindo fraquezas para enfrentar ameaças e investindo nas fortalezas para aproveitar plenamente as oportunidades. A falta de visão de futuro e de pensamento estratégico pode se tornar um gargalo ao desenvolvimento. (IPEA, 2015, p. 7).

Para o caso de Santa Catarina, com base no diagnóstico realizado na seção anterior, são assumidos dois cenários para 2030, ambos considerados otimistas: um de adesão, menos otimista, de natureza tendencial e que guarde sintonia com o Brasil; e um cenário mais otimista, de caráter normativo de “descolar do Brasil e aderir ao mundo”.

O primeiro, denominado “Adesão com sintonia ao Brasil”, é um cenário tendencial em que Santa Catarina mantém-se atrelada aos ciclos nacionais, mas com um aumento pequeno e gradual da participação econômica e do desempenho em áreas sociais e tecnológicas. Os resultados do cenário tendencial em termos de crescimento do PIB encontram-se no gráfico 1. As características principais são:

1. Santa Catarina consolida pauta de exportação com produtos de setores tradicionais;

2. Modelo catarinense atrelado à economia nacional é confirmado e Santa Catarina amplia gradualmente sua participação na riqueza nacional.

Gráfico 1 - Cenário adesão de Santa Catarina em sintonia ao Brasil, 2030

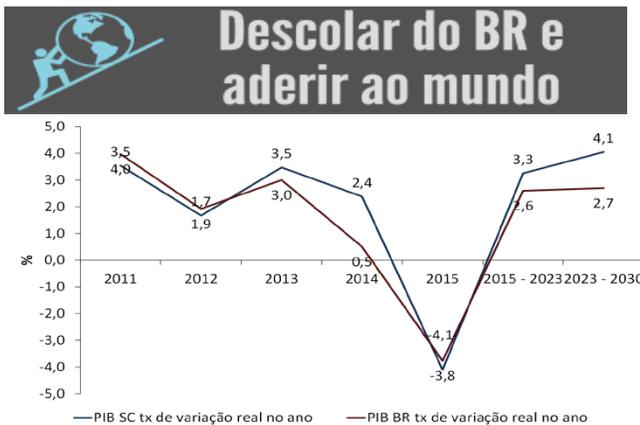


Resultado

Quanto ao crescimento do PIB, Santa Catarina cresce ligeiramente mais rápido que o Brasil, entre 2015-2023, e aumenta essa diferença entre 2023-2030.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2018).

Gráfico 2 - Cenário descolamento de Santa Catarina do Brasil e adesão ao mundo, 2030



Resultado

Quanto ao crescimento do PIB, Santa Catarina cresce significativamente mais rápido que o Brasil, entre 2015-2023, e ainda mais rápido entre 2023-2030.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2018).

O segundo, chamado “Descolar do Brasil e aderir ao mundo”, é um cenário normativo em que Santa Catarina descola-se dos ciclos nacionais e mantém-se atrelado aos ciclos mundiais. Os resultados desse cenário

em termos de crescimento do PIB estão ilustrados no gráfico 2. Suas características principais são:

1. Ganhos de competitividade em Santa Catarina estimulam exportações e importações em especial em cadeias globais de produção;
2. Internacionalização da produção de Santa Catarina via atração de empresas multinacionais e investimentos externos de empresas catarinenses.

Estratégia para o Desenvolvimento de Santa Catarina

As proposições a seguir apresentadas para o desenvolvimento de Santa Catarina, tendo por horizonte o ano de 2030, são o resultado de *workshops* setoriais e regionais, reuniões técnicas e entrevistas reunindo servidores estaduais e representantes da sociedade civil organizada com a finalidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina (Plano SC 2030), sob a coordenação da Secretaria Estadual do Planejamento e orientação técnica da equipe de pesquisa. Nesta seção, são reunidos elementos que definem as linhas gerais do Plano, que consistem na construção da visão de futuro “Visão Santa Catarina 2030”, sua conexão transversal com as áreas de atuação do Governo e os pontos centrais da dinâmica da transformação desejada.

Visão Santa Catarina 2030

A Visão Santa Catarina 2030 foi construída em evento que reuniu mais de uma centena de pessoas convidadas, entre representantes dos órgãos da administração pública estadual e de entidades da sociedade civil, tendo presente um diagnóstico da realidade estadual e o reconhecimento de tendências futuras e cenários. Os participantes, inicialmente, explicitaram os valores permanentes da sociedade catarinense que, então, passaram a servir de orientação para a elaboração do Plano SC 2030. São, a seguir, citados em ordem alfabética: *cidadania, cooperação, educação, empreendedorismo, equidade regional, equidade social, gestão pública, meio ambiente,*

saúde e segurança. Na sequência, os participantes do evento foram convidados a elencar palavras-chave representativas da visão Santa Catarina 2030, de que resultou na seguinte visão de futuro:

Santa Catarina: referência em sustentabilidade, inovação e empreendedorismo, com equidade social e regional

A visão 2030 para o estado de Santa Catarina tem como foco uma sociedade que seja referência em sustentabilidade, inovação, empreendedorismo, equidade social e regional. A proposição consiste em realizar a transformação desejada mediante empreendimentos inovadores, mas de forma sustentável e respeitando os valores fundamentais da sociedade, conjugando continuidade e mudança.

O termo sustentabilidade remete à ideia de continuidade, no tempo, do desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões:

- **Sustentabilidade Financeira** do governo estadual, pela eficiente gestão dos recursos, que garanta a continuidade do suporte financeiro necessário à oferta de serviços públicos em todas as áreas de atuação governamental, com particular ênfase no atendimento à crescente demanda por serviços de Educação, Saúde, Segurança Pública e Infraestrutura, além da promoção de desenvolvimento econômico estadual.

- **Sustentabilidade Ambiental**, pela necessidade de compatibilizar a preservação do rico patrimônio ambiental de Santa Catarina com a atividade econômica e social por parte de aproximadamente 8 milhões de pessoas (projeção para 2030), nas atividades da agropecuária, da indústria, do turismo, da construção, da exploração de recursos minerais, hídricos e de pesca, bem como na atividade doméstica.

- **Sustentabilidade socioeconômica**, pela necessidade de aumento da renda e de melhoria do padrão de vida da população e pela busca da equidade social, com a redução das desigualdades mediante a promoção de um padrão de desenvolvimento inclusivo, alcançando todos os segmentos sociais.

A sustentabilidade socioeconômica apoia-se também na equidade regional, com o fortalecimento de centros urbanos regionais, de forma a manter a descentralização que caracteriza o estado de Santa Catarina em consonância com suas vocações econômicas, bem como com a abertura de novas atividades visando reduzir o movimento de concentração nas regiões litorâneas.

Os termos inovação e empreendedorismo, por sua vez, remetem fortemente à ideia de mudança, como motores do desenvolvimento. Com isso, a visão consagra o compromisso com uma educação articulada com ambientes inovadores como base para a transformação, seguindo a tendência mundial em que a geração acelerada de conhecimento amplia as oportunidades de inovação, tanto nos setores existentes como dando origem a novos setores produtivos.

Essa opção pela inovação sinaliza para uma mudança do padrão tradicional que se estruturou em Santa Catarina ao longo do século passado, apoiado em produções localizadas relativamente independentes, para um novo padrão onde se articulam atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento com a atividade produtiva e com os mercados nacional e mundial.

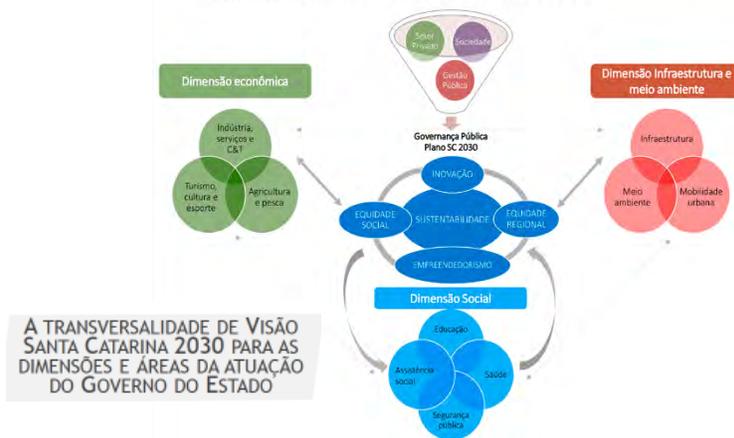
Nessa visão, são ampliadas para a população catarinense as oportunidades de educação de qualidade e de acesso a ambientes voltados ao empreendedorismo com inovação, revitalizando, em novas bases, a cultura empreendedora que sempre caracterizou o estado de Santa Catarina. Além de fundamental para o dinamismo econômico, o empreendedorismo é um caminho para a maior equidade social e regional.

Transversalidade da Visão de Futuro

Definida a Visão de Futuro, o processo de construção do Plano SC 2030 partiu das proposições colhidas em *workshops* setoriais e regionais realizados em 2017, mais entrevistas com especialistas, reunindo membros da sociedade civil organizada, do setor privado e da administração pública. Essas proposições foram afuniladas e consolidadas em objetivos e ações estratégicas, bem como em indicadores e metas setoriais. O Plano SC 2030

expressa a transversalidade da Visão Santa Catarina 2030 nos diferentes setores da atuação finalística do governo estadual, organizados em três dimensões e dez áreas, mediadas por uma nova governança pública. A figura 5 é ilustrativa dessas interações.

Figura 5 - Transversalidade da visão de Santa Catarina 2030 para as dimensões e áreas de atuação do governo do Estado



Fonte: Elaboração da SPG-SC/UFSC (SANTA CATARINA, 2018, p. 26).

Assim, na dimensão Desenvolvimento Econômico e em suas áreas setoriais da Indústria-Serviços-Ciência e Tecnologia, da Agricultura e Pesca e do Turismo-Cultura e Esportes, as ações de governo no horizonte de 2030 devem ser pautadas pela busca da *sustentabilidade* da economia estadual, capaz de gerar empregos e crescente padrão de renda para a população catarinense, com *equidade social*. Em vista das tendências internacionais, *inovação* e *empreendedorismo* são elementos vitais para a constante revitalização das atividades produtivas e para a criação de novos empreendimentos em todas as regiões do Estado, gerando *equidade regional*.

A atuação direta do governo estadual nas áreas setoriais que formam a dimensão Desenvolvimento Social – Educação, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social – deve ser orientada pela transversalidade das diretrizes expressas nas palavras-chave da Visão de Futuro. Essas áreas, além de estarem diretamente relacionadas aos valores fundamentais

da sociedade catarinense, garantindo *sustentabilidade e equidade social e regional*, formam o ambiente necessário para o desenvolvimento econômico, sendo um componente fundamental da competitividade estadual. *Inovação e empreendedorismo* são também indispensáveis nas áreas sociais, mediante o uso de novas tecnologias, formas de gestão, ações intersetoriais e propostas de formação do ser humano.

Por sua vez, *sustentabilidade, inovação, empreendedorismo e equidade social e regional* devem também orientar as ações do governo na dimensão Infraestrutura e Meio Ambiente, de que faz parte a área de Mobilidade Urbana. A manutenção da infraestrutura viária e do abastecimento energético em boas condições de uso são fundamentais para o desenvolvimento do Estado; o saneamento e a proteção dos recursos hídricos e florestais são elementos territoriais associados à *sustentabilidade* ambiental; e a mobilidade urbana e as condições de moradia são componentes da qualidade de vida e da *equidade social*.

A Dinâmica da Transformação

A descrição da dinâmica da transformação da sociedade catarinense utiliza a metáfora de um navio com seus quatro sistemas principais na travessia para 2030: o motor ou sistema de propulsão, sua estrutura e calado, seu centro de gravidade e sua ponte de comando. O navio tem sua capacidade de navegação, com pontos fortes e fracos, e tem uma rota traçada, mas o ambiente incerto poderá trazer mar favorável (oportunidades) ou tempestades (ameaças), que são capazes de facilitar ou dificultar a travessia. A figura 6 é ilustrativa dessa metáfora.

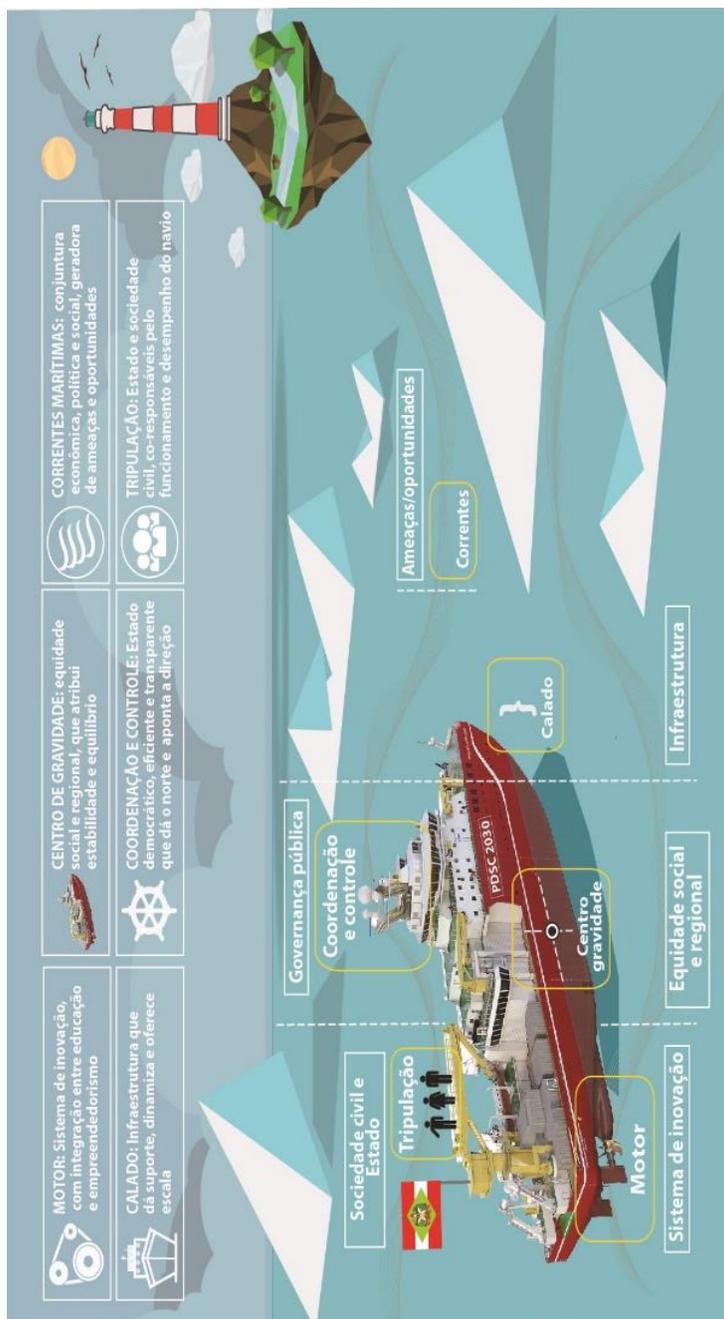
Em primeiro lugar, a transformação desejada expressa na Visão de Futuro depende fortemente do *Sistema de Inovação* como *motor* do processo de desenvolvimento de Santa Catarina. Um sistema de inovação é entendido como interações entre um conjunto de instituições – empresas, instituições de ensino e de pesquisa e setor público – cada vez mais imbuídas de propensão para inovar. Para isso, é essencial construir e fortalecer capacidades, dominar novas tecnologias, criar ambientes de inovação adequados para estudantes e trabalhadores criativos, atrair empresas inovado-

ras, engajar empresas em projetos intensivos em conhecimento, ampliar as interações entre universidades e institutos de pesquisa com empresas, bem como entre empresas de maior porte e seus fornecedores, apoiar iniciativas conjuntas voltadas a nichos de mercado de maior valor agregado ou ao mercado externo, entre outras providências.

Dessa forma, a transformação desejada expressa na Visão de Futuro estará na dependência do sistema de inovação ser, de fato, um o motor potente para impulsionar o desenvolvimento de Santa Catarina. Para tanto, é necessária uma mudança dos três principais agentes citados: da parte do setor público, pela priorização de recursos para fomento e financiamento de projetos inovadores, bem como o uso de incentivos ao aumento do gasto com P&D; da parte das instituições de ensino, pelo estabelecimento de políticas de formação de recursos humanos voltados à inovação e ao empreendedorismo, com maior envolvimento dos alunos e menor evasão escolar; da parte das empresas, pela incorporação de uma cultura voltada à inovação e à interação com as unidades de ensino, de forma a atrair novos talentos e a ampliar sua capacidade de inovar.

Características Econômicas e Sociais XXI de Santa Catarina no limiar do século XXI

Figura 6 - A travessia de Santa Catarina rumo a 2030 – a dinâmica da transformação



Fonte: Elaboração própria.

Em segundo lugar, o navio precisa dispor de *estrutura física* forte que lhe dê o *calado* necessário para uma maior escala de operação e para navegação nas condições mais adversas. A conexão é direta com a infraestrutura econômica necessária para alicerçar o Plano SC 2030. A qualidade da infraestrutura ofertada é decisiva por gerar vantagens de custos que são rapidamente percebidas por investidores.

Nesse sentido, além da conservação da malha rodoviária estadual em boas condições de uso, torna-se estratégica a complementação dos grandes eixos logísticos e sua integração com os portos, seja no sentido norte-sul pela BR 101 (já duplicada, mas gargalos na passagem pelas áreas urbanas da Grande Florianópolis, Itajaí/Balneário Camboriú e Joinville), seja no sentido leste-oeste, onde há urgência na duplicação rodoviária rumo ao planalto e oeste. A duplicação favoreceria maior integração das macrorregiões do Alto Vale do Itajaí, do Planalto e do Oeste às regiões litorâneas.

Faz parte da infraestrutura econômica a ampliação do sistema de distribuição de energia e de comunicação, garantindo o recurso energético e acesso à internet necessários à inovação em todas as regiões do Estado, inclusive nas pequenas cidades e no meio rural. A preservação da qualidade ambiental, mediante ações voltadas à proteção de recursos hídricos e florestais e ao saneamento básico, tende a dar sustentabilidade e novo dinamismo à atividade turística, inclusive com sua maior interiorização, bem como às atividades da agropecuária e a melhores condições de vida nas cidades.

Em terceiro lugar, o *centro de gravidade* do navio, dado pela distribuição adequada de pesos e cargas, corresponde ao equilíbrio social, pela correta atribuição de direitos e deveres necessários ao exercício da cidadania. O centro de gravidade de uma embarcação é o fundamento de sua estabilidade, o que permite uma travessia segura. Isso inclui capacidade de navegar com velocidade nos momentos de calma e a manutenção da rota, sem grandes turbulências, nos momentos de intempéries. Analogamente, para que o processo de desenvolvimento catarinense possa aproveitar-se das conjunturas favoráveis e que possa sustentar equilíbrio em momentos de conjunturas desfavoráveis, é *mister* construir e preservar o equilíbrio social e regional.

Considerando as desigualdades decorrentes do processo de transformação econômica e social, aprimorar as condições de equidade social remete à necessidade de imprimir esforços para prover condições semelhantes aos cidadãos, de modo que não existam grandes diferenças para a realização de suas potencialidades. Aponta para a necessidade de diminuir a desvantagem dos membros menos favorecidos no que tange ao acesso à saúde, educação, segurança, moradia, trabalho, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, alimentação e transporte.

Por fim, o comando do navio é representado por uma nova governança pública, inerente a um Estado democrático, eficiente e transparente, como norteador do desenvolvimento. Uma nova governança pública e a institucionalização de uma perspectiva de longo prazo poderão garantir o sucesso do Plano SC 2030 ao apresentar para a sociedade catarinense o significado transparente do valor público a ser gerado, que nada mais é do que o bem-estar social expresso na visão de futuro. A governança pública deve ser praticada via mensuração, acompanhamento e transparência do Plano, a partir da definição dos objetivos, indicadores, metas e estratégias setoriais, bem como sua incorporação nos planos e orçamentos de curto e médio prazos.

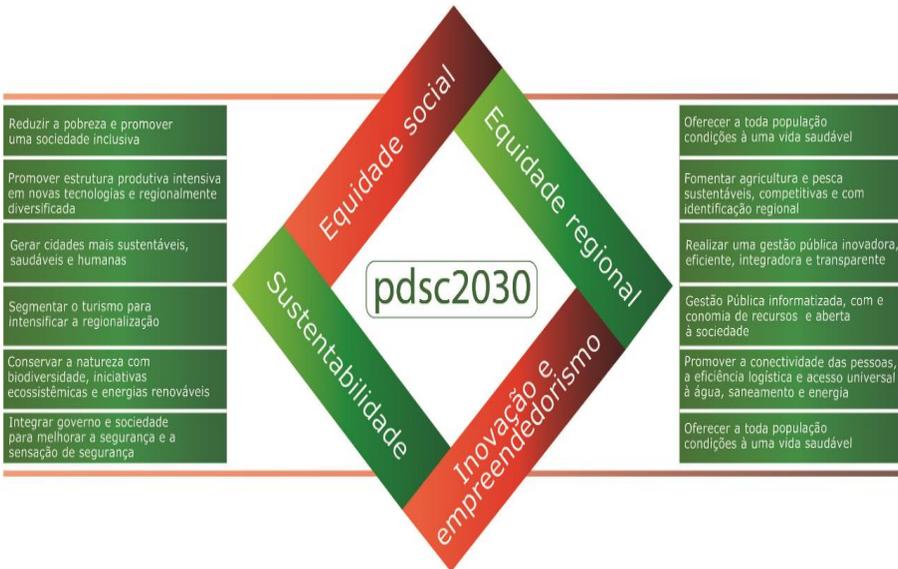
Na travessia para 2030, é importante ter presente os pontos fortes e as debilidades do Estado, bem como das oportunidades e ameaças postas pelas tendências nacionais e internacionais. Entre as debilidades a serem superadas em Santa Catarina estão uma expressiva parcela da população que ainda não completou o segundo grau, a insuficiente disponibilização de recursos a projetos de inovação, com restrita adesão à tecnologia da indústria 4.0, a falta de investimentos nos grandes eixos logísticos e no saneamento básico e a emergência de desequilíbrios regionais e sociais associados à litoralização.

Há, contudo, um conjunto relevante de virtudes sistêmicas já reveladas, tanto na área social quanto no campo tecnológico. Santa Catarina exhibe bons indicadores sociais, estando entre os estados de maior IDH, maior segurança pública, menor vulnerabilidade social e melhor distribuição de renda. No campo tecnológico, figuram notadamente o adensamento empresarial em setores intensivos em conhecimento, a capacidade de absorção e desenvolvimento tecnológico de empresas de porte

mundial, com disseminação para os fornecedores em suas cadeias produtivas, a existência de grupos de pesquisa em universidades e órgãos públicos nas diferentes regiões e o êxito já alcançado por programas de fomento ao empreendedorismo e à inovação coordenados por órgãos da estrutura administrativa estadual.

As principais ameaças são de origem interna, estadual ou nacional. Internamente ao Estado, a boa navegação pode ficar comprometida pelas dificuldades financeiras do setor público e pelas suas naturais dificuldades de mudança em direção a uma gestão democrática, transparente, eficiente e eficaz; da mesma forma, pelo agravamento do desequilíbrio social em termos de criminalidade, moradia e mobilidade urbana e empobrecimento de regiões do planalto e oeste; em âmbito nacional, a principal ameaça é o prolongamento da atual crise política e econômica.

Figura 7 - O sentido da transformação nas áreas de atuação do governo do estado de Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria.

As oportunidades estão associadas à maior abertura para o exterior e para o melhor aproveitamento de suas potencialidades. É amplamente

conhecido que uma maior presença na economia internacional pode trazer benefícios em termos de incorporação de tecnologias, acesso a mercados, inserção em cadeias globais de valor e atração de empresas. Ampliando sua atuação nessa direção, Santa Catarina estará dando novo impulso para a revitalização das atividades produtivas, ganhando em escala, inovação e competitividade, além da abertura de novos setores. Suas potencialidades estão ligadas a características em termos de diversidade territorial e étnica e de equilíbrio social. Esse arranjo de fatores constitui base natural para a afirmação de uma cultura de vida saudável em Santa Catarina e, associada a ela, para uma ampla disseminação de atividades de maior valor agregado, seja em setores intensivos em conhecimento, seja em produtos naturais e turismo de qualidade, combinando natureza, cultura, esportes e lazer.

Complementando essa visão geral sobre a transformação desejada para o estado de Santa Catarina, a figura 7 apresenta as palavras-chave da visão Santa Catarina 2030, juntamente com frases representativas para as diferentes áreas da ação governamental.

Objetivos e Ações Estratégicas

Os objetivos e as ações estratégicas por área de atuação do Governo Estadual encontram-se a seguir, sendo que os indicadores e metas para 2024 e 2030 figuram no Plano SC 2030 (SANTA CATARINA, 2018).

Desenvolvimento Econômico

Indústria, Serviços, Ciência e Tecnologia

Objetivo 1:

Acelerar o processo de modernização da estrutura produtiva de Santa Catarina na direção de atividades intensivas em tecnologia.

Ações estratégicas:

1.1 Incentivar o empreendedorismo e ampliar programas governamentais de apoio à criação e ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas de base tecnológica ou com alto potencial de crescimento.

1.2 Estimular o desenvolvimento de setores portadores de futuro e direcionar recursos e esforços para as áreas de especialização inteligente das regiões.

1.3 Usar o sistema de patentes como parte de informação tecnológica para agregar valor aos produtos e modernizar a estrutura produtiva atual, e incluir estudo de anterioridade (prospecção) como critério para concessão de qualquer incentivo a novos negócios inovadores.

1.4 Estimular a conexão entre políticas, pessoas, instituições e empresas, que fazem parte do ecossistema catarinense de inovação.

Objetivo 2:

Expandir a economia do conhecimento para todas as regiões do estado de Santa Catarina com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais.

Ações estratégicas:

2.1 Consolidar os 13 Centros de Inovação e demais ambientes de inovação em desenvolvimento no Estado, bem como os ecossistemas regionais de inovação.

2.2 Criar, nas principais instituições de fomento, mecanismos para o financiamento em P&D, de forma diferenciada para micro e pequenas empresas localizadas nas macrorregiões com menor VAB industrial.

Objetivo 3:

Promover a vocação econômica de cada macrorregião, agregando valor e qualidade aos produtos catarinenses tradicionais.

Ações estratégicas:

3.1 Apoiar Planos de Desenvolvimento Municipal, com o objetivo de estimular vocações e potencialidades locais para a especialização inteligente das microrregiões.

3.2 Expandir a exposição de potencialidades e de produtos diferenciados de todas as macrorregiões do Estado.

3.3 Desenvolver formas diferenciadas de estímulos econômicos para a expansão da produção local e sua comercialização em âmbito estadual.

Objetivo 4:

Promover, reter e atrair investimentos nacionais e estrangeiros em setores industriais e de serviços intensivos em conhecimento.

Ações estratégicas:

4.1 Intensificar investimentos para a modernização da infraestrutura produtiva (rodovias, portos, aeroportos, telecomunicações) para atração de empresas nacionais e estrangeiras.

4.2 Integrar, via mecanismos de governança, as secretarias setoriais de Estado, visando elevar a eficiência institucional e melhorar o ambiente de negócios.

4.3 Organizar e expandir o processo de atração de investimentos e de talentos para Santa Catarina.

4.4 Expandir a oferta de disciplinas e cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em áreas relacionadas a tecnologias emergentes.

Objetivo 5:

Desenvolver ecossistemas sustentáveis de empreendedorismo e inovação.

Ações estratégicas:

5.1 Intensificar o apoio às pequenas e médias empresas inovadoras e intensivas em tecnologia e conhecimento, mobilizando as principais instituições de fomento e ampliando programas existentes, como o Sinapse da Inovação, e reestruturar o PRODEC para micro, pequena e média empresa.

5.2 Criar mecanismos para intensificar a relação universidade-empresa, visando estimular o surgimento de novas empresas dos setores industriais e de serviços intensivos em tecnologia.

Agricultura e Pesca

Objetivo 1:

Garantir no meio rural e pesqueiro uma produção sustentável por meio do desenvolvimento e da aplicação de inovações tecnológicas e sociais.

Ações estratégicas:

1.1 Elevar a produtividade da agricultura catarinense por meio da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural pública e de qualidade.

1.2 Desenvolver competências para melhorar os processos produtivos e de mercado, visando dar eficiência aos sistemas agropecuários.

1.3 Fortalecer o processo de organização dos agricultores e pescadores, visando ao acesso e à ampliação dos mercados.

1.4 Promover a capacitação no meio rural relacionada a aspectos jurídicos e econômicos, visando à formação de jovens empreendedores para a sucessão na agricultura do Estado.

1.5 Incentivar e fortalecer sistemas de inovação social e tecnológica para o desenvolvimento sustentável da agricultura catarinense.

1.6 Instituir uma legislação sanitária animal diferenciada para a produção artesanal.

1.7 Promover maior cooperação entre os agentes públicos e privados do meio rural e pesqueiro, consolidando um sistema tripartite dinâmico e sustentável entre as agroindústrias, cooperativas e agentes públicos.

Objetivo 2:

Revitalizar o mundo rural e pesqueiro, valorizando sua diversidade social, cultural e ambiental.

Ações estratégicas:

2.1 Fortalecer as atividades de turismo no meio rural.

2.2 Fortalecer o processo de organização dos agricultores e pescadores, visando ao acesso e à ampliação dos mercados.

2.3 Promover a capacitação no meio rural relacionada a aspectos jurídicos e econômicos, visando à formação de jovens empreendedores para a sucessão na agricultura do Estado.

2.4 Instituir programas de governo específicos, focados na inovação e na diferenciação de produtos e serviços, privilegiando recursos para as regiões mais deprimidas, com vistas a minimizar os desequilíbrios regionais.

2.5 Desenvolver programas voltados à identificação e à valorização dos saberes locais e das identidades culturais das populações locais.

2.6 Promover a inclusão social e produtiva das populações tradicionais e de baixa renda no meio rural.

Objetivo 3:

Agregar valor por meio do empreendedorismo, da inovação e da diferenciação de produtos e serviços na agricultura familiar e na pesca artesanal.

Ações estratégicas:

3.1 Agregar valor à produção agropecuária e pesqueira por meio da conquista de Certificados de Identificação Geográfica de produtos tradicionais catarinenses.

3.2 Incentivar a diversificação produtiva por meio de estímulos creditícios e técnicos para o fortalecimento da cadeia de frutas, hortaliças, peixes e outras culturas permanentes.

3.3 Estimular as potencialidades regionais e garantir o reconhecimento da qualidade das atividades desenvolvidas nos meios rural e pesqueiro.

3.4 Apoiar a formalização das agroindústrias por meio de assistência técnica, crédito dirigido e capacitação dos empreendedores.

3.5 Incentivar a pesca artesanal em Santa Catarina.

Objetivo 4:

Prover o meio rural e pesqueiro de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Ações estratégicas:

4.1 Aumentar a cobertura nas propriedades rurais de redes de energia elétrica trifásica, bem como minimizar interrupções.

4.2 Melhorar a infraestrutura de estradas vicinais e pontes, visando elevar a produtividade econômica no meio rural.

4.3 Prover o meio rural com infraestrutura de comunicação, relativa à internet banda larga e telefonia.

4.4 Implementar o Programa Federal Internet para Todos, que pretende levar internet banda larga a áreas rurais e localidades que ainda não têm o serviço.

4.5 Instituir programas de governo com marcos legais adequados, tecnologias e recursos financeiros que busquem a transformação dos resíduos poluentes da agropecuária em energia limpa.

4.6 Instituir programas de governo com marcos legais adequados, tecnologias e recursos financeiros, que busquem a transformação dos resíduos poluentes da agropecuária em energia limpa.

Objetivo 5:

Promover um ambiente de segurança sanitária e conformidade legal dos negócios no meio rural e pesqueiro.

Ações estratégicas:

5.1 Realizar ações de promoção dos produtos da pecuária catarinense internacionalmente, de forma a captar novos mercados interessados.

5.2 Revisão do marco legal do Programa Estadual de Vigilância para Brucelose e Tuberculose.

5.3 Adequação da estrutura e da capacidade de diagnóstico da sanidade animal e vegetal.

5.4 Promoção do programa de melhoria da qualidade dos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual.

5.5 Adequação dos estabelecimentos aos requisitos exigidos pelo SISBI/POA.

5.6 Implantação de sistema informatizado de controle de estoque de agrotóxicos e de receituário agrônomo.

5.7 Promoção do programa de cadastro do produtor primário (e-origem).

5.8 Fomento ao Associativismo visando à Certificação Fitossanitária.

5.9 Implantação do Marco regulatório da Defesa Sanitária Vegetal para o Estado de Santa Catarina.

5.10 Criar um Programa de Regularização Fundiária para o estado de Santa Catarina.

Turismo, Cultura e Esporte

Objetivo 1:

Propiciar o desenvolvimento do turismo em todas as regiões turísticas do Estado.

Ações estratégicas:

1.1 Fortalecer o processo de segmentação de produto, levando em consideração a diversidade turística catarinense.

1.2 Construir indicadores das atividades características do turismo (alojamento, transporte, locadoras, agências de viagens e outras) nas regiões turísticas.

1.3 Realizar investimentos públicos e incentivar os investimentos privados em infraestrutura de apoio ao turismo, priorizando projetos estruturantes e ações descentralizadas que contribuam para a interiorização do turismo no Estado.

1.4 Capacitar os atores locais (públicos, privados e sociedade civil organizada) das regiões turísticas, por meio da realização de encontros, oficinas, *workshops*.

1.5 Estruturar circuitos, rotas e atrativos turísticos.

1.6 Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo e à inovação no turismo.

1.7 Construir sistemas de informações e estatísticas para o monitoramento das atividades turísticas.

Objetivo 2:

Ampliar a descentralização das ações culturais no território catarinense.

Ações estratégicas:

2.1 Promover a ampliação do grau de institucionalização das políticas públicas, por meio da implementação do Sistema Estadual de Cultura e dos Sistemas Municipais, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura.

2.2 Construir estatísticas e implantar sistemas de informações voltados ao monitoramento das atividades culturais.

Objetivo 3:

Potencializar a participação da cultura no desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

Ações estratégicas:

3.1 Estimular e apoiar a economia criativa, reconhecendo, promovendo e regulando seus diversos segmentos.

3.2 Reconhecer, promover e proteger o patrimônio, a diversidade e as identidades culturais de Santa Catarina.

3.3 Investir na capacitação de agentes culturais públicos e privados em torno da gestão da cultura.

3.4 Transformar o ativo tangível e intangível da cultura catarinense (edificações, rotas turísticas e suas paisagens culturais, sítios históricos, assim como a história, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as tradições e os costumes, dentre outros) em negócios geradores de trabalho e renda.

Objetivo 4:

Ampliar as condições de acesso ao esporte e ao lazer, de forma a contribuir para um estilo de vida saudável da população catarinense.

Ações Estratégicas:

4.1 Implantar, requalificar e adaptar equipamentos públicos para a prática esportiva e de lazer, atendendo às demandas locais com acompanhamento de profissionais de educação física.

4.2 Desenvolver programas de iniciação esportiva no contexto escolar.

4.3 Apoiar a institucionalização, em todas as regiões do Estado, de mecanismos que possibilitem o aprimoramento da governança na área de esporte e lazer.

4.4 Ampliar a capacitação dos profissionais do esporte e lazer.

4.5 Incentivar a ampliação dos postos de trabalho privados e públicos com a intensificação da realização de programas e eventos de esporte e lazer.

Desenvolvimento Social

Educação

Objetivo 1:

Garantir o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar com qualidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.

Ações estratégicas:

1.1 Universalizar o atendimento escolar para a população de quatro a 17 anos de idade e ampliar o atendimento à população de zero a três anos de idade, na idade certa.

1.2 Promover ações de correção de distorção idade-série e abandono escolar, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

1.3 Assegurar, em regime de colaboração, a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, com a perspectiva da educação integral.

Objetivo 2:

Universalizar o Ensino Médio, oportunizando uma aprendizagem significativa aos jovens, assegurando a permanência, a formação integral para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho.

Ações estratégicas:

2.1 Organizar e expandir a oferta do ensino médio, estabelecendo vínculos com os sistemas produtivos, culturais, locais, regionais e global.

2.2 Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, de forma intersetorial, com os serviços de assistência social, saúde e justiça para proteção integral dos jovens.

2.3 Instituir programas voltados à permanência dos estudantes na escola, especialmente no Ensino Médio, com complementação de renda para a população vulnerável.

Objetivo 3:

Promover a formação de profissionais que atuem de forma inovadora e empreendedora, comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Ações estratégicas:

3.1 Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e a expansão nas instituições de ensino superior, públicas e comunitárias.

3.2 Articular, com a União, a elevação da qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do sistema de Educação Superior.

3.3 Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, com aproximação da Ciência e da Tecnologia aos sistemas produtivos e inovativos.

Objetivo 4:

Garantir a valorização dos profissionais da Educação Básica, de acordo com a legislação, assegurando: formação na área de atuação (inicial

e continuada), carreira, remuneração e condição de trabalho condizentes com a sua responsabilidade na sociedade.

Ações estratégicas:

4.1 Promover a formação inicial dos docentes em sua área de atuação, considerando as necessidades regionais do Estado, priorizando as áreas do conhecimento com maior *deficit* de docentes habilitados, em co-operação com a União e articulada com instituições de Educação Superior.

4.2 Assegurar a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações dos respectivos sistemas de ensino, potencializando o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Objetivo 5:

Garantir a progressiva expansão e ampliação de fontes de financiamento na educação catarinense, com foco na elevação dos indicadores socioeconômicos das regiões menos desenvolvidas do Estado.

Ações estratégicas:

5.1 Garantir, progressivamente, a aplicação dos recursos da receita corrente líquida em Educação Básica pública.

5.2 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados, nos termos do Artigo 212 da Constituição Federal.

Objetivo 6:

Universalizar o direito à educação para superação das desigualdades históricas, culturais e sociais, promovendo os princípios dos direitos humanos, da diversidade e da sustentabilidade socioambiental.

Ações estratégicas:

6.1 Garantir o acesso e a permanência na Educação Básica para a redução das desigualdades, considerando um currículo que reconheça e

que assumam a diversidade e a sustentabilidade como princípios formativos e fundantes.

6.2 Instituir políticas e programas educacionais de ações afirmativas, de forma participativa, assegurando o envolvimento do público ao qual se direcionam.

6.3 Implementar espaços educadores sustentáveis nos ambientes escolares.

Saúde

Objetivo 1:

Reduzir a mortalidade materna e infantil.

Ação estratégica:

1.1 Implantar uma política estadual de qualificação da atenção à mulher e à criança, com fortalecimento da educação permanente, dos serviços e da rede de atenção ao pré-natal, parto e recém-nascido e dos instrumentos de monitoramento e avaliação.

Objetivo 2:

Reduzir a mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis.

Ações estratégicas:

2.1 Estimular e realizar ações educativas de vida saudável nas áreas de alimentação, atividade física, consumo de álcool e tabagismo.

2.2 Estruturar e qualificar as equipes de Atenção Básica para a prevenção, detecção e tratamento oportuno das DCNTs.

2.3 Estruturar a rede de atenção à saúde, viabilizando o acesso à Atenção Básica e à Média e Alta Complexidade em cada macrorregião.

Objetivo 3:

Reduzir a morbimortalidade por doenças transmissíveis.

Ações estratégicas:

3.1 Intensificar as ações de vigilância e prevenção das doenças transmissíveis, melhorando as condições tecnológicas para o diagnóstico precoce e o controle.

3.2 Diagnosticar precocemente todas as formas de tuberculose, com oferta universal de cultura e teste de sensibilidade, incluindo o uso de testes rápidos (novas tecnologias) e o tratamento oportuno e adequado.

Objetivo 4:

Reduzir a mortalidade por causas externas.

Ações estratégicas:

4.1 Programar ações intersetoriais para redução de acidentes de transporte.

4.2 Implementar ações voltadas ao diagnóstico e ao cuidado da saúde mental, à prevenção ao uso do álcool e de outras drogas.

4.3 Articular e implementar ações para a redução da violência interpessoal e autoprovocada.

Objetivo 5:

Fortalecer o sistema estadual de saúde.

Ações estratégicas:

5.1 Fomentar a capacitação dos profissionais das equipes de saúde em todas as regiões do Estado para aumentar sua efetividade e resolubilidade.

5.2 Reunir grupo técnico para elaborar, aprovar e implantar o Plano de Investimentos em Saúde no Estado, com detalhamento regional.

5.3 Elaborar sistema informatizado estadual para controle de consultas e de procedimentos médicos e de organização de filas de espera nos serviços de saúde, com acesso via internet pelos pacientes.

5.4 Fortalecer as equipes de controle e avaliação regionais para acompanhamento do sistema de regulação.

5.5 Realizar esforços para dotar o sistema estadual de saúde dos recursos financeiros necessários à sua operação com qualidade.

Segurança, Cidadania e Defesa Civil

Objetivo 1:

Reduzir a incidência de crimes violentos e o poder de atuação das organizações criminosas voltadas ao tráfico de entorpecentes.

Objetivo 2:

Aumentar a segurança e a sensação de segurança.

Ações estratégicas:

2.1 Intensificar e fortalecer a ação de fronteira, por meio de parceria com o governo federal, com o objetivo de dificultar o tráfico de armamento e de drogas.

2.2 Ampliar a integração das polícias, do IGP e da SJC nas dimensões de inteligência e operações para enfrentamento do crime organizado.

2.3 Criar um comitê interinstitucional voltado à discussão, à avaliação e ao fortalecimento das políticas de prevenção ao delito.

2.4 Estimular o envolvimento das comunidades locais na construção de soluções para problemas derivados da sensação de insegurança.

2.5 Fortalecer e aperfeiçoar a política de gestão de pessoas e processos, inclusive com o uso de novas tecnologias (TICs), para aumentar a eficiência dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública.

Objetivo 3:

Reduzir a violência e as mortes no trânsito.

Ação estratégica:

3.1 Promover campanhas de conscientização, educação, fiscalização, com foco no enfrentamento à violência no trânsito.

Objetivo 4:

Garantir a reintegração social das pessoas privadas de liberdade e dos adolescentes com medidas socioeducativas.

Ações estratégicas:

4.1 Estabelecer políticas públicas de ressocialização com ações integradas e intersetoriais, principalmente entre SJC, SSP, SED, SES.

4.2 Fortalecer a política educacional formal e profissional, assim como a promoção do trabalho formal no sistema prisional, com foco no sistema fechado (infraestrutura, formação de pessoal facilitador).

4.3 Desenvolver plano estadual com medidas compensatórias capazes de estimular a aceitação dos municípios à instalação de unidades prisionais e socioeducativas.

Objetivo 5:

Aumentar o nível de compreensão e a capacidade de resolução da população e do poder público em relação aos eventos catastróficos naturais.

Ações estratégicas:

5.1 Intensificar os investimentos em instrumentos de detecção e sensoriamento remoto para emissão de alertas, de forma mais assertiva (diminuir o grau de erros), de modo que, em 2030, o Estado tenha condições de emitir alertas com a antecipação necessária para garantir proteção à população.

5.2 Articular, com os municípios, a necessidade do cumprimento dos artigos 42-A e 42-B, da Lei nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e impõe aos municípios a obrigatoriedade de incluir, na formulação dos planos diretores, os componentes de risco de desastres.

Assistência Social, Trabalho e Habitação

Objetivo 1:

Fortalecer ações de prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais e de redução da violação de direitos sociais.

Ações estratégicas:

1.1 Buscar a aprovação da Lei estadual do SUAS.

1.2 Ampliar o orçamento para Assistência Social (% da receita corrente líquida).

1.3 Incentivar a construção de equipamentos da Assistência Social nos municípios, conforme a demanda.

1.4 Investir na educação permanente do trabalhador do SUAS.

1.5 Promover política de transferência de renda.

Objetivo 2:

Garantir o pleno acesso ao mercado de trabalho.

Ações estratégicas:

2.1 Aumentar a captação de vagas no SINE.

2.2 Diversificar formas de geração de trabalho e renda.

Objetivo 3:

Reduzir o *deficit* habitacional e promover a regularização fundiária no Estado.

Ações estratégicas:

3.1 Intermediar ações de linhas de crédito e firmar parcerias com a União e Municípios para alocação de recursos em programas habitacionais.

3.2 Promover políticas de regularização fundiária e habitacional para povos quilombolas e indígenas.

3.3 Desenvolver programas de regularização fundiária urbana.

Objetivo 4:

Fortalecer as instâncias de participação e controle social sobre as políticas públicas de assistência social, trabalho e habitação.

Ações estratégicas:

4.1 Criar sistema de informação da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

4.2 Diagnosticar, avaliar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos.

4.3 Viabilizar formas de acesso a fontes alternativas de recursos: repasses, convênios, parcerias público-privadas e fundos.

Objetivo 5:

Reduzir a insegurança alimentar.

Ações estratégicas:

5.1 Implementar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas modalidades doação simultânea e compras institucionais.

5.2 Contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, cumprindo as metas do Plano Estadual de Segurança Alimentar.

5.3 Estimular a adesão dos municípios ao SISAN.

Infraestrutura e Meio Ambiente

Infraestrutura

Objetivo 1:

Ampliar a capacidade de atendimento dos modais de transporte de cargas e passageiros por meio da melhoria contínua da infraestrutura logística e da conectividade das pessoas, visando ao aumento da competitividade de Santa Catarina.

Ações estratégicas:

- Modais Terrestres (Rodo e Ferro)

1.1 Aumentar a eficiência da conectividade das pessoas por meio do transporte terrestre e ampliar o número de pessoas usando transporte público entre regiões do Estado.

1.2 Ampliar a qualidade das rodovias existentes por meio de programas de parcerias e concessões, a partir de investimentos em manutenção, conservação e em aumento da capacidade local de tráfego (por meio de duplicações, terceiras faixas e contornos viários).

1.3 Monitorar a conclusão dos projetos e apoiar iniciativas para a construção de eixos ferroviários de integração em Santa Catarina (como o corredor ferroviário Leste-Oeste e o Litorâneo).

- Outros Modais (Água e Aéreo)

1.4 Fomentar ações que resultem diretamente e de modo complementar no aumento da competitividade e na ampliação da capacidade de movimentação portuária em Santa Catarina.

1.5 Fortalecer a base de aeroportos regionais em Santa Catarina, em especial promovendo ações para a manutenção de voos diários para grandes centros do País.

Objetivo 2:

Garantir o suprimento de água com qualidade e ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto.

Ações estratégicas:

2.1 Ampliar a rede de tratamento de esgoto para regiões onde já existe abastecimento de água.

2.2 Ampliar o sistema de abastecimento de água com respectiva coleta e tratamento de esgoto.

2.3 Elaborar plano estadual de saneamento básico.

Objetivo 3:

Garantir o suprimento de energia elétrica e a diversificação da matriz energética.

Ações estratégicas:

3.1 Atuar politicamente no governo Federal para equalizar todos os encargos e tributos incidentes sobre a distribuição de energia elétrica.

3.2 Viabilizar incentivos à geração de energia renovável.

3.3 Promover e sensibilizar o uso de fontes de energia renovável.

Mobilidade Urbana

Objetivo 1:

Promover a estruturação das cidades, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos em torno da mobilidade urbana, com elevada participação na divisão modal do transporte não motorizado e coletivo.

Ações estratégicas:

1.1 Elaborar plano estadual de mobilidade urbana.

1.2 Auxiliar na elaboração dos planos de mobilidade urbana para as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos de Santa Catarina, nos termos contidos no Estatuto da MetrÓpole.

1.3 Auxiliar na implantação dos planos de mobilidade urbana, já elaborados, em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, como o PLAMUS (Florianópolis) e o da Associação de Municípios de Foz do Rio Itajaí – AMFRI.

1.4 Reduzir o uso de modais motorizados e ampliar a extensão de ciclovias/ciclofaixas.

1.5 Criar infraestruturas de corredores exclusivos de ônibus, nos aglomerados urbanos de Santa Catarina, com uma gestão eficiente do esquema operacional e regulamentação de estacionamentos.

1.6 Promover e difundir sistemas de informação e de indicador sobre mobilidade urbana.

1.7 Pesquisar e propor fontes alternativas de energias renováveis nos projetos de mobilidade urbana nas cidades e nos aglomerados urbanos.

1.8 Promover a cidadania e a consciência sobre a mobilidade, por meio da educação, visando à mudança cultural quanto à dependência de veículos individuais.

Objetivo 2:

Estruturar a política de mobilidade intermunicipal em âmbito estadual.

Ações Estratégicas:

2.1 Estabelecimento da Política e do Plano Estadual de Transporte Intermunicipal de Passageiros, com a estruturação da rede do sistema interurbano estadual.

2.2 Melhoria da infraestrutura do transporte intermunicipal, incluindo acessos e terminais rodoviários.

2.3 Integração da política de mobilidade intermunicipal às diretrizes do transporte rodoviário interestadual e internacional, definidas pelo governo federal, visando ampliar a concorrência pelos serviços ofertados e buscar modicidade tarifária.

2.4 Qualificar a oferta dos serviços, em especial quanto à segurança dos passageiros, modernização da frota de veículos, controle, fiscalização e ampliação dos serviços oferecidos.

Objetivo 3:

Buscar fontes alternativas de recursos para investimento em mobilidade urbana.

Ações Estratégicas:

3.1 Gestão nos órgãos de financiamento nacionais e multilaterais, visando formar um fundo rotativo de recursos destinado a financiar investimentos em mobilidade urbana nos aglomerados urbanos catarinenses.

3.2 Estimular a participação da iniciativa privada por meio de concessões e de PPP para a implantação de sistemas integrados de mobilidade urbana nos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas.

3.3 Implantar mecanismos de recuperação de investimentos por meio de instrumentos previstos no Estatuto da Metrópole.

3.4 Destinar recursos financeiros para a elaboração de pesquisas e projetos de mobilidade urbana, estabelecendo parcerias com universidades e centros de pesquisa.

Meio Ambiente

Objetivo 1:

Promover a provisão e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Ações estratégicas:

1.1 Fortalecer a inovação em cadeias produtivas da biodiversidade.

1.2 Fomentar a continuidade do inventário florístico florestal de Santa Catarina.

1.3 Fomentar sistemas produtivos agroecológicos.

1.4 Fortalecer o sistema estadual de unidades de conservação.

Objetivo 2:

Ampliar a oferta e a qualidade dos recursos hídricos.

Ações estratégicas:

2.1 Reduzir a demanda residencial de água *per capita*, melhorar a eficiência do uso de água industrial e agrícola (reduzir os desperdícios).

2.2 Ampliar a proteção das nascentes e fortalecer programas de controle de espécies exóticas invasoras.

Objetivo 3:

Melhorar os índices de saneamento básico do estado de Santa Catarina.

Ações estratégicas:

3.1 Fomentar políticas para implantação de sistemas públicos de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

3.2 Implementar o plano estadual de resíduos sólidos.

3.3 Fomentar pesquisas e políticas voltadas para o reuso e a reciclagem de resíduos.

Objetivo 4:

Promover ações de mitigação e adaptação de mudanças climáticas.

Ações estratégicas:

4.1 Monitorar a qualidade de ar no Estado.

4.2 Reduzir as perdas de energia no sistema elétrico.

4.3 Incentivar energias renováveis e eficiência energética.

Gestão Pública

Objetivo 1:

Garantir a sustentabilidade financeira do Estado.

Ações estratégicas:

1.1 Buscar adequações da estrutura administrativa e de despesas com vistas a manter a sustentabilidade financeira do Estado.

1.2 Buscar fontes alternativas de receita e maior eficiência dos processos de arrecadação.

1.3 Alinhar a política tributária estadual com a política de desenvolvimento econômico.

1.4 Melhorar a efetividade da política tributária do Estado.

Objetivo 2:

Elevar a capacidade de investimento do Estado.

Ações estratégicas:

2.1 Definir uma política de investimento público no Estado, em parceria com a sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento do Estado.

2.2 Criar estrutura administrativa para análise de projetos de investimento, elaborados por diferentes áreas do governo, com vistas à definição de prioridades e ao estudo prévio do impacto das despesas derivadas.

Objetivo 3:

Melhorar a qualidade da gestão pública estadual, com aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos.

Ações estratégicas:

3.1 Realizar o mapeamento de processos, desenvolver e implantar modelo informatizado de gestão de custos e gastos públicos, com gestão de processos de forma integrada ao Sistema Informatizado de Gestão Financeira.

3.2 Realizar inventário dos bens imóveis, móveis e intangíveis pertencentes ao Estado, desenvolver e implantar sistema informatizado de gestão de compras, de materiais e do patrimônio estadual.

3.3 Implantar a gestão de risco na Administração Pública Estadual e fortalecer as estruturas de controle interno.

3.4 Promover, por diferentes meios, o acesso à informação e a aproximação entre o cidadão e a administração pública estadual.

Objetivo 4:

Definir e implantar uma política de gestão de pessoas no Estado.

Ações estratégicas:

4.1 Realizar mapeamento e planejamento da força de trabalho do Governo Estadual e de suas competências.

4.2 Aperfeiçoar a gestão da informação de recursos humanos, mediante a inclusão de painel de controle no Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos.

4.3 Desenvolver e implantar metodologia para a gestão do conhecimento e da inovação no serviço público estadual, com vistas a promover a capacitação continuada e à adoção de métrica para avaliação de desempenho.

Objetivo 5:

Implantar Sistema de Planejamento e Gestão por resultados na administração pública estadual visando à efetividade das políticas públicas.

Ações estratégicas:

5.1 Alinhar o planejamento de médio e curto prazo ao plano estratégico de longo prazo (Plano SC 2030).

5.2 Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

5.3 Implantar sistema de planejamento governamental regionalizado, aprimorando a governança territorial com foco na definição de uma política de desenvolvimento regional.

5.4 Modernizar e integrar a plataforma tecnológica a serviço do planejamento e da gestão estratégica.

Objetivo 6:

Intensificar a utilização das tecnologias de informação na administração pública estadual em conformidade com as boas práticas de mercado.

Ações estratégicas:

6.1 Implantar estrutura administrativa para padronização dos projetos de inovação tecnológica.

6.2 Implantar plataforma de dados, gerida por escritório de governança, para apoiar novas soluções e decisões estratégicas, com garantia de segurança.

6.3 Criar parceria e ambiente cultural para fomentar a inovação tecnológica na administração pública estadual.

6.4 Ampliar o uso de tecnologias avançadas na administração pública estadual, com vistas ao aumento da produtividade, à redução de custos, a melhorias no bem-estar dos servidores e à maior interatividade com a sociedade.

6.5 Capacitar os servidores no uso de novas tecnologias.

Considerações Finais

O presente capítulo expôs de forma sintética os principais destaques de um plano estratégico de desenvolvimento (Plano SC 2030), considerando que o Estado tem um papel importante na sociedade de planejar o futuro e desenhar ações que governos poderão empreender, visando alcançar um estágio maior do desenvolvimento socioeconômico. Santa

Catarina, por sua vez, tem na elaboração de planos de desenvolvimento um dos instrumentos de ação pública para alcançar estágio de desenvolvimento atual. Foram elaborados vários planos de ação e colocados em prática, seja na forma de planos de Estado abarcando vários governos, seja de governos específicos por determinados períodos. No presente, o Plano SC 2030 passará por três governos, dada sua elaboração em 2018 com horizonte para 2030.

A Visão de Futuro desse plano expressa o teor desejado de Santa Catarina para alcançar o desenvolvimento em várias dimensões: Santa Catarina: referência em sustentabilidade, inovação e empreendedorismo, com equidade social e regional. Para alcançar esse objetivo maior, ações transversais devem ser colocadas em prática, envolvendo várias áreas de atuação do governo. Realça, além desse requerimento, a dependência de outros fatores para que a travessia desejada seja alcançada com êxito. Em pauta outros requerimentos: construção de um sistema de inovação; existência de infraestrutura econômica de apoio; busca do equilíbrio social garantido pela atribuição de direitos e deveres para o exercício da cidadania; esforço em garantir a equidade social e regional; e, coordenação e controle das ações empreendidas por meio dos princípios da governança pública.

Como todo plano, o Plano SC 2030 elege objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas para cada área de atuação direta e indireta do Estado – educação; saúde; assistência social; gestão; mobilidade urbana; infraestrutura; turismo, esporte e lazer; meio ambiente; indústria, serviços, ciência e tecnologia; e agricultura. Encontram-se descritos neste capítulo 51 objetivos e 183 ações estratégicas abarcando todas as áreas citadas. Os indicadores e metas a serem alcançadas para 2024 e 2030 encontram-se no documento oficial (SANTA CATARINA, 2018).

Referências

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Megatendências mundiais 2030**: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? Publicado em 2015. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/social>. Acesso em: 09 dez. 2018.



*Silvio Antonio Ferraz Cario
José Antonio Nicolau
Fernando Seabra*

*Marcelo Arend
Pablo Felipe Bittencourt
Samuel Steiner Santos*

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano de desenvolvimento de Santa Catarina 2030:** Plano SC 2030. Florianópolis: SPG, 2018. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/downloads/atas/807-plano-sc-2030-necessita-de-introducao-do-governador/file>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

Sobre os autores

Adilson Giovanini

Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) com doutorado em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Linhas de pesquisa de interesse: a contribuição do setor de serviços para o crescimento econômico; economia industrial, complexidade econômica; economia neo-schumpeteriana; crescimento econômico; métodos quantitativos e modelagem. *E-mail*: adilstoneconomia@gmail.com

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Linha de pesquisa: Organizações e Sociedade. Mestre e graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/Esag). *E-mail*: aghata.gonsalves@gmail.com

Carla Acordi

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e técnica do Laboratório de Engenharia de Transportes e Logística (Labtrans) da UFSC. *E-mail*: carlacordi@gmail.com

Carolina Silvestre Cândido Rocha

Bacharela e Mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Economia com ênfase no desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atual professora de magistério superior na Escola de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Desenvolve pesquisas na área de Economia Industrial e da Inovação, Gestão da Inovação, Economia da Tecnologia e *Complexity Economics* com ênfase em Mudança Estrutural. *E-mail*: carolinascandido@gmail.com

Daniele Neuberger

Graduação em Ciências Econômicas e Mestrado em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua em pesquisa nos temas relacionados à inovação, capacitação tecnológica e organização industrial. *E-mail:* danineuberger@gmail.com

Djeovana Dias Scoz

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Pós-Graduação em Gestão Estratégica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em Gestão de Projetos na Uniasselvi; Administradora do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e Gestora de Projetos do Escritório de Projetos (EPROJ) – vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC). *E-mail:* djeovana@spg.sc.gov.br

Eugênio Pascele Lacerda

Cientista Social, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Analista em gestão e desenvolvimento de projetos e políticas públicas de cultura, vinculado ao serviço público estadual desde 1985, na Fundação Catarinense de Cultura. *E-mail:* lacerda.eugenio@gmail.com

Fernando Seabra

Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pesquisador do Laboratório de Transportes e Logística (Labtrans) da UFSC). As áreas de pesquisa são Transporte e Comércio Exterior, Economia Internacional e Econometria. *E-mail:* f.seabra@ufsc.br

Giuliano da Silveira Martins

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Pós-Graduação em Administração Tributária na Universidade de Castelo Branco, PR. Contador da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (SEF/SC) e Gestor de Projetos no Escritório de Projetos (EPROJ), vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC). *E-mail:* giuliano@spg.sc.gov.br

Henrique Pereira Campos

Graduação em Ciências Econômicas (2015) e Mestrado em Economia (2019) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Industrial. *E-mail:* hpcampos2@gmail.com

Janaína Führ

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestra em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Doutora em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* fuhr.janaina@gmail.com

José Antonio Nicolau

Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Professor Titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participou recentemente de estudos sobre infraestrutura portuária e aeroportuária no Brasil e sobre indústria e desenvolvimento econômico de Santa Catarina. *E-mail:* jose.antonio.nicolau@gmail.com

Luiz Carlos de Carvalho Júnior

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado em Economia Rural pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutorado em Engenharia da Produção pela UFSC. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais. Pesquisador nas áreas de Economia Industrial e Economia Agrícola. *E-mail:* luiz.carvalho@ufsc.br

Luiz Carlos Mior

Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal Santa Catarina (UFSC) e Pesquisador do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI), onde tem trabalhado em estudos prospectivos e planejamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento rural. *E-mail:* lcmior@gmail.com.

Marcelo Arend

Pós-Doutorado na *Universidad Autónoma de Madrid*, Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais pela UFSC. Atua nas áreas de Economia Política e Desenvolvimento Econômico, com ênfase nas discussões em Mudanças Tecnológica e Institucional. *E-mail:* marcelo.arend@ufsc.br

Michele Dreger Vasconcelos Silva

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Linha de pesquisa: Produção e Desenvolvimento. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e graduada em Economia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* micheledregerufsc@gmail.com

Norton Flores Boppré

Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); MBA em Gestão do Desporto pela Universidade Estácio de Sá; e Fronteiras em Gestão Pública pela Fundação Dom Cabral. Servidor Público Estadual (Efetivo), tendo atuado como Diretor de Planejamento na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo e na Secretaria de Estado do Planejamento; como Diretor de Desenvolvimento Econômico nas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul e Secretaria de Estado do Planejamento. Na Secretaria de Estado do Planejamento, também exerceu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Regional e das Cidades. Atualmente, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, exerce o cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano, onde também atua como Coordenador Técnico do Núcleo Estadual de Desenvolvimento e Integração da Região da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina. *E-mail*: nfboppre@gmail.com

Pablo Felipe Bittencourt

Economista, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Desde 2011, leciona disciplinas relacionadas à Economia Brasileira e à Economia da Inovação, tanto em nível de graduação como de mestrado e doutorado, na UFSC. Além dos temas das disciplinas, também pesquisa a Economia Catarinense. Os resultados de suas pesquisas estão publicados em diversos capítulos de livros e artigos científicos. *E-mail*: pablofelipe.bittencourt@gmail.com

Paloma Mariucci

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pós- Graduação *Lato Sensu* em Sustentabilidade, Desenvolvimento e Gestão de Projetos Sociais pelo Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior COC. Atualmente é Consultora Especial de Ações Sociais da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e

Habitação (SST/SC). Membro da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), e Conselheira Estadual de Assistência Social (CEAS). Atuou como Gerente de Planejamento e Avaliação, Gerente de Avaliação e Gestão da Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na Coordenação da Vigilância Socioassistencial (SST/SC). Coordenou por 12 anos projetos sociais com famílias, crianças, adolescentes e idosos em vulnerabilidade. *E-mail:* palomamariucci@yahoo.com.br

Samuel Steiner dos Santos

Arquiteto e Urbanista, Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 2013. Mestre em Urbanismo pelo *Institut Urbanisme de Grenoble* – IUG – França. Mestre e Doutor em Geografia na área de Desenvolvimento Regional e Urbano pela UFSC. *E-mail:* samuel.steiner@gmail.com

Sandra da Silva Bertoncini

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) (1998); Mestre em Planejamento Territorial e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (2011); Diretora de Planejamento, atuando na Coordenação do Programa Estadual de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais – Crescendo Juntos – da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC). *E-mail:* sandra_bertoncini@hotmail.com

Silvio Antonio Ferraz Cário

Graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular Aposentado da UFSC e atualmente atua como Professor Voluntário nos Programas de Pós-

Graduação em Economia e Administração dessa universidade. Desenvolve pesquisas nas áreas de Economia Industrial, Economia da Inovação e Economia Institucional. *E-mail*: fecario@yahoo.com.br

Tânia Regina Santiago

Socióloga; Gerente de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC); Secretária Executiva do Conselho Superior da Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/SC); Assistente do Secretário da SSP/SC; Gerente de Estatística no Programa Crescendo Juntos da SPG/SC e atuante na Coordenação de Convênios e Projetos da SPG/SC. *E-mail*: taniacosta@ssp.sc.gov.br

Vicente Sandrini Pereira

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (1985); Mestre em Engenharia Ambiental pela UFSC (2008). Atuou como técnico de nível superior na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI) por 28 anos, inclusive nos Projetos Microbacias I e II e no Programa SC Rural de 2010 a 06/2013 em nível de Secretaria Executiva Estadual (SAR). Atuou no Programa Crescendo Juntos da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC), de 08/2016 a 12/2018. *E-mail*: vicentesandrini@gmail.com

